

Da subjetividade neoliberal aos refúgios de descompressão:

um estudo sobre espaços de resgate de coletividade
e empatia em tempos de competição
urbana e interindividual



Aleph Tonera Lucas
Orientação: Marina Toneli Siqueira
Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
2021.1





Preâmbulo

O contexto no qual escrevo este trabalho tomou a todos e todas de surpresa. De maneira muito rápida, crianças, jovens, adultos, idosos, pobres, ricos, todos vimo-nos diante de uma situação que, para muitos, era até então digna apenas de roteiros *hollywoodianos*. Uma “ameaça biológica invisível” e pouco conhecida, de taxas de transmissão expressivas e rápido contágio ao redor do mundo, impôs mudanças no modo como vivemos e por tempo indeterminado. A máscara tornou-se vestimenta obrigatória. O álcool em gel dominou o sentido do tato, nas superfícies e no corpo. O afastamento repentino dos espaços do cotidiano, substituídos pelo enquadramento das telas virtuais, nos fez sentir saudade até do que nunca tínhamos imaginado. Os impactos mais perversos, como sempre, recaíram sobre aqueles mais vulneráveis.

O mundo já vivera outras pandemias, anteriormente, é claro. Lepra, Peste Bubônica, Cólera e Gripe Espanhola, para citar só algumas, tiveram consequências arrasadoras para a saúde de milhões de pessoas e, no caso das últimas registradas, resultaram em reestruturações de administração pública e do espaço urbano, que agravaram desequilíbrios sociais. A COVID-19, por sua vez, avança sobre uma sociedade extremamente conectada, movida pelos avanços tecnológicos acelerados e pelo encurtamento de distâncias geográficas, através de grandes volumes de fluxos de mercadorias, informações e pessoas.

Ainda assim, se por um lado o tempo histórico não é mais o mesmo, as problemáticas da estrutura social do presente, principalmente de questões de classes, escancaradas pelo novo surto epidemiológico, são ainda semelhantes - ou ainda mais agravadas - aos períodos mencionados anteriormente. Para o caso brasileiro, conta-se também com um contexto político crítico que se desenha como um dos momentos mais dramáticos da história do país do ponto de vista da democracia e da segurança pública, como produto reacionário das instâncias conservadoras e ultraneoliberais.

Para além desse quadro geral, no caso dessa última pandemia, um fator preestabelecido já figurava como “pano de fundo pandêmico” do cotidiano: o avanço silencioso e considerável dos transtornos mentais, nos últimos anos, apelidados de “doenças do século XXI”. Essa temática, desde antes da eclosão do novo coronavírus, me sensibiliza de maneira particular, dada a sua presença progressivamente penetrante nas minhas relações e nos meus espaços de convívio.

Há alguns anos, vivi a minha primeira “quarentena”, mesmo que não compul-

sória e sem os riscos da atual. Pelo período de um ano, por não ter alcançado o mérito matemático necessário para ser aprovado no vestibular na primeira tentativa, estudei sozinho, em casa, movido pela perseverança de ingressar na universidade pública. Dentro do quarto, criei um universo próprio, isolado em meio a livros que ocupavam prateleiras e o chão. No final desse período, apesar das incertezas e inseguranças, a aprovação trouxe um turbilhão de euforia e júbilo e, inconscientemente, as nuances do transtorno de ansiedade e pânico, que se instalaram durante o primeiro ano de faculdade.

Nesse período, além de conviver e guerrear internamente contra as questões do meu próprio subconsciente, passei a reconhecer, entre as pessoas à minha volta, diversos tipos de acometimentos semelhantes. Ao longo do curso, vi amigos e colegas esmorecerem, mentalmente debilitados por questões pessoais do campo dos estudos, das pressões e das relações sociais, ao mesmo tempo em que o assunto saúde mental pareceu despontar em rodas de conversa, dentro e para além dos limites da universidade, consolidando-se como um aspecto do cotidiano. Hoje é comum que cada vez mais pessoas busquem atendimentos de terapia, que usemos termos provenientes do campo da psicologia como gírias cotidianas e que o assunto se dissemine através de meios culturais, como a música, o teatro e o cinema.

Ainda que seja positivo observar que estejamos mais abertos a falar sobre esse tipo de questão, a inquietação que me comove se dá por tentar compreender, inicialmente, o que estaria nos trazendo essa realidade, ou, em outros termos, o que estaria acontecendo com o nosso modo de vida que tem nos feito adoecer mentalmente. Para o contexto de um trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo - tido como um expoente em prejuízo à saúde mental dos estudantes de graduação, segundo a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura do Brasil¹ - o intuito é de buscar compreender de que forma arquitetos e urbanistas, dentro da compreensão de suas funções, poderiam reconhecer o espaço urbano a partir dessa lente interdisciplinar, considerando o propósito da profissão de promoção da qualidade de vida. Nesse caso, rumo à garantia de locais que sirvam como refúgios promotores do resgate da coletividade e da empatia em tempos de competição urbana e interindividual.

1 CAU/RS (2021)

Agradecimentos

Um dos argumentos levantados e discutidos neste trabalho é o de que precisamos uns dos outros para nos manter vivos. O período do último ano foi de muitas incertezas, expectativas e esforço em cultivar esperanças. Mais do que nunca, contamos com aqueles que nos amam e que amamos para enfrentar esse desafio, juntos, ainda que a condição tenha sido a de confinamento e afastamento físico. Por isso, me cabe a agradecer aqueles que estiveram presentes nesse percurso recente e em todo o arco da minha história.

Agradeço, primeiramente, à minha avó Maria Bernadete, minha segunda mãe, pelo suporte ao longo da vida e da graduação, por todas as noites em que me esperou chegar. Essa etapa só foi possível por conta desse apoio. Obrigado pelos conselhos e por me fazer compreender e entender o que achava que não conseguiria. Agradeço também aos meus pais, Joyce e Guiomar, pelos aprendizados e pelo suporte.

Agradeço aos meus amigos de graduação, companheiros de manhãs, tardes, noites e madrugadas, partilhadores de momentos de luta, de almoços e jantares no R.U., de lágrimas de alegria e outras nem tão alegres. Aos meus amigos do Rio Vermelho, Érika, Fernanda, Larissa e Welliton, que são irmãos de mais de uma década. A Jaíne Steinheisen, amiga que compartilhou essa jornada de graduação desde o primeiro pé na UFSC - crescemos! A Jéssica Folster, minha amiga alma-gêmea, com quem compartilhei e compartilho dia após dia minhas apreensões, ensejos, crises. Obrigado por me aturar e me ajudar a enxergar melhor minha capacidade.

Agradeço também à professora Marina Toneli, minha orientadora e a quem tive como referência ao longo da graduação. Obrigado pela compreensão, pela paciência e pelas conversas leves durante a elaboração desse trabalho. Por ter colocado luz no trajeto que nem sempre foi claro e me instigar a refletir e amadurecer meus pensamentos acerca de todas as temáticas abordadas.

Obrigado a Universidade Federal de Santa Catarina, que mesmo diante de todos os percalços e investidas sofridas durante os últimos seis anos, esteve comprometida, através do corpo técnico, dos discentes e docentes, em oferecer o melhor possível e manter-se uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

"Tempos duros estão chegando, quando desejaremos que as vozes de escritores que consigam ver alternativas à forma como vivemos agora, possam ver, através da nossa sociedade assolada pelo medo e suas tecnologias obsessivas, outras formas de ser. E até imaginar motivos reais de esperança. [...] A gente vive no capitalismo e o seu poder parece inevitável. Mas também o parecia o poder divino dos reis. Qualquer poder humano pode ser resistido e alterado pelos seres humanos. Resistência e mudança geralmente começam na arte. Muitas vezes, na arte das palavras."

Ursula K. Le Guin, 2014.

Resumo

Há quase meio século, a normativa neoliberal rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma as sociedades e remodela as subjetividades. Ao mesmo tempo, vê-se, a partir desse mesmo período, uma patologização da vida cotidiana, em específico no que se refere à saúde mental. Ao moldar os desejos dos indivíduos e criar uma circunstância universal, em que todos estão submetidos à constante avaliação moral e psicológica de seu desempenho para sua própria sobrevivência, o neoliberalismo introduziu aspectos subjetivos a cada pessoa, que passam a recodificar suas identidades, valores e modos de vida, baseados na concorrência e extração de produtividade constante e crescente de si mesmo e do Outro. Assim, cria-se uma “gramática do sofrimento” – de depressão, esgotamento mental e distúrbios de ansiedade - própria a esse modelo político-econômico-normativo, a qual funciona como um dos eixos fundamentais de seu poder.

Dentro desta perspectiva, ao propor-se a entrelaçar a compreensão primordial da cidade como espaço de produção e reprodução social com a transformação do comportamento coletivo e do aparelho psíquico, o presente trabalho busca traçar um limiar entre as bases do sistema neoliberal e a sua influência sobre o modo de concepção das cidades e do sujeito contemporâneos, a fim de encontrar possibilidades de localidades, práticas e vivências que quebrem com a sua lógica e possam oferecer experiências de bem-estar coletivo. Como resultado final, o trabalho tece uma análise baseada na teoria dos comuns e dos ambientes restauradores, sobre espaços assim compreendidos como potencializadores de contracondutas à normativa neoliberalista, no distrito de Ingleses do Rio Vermelho, em Florianópolis (SC), com aprofundamento no caso do "Campão do Santinho".

Lista de Figuras

Figura 1 - Apresentação do Questionário aplicado.....	18
Figura 2 - Mapa interativo coletivo disponível na ferramenta My Maps Google LLC	19
Figura 3 - Civilização SumériaAutor Desconhecido.....	30
Figura 4 - Atenas, Grécia Antiga.....	30
Figura 5 - Baixa Idade Média.....	30
Figura 6 - Indústria em Londres, 1862, The Illustrated London News.....	31
Figura 7 - Fábrica de Algodão em Cromford, c1782. Joseph Wright.....	31
Figura 8 - Rua de Paris: Dia Chuvoso. Gustave Caillebot.....	31
Figura 9 - Paris após reformas de Haussmann, Digital.....	31
Figura 10 - American Way of Life, Autor desconhecido.....	31
Figura 11 - Croqui viário Mahattan, 1959 Autor desconhecido.....	31
Figura 12 - Letreiro Amsterdã, Países Baixos.....	52
Figura 13 - Letreiro Quito, Equador.....	52
Figura 14 - Letreiro Marauá, Bahia.....	52
Figura 15 - Letreiro Toronto, Canadá.....	53
Figura 16 - Letreiro Boa Vista do Ramos, Amazonas.....	53
Figura 17 - Letreiro Nova Iorque, Estados Unidos.....	53
Figura 18 - Você S/A.....	74
Figura 19 - Nada é fácil, tudo é possível.....	74
Figura 20 - Ultrapasse seu limite.....	75
Figura 21 - Diagrama "Como Estamos?".....	82
Figura 22 - Diagrama "Urbano como intermediário".....	83
Figura 23 - Diagrama "Como convivemos".....	93
Figura 24 - Ocupação Cultural do Cais Estelita, em 2014.....	108
Figura 25 - Ocupação do terreno do Parque Augusta, em 2015.....	111
Figura 26 - Horta comunitária instalada no pátio da escola E.E.B. América Dutra Machado (Florianópolis).....	115
Figura 27 - Acampamento do MTST em São Paulo.....	119
Figura 28 - Localização de Florianópolis.....	125
Figura 29 - Rota da Inovação e Renda por Setor Censitário.....	139
Figura 30 - Evolução da Mancha Urbana de Florianópolis.....	141
Figura 31 - Distrito de Ingleses do Rio Vermelho.....	152
Figura 32 - Evolução Urbana em Ingleses do Rio Vermelho.....	157
Figura 33 - Unidades Espaciais de Planejamento de Ingleses do Rio Vermelho.....	159
Figura 34 - Renda média por setor censitário de Ingleses do Rio Vermelho.....	161
Figura 35 - Densidade populacional por setor censitário.....	162
Figura 36 - Rodovia Armando Calil Bulos (SC-403).....	164
Figura 37 - 6 Ocupações Irregulares em Florianópolis.....	165
Figura 38 - Faixas de Renda das Ocupações Irregulares em Florianópolis.....	166
Figura 39 - Área da Vila do Arvoredo.....	167
Figura 40 - Divisões locais do Distrito de Ingleses.....	168
Figura 41 - Rod. João Gualberto Soares, centralidade de Sítio de Cima.....	169
Figura 42 - R. Graciliano Manoel Gomes, centralidade de Capivari.....	170
Figura 43 - Estr. Dário Manoel Cardoso, centralidade de Sítio de Baixo.....	170

Figura 44 - Rua das Gaivotas, em Gaivotas.....	171
Figura 45 - Centrinho de Ingleses.....	172
Figura 46 - Estrada Vereador Onildo Lemos, em Santinho.....	172
Figura 47 - Maquete Eletrônica do projeto "Ingleses Beach Square", no Centrinho de Ingleses.....	175
Figura 48 - Fachada Ingleses Beach Square.....	175
Figura 49 - Fachada principal do empreendimento Mirante Home Club.....	176
Figura 50 - Praça em Capivari.....	177
Figura 51 - Praça em Ingleses Norte.....	177
Figura 52 - Praça em Ingleses Sul.....	178
Figura 53 - Praça "Parque Linear" na SC-403, recentemente adotada por iniciativa privada.....	178
Figura 54 - Divisões locais do Distrito de Ingleses.....	179
Figura 55 - Distribuição de equipamentos comunitários no distrito Sede e distrito de Ingleses.....	181
Figura 56 - Mapa colaborativo obtido pela pesquisa de espaços coletivos comunitários de Ingleses.....	189
Figura 57 - Terreno Horta Comunitária.....	190
Figura 58 - Terreno Espaço de Estar.....	191
Figura 59 - Horta.....	192
Figura 60 - Planta Medicinal.....	192
Figura 61 - Terreno da Horta Comunitária.....	193
Figura 62 - Espaço de Estar sob Árvore.....	194
Figura 63 - Terreno do Espaço de Estar sob Árvore.....	195
Figura 64 - Plantação no Espaço de Estar sob Árvore.....	197
Figura 65 - Evento comunitário no Campão.....	202
Figura 65 - UEP Santinho e Campão.....	205
Figura 66 - Santinho.....	206
Figura 67- Terreno Campão do Santinho e zoneamento.....	208
Figura 68 - PLNMLJDS e Santinho.....	210
Figura 69 - Cartaz de convocação de moradores para audiência pública.....	211
Figura 70 - Cartazes de Eventos no Campão do Santinho, em 2020 e 2021.....	213
Figura 71- Portão e cercado instalados no terreno do Campão em meados de 2021.....	214
Figura 72 - Evento no Campão do Santinho.....	215
Figura 73 - Vista do Campão do Santinho.....	216
Figura 74 - Treino de Paraquedista no Campão do Santinho.....	219

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Saídas de Linhas alimentadoras do Distrito Ingleses, em 2019.....	182
Gráfico 2: Saídas de Linhas Troncais do Norte da Ilha sentido Centro, em 2019.....	183
Gráfico 3 - Localidade de moradia em Ingleses.....	185
Gráfico 4 - Espaços coletivos públicos de Ingleses.....	186
Gráfico 5 - Interesse no envolvimento com espaços comunitários em Ingleses.....	187

Lista de Siglas

ACATE - Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia
ACI - Área Comunitária Institucional
ADI - Área de Desenvolvimento Incentivado
AEIU - Áreas Especiais de Intervenção Urbanística
AMORIS - Associação de Moradores Renovação Ingleses e Santinho
APL-E - Área de Preservação com Uso Limitado de Encosta
APP - Área de Preservação Permanente
APT - Áreas para Parques Tecnológicos
ATR - Área Turística Residencial
AVL - Área Verde de Lazer
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CELESC - Companhia de Energia Elétrica Santa Catarina
CELTA - Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas
CEO - *Chief Executive Officer*
CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras
EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança
Eletrosul - Centrais Elétricas do Sul do Brasil
FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
ISAS - Instituto Socioambiental Praia do Santinho
ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
LAI - Licença Ambiental de Instalação
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONU - Organização das Nações Unidas
OPA - Organismo Parque Augusta
PDPI - Plano Diretor Participativo Integrado de Florianópolis
PEDEM - Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal
PNMLJDS - Parque Natural Municipal da Lagoa do Jacaré das Dunas do Santinho
SAMORCC - Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro de Cerqueira César
T&I - Tecnologia e Inovação
TELESC - Telecomunicações de Santa Catarina
UC - Unidade de Conservação
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UEP - Unidade Espacial de Planejamento
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Introdução	16
Metodologia.....	17
Estrutura do Trabalho	23
PARTE I.....	26
Capítulo 1 - Como chegamos até aqui?.....	29
De onde viemos?	29
Onde estamos?	38
Onde vivemos?	44
O Neoliberalismo Realmente Existente.....	56
Capítulo 2 - Como vivemos?	63
Quem somos?.....	63
Como estamos?.....	74
Como convivemos?	84
Capítulo 3 - Os refúgios de descompressão.....	97
O que são os comuns?.....	97
O que são ambientes restauradores?.....	103
Quais exemplos temos de contracondutas comuns e restauradoras?	109
PARTE II.....	124
Capítulo 1 - O local sobre o modelo global.....	127
O turismo como vocação econômica e motor de promoção de investimentos urbanos	131
A Tecnologia da Informação e Comunicação como novo agente transformador e segregador do espaço urbano de Florianópolis.....	135

A concepção estratégica sobre o planejamento local.....	144
Capítulo 2 - Territorializando Conceitos	153
Ingleses do Rio Vermelho: da comunidade rural ao distrito turístico	153
O Distrito entre os interesses econômicos e o realmente existente	160
Refúgios de descompressão em Ingleses	186
Considerações finais	222
Referências	228
Apêndices	246



Introdução

Há quase meio século, a normativa neoliberal rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma as sociedades e remodela as subjetividades. A hegemonia desse sistema, que surge como reação a crises do antigo regime político-econômico e às práticas administrativas de garantia do bem-estar social, consolida-se a partir da disseminação do alcance de um forte aparato de imposição, proveniente de países do Hemisfério Norte, a partir dos anos 1970. Dessa maneira, o mundo ocidental passou a compreender aspectos econômicos, políticos e culturais baseados em um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que seguem um novo modo de governo dos indivíduos, baseado no princípio universal da concorrência. Como uma consequência, acompanhou-se a transposição da racionalidade mercadológica para todas as instâncias da vida, assim como por todas as suas faixas etárias. Dardot e Laval (2016) descrevem esse processo a partir de uma concepção linear, que parte

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.)

Ao mesmo tempo, vê-se, a partir desse mesmo período, uma patologização da vida cotidiana, em específico no que se refere à saúde mental. Segundo autores como Kehl (2009) e Dunker (2021), o aumento da incidência de transtornos mentais desde as três últimas décadas do século XX, indica que se deve questionar o que de fato esses sintomas coletivos têm a nos dizer, do ponto de vista não apenas de formas contemporâneas de mal-estar, mas também como produtos de uma gestão do sofrimento psíquico, orquestrada pelo sistema neoliberal. Ao moldar os desejos dos indivíduos e criar uma circunstância universal em que todos estão submetidos à constante avaliação moral e psicológica de seu desempenho para sua própria sobrevivência, o neoliberalismo introduziu aspectos subjetivos a cada pessoa, que passam a recodificar suas identidades, valores e modos de vida, baseados na extração de produtividade constante e crescente. Assim, cria-se uma “gramática do sofrimento” – de depressão, esgotamento mental e distúrbios de ansiedade - própria a esse modelo político-econômico, a qual

funciona como um dos eixos fundamentais de seu poder (SAFATLE; DUNKER; NEVES, 2021).

É dentro desta perspectiva fundamental que o presente trabalho busca investigar aspectos particulares da vida urbana contemporânea. O ponto de partida dá-se por buscar entrelaçar a compreensão primordial da cidade como espaço de produção e reprodução social (CARLOS, 1992; LEFEBVRE, 2008) com a transformação do comportamento coletivo e do aparelho psíquico, moldado pelo período histórico político-econômico e pelo contexto social ao qual os indivíduos estão submetidos (DUNKER, 2021). Nesse sentido, toma-se por objetivo traçar um limiar entre as bases do sistema normativo neoliberal sobre o modo de concepção das cidades e do sujeito contemporâneo, a fim de encontrar possibilidades de vivências que quebrem com essa lógica e possam oferecer experiências de bem-estar coletivo.

O indivíduo subjetivamente conformado segundo o neoliberalismo pode ser compreendido como mais vulnerável aos transtornos psicológicos, decorrentes dos novos padrões de auto coerção, exigência constante da superação dos seus próprios limites e da fragmentação das relações sociais. Em vista disso, pretende-se, a partir da análise teórica e empírica do espaço urbano, buscar encontrar lugares que se configurem como refúgios de recuperação mental e de laços comunitários. Baseado nas teorias dos comuns urbanos e dos ambientes restauradores, este estudo compreende esses espaços como fundamentais no rumo de um resgate de práticas de empatia e cooperação, os quais potencialmente serviriam como descompressores do contexto de crise psicológica individualizada.

Metodologia

É importante esclarecer que este trabalho de conclusão de curso não tem como objetivo um projeto ou plano urbano. O propósito buscado é desenvolver um projeto de pesquisa de cunho qualitativo, inserido em uma agenda mais ampla de interesses acerca dos impactos do neoliberalismo nas cidades, nos modos de vida urbano e nos processos de subjetivação. Por isso, de forma a explorar a produção de conhecimento na área, foi realizada uma extensa revisão bibliográfica que aborda teorias e autores de diferentes disciplinas, como a sociologia, com Bauman (2003), Laval (2016) e Simmel (1973); a filosofia, com Lefebvre (1991; 2008), Dardot (2016), Safatle (2021) e Han

(2015); a psicanálise, com Dunker (2021) e Kehl (2009); a geografia, com Harvey (1996; 2008 e 2014); a história com Choay (1965) e Hobsbawn (1994), entre outros, buscando a especificidade da produção em arquitetura e urbanismo, construindo pontes com pesquisadores da área, como Ferreira (2000; 2003), Maricato (2000), Rolnik (2012), Vainer (2000), etc.

Como horizontes de possibilidades alternativas, buscou-se nas teorias dos comuns urbanos e dos ambientes restauradores a identificação da construção coletiva de lugares entendidos como refúgios de recuperação mental a partir do seu potencial de reestabelecimento de laços comunitários e do desfrute de usos compartilhados. Para isso, foram estudados autores como Dardot e Laval (2017), Tonucci Filho (2020), Tonucci Filho e Cruz (2019) e Savazoni (2018), na abordagem dos comuns e comuns urbanos. Na esfera dos ambientes restauradores, são tomados como referência os estudos de Alves (2011), Gressler e Günther (2013) e Silveira, Felipe e Schütz (2019).

De forma a localizar esses impactos em uma realidade urbana, tomou-se por objeto de análise a cidade de Florianópolis (SC) e, mais aprofundadamente, sobre o distrito de Ingleses do Rio Vermelho, no Norte do município, onde se procurou localizar espaços tidos como potenciais comuns urbanos e ambientes restauradores. Nesse sentido, foram realizados levantamentos históricos e de contextualização da conformação urbana e socioespacial, através de dados secundários de estudos como os de Aguiar (2015), Arruda (2019), Rizzo (2013), Sadowski (2017), Schons (2019) e Sugai (2015), de forma a caracterizar o recorte de estudo a partir das suas peculiaridades urbanas. Para a etapa de estudo empírico, como forma de obtenção de dados primários, foram operados levantamentos através das seguintes etapas:

a) Aplicação de questionário e mapeamento coletivo de espaços comuns;

Foi disponibilizado pelo autor, entre os meses de maio e agosto de 2021, um formulário, desenvolvido na plataforma Formulários Google, fornecida pela Google LLC, que propunha a moradores do distrito de Ingleses uma reflexão acerca de espaços coletivos, construídos e mantidos de forma cooperativa. Além disso, sugeria-se a construção de um mapa coletivo, a partir da indicação de locais existentes que pudessem se enquadrar nessas características, por meio textual ou pela inserção de pontos em

um mapa, operado pela plataforma My Maps, fornecida pela Google LLC e disponível no link: bit.ly/espacoscomunsinglese. O formulário foi distribuído através de redes sociais pessoais do autor, em páginas de divulgação do distrito, em diferentes dias, assim como através da Associação de Moradores Renovação Ingleses e Santinho (AMORIS). Foram coletadas, ao todo, 27 contribuições. Acredita-se que a definição específica dos ambientes a serem procurados, assim como a temática, possam ter limitado o número de respostas. No mapa, ao todo, foram recebidas 10 marcações, que indicaram 6 espaços. A apresentação do questionário bem como o mapa interativo estão ilustrados nas páginas 16 e 17. A estrutura completa do questionário encontra-se no Apêndice 1.

b) Visitas a campo e conversas informais;

A partir dos dados coletados pelas respostas do formulário e as contribuições obtidas através do mapa coletivo, operou-se uma triagem de espaços que poderiam ser enquadrados em análises de estudo de caso como exemplos de espaços comuns e, posteriormente, como ambientes restauradores, no que se designou os “refúgios de descompressão”. Assim, foram selecionados três locais, a saber: uma horta comunitária, um terreno de cultivo coletivo com espaço de estar aberto, ambos em Ingleses Norte, e o Campão do Santinho, em Santinho.

A conduta aplicada, posteriormente, foi a de imersão nesses espaços. Dessa forma, foram efetuadas visitas que tiveram por objetivo coletar informações para descrever cada um dos locais de estudo, a partir da observação do autor e de conversas com os moradores e frequentadores. Nessas ocasiões, foram levantadas, informalmente, questões como a origem desses espaços, a população envolvida, o contexto atual e horizontes futuros, assim como as sensações e sentimentos suscitados por aqueles espaços. Estima-se que tenham sido abordadas cerca de 30 pessoas envolvidas com esses lugares.

No caso do Campão do Santinho, para o qual decidiu-se aprofundar a análise por conta da existência de uma contenda entre o interesse coletivo comunitário e o privado, optou-se por abordar sujeitos envolvidos em movimentos de reivindicação do espaço, através do contato com coletivos responsáveis por organizar moradores e outros ativistas engajados pela preservação ambiental e de uso do local. Nesse sentido, foram obtidas conversas sobre a contextualização histórica e situação atual do Cam-



Espaços comuns dos Ingleses

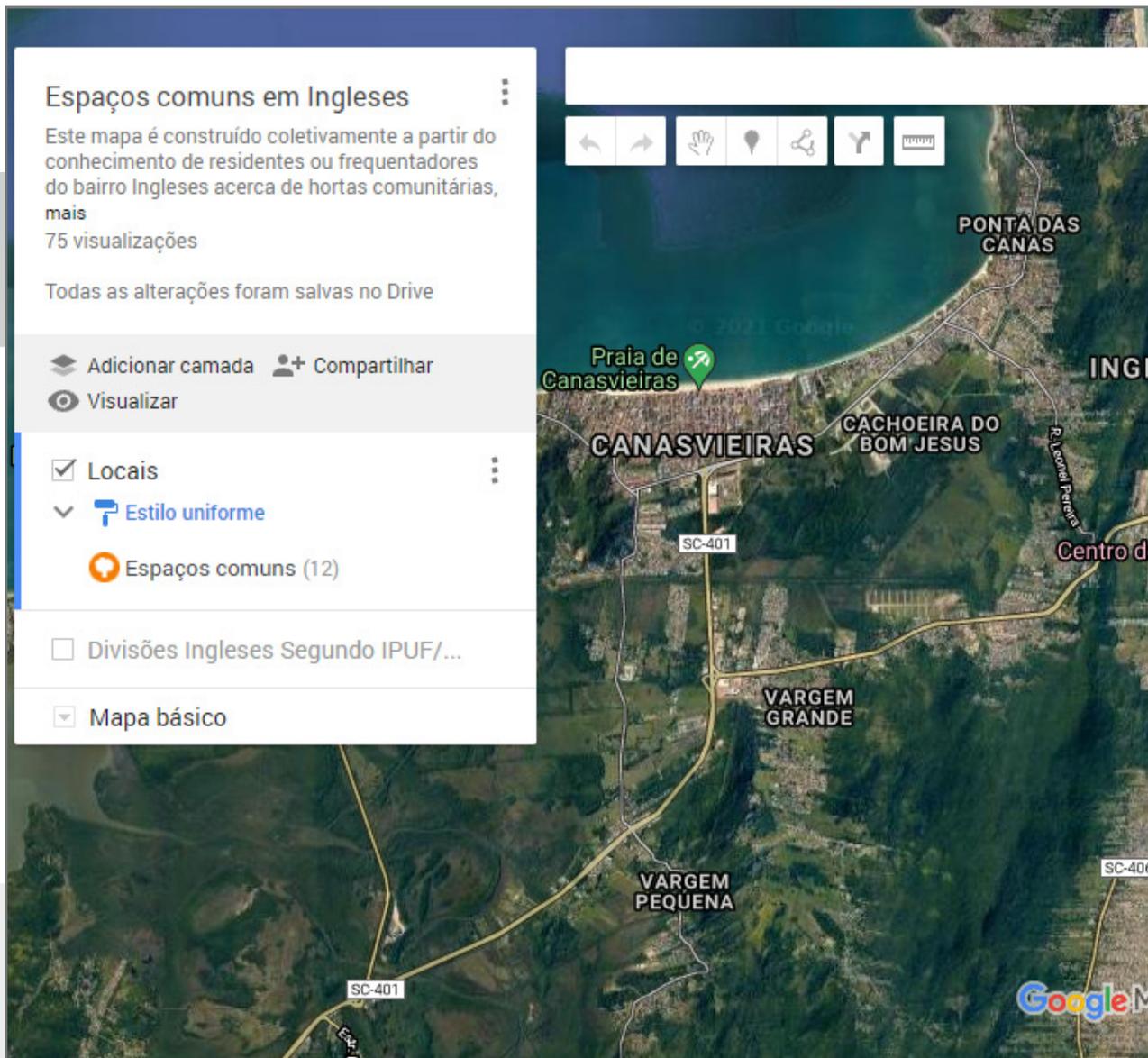
Olá! Tudo bem?

Me chamo Aleph, sou estudante do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina e estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela professora Marina Toneli Siqueira, o qual aborda os efeitos da convivência no espaço urbano sobre a saúde mental coletiva.

Em vista disso, um dos propósitos é analisar, em contextos reais, a existência de espaços coletivos na cidade que resgatem o sentido de coletividade e solidariedade a partir da gestão colaborativa, para além do âmbito público e privado, sob arranjos comunitários e de usufruto cidadão. Alguns exemplos são terrenos baldios, que passam a ser usados para a configuração de hortas urbanas, solários ou mesmo praças autogestionadas.

O objetivo deste formulário é tentar estabelecer um mapeamento inicial e eventualmente saber um pouco mais sobre locais que se encaixem nessas características, no bairro de Ingleses, onde resido. Fico aberto a conversa e dúvidas através do e-mail alephtonera@gmail.com ou pelo telegram: t.me/alephtonera. Desde já, agradeço a atenção e a colaboração!

Figura 1 - Apresentação do Questionário aplicado.
Fonte: Elaboração Própria



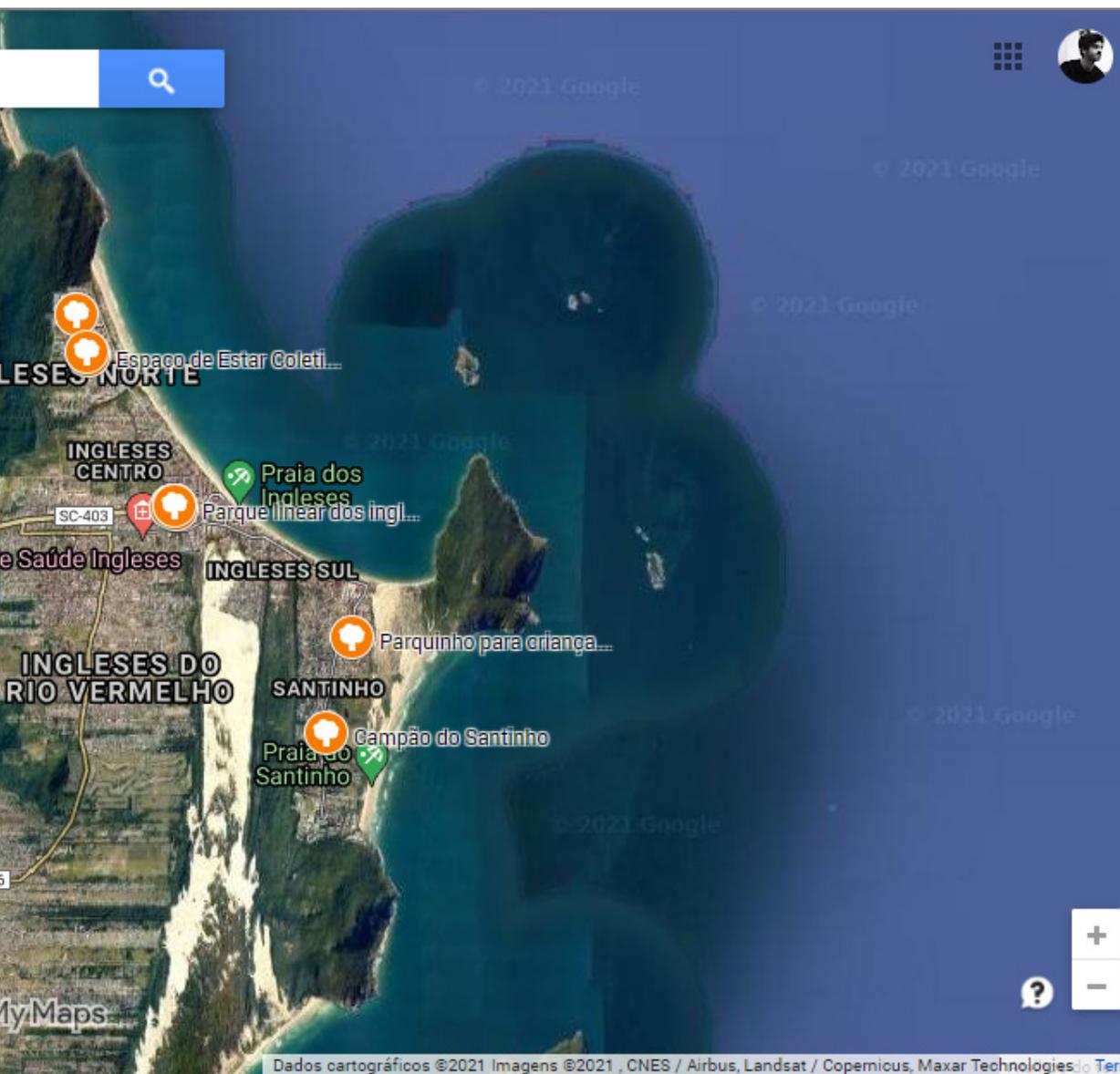


Figura 2 - Mapa interativo coletivo disponível na ferramenta My Maps Google LLC

Fonte: Elaboração Própria

pão do Santinho, através de contatos não formais. Além disso, também foram pesquisadas informações sobre o caso por meio de portais de notícias e materiais disponíveis em redes sociais dos movimentos.

c) Descrição e Análise dos casos.

De posse das informações reunidas pelas visitas e conversas informais, descreveu-se os casos a partir da sua compreensão como comuns urbanos e como ambientes restauradores, observando-se características físicas e sociais próprias de cada um e seu potencial como precursores de aspectos relativos ao bem-estar coletivo. Assim, os casos de Ingleses Nortes foram descritos como refúgios de desconpressão, pela concepção coletiva e o seu potencial restaurador e formador de laços comunitários. O caso do Campão do Santinho, como mencionado anteriormente, foi descrito de forma a abarcar o contexto histórico e atual da sua ocupação contra o avanço da reprodução capitalista da cidade, pela reivindicação e garantia do usufruto comum do espaço, como precursor de atividades coletivas e como ambiente restaurador, entendido, portanto, como um refúgio de desconpressão remanescente no contexto em que está inserido.

Colocadas as etapas definidas para o estudo empírico, é importante pontuar, também, o impacto dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19 para o trabalho. Por conta das medidas preventivas e das dificuldades de locomoção, o trabalho precisou adaptar o recorte territorial para o bairro de moradia do autor. Ainda, assim, as visitas de campo e o contato com pessoas ficaram condicionados às variações do estado de gravidade dos níveis de contaminação na cidade. Os trabalhos externos estiveram, portanto, sob avaliação de execução, considerando a forma mais segura de fazê-los, garantindo, ainda, o alcance do propósito do trabalho. De maneira geral, acredita-se que, mesmo com as restrições encontradas, o trabalho encontrou adaptações necessárias e que são capazes de contribuir para a construção da reflexão pretendida.

Como resultado, explora-se, no campo acadêmico, as interseccionalidades entre as compreensões de convivialidade contemporâneas no meio urbano, ao que se observa um progressivo fragmentação das relações sociais, atribuídas, também, pela forma como o território tem sido explorado pela lógica econômica vigente. Assim, pretende-se abrir para o campo da arquitetura e urbanismo, em um primeiro momento,

uma discussão acerca da preservação e garantia de espaços que promovam aspectos de cooperação e coletividade em benefício de todos. Abre-se, também, a partir da compreensão desses espaços em sua essência, a possibilidade de continuar um caminho de estudo sobre o planejamento futuro de cidades e projetos de arquitetura que considerem os aspectos da autogestão e da cooperação pelo uso democrático do território, sendo possível também analisar, por essa perspectiva, recortes sociais específicos de renda, etnia, gênero, etc. Para além disso, o estudo propõe-se como uma contribuição para discussões acerca do aspecto ameaçado da função social da propriedade além de buscar uma reflexão sobre a garantia de bem-estar e saúde mental dos sujeitos urbanos.

Para além da contribuição acadêmica, finalmente, também se considera como resultado desse trabalho a sua devolução externa, na forma de um retorno da pesquisa para a comunidade habitante do distrito, ao mapear e visibilizar os espaços descritos e fomentar a apropriação autogestionada. Ao dar visibilidade aos mesmos, cria-se precedentes para a consolidação de reivindicações desses locais como espaços públicos de lazer, potenciais garantidores de trocas sociais e decompressão individual.

Estrutura do Trabalho

O percurso deste Trabalho de Conclusão de Curso pretende desenvolver, inicialmente, um arcabouço teórico. Para isso, a Parte I, focada na construção dessa base conceitual e argumentativa, pretende-se a partir de três primeiros capítulos, que abarcam conceitos interdisciplinares a serem, posteriormente aplicados na Parte II, de análise empírica.

Nesse sentido, o primeiro capítulo dessa parte tem por propósito abordar uma revisão histórica do desenvolvimento econômico capitalista que acompanhou as cidades do século XX, observando impactos nos modos de vida, até a disseminação do planejamento urbano estratégico, decorrente da lógica globalizada de administração de cidades. Assim, este capítulo está dividido em quatro momentos, os quais pretendem elucidar: a expansão das cidades do início do século e a consolidação do modelo modernista de planejamento; a virada neoliberal após a crise dos governos de bem-estar social de meados do século e a hegemonização do sistema de acumulação flexível; a imposição do modelo estratégico de planejamento urbano, a partir da desindustriali-

zação das cidades do Hemisfério Norte; e a absorção desse modelo externo de administração urbana sob o contexto preexistente de economia periférica, observada para o caso do Brasil.

O segundo capítulo da primeira parte busca aprofundar a compreensão da transformação dos modos de vida e de concepção subjetiva dos indivíduos sob o contexto do sistema normativo neoliberal, para melhor compreender, ao final, as consequências imediatas possíveis desse processo sobre o convívio coletivo, experienciado no meio urbano. Para essa parte, são tomadas quatro seções que se propõem a traçar o caminho entre a concepção individual do sujeito contemporâneo, considerando a particularização do seu sofrimento, até a sua expressão no meio urbano. Assim, as seções desenvolvem-se, respectivamente em: abordar a operação do discurso neoliberal sobre as políticas de Estado, que passa agir como empresa, e suas consequências na remodelação subjetiva dos indivíduos; compreender os impactos diretos e/ou indiretos dessa nova subjetividade sobre as condições psicológicas individuais; transpor os impactos dessas transformações de essência dos indivíduos sobre o contexto coletivo e de comunidade, observado a fragmentação das relações sociais;

O terceiro capítulo da primeira parte foca-se em apresentar a compreensão teórica da definição dos refúgios de descompressão da lógica subjetiva neoliberal no espaço urbano. Nesse sentido, são conceitualizados os comuns urbanos e os ambientes restauradores como espaços de descompressão do contexto de mal-estar contemporâneo, considerando seu potencial disruptivo e promotor de convivialidade, por meio de ações coletivas, e da experiência individual regenerativa. Posteriormente, são apresentados exemplos das teorias supracitadas de casos reconhecidos em território nacional.

A Parte II do trabalho, como já mencionado, desenvolve uma revisão analítica do estudo de caso escolhido, a qual retoma as temáticas desenvolvidas na parte anterior. O primeiro capítulo dessa parte tem por objetivo contextualizar o município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, dentro da concepção estratégica de planejamento urbano. Para isso, é apresentada a sua configuração histórica recente de desenvolvimento urbano, a partir dos vetores de investimento direcionados por meio dos planos urbanos tecnocráticos do século XX até a consolidação do projeto de cidade inovadora, alinhada com os princípios da economia neoliberal, divulgada como terreno fértil para a extração econômica fundamentada em atividades de indústria limpa e

de serviços, como a tecnologia e o turismo.

O segundo capítulo da segunda parte pretende estudar o distrito de Ingleses do Rio Vermelho a partir do seu enquadramento no panorama de desenvolvimento urbano estratégico recente de Florianópolis, para posteriormente, analisar os aspectos de exploração e de ocupação do território. Nessa concepção, para além da caracterização socioespacial do distrito, são abordadas suas tendências recentes de desenvolvimento urbano, norteadas por princípios mercadológicos, através da observação empírica de problemáticas que acompanham o distrito desde o início de seu desenvolvimento urbano até o período recente, observando o avanço de espaços entendidos como contextualizadores da reprodução da subjetividade do sistema normativo neoliberal. De outro lado, são levantados os espaços compartilhados, espontaneamente produzidos, a partir do uso comunitário, compreendidos como os refúgios de descompressão. Para isso, primeiramente, realiza-se um levantamento online, de forma colaborativa, com os moradores do distrito, para identificar onde encontram-se esses espaços. Posteriormente, estes são analisados em sua constituição, sua finalidade e sua adequação quanto as teorias dos comuns urbanos e ambientes restauradores, a partir do compartilhamento de memórias e conversas obtidas com os usuários dos espaços. Nessa observação, o caso do “Campão do Santinho” foi aprofundado, por conta das suas particularidades.

PARTE I

Esta etapa do trabalho propõe-se a traçar um percurso exploratório através de um escopo multidisciplinar das áreas de ciências humanas e criar uma base teórica para a análise empírica, presente na Parte II. Para isso, é elaborada uma revisão histórica que busca resgatar os antecedentes da hegemonização do sistema normativo neoliberal sobre as instâncias da concepção interindividual e das cidades, com o objetivo de compreender a problemática da saúde mental atual através dos padrões de produção e reprodução social, presentes, sobretudo, no meio urbano.

Os capítulos dessa parte irão percorrer, portanto, três momentos dentro do escopo proposto. Inicialmente, serão recuperados os aspectos político-econômicos do período de transição do modo pré-neoliberal de concepção das cidades até os e seus impactos diretos da assunção do planejamento estratégico sobre o território, baseado, essencialmente, nos princípios do empresariamento urbano. Em seguida, serão analisadas as influências dos princípios neoliberal sobre a nova concepção de disciplina individual, que parte da interiorização pessoal de princípios também oriundos do meio empresarial. Sob essa ótica, serão discutidas as relações entre essa forma de subjetivação autocoerciva, considerando consequências sobre as relações interindividuais e efeitos patológicos do ponto de vista psíquico, como sintomas sociais do período em que vivemos.

Adiante, tomada essa compreensão e considerando a concepção lefebvriana do meio urbano como intermediário entre um aspecto macro – mercado e Estado e o aspecto micro – relações pessoais e individualidade – serão observados os impactos da subjetividade neoliberal atrelada à concepção psíquica individual do sujeito urbano, com vistas ao decaimento do sendo de comunidade. Por fim, serão apresentados os comuns urbanos e ambientes restauradores como refúgios dessa lógica normativa hegemônica e que, portanto, são passíveis de oferecer alternativas de comportamento e práticas coletivas que vão de encontro ao bem-estar comum.





Capítulo 1 - Como chegamos até aqui?

Da transformação da relação entre o sistema econômico, a cidade e os modos de vida

Com o objetivo de posteriormente conceber uma análise do(s) sujeito(s) urbano(s) contemporânea(s) e compreender as recentes influências do espaço urbano sobre o coletivo, o primeiro passo tomado neste trabalho é o de compreender o que é uma cidade do ponto de vista das relações políticas e econômicas que a compõem. Para isso, este capítulo propõe-se a observar a progressão dos desdobramentos socio-políticos urbanos que se deram sobretudo no decorrer da história recente até os últimos passos do modelo de planejamento urbano estratégico, difundido após o avanço da economia financeira e do neoliberalismo político.

De onde viemos?

O processo de aproximação entre economia e a cidade e seus modos de vida

O ato de refletir e discutir sobre a temática urbana é, certamente, um exercício multidisciplinar e de considerável complexidade. As cidades, se entendidas, simultaneamente, como produtos e reprodutoras de relações espaciais, sociais², políticas, econômicas, entre outras, demandam um substantivo domínio de diversas áreas do conhecimento. Assim, através da multidisciplinaridade, busca-se contribuir para uma melhor compreensão e um planejamento mais adequado desses territórios, os quais compreendem, agora, mais de metade da população mundial (NAÇÕES UNIDAS, 2018) e impõem novos desafios e problemáticas a serem debatidas (ARAÚJO, 2012; CARLOS, 1992; LEFEBVRE, 2008)

Desde as primeiras referências de assentamentos humanos do Crescente Fértil, propiciados pelas atividades de extração, produção, acumulação e sua posterior organização laboral, as cidades, como conglomerações sociais, transformam e são transformadas por aqueles que as compõem, em uma variação gradativa de relações homem-meio. Dessa maneira, infere-se que, ao longo da historiografia, os padrões de relações políticas e sociais relativas às dinâmicas da cidade correspondem diretamente às necessidades próprias de cada tipo de sociedade e de um determinado período

2 De acordo com Cincotto Junior e Cesar (2020), estima-se que aproximadamente 90% dos cidadãos brasileiros consideram as cidades como loci gerador e regenerador da vida afetiva, cultural, econômica e social.

(CARLOS, 1992). Sobre esses processos, ao apresentar uma perspectiva humana dessas interações, Harvey (2014, p. 28) cita Park (1967, p. 3), com o excerto no qual o mesmo afirma que a cidade é:

[...] a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida (do homem) refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com os seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo (Park, 1967, p. 3 apud HARVEY, 2014, p. 28).

Nesse sentido, são colocados por Lefebvre (2008) três casos diferentes de alterações no modo de vida em cidades durante o período pré-industrial: a cidade oriental, referente ao modo de produção asiático; a cidade arcaica ou greco-romana, do período de escravização de povos, e a cidade medieval, que se apresentava como agente promotor da transição entre o sistema feudal para o sistema mercantil e das relações intercidades. A partir desse último exemplo, os centros urbanos passam a representar, também, centros de acumulação e trocas de riquezas, que incluem também os espaços como mercadorias. Passa-se a substituir, gradualmente, o valor de uso, nas cidades, pelo valor de troca³.

No decorrer dos séculos posteriores, até o apogeu da era industrial, a relação entre a urbe e a economia se desenhou cada vez mais íntima, posto que as estruturas econômicas e sociais modificaram o território urbano, em decorrência da lógica de reprodução do capital e da divisão do trabalho por ela estabelecida. A revolução industrial, erigida sobre a apropriação de terras agropastoris, na Inglaterra, transformou os meios de produção e drenou os campos em benefício do estabelecimento de um novo padrão urbano sobre cidades preexistentes, rompendo antigos núcleos comunitários (CHOAY, 1965; FRAMPTON, 2000; LEFEBVRE, 2008).

Do ponto de vista socioeconômico, a relação entre industrialização e urbaniza-

3 De maneira breve, para Lefebvre (2008) o “valor de uso” representa os aspectos de funcionalidade, vivência e relação com os espaços públicos (cultura, memória, socialização), que não são influenciados por interesses de mercado, enquanto o “valor de troca” diz respeito àquilo que se torna produto, isto é que, ao que se atribui valor de compra e venda (LEFEBVRE, 2008).

ção ofereceu a oportunidade para a difusão dos princípios do racionalismo liberalista, de priorização de interesses individuais e da supremacia do mercado como entidade autorreguladora da economia, enquanto emergia uma nova sociedade: capitalista, baseada em classes e na qual o operariado serve como força produtiva principal (CORAZZA, 1984). Por outro lado, a aceleração da urbanização compulsória sobre o campo e a consequente ampliação de cidades, decorrente do processo de agregação e aglomeração de mão de obra industrial, resultou em um crescimento demográfico das cidades sem precedentes (CHOAY 1965, FRAMPTON, 2000; LEFEBVRE, 2008). De forma progressiva, a cidade tomou o protagonismo como cenário dos desdobramentos políticos e econômicos mundiais, precursores da produção e reprodução de novos modos de trabalho, de vida e de relações interpessoais, decorrentes da hegemonização do capitalismo (CARLOS; 1992). Nesse sentido, segundo Harvey (2014, p. 30):

O capitalismo está eternamente produzindo excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. [...] Não surpreende, portanto, que as curvas logísticas do aumento da produção capitalista, sejam com o tempo, muito semelhantes às curvas logísticas da urbanização da população mundial.

Para além das primeiras questões urbanas emergentes do período industrial, relativas à problemática da habitação urbana (FRAMPTON, 2000), Harvey aponta que, ao longo do tempo, a urbanização capitalista foi conduzida pela necessidade de prover soluções às crises de circulação do excedente do capital, procurando absorvê-lo. A exemplo, o autor cita, inicialmente, as reformas de Paris do século XIX, lideradas pelo Barão Haussmann. Nesse episódio, para a crise local de 1848, ocasionada pelo acúmulo de mercadorias e de mão de obra, encontrou-se como solução o investimento em obras de infraestrutura urbana, empreendidas por um modelo austero de intervenção do Estado, que acabou por criar um novo estilo de vida urbana, e um novo tipo de indivíduo urbano (HARVEY, 2014). Construiu-se a “Cidade Luz”, que se tornou, após as intervenções, o maior centro de consumo artístico-cultural, com seus cafés, grandes lojas de departamentos - baseados na indústria da moda, principalmente - e

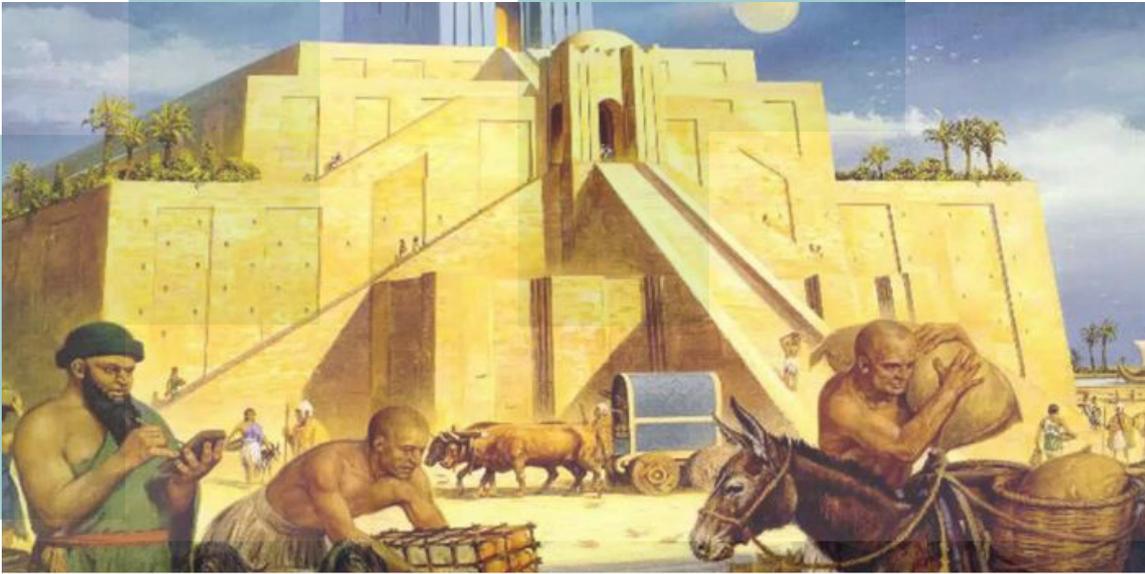


Figura 3 - Civilização Suméria. Autor Desconhecido.
Fonte: Bezerra (2018)

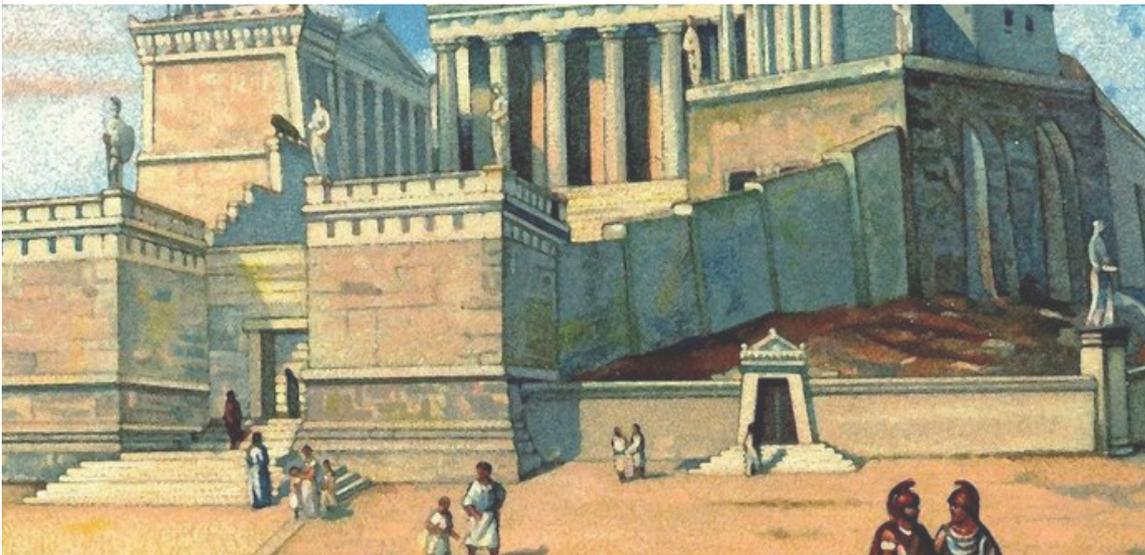


Figura 4 - Atenas, Grécia Antiga. Autor Desconhecido. Fonte: Gearini (2021)

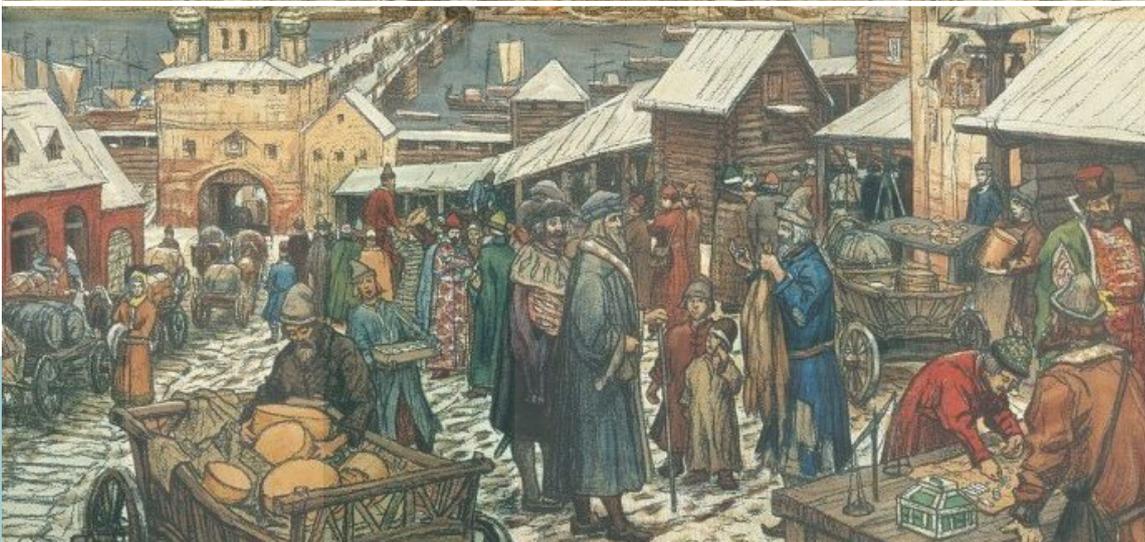


Figura 5 - Baixa Idade Média. Autor Desconhecido. Fonte: Dufaur (2020)

Figura 10 - American Way of Life, Autor Desconhecido. Fonte: Wittmann (2017)

Figura 11 - Croqui viário Manhattan, 1959 Autor desconhecido. Fonte: Paletta (2016)



Figura 8 - Rua de Paris: Dia Chuvoso. Gustave Caillebotte, 1877 Fonte: Fine Art Today (2021)

Figura 9 - Paris após reformas de Haussmann, Digital Globe. Fonte: Wilsheer (2016)



Figura 6 - Indústria em Londres, 1862, The Illustrated London News. Fonte: Dorset Finds (2020)

Figura 7 - Fábrica de Algodão em Cromford, c1782. Joseph Wright. Fonte: Cromford Mill (2017)



exposições, tornando-se experiência exemplo a ser difundida pelo mundo, inclusive no Brasil, com as experiências dos planos de embelezamento urbano, no Rio de Janeiro e São Paulo (HARVEY, 2014; MARICATO, 2000). Por outro lado, as mesmas consequências socioespaciais foram verificadas na Europa e no Brasil: enquanto houve a valorização dos novos espaços urbanos, os grupos vulneráveis foram removidos, aumentando a segregação urbana.

A partir do final do século XIX e no início do século XX, emerge a profissão dos urbanistas enquanto especialização da profissão de arquiteto. Desse processo, decorre uma gradual despolitização da função, marcada por uma tendência voltada para ênfase da racionalidade e da exploração dos recursos técnicos sobre as intervenções na cidade. O chamado “progressismo” (KOHLSORF, 1985, p. 24), iniciado nessa época e perdurado até a segunda metade do século XX, marcou um período de concepção de planos e compromissos urbanísticos internacionais de cunho tecnocrático, disseminados globalmente, pautados pelos ideais de progresso e modernidade, em um sentido rompante com as compreensões anteriores de arquitetura e urbanismo.

Esses princípios fazem parte de um importante documento da época, que serviu de parâmetro e inspiração para a concepção do urbanismo em todo o mundo. A Carta de Atenas, como foi intitulada, foi concebida após o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, e é reconhecida pelo estabelecimento de funções chave do urbanismo como “Habitar”, “Trabalhar”, “Recrear”, que deveriam ser distribuídas de modo setorizado na cidade, organizando e racionalizando também o espaço urbano. Além dessas, o documento previa também a função “Circular”, como aquela que deveria reger esse arranjo, conectando as outras funções, e com base no que existia de mais “moderno”: o deslocamento individual por automóveis (LE CORBUSIER, 1986).

Baseado em princípios de universalização, gradualmente, a formulação de um modelo de urbanismo replicado de forma semelhante para todos os territórios, somou-se a uma ausência de crítica à produção da cidade, no que tomou lugar a concepção idealizada de espaços e dos modos de vida dos indivíduos - também idealmente padronizados como “homem tipo”⁴ - através da separação de funções urbanas em nome

4 O conceito de “homem-tipo”, difundido sobretudo por Charles-Edouard Jeanneret-Gris (Le Corbusier), depreende que os indivíduos possuem as mesmas necessidades em qualquer cultura. A partir da concepção do seu modelo primordial de padrão de medidas do ser humano, o Modulor, Corbusier

do alcance de metas de eficiência e funcionalidade.

Nesse contexto, cerca de cem anos depois das reformas de Paris, um novo exemplo de remodelagem de cidade aconteceu, desta vez em Nova York. Os Estados Unidos da América (EUA), após encontrar nos esforços de guerra uma solução para as consequências decorrentes da depressão da década de 1930, preocupava-se com a provável acumulação de excedente pós conflito bélico. Dessa forma, após o fim da Segunda Guerra Mundial, Robert Moses aplica seus planos desenvolvidos com base em Haussmann, na Paris do século anterior, investindo em infraestrutura urbana e adaptando a cidade para os automóveis. O impacto promovido por Moses foi marcado pela implosão de uma série de equipamentos urbanos e moradias em prol de obras de infraestrutura viária superdimensionadas, financiadas por autarquias públicas, o que decorreu no processo estadunidense de suburbanização, e modificou a estrutura das cidades (HARVEY, 2014; SILVA, 2021).

Jacobs, ainda na década de 1960, tecia duras críticas a esse modo de intervenção urbana moderna tecnocrática, caracterizado pela distribuição pouco diversa de usos, pela monumentalidade das obras de infraestrutura pública, que destoavam da escala humana e pela dissonância das intervenções com o padrão de convívio das comunidades locais, que não participavam das decisões sobre o território em que habitavam (JACOBS, 1961; SILVA, 2021). Para a autora, essas pessoas eram mais aptas dos que os especialistas para apresentar soluções adequadas aos problemas urbanos, já que eram obrigadas a suportá-los cotidianamente e, portanto, eram capazes de interpretar a sua complexidade (JACOBS, 1961).

Ainda sobre o exemplo das reformas de Moses, no aspecto de padrão de vida, o período significou abundância para grande parte da população daquele país. Por sair vitorioso no fim da Guerra, os Estados Unidos desfrutavam das vantagens econômicas obtidas pelo Acordo de Bretton Woods⁵, assim como pelo escoamento de produção,

estabelecia ainda a padronização das moradias, visando o máximo rendimento de materiais, de tempo e de custo. Com isso, adaptava-se conceitos inerentes à industrialização, de produção em série e mecanização, para o campo da construção (ZUFFO, 2009).

5 O Acordo de Bretton Woods foi um acordo assinado em 1944, por 45 nações aliadas, onde foram acertadas as bases que regeriam a política econômica global após a Segunda Guerra Mundial. Os objetivos envolviam promover a cooperação econômica e facilitar o comércio internacional, promovendo a cooperação econômica, além de construir um sistema financeiro multilateral entre os países. Na

advindo do desenvolvimento tecnológico no período. O modo de vida nos subúrbios estadunidenses – que fora difundido internacionalmente como o “*American way of life*” (CUNHA, 2017, p. 20) - ficou marcado nas imagens da época, pelas propagandas de novos produtos domésticos, como as geladeiras, o ar condicionado e, é claro, o carro. As cidades, cada vez mais populosas e conurbadas, passaram a receber a denominação de “megalópoles” (LEFEBVRE, 2008, p. 18). Tudo isso, de acordo com Harvey (2014), contribuiu para a absorção do excedente acumulado, enquanto, por outro lado, antigos centros urbanos do país careciam de investimentos e transformavam-se em guetos.

Apesar desse último aspecto, o período compreendido entre a década de 1940 até o início da década de 1970, foi considerado, historicamente como a “Era de Ouro” (HOBSBAWN, 1994, s.p.). Isso porque, no âmbito político-econômico, houve um esforço dos estados centrais - liderados pelos EUA - no sentido de reestruturar as bases do capitalismo, visando impedir um retorno às condições trágicas vivenciadas durante a crise dos anos 1930, além de assegurar uma estabilidade social interna e evitar novas tensões geopolíticas, após as guerras recentes (HARVEY, 2008). Nesse sentido, a solução encontrada, à época, foi a de combinar Estado, mercado e instituições democráticas no planejamento econômico. Estabeleceu-se a política do “liberalismo embutido” (HARVEY, 2008 s.p.), ou “keynesianismo⁶” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.) que, segundo Hobsbawm (1994, n.p.) “essencialmente, foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social”.

De maneira prática, internacionalmente, o objetivo era o de firmar a seguridade social, através da garantia de pleno emprego e da redução das desigualdades, tendo foco no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, visando, ainda, firmar a estabilização do capitalismo como forma de vida totalitária (SANTOS, 2018). Para isso, as administrações públicas intervieram ativamente como agentes reguladores da indústria e passaram a estabelecer padrões para o salário social, além de constituir uma variedade de sistemas de proteção comum (cuidados de saúde, educação e habi-

prática, o acordo consolidou os EUA como nação líder dentro da nova lógica internacional, assumindo o controle sobre toda a economia mundial. (REIS, 2018)

6 O termo “Keynesianismo” deriva de John Maynard Keynes, economista britânico reconhecido por ser pioneiro da política econômica social-democrática (HOBSBAWN, 1994).

tação, entre outros), sob certo grau de influência de instituições da classe trabalhadora, como os sindicatos. (HARVEY, 2008; HOBBSAWN, 1994).

Como resultado, o liberalismo embutido, em sua associação entre Grande Estado e Grande Empresa, gerou elevadas taxas de crescimento econômico e de padrão de vida nos estados capitalistas avançados, durante os anos 1950 e 1960. A gradual globalização da economia, atrelada à disseminação do modelo industrial de fabricação em massa estadunidense, modificou os padrões de produção em todos os setores, incluindo o da construção civil. Segundo Hobsbawn (1994), “construtores de estradas e ‘incorporadores’ imobiliários, descobriram os incríveis lucros a serem obtidos numa era de boom secular de especulação” (HOBBSAWN, 1994, s.p). Além disso, a utilização de métodos industriais intensificou a velocidade de concepção das obras, o que gerou como resultado a construção em massa de conjuntos habitacionais baratos, que tomavam os arredores da cidade, ao passo que nos centros urbanos os arranha-céus tomavam cada vez mais espaço.

Em termos de demografia, o período apresentou uma elevação da expectativa de vida nos países do Hemisfério Norte e um aumento expressivo de população no Hemisfério Sul, que começou a se industrializar. A produção de alimentos sofreu um incremento ainda maior que o de população, atingindo - guardadas as proporções - a todos os continentes, diminuindo o impacto sobre os gastos individuais de subsistência. Nos países centrais, era agora possível o cidadão médio viver como só os muito ricos tinham vivido no tempo de seus pais - a não ser claro, pelas inovações do avanço tecnológico (HOBBSAWN, 1994).

Esse aspecto, primordialmente, foi responsável pelos principais impactos de mudança no modo de vida comum. Os novos equipamentos de comunicação, como a televisão; a criação de novos materiais, como o plástico; o avanço do uso dos automóveis e aumento da mecanização das atividades do campo, são alguns dos produtos da expansão tecnológica da época, também influenciada pelos baixos gastos de compra dos barris de petróleo importados do Oriente Médio. Assim, aos poucos, a consciência coletiva passou a se alterar, estabelecendo-se o que se tem por uma “sociedade da troca” (Marcuse, 1965, p. 179 apud SANTOS, 2018, p. 25). Com a progressiva mecanização da produção em todos os setores, o cidadão passou a admitir um caráter principal de consumidor de bens e serviços, ao passo em que se operava a consolidação de um pro-

cesso de alienação generalizada e expropriação do corpo e do vivido (LEFEBVRE, 1991). A novidade tornou-se, então, um recurso de venda e os novos artefatos tornavam-se obsoletos rapidamente. Esses aspectos, ao longo dos anos, reproduziram como subprodutos a deterioração ecológica e uma nova crise por acumulação de capital no início da década de 1970 (HARVEY, 2008; HOBBSAWN, 1994).

Onde estamos?

A virada neoliberal e a emergência da cidade pós-industrial

Problemas fiscais do final da década de 1960, descontrole do fluxo de moeda estadunidense e posterior saída do país do Acordo de Bretton Woods - que veio a colapsar -, somado à crise gerada pelo embargo dos cartéis de petróleo e uma posterior quebra da bolsa, em 1973-1974, causaram o rompimento do ritmo ascendente da Era de Ouro e da sociedade industrial avançada, que viu taxas de desemprego e inflação avançarem rapidamente (HARVEY, 2008). Foi, portanto, necessário encontrar uma alternativa às políticas do liberalismo embutido, o que, mesmo após investidas de Estados e de partidos socialistas, acabou por dar espaço para aqueles que defendiam o resgate das liberdades de mercado, com menor atuação e intervenção pública (HARVEY, 2008; KAYSER, 2019).

Dado o contexto econômico de crise de acumulação produtiva dos Estados de bem-estar social, uma contrarresposta passou a se pôr em prática, a partir da qual despontaram os primeiros passos de uma futura “revolução neoliberal” (KAYSER, 2019, p. 3). Desde o início da década de 1970 até o final da década de 1980, o mundo, cada vez mais interconectado política e economicamente, passou por um período de instabilidades e incertezas decorrentes das adaptações e dos rearranjos desse novo modelo de capitalismo, para os diferentes contextos geoinstitucionais (BRENNER; PECK; THEODORE, 2012; SANTOS, 2018).

A ideologia originária do período entreguerras, e impulsionada por um grupo de pensadores⁷ dispostos a reformular alguns dos princípios do liberalismo clássico

7 O grupo em questão é composto por integrantes do Colóquio de Walter Lippmann, ocorrido em 1938 tido como o momento de origem da concepção do sistema normativo neoliberal (ainda transitório entre “novo liberalismo” e “neoliberalismo” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.) e também pelos compo-

e que tinha sido, até então, ignorada pelas políticas socialdemocratas, acabou ganhando espaço, após a insatisfação generalizada estabelecida pela crise dos governos industriais avançados (HARVEY, 2008). O princípio da liberdade, herdado da teoria liberal, vai encontrar um eco nos movimentos de Maio de 1968, que reivindicavam um conceito homônimo. Assim, esse conjunto de ideias é favorecido pela ebulição social súbita do período, através da qual acaba obtendo uma legitimação necessária para se estabelecer como sistema. No entanto, enquanto para os movimentos de contracultura “liberdade” aproximava-se de um direito social, para os neoliberais, a interpretação encara um viés muito mais econômico (DARDOT; LAVAL, 2016).

No campo ideal, o neoliberalismo propõe que o bem-estar humano pode ser alcançado através da provisão de liberdades aos empreendedores individuais, no âmbito de uma estrutura institucional que se pauta, sobretudo, nos direitos de propriedade privada, livre mercado e livre comércio com abertura internacional de investimentos. Para isso, conta com a desregulação estatal da economia e abertura ao mercado externo, fundamentada na privatização de instituições públicas e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social, opondo-se ao caráter dos governos dos 30 anos anteriores (BRENNER; THEODORE, 2002). Segundo Harvey:

os neoliberais alegavam que as decisões do Estado estavam fadadas à tendenciosidade política, que dependia da força dos grupos de interesse envolvidos (como os sindicatos, os ambientalistas ou os grupos de pressão corporativos). As decisões do Estado em questões de investimento e acumulação do capital estavam fadadas a ser erradas porque as informações à disposição do Estado não podiam rivalizar com as contidas nos sinais do mercado (HARVEY, 2008, s.p.).

Ainda, sob um ponto de vista pragmático, Brenner, Peck e Theodore, conceituam o neoliberalismo como uma política que

entes da Sociedade Mont Saint Pèlerin, formado cerca de 10 anos depois, como um prolongamento do colóquio, composto de economistas, historiadores e filósofos acadêmicos (como Ludwig von Mises, Milton Friedman e Karl Popper) que se congregavam em torno do filósofo político austríaco Friedrich von Hayek, agora tratando diretamente do neoliberalismo como um pensamento ainda mais crítico ao intervencionismo de Estado e ao coletivismo (DARDOT; LAVAL, 2016).

prioriza respostas baseadas no mercado, orientadas para o mercado ou disciplinadas pelo mercado para problemas regulatórios; esforça-se para intensificar a [mercadorização] em todos os domínios da vida social; e, frequentemente, mobiliza instrumentos financeiros especulativos para abrir novas arenas para a realização capitalista de lucros (BRENNER; PECK; THEODORE , 2012, p. 17).

No entanto, na prática, o Estado teve função fundamental como agente intervenor para uma implantação austera das medidas que garantiriam essa reestruturação. A primeira experiência de governo neoliberal foi representada pelo governo autoritário implantado no Chile em 1973, sob influência de um grupo de economistas estadunidenses e elites locais. Na ocasião, foi conduzido um programa de amplas privatizações de empresas públicas, abertura do mercado para investimentos externos, privatização da seguridade social, entre outras medidas políticas como a repressão popular (HARVEY, 2008; KAYSER, 2019; SANTOS, 2018). O resultado, ao contrário do previsto pelos ideólogos, foi uma derrocada econômica no país, com a “monopolização e liquidação para o capital estrangeiro, desemprego e fome, saúde declinante e crime ascendente” (Frank, 1976, p. 880 apud SANTOS, 2018, p. 53). Ainda assim, ao final da década de 1970 e início da década de 1980, com o apoio dos governos dos EUA e da Inglaterra, comprometidos com a reformulação econômica, o projeto neoliberal passou a se estabelecer, gradualmente, de forma hegemônica. Esse processo, segundo Harvey:

envolveu muita destruição criativa⁸, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais, mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e hábitos do cora-

8 Por destruição criativa entende-se o processo de renovação das relações sociais capitalistas, incluindo a produção intelectual e cultural, movido pelas leis coercitivas da competição e das condições de classes, endêmicas no capitalismo. A destruição, desse modo, se apresenta como elemento primordial das mudanças do padrão de acumulação e arranjos políticos-institucionais, que abre espaço para novos canais de exploração e diferenciadas formas de consumo e investimento orientados pelo mercado, tendo influência, também, em modificações de paisagem (BRENNER; THEODORE, 2002; CARDOSO, 2018).

ção (HARVEY, 2008, s.p.).

De maneira geral, as mudanças engendradas pela adesão a essa ideologia, no decorrer das décadas subsequentes do século XX, procuravam enquadrar as ações humanas sob uma lógica de mercado, a qual se incorporou ao cotidiano comum em todas as instâncias, das relações de trabalho ao estilo de vida. “A economia é o método, mas o objetivo é o espírito” (STANISLAW; YERGIN, 1999, s.p. apud HARVEY, 2008, s.p.). Nesse sentido, os princípios sociais a serem difundidos, seriam, sobretudo, o individualismo e aqueles de valor familiar e de tom conservador. Para os governos precursores da introdução do neoliberalismo como ideologia, a sociedade não existia, mas, sim, apenas homens, mulheres e suas famílias (HARVEY, 2008).

Isto posto, para os autores pesquisados, observou-se como consequências dessas transformações: o crescimento da insegurança social; a pressão negativa sobre os salários reais e poder de compra das classes trabalhadoras; a diminuição de impostos e taxas sobre atividades corporativas; o desmantelamento de programas de proteção social; a intensificação da competitividade interlocalidades; e a exponencial concentração de renda, que resgatou - ou aumentou - quadros de desigualdades sociais por todo o mundo (BRENNER; THEODORE, 2002; SANTOS, 2018).

Para esses dois últimos fatores, é importante dedicar especial atenção para um aspecto específico de contraposição ideal *versus* real do neoliberalismo. De acordo com Harvey (2008) e Santos (2018), as iniciativas individuais e o senso competitivo de mercado são as peças fundamentais da inovação e da criação de riqueza, dentro desse sistema. Dessa forma, sob o pressuposto de um perfeito acesso a informações e de igualdade de condições para todos, imagina-se um “efeito multiplicador” (HARVEY, 2008, s.p.), ou seja, um incentivo generalizado ao investimento individual, através do qual se erradicaria a pobreza. Nesse sentido, Harvey atenta para os impactos da criação do poder de uma elite econômica, baseada nas grandes corporações, que se configuraram a partir do cenário estabelecido de orientação crescentemente financeira.

A tendência de desregulamentação do mercado nos setores econômicos, apoiado pelos desenvolvimentos tecnológicos do período, abriu espaço para o exercício de influência do campo de negócios - baseado, majoritariamente, no setor de bens não materiais -, formado por um grupo diversificado de indivíduos do meio comercial, financeiro e especulativo, que passou a substituir a predominância da economia de pro-

dução ligada às fábricas. A “rigidez” (HARVEY, 1989, p. 135) do capitalismo industrial, de investimentos programados em nichos de produção em massa já não acompanhava as instabilidades do sistema econômico, que passou a assistir um movimento de transferência de fábricas para países periféricos, que buscavam mão de obra barata. A saída, para os países centrais, deu-se pela recorrência à flexibilidade da política monetária, associada a medidas de aceleração do tempo de giro de capital, calcadas nas inovações tecnológicas e informacionais. (HARVEY, 1989)

A partir das décadas de 1970 e 1980, estabeleceu-se sobre esta lógica um período de reestruturação econômica internacional, que regeu alterações de organização industrial, social e política. Nesse novo regime de acumulação, definido por Harvey como “acumulação flexível” (HARVEY, 1989, p. 140), as relações de trabalho, produção e consumo são pautadas na instabilidade de regimes de contrato, na “compressão do espaço-tempo” (HARVEY, 1989, p. 140) das transações públicas e privadas e na volatilidade dos bens produzidos. O setor de serviços, sobretudo na área relacionada ao mercado financeiro, promoveu o desponte de empresários chefes de corporações como um novo poderio econômico - cada vez mais próximo das decisões de Estado e assuntos globais - detentor de fortunas pessoais alcançadas rapidamente ao longo desse processo e de maior força de controle sobre as cadeias de trabalho (HARVEY 1989, HARVEY, 2008; FERREIRA, 2003).

Como efeito, observou-se, principalmente nas economias centrais, um avanço considerável nos índices de concentração de renda e de hiato entre as classes sociais (SANTOS, 2018). De acordo com Harvey, depois da implementação das políticas neoliberais:

a parcela de renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% [...] perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000 (HARVEY, 2008, s.p.).

De fato, o efeito era global e em todo o mundo observou-se o crescimento de-

senfreado da distribuição desigual de capital e da desigualdade entre classes, principalmente após a década de 1980. Segundo Harvey (2008), em 1996, o patrimônio líquido das 358 pessoas mais ricas do mundo, era equivalente à renda combinada dos 45% mais pobres da população mundial (cerca de 2,3 bilhões de pessoas)⁹ e os ativos dos três maiores bilionários alcançavam um valor superior ao PIB combinado de todos os países considerados menos desenvolvidos (cerca de 600 milhões de pessoas) (HARVEY, 2008).

Do outro lado da pirâmide social, por sua vez, as mudanças econômicas neoliberais desencadearam uma tendência geral à precarização, à insegurança, ao desemprego e ao subemprego. Mesmo nos países desenvolvidos, um grande contingente industrial de reserva gerado pelas transformações da desindustrialização, decorrente da substituição gradual da economia de produção para a economia da financeirização, junto ao desmonte das organizações trabalhistas e de contextos frequentes de crises econômicas, como recentemente, em 2008, e posteriores, formou uma grande massa populacional designada, por pesquisadores (HARVEY, 2014), como o “preariado” (Guy Standing, 2014, s.p. apud SANTOS, 2018, p. 64). O termo, neologismo resultante da união dos termos “precarização” e “proletariado”, faz referência às condições de incerteza e fragilidade da vida como um todo, que passam a acometer uma parcela significativa da população mundial que se tornou supranumerária diante da atualização das competências econômicas e sociais e se vê, em boa parte, submetida ao mercado da informalidade (SANTOS, 2018).

Nesse contexto, segundo Standing (2014 apud SANTOS, 2018, p. 64), o crescente inchaço do preariado nas últimas décadas deve ser compreendido junto ao fenômeno da globalização¹⁰, em especial a globalização de mercado de trabalho, que

9 A título de comparação com o cenário atual, de acordo com dados obtidos a partir de relatório da organização não governamental Oxfam, em 2018, as 26 pessoas mais ricas do mundo detinham a mesma riqueza combinada dos 3,8 bilhões mais pobres, o que corresponde a 50% da humanidade (AGÊNCIA BRASIL, 2019)

10 Atenta-se para a compreensão do termo “globalização”: segundo Rizzo (2013), apesar de haver uma “romantização” da palavra, que o define como um processo de forças maiores que atuam sobre o mundo, aproximando-o, é importante entendê-lo como um agravamento de processos que decorrem de outras épocas do capitalismo - como o imperialismo -, representados pela competitividade e pela produção e reprodução de desigualdades. Para Ferreira (2003), no contexto nacional, a “globalização”, é tida como um fenômeno ideológico de imposição da expansão do “mercado mundial”, através da

trouxe uma condição de competição irrefreável virtualmente entre os trabalhadores do mundo inteiro, pela primeira vez na história do capitalismo. No contexto das cidades, palcos desses desdobramentos, o raciocínio neoliberal, globalizado, surte efeitos semelhantes em termos de transformação para a mentalidade do mercado, em parte, ligados à competição e ao seu reposicionamento, nacional e/ou internacionalmente.

Onde vivemos?

A consolidação da cidade pós-industrial, neoliberal

Ao passo que a “reestruturação produtiva” (HARVEY, 1992, n.p, apud Ferreira, 2003, p. 48), tecnológica e informacional incluiu os preceitos da lógica neoliberal sobre o campo do trabalho e da economia em geral, a dinâmica urbana socioespacial também ficou sujeita a um novo processo de modificação. O aumento exponencial do volume de fluxos econômicos internacionais e a progressiva desindustrialização de grandes cidades das economias centrais impactou profundamente na matriz funcionalista modernista-tecnocrática de planejamento urbano, que já não podia atender às exigências do novo sistema flexível de acumulação (MARICATO, 2000; FERREIRA, 2003). Segundo Harvey:

a megalópole dos anos 1960 sofreu uma agudização da fragmentação e da dispersão, particularmente nos Estados Unidos, na medida em que a desconcentração urbana avança na produção de um tipo de “cidade expandida (HARVEY, 1996, p. 51).

A degradação acelerada e o abandono de grandes centros urbanos de países industrializados, devido à elevação das taxas de desemprego decorrentes da substituição da mão de obra nas fábricas, assim como pela crise de consumo, resultou em uma redefinição da distribuição espacial do processo produtivo. (FERREIRA, 2003). Assim, como solução inicial, optou-se pela reestruturação regional. A esta estratégia, coube a dispersão do local de produção, para a qual preservou-se setores de pesquisa e desenvolvimento nos centros urbanos, enquanto transferiu-se atividades de mão de obra

adoção generalizada de políticas neoliberais alinhadas às diretrizes do Consenso de Washington.

qualificada para regiões industriais urbanas. Os serviços de baixo custo e mão de obra não qualificada, por sua vez, foram reestabelecidos em áreas rurais ou para países periféricos (FERREIRA, 2003).

Dessa maneira, aos núcleos urbanos das economias centrais coube o papel de investir na progressiva especialização de grupos próprios do setor terciário avançado. Passa-se, então, a desenvolver, nessas localidades, atividades relativas à gestão empresarial, serviços financeiros, contabilidade, publicidade, informática e telecomunicações, além outros serviços de apoio a essas empresas (Sassen, 1999 apud FERREIRA, 2003, p. 87), em resposta às demandas das transações de mercado que despontavam como determinantes da dinâmica econômica empresarial e das multinacionais que nelas se concentravam (CARVALHO, 2000; FERREIRA, 2003).

A racionalidade do mercado financeiro¹¹ - mais próxima da privatização -, cada vez mais imperante, fomentaram os esforços pela atratividade de negociações e investimentos entre o capital financeiro internacional e os poderes urbanos locais, o que coloca as cidades em um circuito mundial de competitividade interurbana por empregos e capital de somatória zero (HARVEY, 1996). Para Vainer, “a nova questão urbana teria, agora, como nexos central a problemática da competitividade urbana” (VAINER, 2000, p. 76). Assim, da mesma forma que empresas, as cidades passaram a desenvolver estratégias políticas, econômicas e culturais, buscando oferecer “melhores condições do que as outras cidades para receber as forças da economia global, capazes de dar-lhes sobrevivência e um novo dinamismo ‘conectado’ à ‘modernidade global’” (FERREIRA, 2003, p. 159). É a partir dessa perspectiva que se dissemina o ideal de “cidade global”.

Ao longo da década de 1980 ganha fôlego a visão de que as grandes cidades de todo o mundo deveriam adaptar-se às exigências de competitividade da economia financeira internacionalizada e do aumento das atividades terciárias avançadas. As “cidades globais”, segundo Carvalho são aquelas que se configuram como

“Nó” ou “ponto nodal” entre a economia nacional e o mercado mundial, congregando em seu território um grande número das principais empresas transnacionais; cujas atividades econômicas se concen-

11 Baseado em Rizzo (2013), o mercado financeiro, ou a financeirização da economia significa que as principais transações econômicas se dão pela concessão de crédito, de um lado, e o endividamento de outro, sendo os juros a taxa de lucro desse processo.

trassem no setor de serviços especializados e de alta tecnologia, em detrimento das atividades industriais (CARVALHO, 2000, p. 72).

Ainda, de acordo com Ferreira (2003), a “cidade global” deve ser “palco de grande volume de negócios transnacionais” (FERREIRA, 2003, p. 50), o que significa receber intenso fluxo de turismo de negócios, abrigar bolsas de valores importantes e apresentar uma supremacia econômica de apoio às empresas de atualização globalizada. Isto implica em obter um alto grau de especialização do emprego voltado para negócios e serviços financeiros, ao mesmo tempo que deve-se manter um número razoável de mão de obra para atividades de baixa remuneração, relativas a serviços de apoio logístico, como limpeza, segurança de edifícios, etc. Além disso, essas cidades devem dispor de infraestrutura de inovação (telecomunicação e informática) e de suporte à cultura (centros para grandes eventos de circuito mundial), as quais tendem a se concentrar em distritos compostos por grande número de edifícios de alta tecnologia, precursores do conceito complementar de “cidade inteligente”¹², difundido a menos tempo. Outro aspecto também reconhecido para as cidades alinhadas à lógica neoliberal é a presença representativa de atividades hoteleiras e turísticas de lazer (FERREIRA, 2003; HARVEY, 1996).

Assim, progressivamente, as características historicamente consolidadas para as grandes metrópoles dos países de industrialização avançada, tidas como protagonistas das transformações do capitalismo, passam a ser tomadas como atributos - ou adaptações - compelidos mundialmente para as cidades de outros países (centrais e periféricos), através da difusão de um “pensamento único”¹³, que se apresenta como

12 Segundo Coutinho et al. (2019) o conceito de “cidade inteligente” ganha visibilidade em 2010, na Europa, em um contexto de reestruturação de indústrias de energia, focado em produções mais limpas e sustentáveis. No entanto, os autores inferem que a ideia é sustentada por grandes multinacionais das indústrias de tecnologia e serviços desde o começo do século XXI, visando a geração de novos mercados no setor. Em resumo, uma cidade inteligente é aquela que admite a influência das novas tecnologias de comunicação e informação no seu planejamento e administração (através de indicadores de desempenho) enquanto investe em áreas específicas do conhecimento, voltadas para empreendedorismo, comunicação, inovação tecnológica, design e outras profissões relativas à criatividade. Assim, é visada a otimização da cidade, para torná-la mais competitiva do ponto de vista do mercado internacional, cada vez mais conectado (LEITE; AWAD, 2012).

13 O termo “pensamento único” foi cunhado por Ignacio Ramonet, em 1995, o qual o classificou como a “tradução em termos ideológicos com pretensões universais, dos interesses de um conjunto

caminho para a garantia da sua inserção no circuito de fluxos econômicos internacionais (CARVALHO, 2000), através do atendimento de suas demandas e que desconsidera aspectos inerentes à produção intraurbana preexistentes (FERREIRA, 2003). A esse arcabouço ideológico, atribui-se, para autores como Ferreira (2003), Harvey (1996) e Maricato (2000), o intuito de ampliar a soberania de economias avançadas, ao mesmo tempo que, a partir das novas adaptações, depreendeu-se a abertura total de mercados externos, possibilitando o escoamento de acumulação para países em desenvolvimento, vistos como locais de consumo potencial.

Como exemplo, constitui-se, para a América Latina, no início da década de 1990, o Consenso de Washington, cartilha pela qual países como o Brasil e o México, inseridos em contextos de crise desde a década de 1980, adotaram um forte aparato de imposição econômica, cultural e política, posto em prática pelos países industrializados (FERREIRA, 2003). De forma geral, esse documento pauta a soberania absoluta do mercado, interna e externa aos países, como princípio norteador, acompanhado de aspectos relativos à diminuição do Estado - como a privatização de instituições estatais - e erosão do conceito de Nação, em nome da adesão ao capitalismo global, como meio de retomada da economia (MARICATO, 2000; FERREIRA, 2003).

No âmbito geral, no entanto, havia a necessidade de se encontrar fórmulas para que as cidades pudessem se tornar “globais”. Nesse sentido, despontam as teorias do planejamento urbano estratégico e marketing urbano, em substituição ao formato modernista-tecnocrático, como cartilhas internacionais de adesão aos princípios urbanos pós-industriais, e que seguem correntes até hoje. Com base histórica em conceitos e técnicas militares, transpostos, posteriormente, para o campo empresarial, o planejamento estratégico ganha visibilidade e adesão no âmbito urbano após a experiência de Barcelona, empreendida por ocasião dos Jogos Olímpicos de 1992. Sob a égide da competitividade, do liberalismo e da onipotência absoluta do capital, na lógica desse

de forças econômicas, e em particular das do capital internacional” que buscam hegemonizar um instrumental de imposição universal de domínio absoluto da economia e do mercado, sobre rumos políticos, sociais e culturais do mundo globalizado capitalista. No Brasil, o termo aproximou-se da discussão acerca das análises do urbano sobretudo através dos textos de Carlos Vainer, Ermínia Maricato e Otilia Arantes (2001), os quais direcionaram esforços para analisá-lo a partir da quebra do senso comum, o qual o atribuía uma inexorabilidade e inevitabilidade sobre a forma de planejar as cidades (FERREIRA, 2000).

método de planejar e administrar, as cidades tornam-se “cidade-empresa” (VAINER, 2000, p. 90) e devem atuar em um mercado de cidades, sendo competitivas, ágeis e flexíveis (FERREIRA, 2003; VAINER, 2000).

Para isso, portanto, estas devem seguir alguns preceitos básicos, como analisado por Vainer (2000) e Harvey (1996). Para o primeiro, no texto “Pátria, empresa e mercadoria”, denota-se que o esforço desse instrumento de planejamento se dá em torno da apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados, com base no encolhimento do aspecto político, da eliminação do conflito e condições do exercício da cidadania (VAINER, 2000). Assim, para o entendimento da cidade como mercadoria, depreende-se que esta deva ser vendida, em um mercado extremamente competitivo, utilizando-se de princípios do chamado “marketing urbano” como norteadores de processo de planejamento e gestão (VAINER, 2000, p. 79). Sob esta ótica deve-se valorizar e divulgar produtos urbanos - investimentos e empreendimentos pontuais - específicos, que se constituem como de interesse para o mercado transnacional, e apresentem boa “imagem” (Ascher, 1994, p. 85 apud VAINER, p. 81), tais como: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, escritórios de informação, e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, e segurança adequada, entre outros. Para isso, portanto, deve-se configurar um centro urbano de gestão e serviços avançados, organizado, segundo Borja e Castells:

invariavelmente, em torno de um aeroporto internacional; um sistema de telecomunicações por satélite; hotéis de luxo, com segurança adequada; serviços de assistência secretarial de inglês; empresas financeiras e de consultoria com conhecimento da região; escritórios de governos regionais e locais capazes de proporcionar informação e infra-estrutura de apoio ao investidor internacional; um mercado de trabalho local com pessoal qualificado em serviços avançados e infra-estrutura tecnológica. (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 37 apud VAINER, 2000, p. 81)

Em suma, todas as cidades devem vender os mesmos produtos, para os mesmos compradores virtuais, que têm as necessidades iguais - isto é, investidores internacionais. A cidade-mercadoria tem um público consumidor específico e qualificado,

constituído por usuários com um padrão de renda elevado, que podem custear os investimentos a elas aplicados (VAINER, 2000). Nesse sentido, segundo o autor, novamente citando Borja e Castells, “o governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestruturas e serviços” (Borja e Castells, 1996, p. 160 apud VAINER, p. 80).

Para a compreensão da cidade como empresa, de maneira específica, Vainer pontua os aspectos competitivos que envolvem as cidades pós-industriais, no sentido de denotar como estas são entendidas, para os precursores do planejamento urbano estratégico, como entidades empresariais: “as grandes cidades são as multinacionais do século XXI” (Borja e Castells, 1996, p. 190 apud VAINER, 2000, p. 84). Assim, diferentemente do entendimento modernista, para o qual as cidades tomavam das empresas os princípios de unidades de produção, regidos por princípios de organização, para os novos planejadores, a urbe se espelha na empresa enquanto gestão e negócios, encarando-a como agente econômico que atua em um contexto mercadológico internacional (VAINER, 2000).

Como consequência, o planejamento urbano estratégico proporciona uma aproximação gradual entre governos e entidades privadas no sentido de, para o primeiro, obter proximidade com agentes do mercado que possam fornecer e/ou liderar estratégias de destinação de investimentos enquanto, para o segundo, significa intervir no espaço urbano, influenciando diretamente as decisões da administração pública. “A analogia cidade-empresa desliza, suave e sutilmente, para uma analogia cidade-empresários.” (VAINER, 2000, p. 89). Dessa forma, Vainer infere que ao formalizar a instituição das parcerias público-privadas para o planejamento de cidades, destituiu-se, por outro lado, grupos com “escassa relevância estratégica” (Forn e Foxá, 1993, p. 11 apud VAINER, 2000, p. 89), ou seja, os grupos menos abastados, em um processo de despolitização da cidade, agora vista como “lugar de inscrição territorial de formas de gestão, e não mais suporte de identidade política [...] como território de exercício da democracia local” (Dreyfuss e Marchand, 1995, p. 73 apud VAINER, 2000, p. 90).

Sobre essa visão, Vainer desenvolve o terceiro aspecto proposto como implicação do planejamento urbano estratégico, definido pela concepção de um ideal de “pátria” para as cidades. Para o autor, como mencionado anteriormente, a instauração da cidade-empresa estabelece uma “negação radical da cidade enquanto espaço polí-

tico” (VAINER, 2000, p. 91). Dessa maneira, se faz necessário estabelecer um consenso comum entre os seus habitantes, eliminando discordâncias políticas que possam interferir no processo estratégico de gestão e desviá-lo do seu propósito realista, o interesse de mercado. Nesse sentido, Vainer coloca que: “sem consenso, não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende, que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas em torno ao projeto” (VAINER, 2000, p. 91)

Com a finalidade de atingir esse objetivo, são apresentadas três condições a serem seguidas, dentro deste método de planejamento, a saber: a sensação (ou percepção) generalizada de crise de crescimento ou perda de oportunidades, que produza como efeito uma trégua nos conflitos internos; a criação de um patriotismo de cidade, como vetor de reprodução das condições de paz social, apoiado em obras e serviços visíveis, de caráter monumental e simbólico e na promoção interna à cidade de sentido de pertencimento e vontade coletiva; e o encolhimento do senso político, a partir da criação de uma liderança urbana - “uma presidencialização do papel do prefeito” (Dreyfuss e Marchand, p. 100 apud VAINER, 2000, p 97) - capaz de manter a trégua e a unidade política urbana, capaz de afrontar, com base no patriotismo cívico, outras cidades. Dessa forma, o autor denota que, para a manutenção dos interesses do planejamento urbano estratégico, deve-se manter o compromisso de garantir, por esses meios, o bom andamento dos negócios nos quais a cidade está engajada, e a possibilidade de disputar o direito da cidade de ser escolhida como localização dos próximos investimentos (VAINER, 2000).

Referência para o estudo de Vainer, o texto “Do gerenciamento ao empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio” de David Harvey, endossa o sentido de transformação das cidades em “empresas”, atribuído pelo primeiro autor, apresentando, ainda, algumas peculiaridades que remetem à aplicação da ideologia neoliberal na prática urbana, representada pelo planejamento urbano estratégico. Nesse sentido, Harvey descreve, inicialmente, quatro “estratégias alternativas para a administração urbana” (HARVEY, 1996, p. 54) voltadas ao enquadramento das cidades nesse cenário econômico internacional, como respostas às suas demandas.

A primeira, a competição no quadro da divisão internacional de trabalhos, indica que os planejadores devem direcionar esforços para a exploração de vantagens

específicas de cada cidade para a produção de bens e serviços, que podem ser obtidas através do emprego de intervenções econômicas, como a provisão de capitais de risco para novos empreendimentos, bem como pela redução de custos fundiários locais via subsídios (redução ou isenção de impostos, crédito barato ou compra de terrenos).

A segunda estratégia deve tratar da divisão espacial do consumo; em resumo, esta objetiva criar espaços valorizados do ponto de vista da qualidade de vida, inovação cultural, tomando por princípios a renovação urbana e, eventualmente, a atividade turística. “Acima de tudo, a cidade tem que parecer como lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, para jogar ou consumir” (HARVEY, 1996, p. 55).

O terceiro ponto estratégico apontado pelo autor trata da intenção de transformar a cidade em uma “cidade-informação” (HARVEY, 1996, p. 55), como um centro de controle e função de comando de grandes operações financeira, para a qual a exportação de serviços financeiros, de informação e de produção de conhecimento se torne a base para a sobrevivência urbana. Para isso, deve-se investir em transportes e comunicações e provisões educacionais como escolas jurídicas e de administração além de setores de produção de alta tecnologia e habilidades em mídia. Por último, a quarta estratégia apresentada por Harvey diz respeito à competição intranacional, pela qual as cidades, submetidas à influência de alianças classes dominantes locais, devem competir por redistribuições de excedentes dos governos centrais, em busca de “explorar os mecanismos econômicos [...] como meio de sobrevivência urbana” (HARVEY, 1996, p. 56).

Todos esses pontos, contudo, são precursores de implicações macroeconômicas da competição interurbana, para as quais Harvey tece perspectivas críticas desse molde de “empresariamento da gestão urbana” (HARVEY, 1996, p. 61). Assim, o autor apresenta reflexões acerca dos novos padrões de empreendimento imobiliário e suas estratégias de divulgação, que, orientados pela constante busca por “inovações” (HARVEY, 1996, p. 59) como forma de destaque entre o mercado urbano internacional, acabam por fragmentar o processo total de planejamento e, conseqüentemente, produzem cenários de maior polarização na distribuição social de renda.

Nessa percepção, é apresentado um encadeamento de aspectos, pertinentes a esse contexto, para o quais são atribuídas como agentes as coalizões políticas locais. Estas dizem respeito aos arranjos entre o poder público e entidades privadas, como

empresários ou empresas, que passam a desempenhar o papel de administradores urbanos, direcionando esforços para a tentativa de reposicionamento das cidades no curso do cenário competitivo mundial. Para isso, essas parcerias buscam elaborar renovações urbanas que tangem não apenas os aspectos físicos, mas também estilos de vida, formas culturais e associações de produtos e serviços, no sentido de agregar - ou expandir - valores de troca a espaços da cidade, através de um acelerado processo de destruição criativa (HARVEY, 1996).

Um primeiro aspecto diz respeito a alterações nas demandas principais de trabalho, para as quais são apontadas solicitações específicas de duas categorias de profissionais. Se por um lado, criam-se empregos relativos a setores informacionais, de alta tecnologia e do mercado financeiro - altamente remunerados, por outro, aumenta-se a demanda por setores de função de apoio a essas atividades, como serviços de limpeza, controles de portarias e outras funções gerenciais de baixa remuneração - para as quais cabem recortes de etnia, gênero e sexualidade - o que, segundo Harvey, conserva ou agrava quadros de disparidade social. Para além desses, é mencionada também a crescente entrada no mercado informal, marcado pelas subcontratações, decorrente do grande volume de mão de obra de reserva gerada por altos índices de desemprego generalizado (HARVEY, 1996).

No campo das intervenções imobiliárias, são apontadas as renovações urbanas como aspecto estratégico para a criação de um ideário coletivo interno, no sentido de “contrapor o sentido de alienação e anomia” sociais do contexto urbano, (HARVEY, 1996, p. 60) e criar um sentido cívico - a “cidade-pátria” de Vainer (2000) - enquanto, por outro lado, pretende-se criar um imaginário urbano atraente, para os propósitos competitivos, através de intervenções que recharacterizam espaços tidos como degradados pelo poderes interventores. Ao apresentar esse ponto, Harvey dedica atenção especial para o mascaramento da realidade, particular dessa prática. Ao utilizar a cidade de Baltimore, nos Estados Unidos, como exemplo, o autor expõe que a renovação urbana em questão:

Apresenta Baltimore de uma nova maneira, rendendo à cidade o título de “cidade da renascença”, e colocando-a na capa da revista Time, encobrendo sua imagem de melancolia e pobreza. Não importa que a realidade seja a de empobrecimento e deterioração urbana gene-

realizada, que através de uma pesquisa local abrangente, baseada em entrevistas com a comunidade, os líderes civis e empresariais identificassem um “falso brilho sobre a podridão” (SZANTON, 1986), que um relatório do Congresso de 1984 descrevesse a cidade como uma das mais “carentes” dos Estados Unidos e que um estudo abrangente do Renascimento por Levine (1987) mostrasse reiteradamente quão parcial e limitados eram os benefícios e de como a cidade como um todo estava acelerando em vez de diminuir o seu declínio. A imagem de prosperidade esconde tudo isso, mascara as dificuldades subjacentes e projeta uma imagem de sucesso que se espalha internacionalmente (HARVEY, 1996, p. 39-40).

Nesse sentido, o autor tende a defrontar as peculiaridades relativas à retomada¹⁴ da competição interurbana e à acumulação de capital com as realidades sociais próprias aos arranjos particulares de diferentes cidades. Ao debruçar-se sobre empresariamento da gestão urbana, a crítica de Harvey, nesse texto indica que os estudos sobre a temática deveriam focalizar o contraste entre o vigor superficial de projetos de revitalização de economias urbanas enfraquecidas, frente às condições urbanas aos quais estão sendo impostos. Dessa forma, gera-se um padrão geográfico de cidades compostas de contrastes, com “um centro renovado, cercado por um mar de pobreza crescente” (HARVEY, 1996, p. 62), para o qual a trajetória e o crescimento do empresariamento urbano tendem a aprofundar as relações capitalistas de desenvolvimento desigual, submetido a alianças locais movidas por interesses políticos.

14 É importante mencionar que Harvey (1996), assim como outros autores tais como Ferreira (2003) esclarecem que o senso competitivo de mercado entre cidades não é uma ocorrência nova, consequente da economia financeira. Ao remontar à história, observa-se esse padrão estabelecido já entre as primeiras cidades medievais, por ocasião do período das cruzadas. O que há, para esse último caso, é uma reacentuação desse ímpeto econômico-urbano.



Figura 12 - Letreiro Amsterdã, Países Baixos
Fonte: Hosie (2018)



Figura 13 - Letreiro Quito, Equador
Fonte: Menezes (2020)



Figura 14 - Letreiro Marará, Bahia
Fonte: Marará (2020)

Figura 15 - Letreiro Toronto, Canadá
Fonte: Doradea (2020)



Figura 16 - Letreiro Boa Vista do Ramos, Amazonas
Fonte: Doradea (2020)



Figura 17 - Letreiro Nova Iorque, Estados Unidos
Fonte: Highsmith (2018)



O Neoliberalismo Realmente Existente

A incorporação do planejamento urbano neoliberal sobre as peculiaridades territoriais

Os aspectos citados por Harvey (1996) e Vainer (2000), principalmente no que diz respeito ao agravamento das disparidades sociais urbanas e da concentração de investimentos, orientada pelos interesses de mercado, são corroborados por trabalhos como os de Brenner e Theodore (2002) e de Harvey (2014), que apresentam um panorama mundial, e de Maricato (2000) e de Ferreira (2003) que observam os efeitos sobre o contexto preexistente no Brasil, considerando os agravamentos da adesão aos princípios dessa ideologia de planejamento. Para todos, o planejamento urbano estratégico ou o urbanismo neoliberal são responsáveis por intensificar processo de desenvolvimento desigual intraurbano.

Brenner e Theodore (2002), por sua vez, cunham o termo “neoliberalismo realmente existente” (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 351 – tradução nossa), para o qual define-se, primeiramente, que há uma dissociação entre a teoria e a prática. Os autores observam que o Estado, tido como mínimo interventor nas relações de mercado, figura, em praticamente todos os casos, como agente catalisador da aderência do interesse mercadológico sobre as agendas públicas. Além disso, de acordo com os autores, os princípios rígidos da ideologia neoliberal, ao serem importados como um modelo único para todos os contextos econômicos e urbanos, assume condições idênticas para todos os territórios e deixa de atender ou de corresponder a peculiaridades e demandas internas preexistentes. Assim, atenta-se para a necessidade de uma percepção pragmática das múltiplas formas institucionais, de tendências de desenvolvimento e das diversas consequências sociopolíticas da importação dessas políticas (BRENNER; THEODORE, 2002).

No campo de pesquisa nacional, Ferreira (2003) defende que, para as cidades brasileiras, com “a ‘chegada’ ao Brasil das opções econômicas liberais ligadas à chamada ‘globalização’, não há uma inflexão negativa, mas apenas a continuidade da desigualdade” preexistente (FERREIRA, 2003, p. 112). Em outros termos, depreende-se que há um agravamento do cenário preexistente, que já se configurava a partir da concentração de renda e de uma estrutura sociais excludente, que remonta às origens da his-

tória do país. A implementação do modelo neoliberal em território nacional ocasionou um aumento na quantidade de ricos¹⁵ e de suas posses, a partir de atividades econômicas ligadas ao sistema financeiro. Por outro lado, a agenda de reformas administrativas neoliberais, aplicadas sobre o setor público e sobre regulamentação do trabalho, junto da reestruturação de empresas nacionais, contribuíram para o empobrecimento de parcelas da classe média e das camadas sociais mais baixas, em razão do desemprego e da deterioração do poder de compra (FERREIRA, 2003; FILGUEIRAS, 2006; ROLNIK, 2012).

Seguindo esse pensamento, Maricato desenvolve, no texto “As ideias fora do lugar e o Lugar Fora das ideias” uma perspectiva histórica sobre como o urbanismo brasileiro não se compromete com a realidade integral e concreta das cidades, mas, sim, com uma ordem que representa interesses de apenas uma parcela de indivíduos que se enquadram em uma “racionalidade burguesa” (MARICATO, 2000, p 122), reafirmando e reproduzindo privilégios. De maneira geral, a autora pontua, a partir de diferentes períodos históricos nacionais, como a caracterização do urbanismo e do planejamento urbano se desenharam a partir da cidade formal e instituída pela concentração de investimentos como produto de relações sociais. Esse processo, sobretudo, é pautado na importação de ideias políticas econômicas e culturais de países capitalistas – dissociadas da sua aplicação prática, marcada por diversas contradições -, ao longo dessa trajetória. Assim, o princípio de ilhas de desenvolvimento urbano, é reconhecido desde o período colonial, para o qual as cidades mantinham uma relação hierárquica com o restante do território, e serviam de porta de entrada para a lógica de dominação sobre o que interessava ao mercado internacional (Oliveira, 1984 s.p. apud MARICATO 2000, p. 136). Da mesma forma, são observadas as influências externas para o início do século XX, que difundiram os ideais higienistas que reformaram e dizimaram habitações de centros de cidade em nome do ideal de embelezamento urbano, como parte de um plano de elites (MARICATO, 2000).

No entanto, o planejamento urbano no Brasil toma força, com caráter estadista, durante o regime militar. Os moldes de concepção desses instrumentos, tecnocráticos e autoritários, pouco se engajaram com a realidade sociocultural urbana, que havia

15 Passou-se de 507 mil famílias ricas em 1980, para 1,16 milhão em 2000, as quais representavam 2,4% do total de 48,5 milhões de famílias brasileiras (FILGUEIRAS, 2006)

sofrido um inchaço e um desequilíbrio de distribuição de renda, em decorrência da “industrialização com baixos salários” (FERREIRA, 2003; MARICATO, 2000, p. 155). A população não foi ouvida e frequentemente nem mesmo os técnicos municipais foram. Paralelamente, mas não menos conseqüentemente, foi durante esse período que as cidades informais mais cresceram. Periferias extensas, de residências autoconstruídas, com infraestrutura urbana precária permaneceram alienadas dessa realidade de planejamento que concentrava investimentos em obras viárias alimentadoras da especulação fundiária nos grandes centros urbanos (MARICATO, 2000).

Essa perspectiva, a princípio, muda, em 2001, com a promulgação da Lei 10.257 de julho de 2001 – o Estatuto da Cidade – que regulamenta a política urbana nacional e apresenta princípios fundamentais como a função social da cidade e da propriedade e a participação popular nos processos decisórios sobre a política urbana no país (BRASIL, 2001). O instrumento legal, resultado do esforço coletivo de frentes políticas nacionais de movimentos populares organizados e grupos sindicalistas, é baseado na demanda pela renovação das práticas e instrumentos do planejamento urbano, assim como pela garantia da regularização de assentamentos informais. Contudo, a adesão progressiva à agenda neoliberal em âmbito político e econômico no país, desencadeou uma apropriação dos recursos do Estatuto pela lógica de mercado (FERREIRA, 2003; ROLNIK, 2013).

Para Rolnik (2013), a cultura de padrões político-elitistas de decisão de investimentos públicos, historicamente consolidada no contexto brasileiro, é retomada através da lógica descentralizadora e da articulação entre representantes de governos e redes oligárquicas. “[...] Além da inovação político-cultural, também ali estão presentes e vigorosos o clientelismo e uma espécie de neocorporativismo, renovando, com a entrada de novos atores, as velhas gramáticas que estruturam as relações políticas no país” (ROLNIK, 2013, n.p.). Este cenário, por sua vez, acaba tornando deficitária a aplicação plena do regimento legal, dentro de seus princípios fundamentais: “trata-se de uma lei que pode ou não ser implementada, a depender da vontade e capacidade do poder político local de inseri-la no vasto campo das intermediações do sistema político” (ROLNIK, 2009, p. 46).

Sob essa perspectiva, menciona-se a paradoxalidade da implementação dos dispositivos do Estatuto das Cidades atrelada à simultânea integração do planejam-

to estratégico sobre as administrações urbanas e a caracterização política nacional. Rolnik (2013) cita como exemplo o instrumento das Operações Urbanas Consorciadas, concebidas como áreas sob controle de parcerias público privadas, não submetidas as regras gerais de regulação da cidade, voltadas a atrair investimentos e promover melhorias sociais e ambientais, em consonância com o projeto maior de cidade. Na experiência prática, essas áreas tornam-se objeto de pressões externas de interesses privados, que minam o princípio redistributivo previsto pela fundamentação legal e as submetem a processos de exploração e maximização da valorização imobiliária, concentradores e excludentes (ROLNIK, 2013).

Ainda nesse contexto, sobre o aspecto da participação popular, salienta-se a sua apropriação pela agenda de reformas neoliberais do Estado brasileiro, como meio de garantir os consensos, anteriormente mencionados pelo texto de Vainer. Para Ferreira (2003) o planejamento estratégico apropria-se dessa prática, com o objetivo de torná-la um instrumento ideológico para ratificar a busca pela legitimidade através de uma mobilização patriótica, que, na prática, favorece atores que pouco tem a ver com causas sociais. Segundo Rolnik (2013), no cenário nacional, discursos em favor da participação e da revalorização da sociedade civil pouco representaram, de fato, uma conexão clara e uma inclusão efetiva de cidadãos nos processos decisórios: “instituições de gestão participativas não foram incorporados no desenho e processos decisórios das políticas e programas recentes de financiamento do desenvolvimento urbano (ROLNIK, 2013, p. 94)

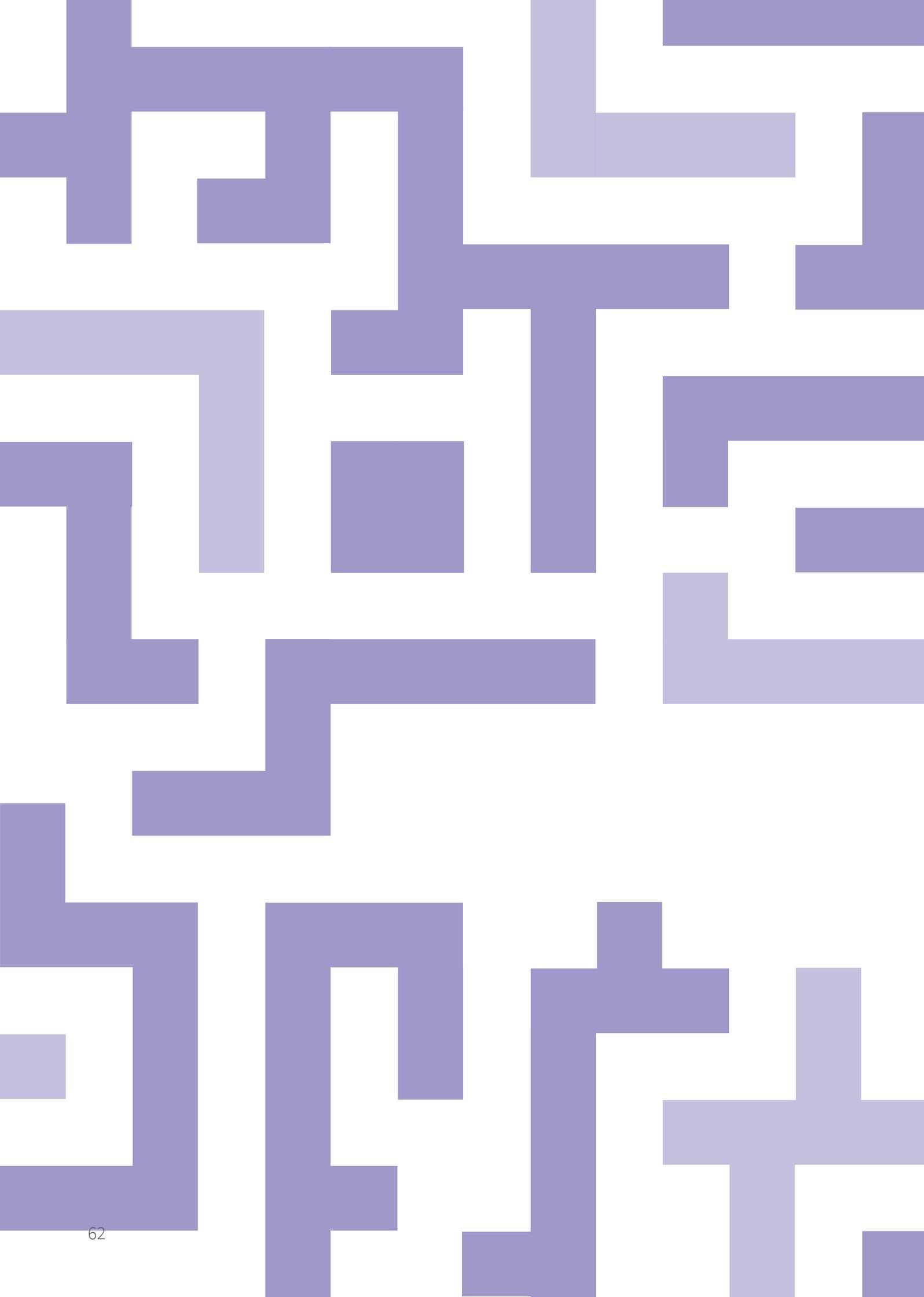
De maneira geral, portanto, segundo Maricato (2000): “apesar de o processo de urbanização da população brasileira ter se dado, praticamente, no século XX, ele conserva muitas das raízes da sociedade patrimonialista e clientelista próprias do Brasil pré-republicano” (MARICATO, 2000, p. 155). Como consequências, são apontadas a ocupação – consentida, até certo ponto, pelo poder público, por conta do baixo valor de mercado - irregular de áreas ambientalmente frágeis, que oferecem riscos de saúde e de vida e contrastam com as obras grandiosas de centros urbanos corporativos, dentro da mesma cidade (MARICATO, 2000). Ainda, de acordo com Ferreira:

Ao invés de perceber no crescimento inexorável da pobreza a preocupante e inaceitável precarização do perfil socioeconômico geral dos habitantes, as elites apenas se preocupam com uma invasão indese-

jada da “sua” cidade. Ao invés de ver a fragilização das condições de trabalho no Brasil, a elite "globalizante" prefere estudar o eventual – e relativo – crescimento do "terciário avançado" (FERREIRA, 2003, p. 174).

Por fim, de forma assertiva, Harvey (2014) discorre sobre os aspectos que envolvem o caráter urbano recente, de modo que se pode relacioná-los com o contexto brasileiro, apresentado. A qualidade de vida urbana, nesse sentido, tornou-se mercadoria para os abastados, da mesma forma que a cidade, que se dedica cada vez mais a atividades de consumo, como o turismo, e outras baseadas em conhecimento, assim como à economia de espetáculo. A tendência pós-moderna, para o autor, é a de estimular a formação de nichos de mercado, baseados em um estilo de vida urbano, desde um padrão de renda suficiente. A polarização na distribuição de renda se transcreve em formas espaciais das cidades, cada vez mais fragmentadas por condomínios fechados e espaços públicos sob vigilância constante.

Ainda assim, a política urbana neoliberal acredita que, ao canalizar a redistribuição de recursos para polos de crescimento empresarial, um efeito de “transbordamento” (HARVEY, 2014, p. 65) seria responsável por superar, a longo prazo, as desigualdades regionais e espaciais da cidade. No entanto, sabe-se que, na prática, o que se tem é o agravamento das mazelas urbanas preexistentes e, ainda, uma tendência ao enfraquecimento dos ideais de comunidade, cidadania e pertença, ameaçados pelo mal-estar da ética neoliberal individualista.



Capítulo 2 - Como vivemos?

A criação de uma nova subjetividade, seus mecanismos de socialização, sofrimento e “aprimoramento” pessoal e a transformação do sujeito urbano

Colocadas as primeiras revisões historiográficas sobre a trajetória das transformações econômicas e sua relação com as cidades contemporâneas, este capítulo propõe-se a analisar de maneira mais aprofundada a relação entre o comportamento social, individual e coletivo, a partir da subjetividade estabelecida pelo neoliberalismo. Assim, pretende-se analisar suas implicações sobre a saúde mental para, posteriormente, aplicar essa lente de análise sobre meio urbano, considerado como produto e (re)produtor de formas de sociabilidade e interação social.

Quem somos?

A concepção de uma nova subjetividade de gozo e risco

A liberdade das habilidades gera até mais coações do que o dever disciplinar, que profere ordens e proibições. O dever possui um limite. Mas a habilidade não possui limite algum. Está aberta a elevar-se e crescer. Assim, a coação que provém da habilidade é ilimitada. (HAN, 2015, p. 117)

Para começar a descrever e compreender os desdobramentos do neoliberalismo sobre a maneira como desenham-se os padrões de vida e comportamento atuais, é necessário revisitar alguns pontos históricos anteriormente mencionados, no que diz respeito aos seus antecedentes e circunstâncias político-econômicas. As crises de acumulação capitalista e os regimes totalitaristas europeus, eclodidos em meados do século XX, impulsionaram a revisão aprofundada do liberalismo clássico, do século anterior. O “liberalismo embutido” (HARVEY, 2008 n.p.) ou “novo liberalismo” (DARDOT; LAVAL, 2016), modalidade mais recente da doutrina até então, havia falhado em sua forma prática, o keynesianismo, problema ao qual se atribuía a intervenção estatal sobre mecanismos de garantia do bem-estar da força de trabalho. Considerava-se necessário, portanto, reavaliar o problema da construção desse modelo perante as ordens econômica, social e política.

O caráter reformista do neoliberalismo desponta a partir de uma reinterpretação do novo liberalismo, a qual se fundamenta na revisão da intervenção estatal na

economia. No lugar de agir em prol da proteção dos indivíduos, através de ações de correção ou compensação econômicas, o governo agora deveria concentrar-se em desenvolver e aprimorar mecanismos - agindo, ele mesmo, como uma empresa¹⁶ - que contemplassem a competição¹⁷ de mercado, não apenas entre corporações, mas, também, entre os indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016; FRANCO et al., 2021; HAN, 2015; SAFATLE, 2021).

Desse modo, o sistema neoliberal difere-se do liberalismo, pelo menos em suas contradições entre teoria e prática, por não admitir a ordem mercadológica e econômica como fator natural, autorregulamentador, pelo qual os sujeitos despertariam instintivamente suas aptidões individuais de investimento. Para esse novo sistema, faz-se necessário construir politicamente (ou artificialmente) uma nova sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016; SAFATLE, 2021). Nessa perspectiva, pode-se compreender que, mais do que uma ideologia, o neoliberalismo apresenta-se como um sistema normativo, por meio do qual a lógica do capital adentra todas as relações sociais e instâncias de vida, agindo também sobre a conduta e a subjetividade coletiva e individual, através de técnicas de poder até então inéditas. Sobre esse aspecto, Silva Junior aponta que:

[...] o neoliberalismo é uma formação discursiva, no sentido foucaultiano, que configura um novo pacto social. Segundo Foucault, uma formação discursiva é uma matriz de produção de discursos que atravessa diferentes âmbitos da cultura. Em primeiro lugar, seus jogos de verdade, isto é, sua concepção de ciência. Em segundo lugar, sua concepção do que é o Estado, ou seja, sua ideia de política, e, finalmente, seus modos de subjetivação, ou seja, os modos de objetivação do que

16 O Estado é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os outros Estados. A ele compete construir o mercado e, ao mesmo tempo, construir-se de acordo com as normas do mercado. Esse é o princípio que rege, até os dias atuais o planejamento estratégico de cidades (DARDOT; LAVAL, 2016)

17 Sobre o aspecto da competição, salienta-se o comentário de Safatle (2021, p. 24), acerca da sua aplicação real: “A competição empresarial não é um jogo de críquete, mas um processo de relação fundado na ausência de solidariedade [...], no cinismo da competição que não é competição alguma (pois [baseia-se] na flexibilização contínua de normas, nos usos de toda forma de suborno, corrupção e cartel), na exploração colonial dos desfavorecidos, na destruição ambiental e no objetivo monopolista final”

é ser um sujeito. É nesse sentido que o neoliberalismo pode ser examinado como uma formação discursiva: uma concepção de governo protetor do mercado, uma concepção de ciência submetida à tecnologia e ao capital, e uma concepção de sujeito cuja liberdade depende do seu caráter associal (Silva Junior, 2021, p. 256).

Assumi-se, portanto, por parte dos precursores desse modelo avançado do capitalismo, a necessidade de agir através de dispositivos de poder operados pelo Estado, baseados em discursos alinhados ao pensamento mercadológico, que promovam modificações de regras de funcionamento econômico e político, sem que se deixe de observar, também, a alteração das relações sociais¹⁸. Assim, a agenda do neoliberalismo volta-se para operar uma conduta que preza pela adaptação permanente dos indivíduos e das instituições a uma ordem econômica instável, baseada na concorrência generalizada e sem trégua, para a qual o mercado é o princípio fundamental regente da própria existência humana e a razão coletiva é dada pela lógica da economia (DARDOT; LAVAL, 2016).

A atenção dedicada à transformação íntima dos sujeitos pode ser expressa, inicialmente, pela passagem de Walter Lippmann, responsável por reunir intelectuais no início do século passado a fim de fundar os princípios desse sistema, a qual infere que “como essa revolução [dar-se-ia] entre homens que herdaram um tipo de vida radicalmente diferente, o reajuste necessário [deveria] estender-se a toda a ordem social” (LIPPMANN, 1938, p. 209 apud DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.). Nesse sentido, pode-se afirmar que essa nova racionalidade política exige a produção ou a adaptação de um novo padrão de indivíduo, com valores morais e formas de sociabilidade adequados a ela. Por isso, empregar estratégias de intervenção e reeducação das massas era uma reivindicação necessária, a fim de evitar crises de adaptação, que eventualmente gerassem instabilidades políticas¹⁹.

18 Dardot e Laval (2016) salientam que não havia um projeto amadurecido, ou um esquema determinado que visava implantar um pacote de dispositivos específicos. O modelo foi construído a partir de experiências diferentes, em tempos distintos e territórios distintos através da combinação de dinâmicas ao mesmo tempo tecnológicas, comerciais e produtivas.

19 Esse aspecto encontra espaço de atuação principalmente no período do início da década de 1970, após as experiências anteriores das duas grandes guerras, as crises econômicas e o estabelecimento da tensão política da Guerra Fria. (DARDOT; LAVAL, 2016; HOBBSAWN, 1994; SILVA JUNIOR, 2021)

Dessa maneira deveria-se interferir na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos, à forma de uma engenharia social (SAFATLE, 2021). Ainda, segundo Safatle:

[...] para que a liberdade como empreendedorismo e livre iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política interviesse na autonomia necessária de ação da economia. Ele deveria bloquear principalmente um tipo específico de conflito, a saber, aquele que coloca em questão a gramática de regulação da vida social. Isso [significa], concretamente, retirar toda a pressão de instâncias, associações, instituições e sindicatos que visassem questionar tal noção de liberdade a partir da consciência da natureza fundadora da luta de classe (Safatle, 2021, p. 18).

Em outras palavras, o objetivo era transcender a intervenção social alcançando o nível psíquico, de forma criar um novo “modo de subjetivação” (Foucault, 1994, p. 223 apud SILVA JUNIOR, 2021, p. 254) capaz de levar os sujeitos a deixarem de compreender-se como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, para que passassem a enxergar-se como seres apolíticos, operadores de performance e otimizadores de desempenho individuais, que admitem a economia como a figura própria de um poder soberano. Nesse ponto, contou-se com as transformações do campo da educação, dos novos meios de informação (comunicação de massas) e, fundamentalmente, das novas formas de trabalho próprias do novo regime de acumulação flexível, operante até hoje, para estabelecer-se uma nova forma de vida. É importante salientar, no entanto, que não se pode considerar ter havido um sujeito específico, responsável por fundar princípios determinados de manipulação de massas. O processo de formação da mentalidade compatível com a acumulação flexível deu-se a partir de experiências diversas de tentativa e erro entre governos e governados. (DARDOT; LAVAL, 2016; HARVEY, 2008; KEHL, 2009; SAFATLE, 2021).

A vulnerabilidade laboral desse novo sistema, que retira da responsabilidade estatal a aparelhagem relativa à proteção social e valoriza o emprego a partir de projetos temporários, supõe para os indivíduos um meio profissional e social constante-

mente instável, baseado em princípios de competição permanentes. Assim, demanda-se de cada sujeito a habilidade de agir como “empresa de si mesmo” (AUBREY, 2000, p. 11, apud DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.). Essa noção, que presume a integração gradual e compulsória da vida pessoal à vida profissional ao longo das faixas etárias, estabelece que cada pessoa é virtualmente livre para portar-se de acordo com seus próprios valores e princípios, desde que contemplem “energia, iniciativa, ambição, cálculo e responsabilidade pessoal” (ROSE, 1996, apud DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.). Dessa forma, o pensamento coletivo deve alinhar-se a uma racionalidade econômica, segundo a qual as ações são baseadas em retornos e benefícios previamente calculados a partir de análises de riscos e da “administração de si” (DARDOT; LAVAL, 2016; SAFATLE, 2021; SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021, p. 7).

Pode-se afirmar, portanto, que o estabelecimento de um ambiente social fundamentado na competição entre sujeitos, visa não apenas a elevação econômica individual, mas, de certo modo, também a “sobrevivência dos mais aptos” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.). Em outros termos, a concorrência torna-se uma lei implacável pela qual pretende-se estabelecer um progresso, através da eliminação dos mais fracos. Para isso, conta-se com um modo de conduta do sujeito, delineado a partir da superação e a ultrapassagem de seus semelhantes, norteados pela busca por novas oportunidades de lucro, ou da manutenção da própria vida, a depender da situação econômica particular (DARDOT; LAVAL, 2016; HAN, 2015). Nesse sentido, ao relatar concepções de expoentes do fundamento neoliberal como Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek, os autores Dardot e Laval expõem que, para estes últimos,

A partir da luta dos agentes é que se poderá descrever não a formação de um equilíbrio definido por condições formais, mas a própria vida econômica, cujo ator real é o empreendedor, movido pelo espírito empresarial que se encontra em graus diferentes em cada um de nós e cujo único freio é o Estado, quando este trava ou suprime a livre competição (Dardot; Laval, 2016, n.p.).

Por essa lógica, cabe a cada sujeito maximizar seu potencial – ou seu espírito empresarial – e seu desempenho de forma constante e indefinida, para que se mantenha apto a competir não apenas no campo do trabalho, mas em todas as instâncias

da vida. A racionalidade econômica, que abrange princípios de rentabilidade, performance, investimento e posicionamento, é então estabelecida através de um profundo trabalho de “*design* psicológico” (SAFATLE, 2021, p. 22), que exalta a coragem diante da iniciativa de empreender e explorar novos caminhos por conta própria. O “cálculo racional” (SAFATLE, 2021, p. 23), enraizado psiquicamente e voltado a obtenção desenfreada de resultados, define, portanto, a subjetividade coletiva de uma nova sociedade, que passa a coabitar espaços de “academias de fitness, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética” (HAN, 2015, p. 23).

Essa concepção de indivíduo autoempreendedor, estimulado por discursos de performance e superdesempenho, molda formas de agir, pensar, sentir, desejar e de relacionar-se socialmente. “A família, o casamento, a delinquência, o desemprego, mas também a política, a legislação e a ação coletiva tornam-se objetos do raciocínio econômico” (BECKER, 1981, p. 24 apud DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.), atribuindo valor de mercadoria a aspectos como trocas pessoais, reduzidas a transações pessoais e o tempo cada vez mais flutuante (DARDOT; LAVAL, 2016). Para Han, se

Na época do relógio de ponto era possível estabelecer uma clara separação entre trabalho e não trabalho, hoje edifícios de trabalho e salas de estar estão todos misturados. Com isso torna-se possível haver trabalho em qualquer lugar e a qualquer hora. *Laptop* e *smartphone* formam um campo de trabalho móvel²⁰ (Han, 2015, p. 115-116) .

Conjuntamente, a “subjetivação contábil e financeira” (DARDOT; LAVAL, 2016 n.p.) atribui a cada pessoa a condição de “capital-humano”²¹. Para esse entendimento,

20 Ressalta-se o agravamento desse aspecto para o contexto da pandemia de Covid-19: ainda que haja pontos positivos, para a parcela da população que teve oportunizada a possibilidade de trabalhar de casa, observou-se um aumento da dificuldade de separação entre vida pessoal e vida profissional. Como fatores causais, cita-se o aumento de cargas horárias e as formas de comunicação *on-line*. O primeiro, devido ao rompimento com a rotina de períodos de pausa da jornada diária e horários de entrada e saída, até então definidos pela presença no espaço de trabalho; o segundo, devido a demandas laborais que passaram a ser enviadas e discutidas através de meios não oficiais, como aplicativos pessoais de mensagens (ALFAGEME, 2020; TOKARSKI, 2020)

21 Termo cunhado por Gary Stanley Becker na obra “*Human Capital: a theoretical and empirical analysis with special Reference to education*” (1968)

depreende-se a compulsoriedade de cada indivíduo em procurar otimizar suas próprias habilidades indefinidamente, sob uma lógica de mercadoria para a qual o objetivo é de autovalorizar-se de maneira constante, de forma a tornar-se sempre mais eficaz (DARDOT; LAVAL, 2016; FRANCO et al, 2021).

Assim, segundo Silva Júnior (2021), a formação acadêmica passa por um processo de resignificação social, pelo qual vai despontar como sinônimo de investimento para o futuro e garantia de emprego, sob a lógica padrão de formação por toda a vida, com o objetivo de almejar novos mercados e rendimentos. Por outro lado, mas não supressivamente, Dardot e Laval (2016) mencionam que, para a lógica do capital humano, tão importante quanto a formação acadêmica é o conhecimento²² adquirido através de experiências de vida, diretamente utilizáveis no mercado. Faz parte desse entendimento a capacidade dos indivíduos de angariarem compreensões que possam ser utilizáveis de maneira proveitosa para vencer os outros na competição em diferentes circunstâncias de tempo e lugar.

A essa noção, soma-se ainda a promoção da liberdade de escolher, atribuída a cada sujeito, e disseminada através de discursos políticos e de veículos de comunicação em massa. Para esta, a estratégia neoliberal direciona-se de modo a criar o maior número possível de situações de mercado, como “privatização, criação de concorrência dos serviços públicos, ‘mercadorização’ de escola e hospital e solvência pela dívida privada” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.), de modo que os indivíduos sejam obrigados a exercer sua capacidade de cálculo e de governo de si próprios, como responsáveis por eles mesmos. Dessa forma, decisões sobre seus próprios interesses, como a participação em um evento ou a busca por um emprego são fomentadas, de forma a demandar uma logística apurada de raciocínio econômico ou empresarial, a todas as camadas sociais, assim como em todos os locais de convívio. O espaço público transforma-se aos poucos em um “*shopping center global*” (DARDOT; LAVAL, 2016; KEHL, 2009; SAFATLE, 2021).

A hipertrofia da ação individual, desencadeada por esse raciocínio, é também potencializada pelos novos mecanismos de avaliação de desempenho, estabelecidos principalmente no ambiente de trabalho. A autonomia, a polivalência, a criatividade,

22 Originalmente “*knowledge*”, conceito trabalhado por Friedrich Hayek em *The Use Of Knowledge in Society* (1945)

assim como os resultados obtidos individualmente são estimulados e controlados a partir de relações de poder dentro das empresas. Não somente, a vigilância dos comportamentos e posturas dentro do ambiente de trabalho e os modos de relacionamento refletem um cuidado sobre o alinhamento entre o desejo do trabalhador e os objetivos da empresa, que devem tornar-se consoantes. “A mudança do estatuto de ‘empregado’ para o de ‘colaborador’ e a expectativa de que o trabalhador vista a camisa da empresa expressam esse funcionamento institucional em que o trabalho vira uma realização pessoal na vida dos sujeitos” (NEVES et al., 2021, p. 150; DARDOT; LAVAL, 2016; DUNKER et al., 2021).

Do mesmo modo, esse estilo de organização laboral traz consequências importantes. Para citar alguns exemplos: intensificação do trabalho, diminuição de prazos e individualização de salários, que passam a corresponder a competências inerentes a cada sujeito. Esses por sua vez, suprimem formas coletivas de solidariedade e hierarquizam o ambiente profissional – cada vez mais íntimo ao ambiente pessoal. Assim, cristalizam-se tensões, relativas ao julgamento social e também à insegurança, típica da dinâmica dos mercados. O comprometimento subjetivo dos funcionários para com a empresa é fator indispensável para a manutenção dos cargos, sob pena de sanções nas funções e nos salários, ou mesmo demissão, ameaça constante para todos os empregados. Todos esses aspectos recaem diretamente sobre os aspectos psíquicos dos indivíduos, para o quais somam um alto custo (DARDOT; LAVAL, 2016; SAFATLE, 2021).

A essa gestão neoliberal, operada nos diversos campos do cotidiano social, atribui-se a interiorização da disciplina, ou o autogoverno. Isto significa que, dentro deste sistema normativo, o princípio regente dá-se não mais por mecanismos de poder pautados na opressão e proibição, mas, sim, em torno da constituição interiorizada de controle próprio e auto coerção. Dessa maneira, utilizando-se da fusão entre discurso econômico e discurso psicológico, passou-se a uma reconfiguração da relação dos indivíduos para com seus próprios desejos, limitações e modos de se relacionar (SAFATLE; 2021).

A retradução de dimensões de relações inter e intrasubjetivas, a partir da racionalidade econômica, baseada em custos e benefícios e disseminada através de meios de comunicação e estratégias de governo, encontra no campo psicológico o cerne da adaptação de conduta dos sujeitos. Assim, recodificam-se “identidades, valores e mo-

dos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios”. Altera-se, portanto, a subjetividade comum. (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021).

Para Han (2017, p. 103), essa subjetividade insere-se na “sociedade da positividade”. Esta, por sua vez, é marcada pela substituição da potência negativa – de não fazer, de dizer não – pela potência positiva – de fazer, de aceitar e de continuar pensando de forma permanente. Desse modo, os indivíduos estão constantemente convidados a inserirem-se em um movimento de vivenciar um “esgarçamento entre o possível e o impossível” (EHRENBERG, 2000, p. 15 apud SAFATLE, 2021, p. 271). Essa subjetivação estabelecida pela cobrança generalizada sobre o desempenho e pelo estímulo do desejo, decorrentes de uma racionalidade oriunda do meio empresarial, altera, por sua vez, a dimensão dos prazeres, das pulsões e dos afetos, transformando-as em fonte de capital (DARDOT; LAVAL, 2016; KEHL 2009). Ainda, de acordo com Dardot e Laval:

Uma imensa literatura de revistas, uma enxurrada de programas de televisão, um teatro político e mediático *non stop* e um imenso discurso publicitário e propagandista exibem incessantemente o “sucesso” como valor supremo, sejam quais forem os meios para consegui-lo (Dardot e Laval, 2016, n.p.).

Convoca-se, assim, o sujeito a superar todos os seus limites em direção à sua satisfação, sob a exaltação de preceitos como “o combate, a força, o vigor e o sucesso” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.). Para firmar essa lógica, utiliza-se como recurso a motivação como princípio básico pelo qual pretende-se incentivar os indivíduos, a fim de destacar suas habilidades, e torná-los cada vez mais eficazes, decorrendo no que Han vai denominar “sujeito[s] de desempenho” (HAN, 2015, p. 25). Da mesma forma, o discurso encorajador impele a todos o interesse pelo gozo²³, ou o “mais-de-gozar” (KEHL,

23 De acordo com Rabelais (2012) e Fuks (c2011), a noção de gozo, na psicanálise, foi inicialmente esboçada por Sigmund Freud, o qual o definiu como o mais-além do princípio do prazer. No entanto, o desenvolvimento desse princípio dá-se pelos estudos de Jacques Lacan, para o qual o gozo é considerado tanto um excesso insuportável de prazer, como uma manifestação no corpo que traga sofrimento, dados através de uma satisfação pulsional não necessariamente positiva. No contexto do trabalho, Safatle (2021) assinala o “paradigma do gozo”, o qual representa um “empuxo ao excesso” sofrido pelo indivíduo a partir de uma nova forma de exploração capitalista.

2009, p. 95), como um desejo de extrair e/ou consumir sempre mais.

Nesse sentido, Kehl (2009, p. 104) aponta que “o significante ‘desejo’ tem sido exaustivamente utilizado para fazer apelo ao consumidor – fala-se em ‘desejo de consumo’, ‘objeto do desejo’, ‘realizar desejos’ (‘você merece...’)”. Dessa maneira, convida-se o consumidor a buscar constantemente por um objeto de gozo virtualmente construído na concepção coletiva, mas que, na prática, torna-se inalcançável (KEHL, 2009). Em vista disso, desvia-se o foco para a experiência de consumo em si, a qual é temporária e passageira, em detrimento da identificação com instituições ou objetos que seriam seus propósitos de satisfação e, assim, incorpora-se um ciclo de insatisfação e obsolescência programada, necessário para um padrão de vida que é orientado pela universalização da comercialização, e que tem como cerne um gozo ilimitado de si mesmo (DUNKER; 2021; KEHL, 2009). Sobre esse aspecto, Dardot e Laval (2016, n.p.) assinalam que “não só o conformismo não é mais suficiente, como se torna suspeito, na medida em que se ordena ao sujeito que ‘se transcenda’, que ‘leve os limites além’, como dizem os gerentes e os treinadores”.

Por essa ótica, fica entendido que os bem-sucedidos são aqueles que maximizam suas capacidades, seus potenciais, sua imagem e seu consumo e que, portanto, mantêm uma sinergia entre esses vetores, tidos como de autorrealização, e o sistema normativo de produção (NEVES et al., 2021). Paralelamente, estabelece-se, sob essa normativa social, uma apologia ao risco, que submete o indivíduo empreendedor de si mesmo a assumir a virtude e a coragem de conquistar e abrir novos caminhos por conta própria.

Não por outra razão, conta-se constantemente a história de empresários que “desbravam” territórios infectados pela letargia e pelo marasmo, impondo corajosamente o gosto do risco e da inovação, como se estivessem imbuídos de um destino de redenção moral da sociedade (SAFATLE, 2021, p. 22).

Em contrapartida, essa lógica transfere a condição de insegurança, típica da economia ligada ao regime de acumulação flexível, para a instância individual. No campo laboral, as novas formas de emprego, assim como a diminuição do poder de compra e o empobrecimento de grandes contingentes de classes populares, atrelados

a uma progressiva eliminação dos direitos assegurados aos trabalhadores e facilidades para demissões, naturalizaram o discurso do risco, a partir da exposição direta das forças de trabalho às oscilações de mercado (DARDOT; LAVAL, 2016; SENNETT, 1974)

Nesse contexto, ao supor que cada indivíduo tem condições de acessar as informações necessárias para suas escolhas de vida – através daqueles discursos de governo e dos novos meios de comunicação em massa -, supõe-se também que ele é plenamente responsável pelos riscos envolvidos. Assim, um discurso baseado em benefícios como liberdade, fruição, e aperfeiçoamento, mascaram uma finalidade servil e alienante através da qual pode-se exigir maior disponibilidade e comprometimento de cada indivíduo, ao passo que se cria uma tendência de diminuição de proteções e solidariedades coletivas (DARDOT; LAVAL, 2016; NEVES et al., 2021).

Constitui-se, dessa forma, o princípio de que o indivíduo é o único responsável por seu destino, e, deste, decorre uma crença na vulnerabilidade da vida. Essa premissa supõe que sociedade não deve possuir mais quaisquer encargos para com os seus e que estes, por sua vez, devem afirmar permanentemente seu valor para merecer condições de existência. O “risco é cada vez menos ‘risco social’, assumido por determinada política do Estado social, e cada vez mais ‘risco ligado à existência’ (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.). Assim, todos estão sujeitos a competir entre si pela sua própria vida, a qual passa a ser concebida como uma constante gestão compulsória de riscos, que demanda um esforço absoluto em torno da regulação de comportamentos próprios e do autocontrole.

Desse aspecto, resulta uma fixação por segurança que caracteriza a sociedade contemporânea e que, diretamente, move um grande mercado de proteção pessoal. Dispositivos de alarme domésticos, sistemas de segurança condominiais, planos de saúde e planos de aposentadoria privados apresentam-se como consequência do enfraquecimento dos dispositivos de seguros coletivos. No entanto, mais do que isso, esse sentimento de risco interioriza uma necessidade de proteger-se individualmente, da qual deriva uma sensação comum de egoísmo, atomização ou individualismo. Ora, se tal sensação de insegurança subjuga a vida de cada sujeito e se os outros indivíduos são socialmente construídos como concorrentes, estes últimos passam a ser compreendidos como ameaças à existência do primeiro. (DARDOT; LAVAL, 2016; SAFATLE; SILVA JUNIOR; SENNETT, 1974; DUNKER, 2021). Essa noção é corroborada pela passagem

de Kehl (2009), que a exemplifica com o depoimento de um paciente:

“Só consigo ver nas pessoas uma ideia: quem vai levar vantagem sobre quem? Desse jeito não consigo ter amigos porque não confio em ninguém”. A declaração [...] desse rapaz, a quem os pais indicaram análise porque estavam preocupados com seu crescente isolamento, resume bem a fantasia de que o outro, antes de ser um possível parceiro ou um apoio solidário para se ingressar na grande aventura da vida, é visto como uma ameaça: alguém que aguarda para “levar vantagens” tão logo ele relaxe e tente confiar em seus semelhantes (KEHL, 2009, p. 284).

Depreende-se, portanto, que há um prejuízo gerado nos vínculos sociais, traduzido pelo questionamento de generosidade, fidelidade, lealdade, solidariedade e de quaisquer aspectos que compreendam a reciprocidade social. A individualização gerada pelo medo do outro, decorrente da sensação de insegurança, generalizada pela lógica do risco, é expressa na prática por uma tendência ao desapego e à indiferença ao contexto coletivo, atributos que são do interesse do ponto de vista mercadológico, pois facilitam condutas de mobilidade e flexibilidade. Paralelamente, a lógica de eficácia e desempenho, interiorizada em cada sujeito, tende a tornar as relações sociais superficiais e passageiras, vistas como transações pontuais, enquanto o outro passa a ser compreendido como objeto de extração de gozo, a ser dispensado quando considerado insuficiente. (DARDOT; LAVAL, 2016; SENNET, 1974; HAN, 2015). Ainda, segundo Han (2015), esse último aspecto é agravado, também, pela hegemonização dos novos meios de comunicação instantâneos.

Como estamos?

A consolidação da autocoerção, a autoexploração e o aprimoramento de si mesmo

À medida em que esta nova subjetividade, voltada para o interior do indivíduo, estabelece princípios de autossuperação, valorização de si mesmo e supressão de valores que contemplem a coletividade, outros comportamentos e decorrências que afetam diretamente o campo psíquico pessoal, de forma negativa, tomam espaço na vida

cotidiana. A individualização da jornada de vida particular, penetrada pelos princípios de competição generalizada com outros sujeitos e pelo constante autogoverno, acaba traduzindo-se, aos poucos, em autoexploração e super-responsabilização pelos seus próprios fracassos, de modo a tornar-se origem de sofrimento psíquico.

Para Alain Ehrenberg (1996 apud. DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.) o indivíduo conquistador e o indivíduo sofredor são as duas faces do governo de si. Em outros termos, pode-se afirmar que, ao sofrer um “empuxo ao excesso” (NEVES et al., 2021, p. 115) em direção a superação constante dos seus próprios limites e do seu capital humano, o indivíduo passa a exercer uma cobrança de resultados e desempenho sobre si mesmo, através do mecanismo de autocoação, interiorizado a partir da racionalidade empresarial. Esse preceito coercivo individual, aos poucos, torna-se autoexploração, preceito mais agressivo e mais eficiente, do ponto de vista da racionalidade econômica, do que a exploração estranha (HAN, 2015).

Assim, a “disposição incansável para o trabalho e o sentimento contagiante de disposição e euforia, criatividade e capacidade de pensar grande” (DUNKER et al, 2021, p. 232) são tidos como talentos do autoempreendedor, ao mesmo que são signos clássicos da mania²⁴. Ao mencionar esse estado mental, para além do campo laboral, Han descreve traços da mania relacionados à forma como se constrói uma busca por saúde nos tempos recentes. Segundo o autor “frente à atomização da sociedade e à erosão do social, sobra apenas o corpo do eu, que deve ser mantido sadio a qualquer preço” (HAN, 2015, p. 107), fazendo alusão à cultura de academias e do culto ao corpo, também mencionados por Kehl (2009).

De forma geral, depreende-se que a exploração ilimitada de si mesmo, mascarada por princípios de liberdade e positividade, conduz os sujeitos ao consumo completo de si, em uma tendência autodestrutiva e autoagressiva velada. Sob esse aspecto, Han aponta que

O sentimento de ter alcançado uma meta não é “evitado” delibera-

24 Para a psicanálise, “mania” é um estado em que se vivencia a sensação de não haver limites para a ação. É caracterizada por uma alegria irrefreável, euforia, e uma energia inextinguível, pró-atividade permanente, sentimento estável de urgência para agir e abertura súbita de canais criativos. Nesse quadro, há um paulatino desligamento do contexto social presente, já que se manifesta uma autossuficiência e o outro torna-se, quando muito, plateia (VERTZMAN; COELHO JUNIOR, 2019).



Figura 18 - Você S/A

Fonte: Elaboração própria

Forbes

“Nada é fácil.
Tudo é possível.
Comece pequeno
e **sonhe grande**”

FLÁVIO AUGUSTO
Fundador da Wise Up e proprietário
do Orlando City Soccer Club

Figura 19 - Nada é fácil, tudo é possível
Fonte: Página do Facebook Forbes Brasil (2021)

Figura 20 - Ultrapasse seu limite
Fonte: Página do Instagram Facul-



damente. Ao contrário, o sentimento de ter alcançado uma meta definitiva jamais se instaura. Não é que o sujeito narcisista não queira chegar a alcançar a meta. Ao contrário, não é capaz de chegar à conclusão. A coação de desempenho força-o a produzir cada vez mais. Assim, jamais alcançando um ponto de repouso na gratificação. Vive constantemente num sentimento de carência e de culpa. E visto que, em última instância, está concorrendo consigo mesmo, procura superar a si mesmo até sucumbir. Sofre um colapso psíquico, que se chama de *burnout* (esgotamento) (HAN, 2015, p. 85-86).

O indivíduo de desempenho, esgotado de si mesmo, desgastado de ter de superar a ele mesmo, e incapaz “ [...] de confiar no outro, no mundo, fica se remoendo, o que paradoxalmente acaba levando a autoerosão e ao esvaziamento. Degasta-se correndo numa roda de hamster que gira cada vez mais rápida ao redor de si mesma” (HAN, 2015, p. 91).

Dessa relação, desponta também o transtorno de personalidade limítrofe (*borderline*). Para este, de acordo com Dunker (2021), a conduta errática, os vínculos precários, o comportamento instável, acessos de raiva intensa e incontrolável, assim como consternações acerca da identidade, imagem e senso de si, ou ainda o esforço para evitar um abandono real ou imaginário, são traços que descrevem alguém que desafia limites, mas também não se prende a territórios afetivos ou emocionais fixos. Nesse sentido, para o autor, esse transtorno representa a interiorização do constante estado de indeterminação, característico da racionalidade neoliberal, ou empresarial, para a qual nada promete duração e subsistência (DUNKER, 2021; HAN, 2015).

Outro fator atribuído ao esgotamento de si, segundo Han (2015), decorre do excesso de escolhas, informações e impulsos decorrentes das novas formas de comunicação, relacionamento e trabalho, moldados pelo padrão de comportamento orientado ao excesso. À vista disso, a estrutura da atenção é radicalmente afetada pelas novas relações aceleradas de tempo e pelo volume de atividades exigidas do sujeito. A atenção dispersa ou a hiperatenção toma lugar da atenção profunda, a partir da rápida mudança de foco entre diversas atividades, fontes informativas e processos com os quais o indivíduo deve lidar diariamente. Desponta, a partir desse contexto, a atenção multitarefa, que busca um aumento de desempenho, mas, por outro lado é relacio-

nada pelo autor com o tipo de atenção atribuída aos animais em estado selvagem, na busca pela sobrevivência. Nesse contexto, a falha da capacidade de concentração e da capacidade contemplativa aparecem como uma consequência de um cansaço, causado por essa constante administração de informações (HAN, 2015; KEHL, 2009).

De acordo com Alain Ehrenberg (1999 apud DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.) o culto do desempenho leva, também, a maior parte dos sujeitos a provar sua insuficiência, o que conduz a formas depressivas em grande escala. A larga exploração da culpa individual e do sentido de que a sociedade não deve ser considerada responsável pela sorte das pessoas, faz parte do ideal de governos de orientação neoliberal ao longo das últimas décadas (DARDOT; LAVAL, 2016). Para esse entendimento, a partir do momento em que o sujeito é consciente e livre para decidir suas escolhas, ele será também integralmente responsável por aquilo que lhe acontecer. Por essa lógica, depreende-se que:

O obeso, o delinquente ou o mau aluno são responsáveis por sua sorte. A doença, o desemprego, a pobreza, o fracasso escolar e a exclusão são vistos como consequência de cálculos errados. A problemática da saúde, da educação, do emprego e da velhice confluem numa visão contábil do capital que cada indivíduo acumularia e geraria ao longo da vida. As dificuldades da existência, a desgraça, a doença e a miséria são fracassos dessa gestão, por falta de previsão, prudência [e] seguro contra riscos (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.)

Nesse sentido, a racionalidade neoliberal constrói uma compreensão de massa que tende a naturalizar as formas de precarização social, em desconsideração ao agravamento de aspectos como a concentração de renda ou da retirada dos mecanismos de seguridade governamental. Segundo Silva Junior:

Tal naturalização é obtida através de um longo processo de transformação das formas de vida, incluindo-se aqui o trabalho, a linguagem e o desejo. Por exemplo, o estado de desemprego passa a ser renomeado como um convite à iniciativa e ao empreendedorismo de cada um. Se ele é uma possibilidade do jogo desde o início, quando ele ocorre, sua causa só pode ser a incompetência do jogador. Em ou-

tras palavras, o responsável pelo desemprego é o próprio desempregado (Silva Junior, 2021, p. 251).

Decorre, dessa lógica, uma individualização de conflito, associada ao fracasso e à impotência produtiva. Do discurso da realização de si mesmo e do sucesso de vida, depreende uma estigmatização daqueles ditos fracassados, ou incapazes de alcançar a norma social de felicidade. Para a compreensão geral, da qual os ideais baseiam-se na soberania absoluta da vontade individual, as falhas adquirem valor de fraqueza, covardia e falta de iniciativa. O estabelecimento de uma polarização entre aqueles que desistem e os que obtêm sucesso acaba, dessa forma, por minar a solidariedade e a cidadania (DARDOT; LAVAL, 2016; SILVA JUNIOR, 2021).

Frente a esse entendimento generalizado, a “agressividade contra o outro, que motivaria um desejo de transformação da realidade, [é] introvertida em uma agressividade orientada para o próprio eu” (DUNKER, 2021, p. 194). Nesse sentido, despontam patologias mentais, como o estresse, ansiedade generalizada e depressão, que têm relação com a individualização da responsabilidade na realização dos objetivos e no regime de autodisciplina que manipula instâncias psíquicas de culpa. No caso dos quadros depressivos, os quais tiveram aumento de diagnóstico multiplicado por sete entre 1979 a 1996 (DARDOT; LAVAL, 2016), o fator causal é um esgotamento causado pela pressão própria pelo desempenho.

Segundo Ehrenberg (2008 apud HAN, 2015, p. 27) a depressão expande-se onde os mandatos e proibições, pertinentes a sociedade da negatividade, moderna, dão lugar à responsabilidade própria e à iniciativa. Dessa forma, essa condição pode ser entendida como a expressão patológica do fracasso do homem moderno em ser ele mesmo, ou de atender às demandas exigidas sobre ele mesmo. Ao internalizar a racionalidade autocoerciva, o indivíduo passa a exigir de si mesmo ser bem-sucedido, otimizar seus atributos, ser imaginativo, autônomo, responsável, criativo, motivado.

No entanto, no momento de seu esvaziamento absoluto, essa subjetividade estimulada provoca frustração, angústia e autoculpabilização. O depressivo, portanto, sofre de um sentimento de culpa por não ser capaz de corresponder aos ideais contemporâneos de bem-estar e felicidade. Além disso, agrava o quadro a carência de vínculos legítimos, decorrente da fragmentação e da atomização social. A anedonia, sintoma central da depressão, confere ao indivíduo de desempenho, uma incapacidade de sen-

tir prazer com o outro, consigo e no mundo. (DUNKER, 2021; HAN, 2015; KEHL, 2009)

Ainda, em uma análise contextual, Dunker (2021) e Kehl (2009), afirmam que a condição depressiva, compreendida como um sintoma ou patologia do social, acaba por significar, indiretamente, uma conduta contestatória, subconsciente, do ideal criado pela racionalidade neoliberal de eficácia. Desse modo, ao lidar com a perda de memória e de concentração, que submetem o indivíduo ao cansaço, instala-se uma greve ou uma resistência àquilo que é imperativo, isto é, ao gozo, à fé na felicidade consumista e à oferta de possibilidades decorrentes da lógica do risco. Assim, de forma discreta, o sofrimento psíquico pode estimular uma noção de recusa e revolta contra o sistema social de normas, o que, do ponto de vista econômico, gera um decréscimo de desempenho e produtividade.

Diante desse cenário, a resposta neoliberal opera através da revisão do campo da psiquiatria. Segundo Neves et al. (2021), há, desde o final do século XX, uma aproximação entre economia e ciência, a qual submete a abordagem e a prática da área a pressões econômicas. Ao citar um relatório elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2001, denominado “Saúde mental: nova concepção, nova esperança” o autor aponta que o documento dedica parte do conteúdo a defesa de direitos humanos e consequências deletérias do estigma em saúde mental. No entanto, ao longo do texto, a dimensão econômica toma protagonismo frente à dimensão social, “quando se apresenta, por exemplo, os custos sociais da incapacitação advinda dos transtornos mentais como um efeito direto nos impactos da capacidade produtiva de uma Nação” (NEVES et al. 2021, p. 116). A justificativa do investimento em saúde mental fica assim submetida aos fatores quantitativos, como a expectativa de vida, sem necessariamente levantar-se hipóteses de origem para a questão.

Outro fator que representa a reverberação da economia neoliberal sobre a área de psiquiatria e impacta diretamente sobre a compreensão coletiva do sofrimento, é a proeminência do setor de indústrias psicofarmacológicas. Para Neves et al. (2021, p. 148), a “lógica de produção de tamponamentos para as fragilidades, inconsistências e precariedades humanas”, proveniente da racionalidade neoliberal, encontra na produção de medicamentos psicofarmacológicos uma saída para a ameaça à produtividade e o desempenho individual, ao mesmo tempo que amplia um setor de mercado. Sob esse ponto de vista, há uma inversão do raciocínio clínico clássico, que ocorre do diag-

nóstico para o tratamento. Passa-se, portanto, à lógica de que “se a medicação funciona, é isso que o paciente tem, ou deve ter” (NEVES et al., 2021, p. 170).

Nesse contexto, há uma transposição da dimensão conflitiva do sofrimento para aquela tal de uma necessidade de aperfeiçoamento adaptativo, capaz de retroalimentar o funcionamento do consumo. Segundo Rose (2018 apud NEVES et al., 2021, p. 116-117), ao considerar a tendência de submissão da psiquiatria à psicofarmacologia, deve-se compreender o aumento do número de transtornos mentais não apenas como expressões da precarização social generalizada, mas também como uma reformulação própria da noção de transtorno mental, através da produção de patologias a serviço do consumo de fármacos, que contribui para essa proliferação aparente. Para Mosher (1998 apud NEVES et al., 2021, p. 117), aos poucos, deixa-se de buscar compreender as pessoas integralmente, em seus contextos sociais, para que se dedique esforços a realinhar os neurotransmissores dos pacientes. Sob essa premissa, a medicalização desponta como uma solução paliativa, porém rápida, eficaz e que “faz as vezes da instituição social que não apoia mais, não reconhece mais, não protege mais os indivíduos isolados” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.).

Assim, do ponto de vista do sujeito, a medicação funciona como uma negativa ao conflito, intrínseca à racionalidade neoliberal. Para Kehl (2009), junto do fármaco, o que se vende, essencialmente, é a expectativa de que o indivíduo possa rapidamente normalizar sua conduta, sem que se indague sobre sua condição. Han descreve esse princípio diretamente, ao afirmar que:

Há que se admitir que o sujeito do desempenho não aceita sentimentos negativos, o que acabaria se condensando e formando um conflito. A coação por desempenho impede que eles venham à fala. Ele já não é capaz de elaborar o conflito, uma vez que esse processo é simplesmente por demais demorado. É muito mais simples lançar mão de antidepressivos que voltam a restabelecer o sujeito funcional e capaz de desempenho (HAN, 2015, p. 98)

A partir desse aspecto, o autor menciona a emergência de uma “sociedade do *doping*” (HAN, 2015, p. 69), em alusão à dopagem cerebral, que, a partir do ponto de vista da positividade do discurso neoliberal, é de designada como “*neuro-enhancement*”

(melhoramento cognitivo). Essa medicina do *enhancement* (aprimoramento) (NEVES et al., 2021, p. 141), visa, portanto, aumentar o bem-estar ou ter ganhos performativos via prescrição de substâncias psicoativas, denominadas *smart drugs* (nootrópicos²⁵), tais como Ritalina e Adderall, utilizados como potencializadores cognitivos, por pessoas saudáveis. (NEVES et al., 2021). Desse modo, propõe-se de certa maneira um desempenho sem desempenho (HAN, 2015), baseado, também, em um novo complexo discursivo de aprimoramento pessoal.

Segundo Dunker et al. (2021), o campo psicológico organizado pelo neoliberalismo compõe-se de discursos que veiculam valores, técnicas e procedimentos para o enfrentamento do sofrimento psíquico, baseados em

[...] narrativas morais (como testemunhos, relatos e declarações autobiográficas), experiências fílmicas, teatrais e musicais (que funcionam como paradigmas estéticos), discursos de ordem pública (políticos, disciplinares e sanitários) e de ordem privada (conversas de intimidade, diários, meditações), bem como práticas de ajuda (grupos encontro, apoio e comunidades digitais) (DUNKER et al., 2021, p. 208).

O aspecto intrínseco a esses discursos é também o *enhancement*, estando, portanto, baseados na maximização de potencialidades das funções humanas para uma melhor satisfação de demandas sociais, desde o fator estético, ao laboral ou ao esportivo (NEVES et al. 2021) e alinhados aos preceitos comuns de que o sujeito “tem de se esforçar para conseguir o que quer” e pode “trabalhar mais para ganhar mais” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.). Em uma representação específica, pode-se mencionar o impulsionamento das ações de mentorias e *coachings* (orientadores), caracterizados por lideranças responsáveis por modular compreensões emocionais e psicológicas de massas, sob a aplicação direta das premissas de racionalidade neoliberal de integração ao universo de produção, desempenho e consumo.

Assim, disseminam-se aqueles ideais de tornar-se um líder de si mesmo, ser soberano de sua vida, fechar-se para o que é desprazeroso e abrir-se apenas para o que

25 Cunhado pelo psicólogo e químico Corneliu Giurgea, a designação “nootrópico” é proveniente do grego para nós (mente) e tropo (direção) para um tipo de droga que supostamente aumenta a capacidade cognitiva de indivíduos, sem efeitos colaterais. (GONZÁLEZ, 2015)

gera satisfação, através do desenvolvimento da “inteligência emocional” (DUNKER et al., 2021, p. 232), que figura como parcela do capital humano. Essa última é uma tradução da amenização dos transtornos mentais, para que os sujeitos os interpretem como normalizados pelo esvaziamento e dissolução de conflitos e também controlados pelas alternativas farmacológicas disponíveis no mercado (NEVES et al., 2021). A Figura 21, a seguir, ilustra através de um diagrama, o contexto descrito nesta seção:



Figura 21 - Diagrama "Como Estamos?" Fonte: Elaboração própria, baseado nos autores citados

Como convivemos?

A constituição do sujeito urbano como sujeito de desempenho

Sob o princípio de Lefebvre (2008), que define o espaço urbano como um nível intermediário ou mediador, localizado entre o nível macro, global - o mercado mundial, o Estado - e o nível micro, privado - a vida cotidiana, as relações de proximidade, a

vizinhança -, pode-se depreender que este também é influenciado pela racionalidade econômica vigente, atingindo, portanto, as relações sociais ali suscitadas. Do ponto de vista da reprodução de valores neoliberais, como a premissa da liberdade individual, responsável por desencadear a livre competição entre sujeitos, afeta-se diretamente as formas de convívio pela lógica de mercado e, assim, a cidade tende a tornar-se um espaço que hostiliza os laços e superficializa o contato entre os sujeitos, ao passo que se individualiza os sofrimentos. O diagrama presente na Figura 22, a seguir, resume a definição explanada:

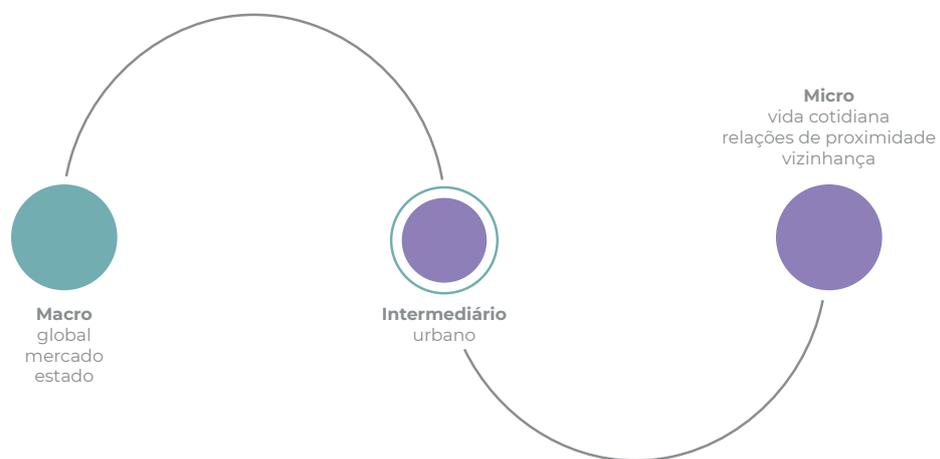


Figura 22 - Diagrama "Urbano como intermediário". Fonte: Elaboração própria, baseado em Le-

Nessa perspectiva, para contextualizar a constituição do sujeito de desempenho como sujeito urbano, parte-se da noção trabalhada por Simmel (1973), no início do século XX na consolidação da cidade moderna, e que até hoje é discutida como base para a compreensão do comportamento social urbano. Ao analisar a Berlim transformada pelos impactos da revolução industrial e do inchaço urbano, em oposição ao caráter bucólico da região de décadas anteriores, o autor traça através da observação cotidiana, um padrão de conduta coletivo. Para o autor, a consolidação da lógica econômica capitalista, a nova divisão social do trabalho e o aumento expressivo da densidade demográfica presente nas cidades, tiveram impactos imediatos sobre a instância psíquica individual e passaram a moldar as relações sociais, baseadas nas esferas da troca, do consumo e da circulação de mercadorias e indivíduos (SIMMEL, 1973).

Dentre os fatores apresentados por Simmel como intrínsecos ao – então, novo - meio urbano e criadores de condições psicológicas individuais figura, primordialmen-

te, a “intensificação de estímulos nervosos” (SIMMEL, 1973, p. 12). Desta, decorrem uma série de choques e conflitos, sobretudo visuais, através de uma superabundância de imagens e impressões que demandam do sistema nervoso um esforço ininterrupto de recuperação da concentração, do qual o indivíduo não consegue se reconstituir adequadamente. Nesse ponto, pode-se mencionar fatores cotidianos do espaço de centros de cidades contemporâneos, como no exemplo descrito por Derivi e Pinto:

Imagine-se caminhando por uma avenida movimentada de um típico centro urbano. É preciso enxergar através da multidão para se ter certeza do caminho, assim como placas de aviso e sinais de trânsito. É preciso cuidado para desviar de pessoas, carros, ônibus, motos e eventuais bicicletas, além de atenção redobrada para não ser vítima de uma das variantes da criminalidade urbana. Junte tudo e embrulhe em um véu amorfo de sons e ruídos, mais uma enormidade de estímulos visuais disputando sua atenção para ofertas imperdíveis de consumo (Derivi e Pinto, 2009, p. 24).

De acordo com Simmel, a submissão constante a esses estímulos modifica profundamente o aparelho sensitivo e o psiquismo, ou a subjetividade do habitante da cidade. Frente à variedade de informações, que demandam uma capacidade de apreensão sobre-humana e conferem uma sensação ameaçadora ao ambiente, o indivíduo passa a desenvolver uma proteção psicológica assim denominada “intelecto” (SIMMEL, 1973, p. 12). Essa instância da mente humana é caracterizada pela superficialidade e a insensibilidade aos choques, por ser operacionalmente lógica e pouco profunda nas relações. Assim, estabelece-se uma propensão à individualização, à indiferença e à racionalização dos contatos com outros sujeitos, ao passo que se preserva “as camadas mais inconscientes do psiquismo” (SIMMEL, 1973, p. 12; KAPP, 2011).

O comportamento assim caracterizado pelo intelecto é denominado por Simmel de “atitude *blasé*” (SIMMEL, 1973, p. 15), e remete a não-reação ao que se passa no entorno e a desconsideração das pessoas fisicamente próximas, como os vizinhos, colegas de trabalho, transeuntes, prestadores de serviço com os quais interage, etc. (MATTOS, 2011). Dessa forma, os contatos sociais estabelecem-se pelo formalismo e pela transitoriedade, para os quais “afetos e desafetos não têm lugar” (KAPP, 2011, p.

442). Segundo Simmel, os contatos entre os indivíduos passam a estar submetidos à troca e ao caráter de cálculo econômico, imposto pelos novos padrões capitalistas de vida, produção, consumo e trabalho:

Esse estado de ânimo é o fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada. Sendo o equivalente a todas as múltiplas coisas de uma mesma forma, o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa todas as diferenças qualitativas das coisas em termos de "quanto?". O dinheiro, com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irremediavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade (SIMMEL, 1973, p. 16).

Dessa forma, ocorre uma “objetificação dos vínculos” (MATTOS, 2011, p. 10) que ocasiona o afastamento entre os sujeitos, a visão de utilidade das relações e o anonimato, aos quais se atribui um custo psíquico e subjetivo. Simmel confere esses fatores ao “espírito objetivo” (SIMMEL, 1973, p. 23) oriundo da relação capitalista de trocas interpessoais e do avanço da especialização e da técnica, impostos por esse sistema econômico. Nesse sentido, pode-se afirmar que a modernidade metropolitana, para o autor, tende a fomentar a reserva, e a autonomia no contexto social, ao passo em que são estimulados os ideais de liberdade e individualidade, em busca do lucro próprio.

Por consequência, depreende-se um afrouxamento dos círculos mais próximos de convívio cotidiano, decorrente de uma demanda de desenraizamento, destacamento de costumes geracionais e relações mais coletivas, de codependência e solidariedade (MATTOS, 2011). Estabelece-se, portanto, uma sensação solitária intrínseca ao meio urbano, agravada pelo comportamento de indiferença mútua, designada por Velho (1995, p. 229. apud MATTOS, 2011, p. 16) como “fragmentação da experiência social”.

Para autores como Bauman (2003), Kapp (2011), Mattos (2011) e Scocuglia (2011), embora já tenha se passado mais de um século do momento da produção de Simmel, não só é possível observar, nas metrópoles contemporâneas, questões apontadas pelo autor, como pode-se depreender o agravamento das mesmas, em decorrência dos desdobramentos do sistema econômico vigente, mencionados anteriormente

neste e no capítulo anterior. De acordo com Mattos:

Seja na indiferença vivida ao extremo na dinâmica das cidades, seja na violência contra os grupos menos favorecidos economicamente, na tolerância sempre tênue no convívio com a diferença nos espaços públicos ou comuns, ou na profunda alienação dos indivíduos em seus espaços privados, em todos esses problemas podemos identificar as temáticas trabalhadas por Georg Simmel em seu texto de 1903 (Mattos, 2011, p. 19).

No esforço de contextualizar sua análise acerca da temática da subjetividade individual, no meio urbano contemporâneo, Bauman, também assume as cidades como conjuntos de alta densidade de seres humanos, imersos em uma multidão de estranhos em constante mudança, os quais tornam-se superfícies, uns para os outros. Isso significa, para o autor, que

o que vemos “na superfície” é a única medida disponível para avaliar um estranho. O que vemos pode prometer prazer, mas também pode anunciar perigo; quando apenas superfícies se encontram (e sempre “de passagem”) há poucas chances de negociar e descobrir o que é o quê (BAUMAN, 2003, p. 132).

Scocuglia (2011), observa que há, hoje, uma ampliação das tensões apontadas por Simmel, no início do século passado. De acordo com a autora, os desdobramentos do meio urbano atual não apenas agudizam a ruptura com o passado, mas também convivem com um presente que está em estado de crises constantes e prenunciam um futuro de possibilidades incertas, com riscos mundialmente compartilhados. No que diz respeito ao território, mantêm-se os parques, praças e calçadas, mas acrescentam-se locais de exclusão socioespacial, como as praças de alimentação dos shoppings, os edifícios de *coworking*²⁶, assim como os espaços de encontro virtuais, permitidos pelos avanços tecnológicos dos meios de comunicação. Além disso, aspectos exacerbados

26 Coworking (ou cotrabalho) é um modelo de espaço de trabalho onde várias empresas e trabalhadores informais compartilham o mesmo ambiente, dividindo entre si as despesas gerais e os locais de área comum (CONUBE, 2021)

do medo e da violência, decorrentes da intensificação do desequilíbrio social, revelam o aumento da complexidade das reações subjetivas identificadas por Simmel, como a alienação e a objetificação (SCOCUGLIA, 2011).

A fragmentação das relações sociais, como mencionado anteriormente, tende a acentuar-se no contexto da cidade contemporânea, produzida e reproduzida de acordo com o sistema normativo neoliberal. O ideal de autonomia, preconizado pelo enredo político e econômico das primeiras grandes cidades, é agora exaltado através do discurso da responsabilização por si mesmo e da liberdade de escolha, ao passo que os aspectos de vinculação entre os sujeitos são alvo de uma resistência consideravelmente superior (MATTOS, 2011; DARDOT; LAVAL 2016). Ainda, segundo Mattos (2011), embora a liberdade desponte como condição para a convivência democrática e pacífica entre os indivíduos, no que se configura como valor importante na cidade, seu exercício é difícil e comumente gerador de conflitos de interesse, os quais demandam constantes negociações de limites implicados à convivência humana.

A forte expectativa pela realização individual através da liberdade acarreta questões relativas à convivência com o outro e à aceitação de diferenças, possíveis de se analisar nos níveis pessoais e coletivos (MATTOS, 2011). No entanto, para Bauman o processo de adesão à liberdade, quando universalizado a todas as camadas sociais, representa ao mesmo tempo, uma troca. “Os bens trocados no curso da individualização eram a segurança e a liberdade: a liberdade era oferecida em troca da segurança” (BAUMAN, 2003, p. 26). Como já descrito anteriormente, a nova racionalidade neoliberal de governo, tanto estimula o indivíduo a arriscar-se, como retira mecanismos de proteção social, que garantiriam segurança a suas próprias vidas.

Esse processo, endêmico do ambiente fluido – submetido às variações de mercado - e em constante transformação, gera mudanças de rumo imprevisíveis no decorrer tempo, as quais segregam os sujeitos. Para Bauman:

As dores que causam aos indivíduos não se somam, não se acumulam nem condensam numa espécie de ‘causa comum’ que possa ser adotada de maneira mais eficaz, unindo forças e agindo em uníssono. A decadência da comunidade nesse sentido se perpetua; uma vez instalada, há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos e para procurar meios de unir de novo o que foi

rompido. A sina de indivíduos que lutam em solidão pode ser dolorosa e pouco atraente, mas firmes compromissos a atuar em conjunto parecem prometer mais perdas do que ganhos (Bauman, 2003, p. 48).

A ausência da solidariedade se consolida, portanto, a partir desse distanciamento entre os indivíduos, o qual configura-se em uma violência psicológica e na derrocada do senso comunitário (BAUMAN, 2003). “O capitalismo avançado destrói a dimensão coletiva da existência” e opera no sentido do egoísmo social e da negação da redistribuição, o que tende a desembocar em alterações subjetivas, originárias de “movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.). Kapp (2011), por sua vez, aponta que quanto maior o capital econômico acumulado por um indivíduo, maior é predisposição deste em relacionar-se a ações de longo alcance e alienar-se do seu contexto local: “importam a vida privada e a ‘vida mundial’, enquanto a vida da vizinhança, a atuação na própria rua, no próprio bairro ou, enfim, numa produção do espaço local ou microlocal, é quase nula” (KAPP, 2011, p. 445).

Para Bauman (2003, p. 54) o estilo de vida daqueles considerados bem-sucedidos, atualmente, é aquele associado ao “cosmopolitismo” da nova elite global. O autor descreve esse novo padrão de vida como relacionado a uma “secessão”, isto é, ao distanciamento, ou desengajamento mental e moral daqueles que não se importam de ficar a sós – semelhante à “atitude blasé” de Simmel -, desde que os outros, que pensam diferente, não interfiram na privacidade de sua vida particular. Nesse sentido, Bauman descreve que:

O estilo de vida “cosmopolita” dos novos atores em secessão não foi feito para imitação das massas, e os “cosmopolitas” não são apóstolos de um modelo novo e melhor de vida, nem são a vanguarda de um exército em marcha. O que esse estilo de vida celebra é a irrelevância do lugar, uma condição inteiramente fora do alcance das pessoas comuns, dos “nativos” estreitamente presos ao chão. [...] [Assim,] a ‘secessão dos bem-sucedidos’ é, antes e acima de tudo, uma fuga da comunidade (BAUMAN, 2003, p. 54, 55).

A essa fuga, particularmente, atribui-se um traço da comunidade que é antagônico ao ideal normativo neoliberal. Dench (1986 apud BAUMAN, 2003, p. 56) salienta

que uma parte constituinte do conceito de comunidade é a “obrigação fraterna” “de partilhar as vantagens entre seus membros, independentemente do talento ou importância deles”. Já a racionalidade neoliberalista, que promove a competição generalizada e a valorização do si mesmo, tende a polarizar aqueles tidos como bem-sucedidos que desistem: “a desconfiança, ou mesmo o rancor, em relação aos maus pobres, aos preguiçosos, aos velhos dependentes e aos imigrantes” assim como “a abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.) e, portanto, da cidadania.

Nesse sentido, o “comunitarismo” – ou a partilha – figura como “uma filosofia dos fracos” (DENCH, 1986, cap. 10 apud BAUMAN, 2003, p. 56). A partir daí, entende-se que a decadência da comunidade decorre da desvalorização das lealdades pessoais, originadas no enfraquecimento progressivo de laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança, de família, e finalmente, dos laços que ligam o indivíduo a uma imagem coerente de si mesmo (BAUMAN, 2003). Dentro dessa perspectiva, Hobsbawm, ao referir-se ao período final do século XX, afirma que “a palavra ‘comunidade’ nunca foi utilizada de modo mais indiscriminado e vazio do que nas décadas em que as comunidades, no sentido sociológico, passaram a ser difíceis de encontrar na vida real”. Para ele, o resultado desse processo é uma massa de “homens e mulheres [os quais] procuram por grupos a que poderiam pertencer, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo”²⁷ (HOBBSAWN, 1994, n.p.).

A esse último aspecto, Bauman retoma a noção urbana ao contemplar o aspecto da busca por segurança. A sensação de uma vida em risco, em que a ideia de controle, certeza e seguridade, são colapsados, é observada tanto pela racionalidade neoliberal, quanto na reprodução social e espacial da cidade (BAUMAN, 2003; DARDOT, LAVAL, 2016). No caso desta última, a multidão urbana, cada vez mais diversificada e polarizada socialmente, aumenta a suspeita de que

[...] Podemos ser muito lentos ou ineptos para ler as mensagens

27 Destaca-se, aqui, a eclosão das comunidades em rede, propiciadas pelos ciberespaços, decorrentes dos avanços das novas tecnologias de informação do fim do século XX e começo do século XXI. A formação de grupos de interesse mútuo, entre pessoas desconhecidas de diferentes lugares, em espaços de natureza virtual, constitui uma representação da transferência de consciência do território físico, para o “não lugar” da internet, isto é, um espaço transitório, com grande circulação, em que os vínculos não são necessariamente construídos por memórias compartilhadas (SÁ, 2014).

contidas nas figuras pouco familiares. Assim, temos razões para ter medo, e então só falta um passo para projetar nosso medo nos estranhos que os provocaram, e para condenar a vida urbana por ser perigosa: perigosa por causa de sua diversidade (BAUMAN, 2003, p. 133).

O aspecto individual de insegurança, fomentado pela subjetividade neoliberal, encontra na reação psicológica ao meio urbano estímulos que o inclinam a intensificar-se. A “confusa intimidade” (BAUMAN, 2003, p. 52) da vida comum das cidades gera um conflito imediato com o ideal de “desvalorização dos meios (e dos rodeios, dos des-caminhos, da errância e de todas as formas de digressão que permitem certo usufruto desinteressado do tempo)” (KEHL, 2009, p. 56) em prol de uma finalidade inquestionável que é o alcance da sua meta particular de “projeto de vida” (KEHL, 2009, p. 56). O outro, o estranho, ou o concidadão, neste caso, tende a ser visto como um intruso²⁸ e, ainda mais, como uma ameaça imprevisível ao caminho particular do indivíduo, que passa a reagir com a procura de uma proteção à integridade do corpo e de todas as suas extensões, como a casa, as posses, o bairro (BAUMAN, 2003).

Desse modo, a preocupação com a manutenção da privacidade - ou da privatização - e com uma - forjada - segurança própria aumenta, ao passo que se compreende os sujeitos desconhecidos como invasores potenciais. Sob essa perspectiva, são observadas as fronteiras reais e simbólicas no espaço físico da cidade contemporânea. Scocuglia (2011, p. 400) cita, para além dos muros de bairros, ou entre favelas e bairros de camadas médias, os condomínios fechados, os quais “se impõem atualmente como produtos imobiliários de valores e crescimento de demanda” como “enclaves residenciais, supostamente ‘seguros’.

Para a autora, assim como para Bauman, esses empreendimentos supõem a concepção de “comunidades cercadas” (BAUMAN, 2003, p. 52), pesadamente guardadas e eletronicamente vigiadas e que alimentam o crescimento do mercado privado de segurança, garantindo o distanciamento dos potenciais intrusos. Assim, ressalta-se um comportamento de grupos os quais acreditam que, para mitigar a incerteza e a insegurança,

28 Para Bauman, “intruso”, nesse caso, representa “todas as outras pessoas, culpadas de ter suas próprias agendas e viver suas vidas do modo como querem. A proximidade de outras agendas e de modos de vida alternativos solapa o conforto de ‘acabar rapidamente e começar do começo’, e por isso os ‘intrusos’ são objetos de ressentimento porque visíveis e embaraçosos (BAUMAN, 2003, p. 52).

rança propostos pela subjetividade neoliberal e compreendida sobre o território, não há nada a se fazer além de investir na proteção de seus corpos, suas posses, sua rua. (BAUMAN, 2003). Desse modo, segundo Scocuglia (2011), do ponto de vista do convívio mútuo, esses espaços:

[...] não nos dão qualquer evidência de que aumentem assim as relações comunitárias, as trocas entre vizinhos. Ao contrário, apenas banalizam o isolamento, revelando uma fragilidade afetiva de seus moradores sempre à espera de uma chamada telefônica, de uma mensagem de e-mail, de um chamado distante que possa manifestar certa proximidade, familiaridade, alguma ligação que justifique por ela mesma o desligamento que esse tipo de moradia exige (SCOCUGLIA, 2011, p. 400).

A esse processo, confere-se, ainda, o afastamento do espaço público, compreendido como perigoso, imprevisível. Por consequência direta desse fato, dois caminhos emergem como soluções imediatas: a militarização ou a privatização, que promovem separação, exclusão e homogeneização²⁹ (BAUMAN, 2003; SCOCUGLIA, 2011). A “política do medo cotidiano” (ZUKIN, 1995, p. 39 apud BAUMAN, 2003, p. 104) desenhasse, portanto, no território, através do isolamento daqueles considerados diferentes, diversos, ao passo que os locais públicos cedem lugar ao semipúblico e/ou ao privado. Para Scocuglia:

Hoje, as megalópoles abrigam populações desmesuradas enquanto [...] o consumo e o lazer realizados em *shopping centers* privam o habitante da acessibilidade, do encontro com o outro, da diversidade e da gratuidade que eram, em tese, as condições da cidade da modernidade democrática. O turismo em grande escala, a televisão e a internet homogeneízam as atividades humanas. O espaço e o tempo são cada vez mais separados um do outro pelas novas tecnologias e sua velocidade. As representações do real chegam a nós defasadas

29 Sassen (1998) cunha o termo homogeneização em referência a padronização da paisagem urbana segundo os planos internacionais, que estimulam, ao mesmo tempo o comportamento e o estilo de vida “cosmopolita”, de Bauman.

com relação às nossas vidas, às nossas práticas e vivências. A urbanidade e nossas relações interpessoais tornam-se bem mais fragmentadas e seletivas (Scocuglia, 2011, p. 411).

Estabelece-se, assim, uma “alienação da produção do espaço da cidade” (KAPP, 2011, p. 446), isto é, um afastamento em termos de contexto real em que o indivíduo se insere, em decorrência dessa mentalidade que individualiza e se volta a aspectos de comportamento e de vida cada vez mais desligados do entorno social e urbano cotidiano. Scocuglia (2011) menciona, sobre esse ponto de vista, a identificação da emergência de um padrão de privacidade associado ao conforto e bem-estar, relativo ao controle social permanente e, portanto, regulação das vidas íntimas e públicas. A “bolha” social, formada por esse processo é uma zona livre de comunidade, marcada pela reapropriação privativa da cidade, que a converte em parque temático e objeto da gentrificação³⁰ (BAUMAN, 2003, p. 55; SCOCUGLIA, 2011).

Nessa concepção, o padrão de distanciamento mental em relação ao espaço (social e público) mais próximo, aproxima-se dos cidadãos melhor posicionados através da conexão com o que está espacialmente distante, como as ações de longo alcance geográfico, ou as atividades próprias do estilo cosmopolita, segregativo. No entanto, a massa de empregados e demais escalas médias e baixas de renda compartilham também desse afastamento, porém, na condição de consumidora, ou segundo aquelas funções de serviço de apoio, de mão de obra pouco qualificada (KAPP, 2011). Por essa perspectiva, convive-se em um espaço sem necessariamente compartilhá-lo coletivamente:

“Ninguém testemunha a vida de ninguém” (SENNET, 1998, p. 42). O lugar pode estar fisicamente cheio, e, no entanto, assustar e repelir os moradores por seu vazio moral. Não somente ele surge do nada, num local inóspito na memória humana, e antes do pagamento da hipoteca já começou a decair, deixando de ser hospitaleiro para se tornar repulsivo e obrigando os infelizes moradores a buscarem outra mo-

30 Gentrificação é um termo proveniente da língua inglesa para gentrification, que significa, um processo de deslocamento e de mudança de uma população dentro dos setores urbanos centrais por classes sociais mais abastadas e também a reabilitação física dos mesmos setores (GLASS, 1964, p. 13, apud SCOCUGLIA, 2011, p. 407).

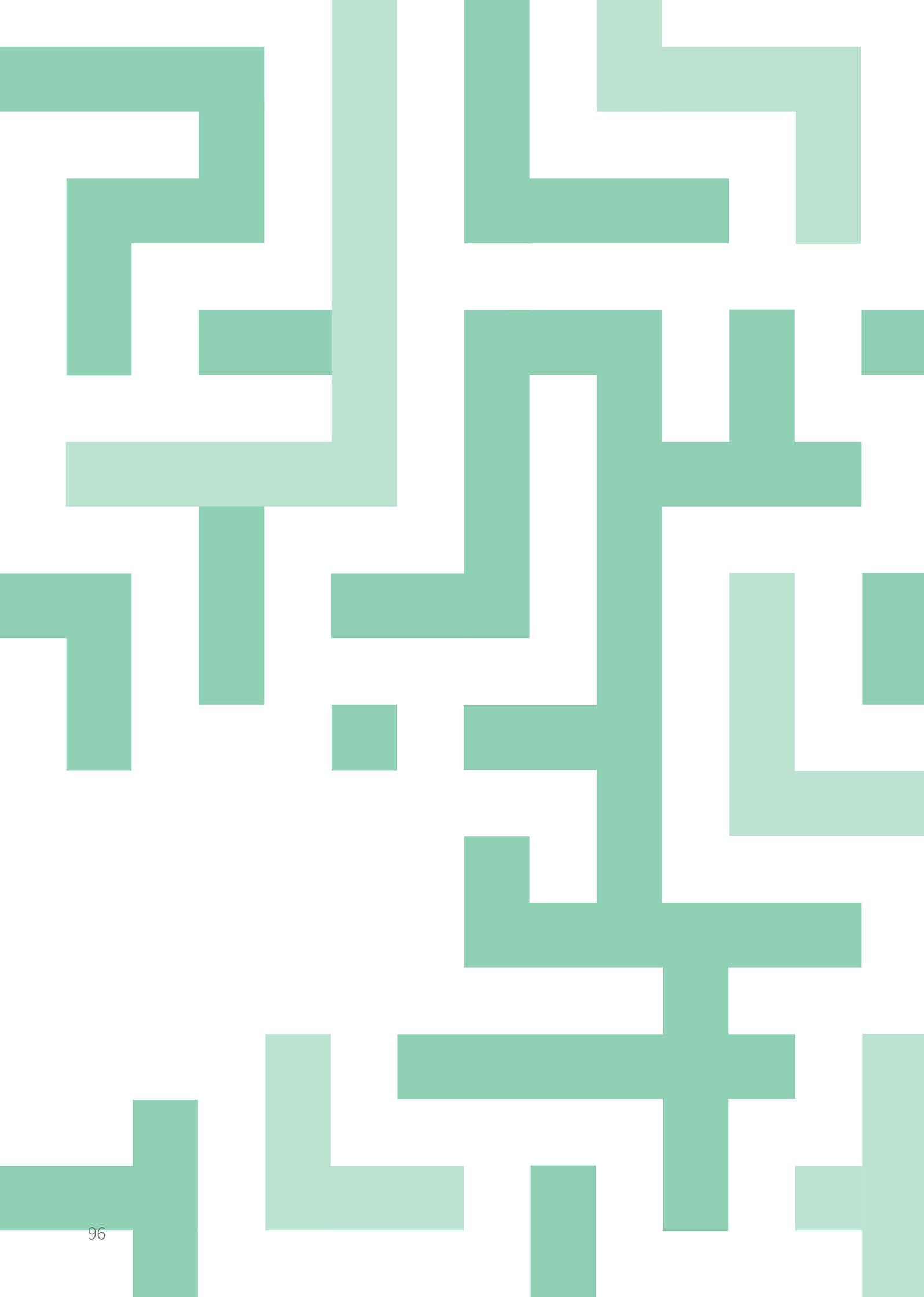
radia. O que acontece é que nada nele permanece o mesmo durante muito tempo, e nada dura o suficiente para ser absorvido, tornar-se familiar e transformar-se no que as pessoas ávidas de comunidade e lar procuravam e esperavam (BAUMAN, 2003, p. 46).

Menciona-se, ainda, a coexistência da “cidade virtual” (SCOCUGLIA, 2011, p. 400), decorrente do avanço expressivo das tecnologias de comunicação. Ali, onde se tem um espaço (como um blog, um perfil em rede social, um grupo em aplicativo de comunicação, ou um site, etc.) é possível estabelecer a troca de informações e a facilitação dos contatos, sem necessariamente, assegurar um encontro ou uma integração. É, de todo modo, um local de troca sem que se requeira uma presença, ou alguma responsabilidade como o outro (SCOCUGLIA, 2011). De forma geral, é um espaço virtual que afasta da vida no espaço físico, ao oferecer a possibilidade de acompanhar de maneira acelerada o mundo de otimização do tempo e do desempenho, à medida que transporta os indivíduos para outras realidades, problemas, alegrias e desejos, que não são necessariamente aqueles compatíveis com o contexto real em que encontram-se inseridos (SÁ, 2014).

Em suma, perde-se gradualmente, no convívio coletivo do espaço urbano contemporâneo os pontos firmes e de orientação sólida, que sugeririam uma situação mais duradoura, mais segura e mais confiável de estilo comum de vida, do que aquele moldado para a individualidade. Dissipa-se a “certeza de que ‘nos veremos outra vez’, de que nos encontraremos repetidamente e por um longo porvir, [...] de que o que fazemos aos outros tem significado mais do que episódico” (BAUMAN, 2003, p. 47) ou de que as relações humanas são mais do que relações comerciais (HAN, 2015). A Figura 23, a seguir, ilustra as convergências das teorias de Simmel e Bauman:



Figura 23 - Diagrama "Como convivemos". Fonte: Elaboração própria, baseado em Bauman (2003) e Simmel (1973)



Capítulo 3 - Os refúgios de descompressão

A concepção de espaços pela contraconduta dos comuns e a recuperação da atenção e da contemplação

O presente capítulo centra seu esforço em buscar compreender alternativas que se apresentem como uma saída para essa interiorização subjetiva individualista neoliberal, que decorre no desenraizamento do contexto territorial local, na fragmentação das relações sociais e em processos de isolamento, que agudizam contextos de sofrimento. Dessa forma, compreende-se os espaços caracterizados como comuns urbanos e ambientes restauradores como potenciais locais de descompressão - ou de trégua - desse contexto antioletivista e estressor do sistema normativo neoliberal.

O que são os comuns?

A genealogia do neoliberalismo [...] ensina que a nova razão do mundo não é um destino necessário que subjuga a humanidade. Ao contrário da Razão hegeliana, ela não é a razão da história humana; ela é, de ponta a ponta, histórica, isto é, relativa a condições estritamente singulares que nada permite que sejam pensadas como insuperáveis (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.)

Ao reconhecerem a hegemonia da lógica da mercadoria, da competição e da propriedade sobre todas as esferas da vida humana, Dardot e Laval (2016) sinalizam o desafio de se subverter a racionalidade neoliberal, interiorizada a partir da criação desse novo modo de subjetivação individual, de forma generalizada. Para os autores, para além das mudanças políticas e governamentais, também submetidas a concepção do Estado como um ente empresarial, há que se observar o potencial do comportamento de contraconduta, como uma opção de quebra com a razão mercadológica das formas de relações sociais, comportamentos individuais e formas de vida. Em outras palavras, o que se deve tentar alcançar e promover são “formas de subjetivação alternativas ao modelo da empresa de si” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.).

A racionalidade neoliberal, de pensamento uniforme, atomizado, individualizado, submete as pessoas a sonharem com a comunidade, na esperança de encontrar a segurança de longo prazo que lhes falta nas suas atividades cotidianas, permeadas pela constante autocobrança de fazer escolhas sempre novas e arriscadas. Nenhum agregado de seres humanos é sentido como uma comunidade, a menos que seja bem

tecido de biografias compartilhadas ao longo de um espaço de tempo e de interações intensas e duradouras (BAUMAN, 2003).

A necessidade de retomada de controle das tarefas cotidianas, sobretudo do que é considerado contraproducente ou sem valor de mercado, soma-se com a urgência pela administração coletiva de desafios impostos pelo sistema normativo vigente. “Aqui, na realização de tais tarefas, é que comunidade mais faz falta; mas também aqui reside a chance de que a comunidade venha a se realizar” (BAUMAN, 2003, p. 134). Em primeira instância, a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo, ao considerar responsabilidades e interesses coletivos em relação a equidade de direitos e pela ação em defesa destes, o que significa, de forma ampla, garantir acesso à emprego, saneamento básico, moradia, acesso a saúde entre outros fatores, considerados essenciais para a promoção de saúde mental (NEVES et al., 2021). Além disso, soma-se também a necessidade de atenção aos espaços de “contracondutas” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.), que intensificam a cooperação, mas também estimulam a desaceleração, a deriva e apreciação lenta de percursos, do entorno e do outro, como fuga à espetacularização e à homogeneização da cidade e a impessoalidade da subjetividade contemporânea (SCOCUGLIA, 2011).

Se há, portanto, uma conduta induzida coercitivamente, o meio de escape e de resistência possíveis seriam aqueles que dizem respeito ao controle e definição próprios do si mesmo e da sua condução para com o outro. Nessa perspectiva, para Dardot e Laval:

[...] se é verdade que a relação consigo, da empresa de si, determina imediata e diretamente certo tipo de relação com os outros (a concorrência generalizada), inversamente a recusa de funcionar como uma empresa de si, que é distanciamento de si mesmo e recusa do total autoengajamento na corrida ao bom desempenho, na prática só pode valer se forem estabelecidas, com relação aos outros, relações de cooperação, compartilhamento e comunhão (DARDOT; LAVAL, 2016).

Sob esse prisma, os autores apontam práticas de assistência mútua, trabalho cooperativo e o resgate da dimensão coletiva, como meios de superação dessa razão coercitiva neoliberal, responsável pela progressiva degradação do bem-estar individu-

al e coletivo. Contextualiza-se, assim, a teoria da razão comum, ou dos comuns, como princípio dessa contraconduta.

Explorada anteriormente por intelectuais como Garret Hardin³¹ e Elinor Ostrom³² a teoria dos comuns ganhou fôlego ao final do século XX e começo do século XXI, através de movimentos sociais engajados em causas democráticas e questionadores da hegemonia financeiro-liberal³³, que subordina todas as esferas da vida humana e da natureza à lógica da mercadoria, da competição e da propriedade (DARDOT; LAVAL, 2017; TONUCCI FILHO; CRUZ, 2019). De maneira geral, segundo Tonucci Filho e Cruz, o comum,

[...] refere-se a bens, espaços e recursos que são coletivamente usados e geridos por uma dada comunidade por meio de práticas de fazer-comum, isto é, um conjunto de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade, para além do âmbito do Estado e do mercado das formas de propriedade públicas e privadas (TONUCCI FILHO; CRUZ, 2019).

Em outros termos, a compreensão do comum toma um sentido de resistência ao padrão capitalista – mantido por entes privados e/ou pelo Estado - de apropriação e gestão de recursos e práticas sociais, sejam eles ligados ao conhecimento, aos recursos

31 Autor do artigo “The Tragedy of the Commons” (1968), que entendia os bens comuns naturais como objetos de superexploração por parte de indivíduos racionais que desejam, acima de tudo, maximizar seus ganhos pessoais à custa dos outros (DARDOT; LAVAL, 2017)

32 Economista e pesquisadora, Ostrom produziu uma série de estudos que contribuíram para dar sentido positivo ao comum, utilizados como referência para movimentos mundiais até hoje. Suas pesquisas relacionadas à teoria institucionalista da ação coletiva mostram que o mercado e o Estado não são os únicos sistemas possíveis de produção e que formas institucionais diversas podem propiciar recursos duradouros e em quantidades satisfatórias, por meio da criação e da renovação instituída de regras de gestão comum (DARDOT; LAVAL, 2017)

33 Aqui, pode-se evocar também o debate acerca do ativismo insurgente, que suscita práticas transgressoras de imaginação voltadas à justiça social e espacial, através da ruptura com a lógica política hegemônica do neoliberalismo. As demandas tratadas pelo movimento insurgente, que decorrem no planejamento insurgente, são aquelas consideradas reais, isto é, que não têm relação com uma participação representativa mediada por um corpo técnico e político, mas que são convocadas e coordenadas pelas camadas populares, diretamente envolvidas com as problemáticas sociais e urbanas (MIRAFTAB, 2016).

naturais e também aos espaços construídos artificialmente e socialmente, tratando até mesmo do mundo digital. Nesse sentido, toma-se os bens comuns como aqueles que se configuram como “benefícios de todos” (SAVAZONI, 2018, n.p.) ou “coisas compartilhadas por uma comunidade” (SAVAZONI, 2018, n.p.) os quais não significam apenas um conjunto de recursos, mas, também, de relações de produção e reprodução social, as quais contemplam características de comunhão, reciprocidade e autonomia, para além da antinomia Estado *versus* mercado, público *versus* privado (SAVAZONI, 2018; TONUCCI FILHO, 2020).

É a partir desse ponto de vista que Tonucci Filho e Cruz (2019) e Savazoni (2018) abordam a compreensão dos comuns urbanos, a fim de observar as formas pelas quais são produzidos e apropriados recursos e espaços comuns na cidade, ou de pensar a própria cidade como comum. De acordo com esses autores, tal concepção tem sido invocada por movimentos, coletivos e pesquisadores com a finalidade de reivindicar e proteger um conjunto de recursos e bens urbanos contra as políticas de privatizações, cercamentos e controle espacial, mobilizadas pela extração de valor, os quais tendem a sequestrar os espaços desfrutados coletiva e cooperativamente entre os cidadãos. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que os comuns urbanos acontecem em espaços criados por comunidades que são dissociados do planejamento urbano formal e neoliberal, considerado produtor de contradições resultantes em crescentes desigualdades e injustiças sociais (MIRAFTAB, 2016).

Aproximando-se dos conceitos de Lefebvre (2008), a reclamação do comum dá-se pelo deslocamento do foco do valor de troca para o valor de uso do espaço urbano, garantindo o entendimento e o usufruto da cidade como obra coletiva, o que compreende, também, suas dimensões imateriais e culturais, evocando a concepção de um meio urbano mais humano. Ademais, a concepção dos espaços comuns tangencia também o princípio da função social da propriedade, mencionado pelo Estatuto da Cidade, e que, em suma, propõe-se a conter a noção predominante de gozo de propriedade privada em prol do uso da terra, a qual tende a dominar o meio urbano pela lógica de acumulação do capital (MIRAFTAB, 2016; SAVAZONI, 2018; TONUCCI FILHO, 2020).

Cabe destacar, acerca desse último aspecto, que se observa um movimento paralelo de apropriação do comum urbano no âmbito do mercado imobiliário, no que

Miraftab (2016) descreve como desdobramentos do capitalismo sobre “o que quer que esteja a sua margem” e a incorporação “[d]o que quer que possa constituir uma ameaça a ele” (MIRAFTAB, 2016, p. 369). De acordo com Tonucci Filho e Cruz (2019), essa apropriação se dá, em primeira mão, através da renda fundiária, refletido no incremento dos valores de venda dos imóveis, dos aluguéis e da extração de rendas monopolísticas obtidas pela atividade de turismo em territórios com características naturais e culturais, considerados potenciais do ponto de vista do mercado.

Além disso, há também uma interface relativa a empreendimentos de pequena escala, associados à economia da inovação, característica da subjetividade neoliberal e dos novos modos de trabalho. Nesses casos, a retórica do comum é apropriada na produção de espaços de *coliving* e *coworking*, pelos quais o compartilhamento de moradia e a cooperação no trabalho são submetidos à racionalidade da mercadoria e da distinção cultural, no que se tornam vetores de gentrificação de áreas centrais e bairros revalorizados. Essa visão, no entanto, dissocia-se das concepções de gestão urbana colaborativa e compartilhada, da apropriação coletiva e diversificada e da autogestão do espaço, tidas como características dos comuns urbanos (TONUCCI FILHO; CRUZ, 2019).

De maneira geral, os bens e recursos comuns inerentes ao meio urbano são considerados aqueles que se alimentam da dimensão ampla da vida urbana, isto é, da experiência proporcionada pelo meio urbano de provocar encontros e enredar relações de comunalidade. Nesse sentido, para além da consideração da própria cidade como recurso comum, como é formulado por movimentos que lutam pelo direito à cidade, caracterizam-se como territórios comuns, aqueles que são objetos de movimentos contestatórios e ocupações em terrenos privados ou públicos, subutilizados, e que passam a ser objeto de gestão comunitária. A exemplo, cita-se hortas comunitárias, praças autogestionadas, ocupações por moradia, além de espaços culturais autogeridos e infraestruturas autoproduzidas. Esses, por sua vez, permitem diferentes formas de pensar e agir sobre a cidade, baseadas na concepção coletiva, ao mesmo tempo que proporcionam formas de conduta emancipatórias e de aproximação do entorno real, distintas daquela disseminada pelo sistema normativo vigente (SAVAZONI, 2018; TONUCCI FILHO; CRUZ, 2019). No sentido dessa compreensão, Savazoni acrescenta que:

Essa cidade do comum também permite a reversão de processos de privatização, dando lugar a novos arranjos comunitários de usufruto

cidadão [...]. [N]uma interpretação livre do geógrafo Milton Santos, [...] cria fluxos para os fixos. “Uma potencial cidade liberada pode ser concebida não como um aglomerado de espaços liberados, mas como uma rede de caminhos, como uma rede de espaços pertencentes a ninguém e a todos ao mesmo tempo, os quais não são definidos por uma geometria de um poder fixo mas pela abertura a um processo constante de (re)definição (SAVAZZONI, 2018, n.p.).

É importante considerar, no entanto, que a manutenção de práticas comuns emerge historicamente do meio rural, através das terras comunais, reconhecidas como áreas abertas e livres, ou terras sem proprietários objeto do usufruto comum com fins agrícolas, no que se apresentavam como um componente essencial à subsistência de camadas mais pobres da população (CAMPOS, 1997). No meio urbano, os espaços comuns são também oriundos de contextos anteriores ao das gerações recentes de grupos ativistas. Segundo Tonucci Filho e Cruz (2019), nas metrópoles do sul global, o fazer comum há muito tempo já é incorporado no espaço de favelas, periferias e espaços designados a parcelas sociais marginalizadas no meio urbano. Nesses espaços, o cruzamento de estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva, reprodução social e reivindicação por condições básicas de direito à cidade são também geradores de relações informais de cooperação, compartilhamento e solidariedade entre indivíduos reunidos em prol de objetivos que visam o bem-estar coletivo.

Uma outra compreensão tomada como relevante do ponto de vista de ruptura, não apenas da subjetividade neoliberal, mas também do contexto estressor urbano, agravado por conta desse novo modo de relações e instituição da vida coletiva, diz respeito aos ambientes entendidos como restauradores da atenção, segundo a psicologia ambiental. Sobre esse entendimento, Han (2015) ressalta a importância da manutenção da atenção profunda e contemplativa, para que se torne possível a capacidade do desenvolvimento cognitivo e reflexivo do indivíduo, permitindo a melhor compreensão do entorno e do meio no qual está inserido.

Para o autor, há, hoje, uma necessidade de se reapreender a “ver”, isto é, a “habituar o olho ao descanso, à paciência, ao deixar-aproximar-se-de-si” (NIETZSCHE, 2005, p. 51 apud HAN, 2015, p. 51). Esse reaprendizado, portanto, significa capacitar o sentido visual a manter um olhar lento e demorado, contra o padrão naturalizado

de resposta rápida a estímulos, decorrente da agudização hiperativa da atividade, que confere uma incapacidade de oferecer resistência a impulsos externos. No contexto contemporâneo, aqui abordado, esse estado constante de reação pode ser relacionado ao princípio competitivo das relações sociais, a demanda constante por aumento de desempenho do indivíduo, e o contexto subjetivo de insegurança, aspectos reproduzidos naqueles espaços urbanos mencionados como de exclusão socioespacial, na seção anterior.

Dessa maneira, acaba-se por desencadear um esgotamento permanente, que se converte em uma hiperpassividade (HAN, 2015, p. 52), ou, em outros termos, uma aceitação inevitável de qualquer impulso e estímulo, a qual, do contrário do sentido de liberdade ventilado pelo discurso neoliberal, acaba gerando novas coerções (HAN, 2015). É a partir desse entendimento que os ambientes restauradores apresentam um potencial de não apenas recuperar essa atenção em estado hiperativo, mas de também possibilitar ao indivíduo a capacidade de uma melhor compreensão dos contextos sociais que o envolvem.

O que são ambientes restauradores?

O processo psicológico de restauração, se caracteriza pela recuperação de aspectos psicofisiológicos, alterados pela fadiga de atenção e por estímulos ocasionadores do estresse. A partir desses dois aspectos, os ambientes restauradores são estudados sob duas teorias principais, denominadas Teoria da Restauração da Atenção e Teoria da Recuperação Psicofisiológica ao Estresse, ou Teoria Psicoevolucionista (SILVEIRA; FELIPPE; SCHÜTZ, 2019; GRESSLER; GÜNTHER, 2013; ALVES, 2011).

A Teoria da Restauração da Atenção, proposta por Kaplan e Kaplan (1989), diz respeito ao desgaste da capacidade concentração, decorrente das demandas cotidianas sobre a atenção voluntária, ou direcionada (SILVEIRA; FELIPPE; SCHÜTZ, 2019; GRESSLER; GÜNTHER, 2013; ALVES, 20XX). Esta última, segundo Alves, diz respeito à

[...] capacidade de concentrar-se em tarefas ou estímulos específicos, o que necessariamente, requer a supressão de distrações e estímulos competitivos. O processo de supressão de estímulos competitivos, como por exemplo deixar de “surfear na net” para se concentrar no

relatório que se escreve, envolve o uso continuado do mesmo mecanismo inibidor para se manter o foco original. (ALVES, 2011, p. 44-45).

Ainda, segundo Silveira, Felipe e Schütz (2019), a atenção voluntária ou direcionada poder ser compreendida como

[...] aquela empregada em algo ou alguma atividade não tão interessante para o sujeito, mas que por alguma razão devem ser motivo de atenção. É, portanto, um tipo de atenção cuja sustentação depende da vontade (voluntária), ou melhor, da decisão do indivíduo, já que o objeto de atenção por si só não desperta involuntariamente o interesse (SILVEIRA; FELIPPE; SCHÜTZ, 2019, p. 13).

Por essa perspectiva, através da Teoria da Restauração da Atenção, Kaplan e Kaplan (1989 apud GRESSLER; GÜNTHER, 2013, p. 489) postularam que o esforço contínuo em se manter a concentração, a exposição ao estresse da vida cotidiana e a sobrecarga de demanda por processamento de informações, como compreensão e antecipação de eventos – cada vez mais difícil no contexto normativo neoliberal, instável e imprevisível - decorrem em um processo de fadiga ou cansaço mental³⁴. Esse, por sua vez, determina a necessidade de o cérebro humano tomar um momento para descansar e retomar a atenção (ALVES, 2011; GRESSLER; GÜNTHER, 2013).

Nesse sentido, a abordagem dos ambientes restauradores, segundo essa teoria, compreende a análise de uma alternativa de refúgio de decompressão desse padrão comportamental esgotante, tomando-se por base características próprias, capazes de proporcionar uma atenuação do esforço mental contínuo de administração de estímulos, executado pela atenção voluntária, renovando-a (ALVES, 2011; GRESSLER; GÜNTHER, 2013). Sob esse entendimento, de acordo com Kaplan e Kaplan (1989 apud ALVES, 2011, p. 45), para ser considerado restaurador da atenção direcionada, um ambiente deve apresentar quatro características principais, descritas a seguir.

34 Silveira, Felipe e Schütz (2019) apontam, ainda, algumas consequências da fadiga mental para a capacidade cognitiva do indivíduo, como: prejuízo perceptivo em razão das constantes distrações; dificuldades para planejar e formar uma sequência de pensamentos; aumento da probabilidade de o indivíduo agir sem pensar ou refletir, assumindo riscos desnecessários; e sentimentos negativamente entoados, como irritação pelo déficit em funcionalidade geral.

A primeira dessas características pode ser entendida como o escape, ou afastamento. Essa diz respeito tanto à distância física/geográfica quanto à conceitual/psicológica e consiste em se perceber longe de situações e contextos cotidianos demandantes, de modo que seja possível descansar a atenção. De forma geral, o afastamento tem como cerne a promoção da mudança de pensamentos, relacionados às pressões e obrigações diárias, permitindo-se escapar das distrações indesejadas e das lembranças por demandas constantes (ALVES, 2011; GRESSLER; GÜNTHER, 2013; SILVEIRA; FELIPPE; SCHÜTZ 2019).

A segunda característica apresentada por Kaplan e Kaplan é a fascinação. De acordo com os pesquisadores, um estímulo fascinante é aquele que desperta atenção involuntária, ou que não requer um esforço significativo ou inibição de estímulos concorrentes. Assim, permite-se um descanso e o restauro da atenção dirigida (ALVES, 2011; SILVEIRA; FELIPPE; SCHÜTZ, 2019), sob um estado de “despreocupação” (ALVES, 2011, p. 46). Gressler e Günther (2013) complementam que a fascinação compreendida como restauradora é aquela moderada – portanto, diferente a da fascinação extenuada, que ocorre ao assistir um evento esportivo, por exemplo -, geralmente baseada em estímulos esteticamente agradáveis, que permitem a oportunidade de reflexão. A fascinação moderada é comum a ambientes naturais, como por exemplo ver o pôr do sol, escutar o som de árvores ou contemplar animais selvagens. Assim, o potencial dessa característica de proporcionar momentos reflexivos pode ser amplificado a partir da combinação com a extensão, aqui apresentada como terceira característica.

A capacidade de um lugar em engajar a mente no exercício de exploração e interpretação, com alcance suficiente para manter a interação durante certo período de tempo, sem provocar tédio, é como é definida a característica de extensão ou escopo (ALVES 2011; GRESSLER; GÜNTHER, 2013). De acordo com Alves (2011, p. 46), essa, por sua vez, não se prende “necessariamente à extensão física, mas envolve o senso de pertença ou a sensação de estar em contato ou dar-se conta do mundo ao redor. Isto é, a percepção de se estar ligado aos elementos do ambiente percebido e de enxergá-lo em consonância como um todo”. Nesse sentido, faz parte dessa componente do ambiente restaurador oferecer o que olhar ou fazer por um bom tempo e, também, agregar sentido de ordenação à experiência de contemplação, evitando a impressão de caos (SILVEIRA; FELIPPE; SCHÜTZ, 2019).

Como última característica intrínseca aos ambientes restauradores da atenção direcionada, aponta-se a compatibilidade. Essa dá conta do nível de congruência ou incongruência entre o as inclinações ou propósitos pessoais desejados para o lugar e o suporte do mesmo para determinadas atividades e ações a serem executadas. Como exemplo, menciona-se um espaço que possibilite a atividade de jardinagem, que pode ser compreendida cognitivamente como prazerosa e restauradora para aqueles que têm recursos em termos de interesse e tempo. O mesmo raciocínio vale para outros contextos de características sociodemográficas, tais como os elementos presentes – ou não – no ambiente e suas possibilidades de uso (ALVES, 2011; GRESSLER; GÜNTHER, 2013).

Uma outra teoria que estuda os ambientes restauradores, denominada Teoria da Recuperação Psicofisiológica ao Estresse ou Teoria Psicoevolucionista, foi proposta por Roger Ulrich na década de 1980 e aborda o recurso do estresse como fator promotor de mecanismos de restauração psicofisiológica. A mesma difere-se da Teoria da Restauração da Atenção, portanto, pela condição predecessora ao processo restaurador (GRESSLER; GÜNTHER, 2013; SILVEIRA; FELIPPE; SCHÜTZ, 2019). Segundo Silveira, Felipe e Schütz (2019), o estresse pode ser compreendido como um conjunto de reações frente a circunstâncias em que o sujeito percebe uma ameaça ao seu bem-estar - ou a sua integridade psicológica e física, despertando instintos de luta ou fuga que ativam respostas psicológicas e fisiológicas. Dessa maneira, Kaplan (1995 apud SILVEIRA; FELIPPE; SCHUTZ, 2019, p. 17) menciona como fatores estressores ambientais aqueles entendidos como não controláveis ou inevitáveis do ponto de vista da capacidade individual do sujeito, da mesma forma como operam os mecanismos de controle do sistema normativo neoliberal, interiorizados e reproduzidos compulsoriamente a partir discursos, estilos de vida e padrões de competitividade generalizada. Nesse caso, o outro é visto como a ameaça constante à integridade individual.

Assim, os sujeitos tendem a utilizar recursos pessoais em busca de mitigar os fatores adversos relacionados à elevação dos níveis de estresse e de retomar uma condição de equilíbrio psicofisiológico. Esse esforço, quando demandado a longo prazo ou por longos períodos, acarretam em fadiga e prejuízos a saúde mental. O estresse psicológico e o estresse fisiológico são os dois tipos de reações decorrentes da submissão a circunstâncias compreendidas como ameaçadoras e que exigem um excesso

de tomada de decisões. O primeiro, decorre em reações afetivas – como sentimentos negativos de ansiedade, raiva, medo e tristeza -, reações cognitivas - como avaliações elaboradas em torno da situação estressora e aumento da vigilância – e reações de evitação – como o uso de entorpecentes. O segundo tipo de estresse está relacionado à excitação dos aparelhos musculoesquelético, cardiorrespiratório e glandular e pode, a longo prazo gerar prejuízos crônicos e até irreversíveis a esses sistemas (GRESSLER; GÜNTHER, 2013; SILVEIRA; FELIPPE; SCHÜTZ, 2019).

Frente a esse contexto, a Teoria Psicoevolucionista defende a importância do processo de restauração como mitigador e reabilitador do indivíduo para a resposta a essas demandas estressoras e, portanto, para o resguardo de energias úteis à sobrevivência. “Uma pessoa imersa em uma situação estressora ou respondendo a uma, necessita estar cercada por elementos ambientais que oportunizem uma percepção de bem-estar” (SILVEIRA; FELIPPE; SCHÜTZ, 2019, p. 15). Assim, aponta-se os benefícios dos ambientes naturais como promotores da recuperação psicofisiológica e supressores de afetos e pensamentos negativos, considerados intrínsecos aos ambientes construídos. De acordo com Ulrich et al. (1991 apud SILVEIRA; FELIPPE; SCHÜTZ, 2019), os espaços edificados tendem a apresentar estruturas e configurações desconectadas das necessidades essenciais ao desenvolvimento do ser humano, considerando-se a sua evolução, a exemplo do acesso a recursos naturais. Diante disso, defende-se que haja uma resposta psicofisiológica positiva relacionada à percepção visual e estética de determinados espaços que contemplem aspectos de proteção, controle, movimentação e acesso a água e alimentos. Segundo a abordagem da Teoria, estar cercado por esses fatores estimula a aproximação e desencoraja comportamentos de repulsão, classificando-os como fundamentais ao bem-estar individual e coletivo (GRESSLER; GÜNTHER, 2013; SILVEIRA; FELIPPE; SCHÜTZ, 2019).

Ainda, conforme Gressler e Günther (2013), configurações de ambientes naturais, considerados restauradores do ponto de vista a Teoria Psicoevolucionista, podem ser compreendidas como promotoras da recuperação psicofisiológica ao estresse, no que se destacam aspectos como a água e a vegetação, com atenção a gramados e árvores. Em complementação, Silveira, Felipe e Schütz (2019), apresentam outros atributos elencados por Roger Ulrich como inerentes a esses ambientes. Nesse sentido, são mencionados: uma moderada ou alta complexidade de elementos percebidos no

espaço; a presença de um ponto focal; uma moderada ou alta profundidade e limites claros; ordem; uma superfície pisoteável relativamente uniforme e suave; uma configuração que favoreça a sensação de que elementos fora do campo visual serão prontamente revelados e ausência de ameaças. Assim, a estrutura central dessa Teoria dá-se em torno da apreensão visual de tais atributos ambientais, considerados favoráveis ao desencadeamento de respostas positivas do ponto de vista psicológico e fisiológico. O impacto da percepção desses elementos tende a despertar afetos positivos, tais como alegria, calma e prazer. Além disso, as reações estéticas a ambientes predominantemente naturais propõem uma motivação e um interesse do indivíduo ao cenário, pelo seu vislumbre e apreciação. Dessa forma, tende-se a suprimir, gradualmente, os fatores negativos relativos aos níveis de estresse constantes, anteriormente mencionados como ligados à forma de subjetivação individual do presente.

De maneira geral, pode-se considerar que o resultado principal dos estudos mais consolidados acerca dos ambientes restauradores conclui que espaços naturais, em comparação com espaços construídos, são os que têm maiores possibilidades de fornecer experiências de recuperação da atenção (ALVES, 2011). No entanto, segundo Gressler e Günther (2013) pesquisas recentes abordam esferas que ultrapassam a dicotomia entre natural *versus* artificial, ao considerarem como fatores restauradores o contexto social, as faixas etárias e as características individuais e/ou grupais, todos estes entendidos como influenciadores diretos do espaço e do entendimento do ambiente como recuperador da atenção direcionada, e portanto, contemplado por todas as quatro características mencionadas.

Ainda, de acordo as autoras, acredita-se que o significado de experiências restauradoras provém da inter-relação dos componentes físicos e sociais, o que pode ser caracterizado por diferentes dimensões afetivas, ou vínculos de proximidade. Assim, locais que preservam memórias coletivas positivas e/ou que possibilitem atividades de lazer e interação social são compreendidos como potenciais espaços restauradores. Nesse sentido, estudos empíricos sugerem que as atividades em ambientes assim classificados promovem a capacidade de recuperação, contra os desgastes cotidianos e ajudam a estabelecer vínculos emocionais com o ambiente proximal e distal (GRES-SLER; GÜNTHER, 2013). É um processo, portanto, contrário ao desenraizamento e deslocamento do contexto em que se insere o indivíduo submetido a normatividade neo-

liberal.

Quais exemplos temos de contracondutas comuns e restauradoras?

Como visto anteriormente, os espaços e contextos sociais em que se desenham possibilidades de contracondutas consideradas comuns e experiências restauradoras podem se constituir de formas variadas. Para o primeiro caso, ocupações por moradia, práticas culturais coletivas, atividades de cunho cooperativo em terrenos baldios – com destaque para hortas comunitárias e praças autogestionadas, cada vez mais comuns - e outras configurações de usufruto cidadão e autogestionado podem ser compreendidas como comuns. No segundo, ainda que meios naturais desponham como promotores típicos da capacidade de restauração, também os ambientes construídos podem ser pensados e planejados para que apresentem essas propriedades. Ademais, para ambos os casos, há estudos que contemplam a troca social como motor restaurador e condutor de práticas comuns. Sob esse contexto, busca-se, portanto, trazer experiências que representem, para ambos os casos, as características anteriormente mencionadas, como forma de melhor contextualizar o desenvolvimento deste aporte teórico.

Cais José Estelita (Recife, PE)

Um dos casos mais emblemáticos de ocupações urbanas e também de defesa de comum urbano, em território nacional, é o movimento Ocupe Estelita, em Recife. De repercussão internacional, esse exemplo trata de um antigo pátio ferroviário, nomeado Cais José Estelita, de 101,7 mil m² de extensão e grande valor imobiliário e cultural, visto que está situado de frente para a bacia do Rio Pina, cartão postal da cidade e liga bairros nobres da cidade ao Centro (COSTA, 2016; SANTOS; PINTO; NUNES, 2017). Por isso, é considerado “espaço aberto de diálogo entre natureza, passado e presente” (COSTA, 2016, p. 78), ou, sob a perspectiva dos ambientes restauradores, um espaço que potencialmente pode proporcionar a recuperação da atenção, a partir da característica de fascinação, dada a paisagem presente e também de aspectos sociais de memória coletiva.

O terreno Cais Estelita foi alvo de processo de especulação imobiliária, que se



Figura 24 -Ocupação Cultural do Cais Estelita, em 2014.
Fonte: Oliveira (2019)

desdobrou entre os anos de 2008 e 2014, período subsequente à sua venda à empreiteiros após um leilão promovido pela União, apontado como irregular pela sociedade civil. Nesse intervalo, foi concebido um megaprojeto de torres condominiais, seguindo o modelo homogeneizador de apropriação privatizadora do espaço urbano. Considerado discrepante do princípio de função social da terra, o projeto alinha-se à visão de que somente com condomínios fechados ou arranha-céus seria possível alcançar-se a segurança no contexto da capital pernambucana, disseminada pela elite política e econômica local. Ao mesmo tempo, desponta como potencial agente gentrificador e gerador de impactos negativos no contexto ambiental e paisagístico da área (COSTA, 2016; SANTOS; PINTO; NUNES, 2017; SAVAZONI, 2018).

Por conta disso, uma forte mobilização civil empenhou-se em ocupar o espaço, a partir do começo das obras, ainda no ano de 2014. O movimento, que ficou reconhecido como #OcupeEstelita, promoveu atividades culturais, como feiras de livros, exposições de fotos e outras intervenções artísticas que buscaram reafirmar o sentido do lugar como espaço público e coletivamente apropriado, através de práticas consideradas comuns e restauradoras, partindo do princípio de que agregam a característica de compatibilidade (SAVAZONI, 2018). Assim, também se reivindicava o direito à cidade, o qual, para Savazoni (2018, n.p.): “a partir desse olhar, se constrói na luta por afirmar o comum urbano e ao se contrapor à especulação imobiliária”.

Apesar de ter sofrido ações de repressão por parte do Estado, com embates físicos a mando de ordens de reintegração de posse, o movimento fortaleceu-se ao longo dos anos e abarcou outras discussões sobre o Cais. O #OcupeEstelita tornou-se um promotor de debates comunitários e agregador de lutas por causas sociais, tornando-se um ente potencializador de engajamento de apropriação e autogestão coletiva. De acordo com os seus organizadores, de 2015 a 2018, foram realizadas 64 oficinas, 6 assembleias, 14 aulas públicas e 5 audiências públicas, onde se fizeram 297 contribuições de diretrizes urbanísticas (SAVAZONI, 2018).

Ainda que os desdobramentos recentes tenham favorecido a iniciativa privada sobre o local (GUARDA, 2021), o valor da experiência do comum, obtida pelo movimento, se sobressai como um aspecto de referência para demais contextos de reivindicação de uso coletivo de espaços urbanos. A partir da resignificação do uso do terreno como local público e da reafirmação do seu potencial promotor de coletivização e

cooperativismo, experienciados pelos indivíduos que ali se reuniram, pode-se encontrar elos comunitários que escapam ao condicionamento lógico individualizante da racionalidade neoliberal, através de uma produção social e política.

Parque Augusta (São Paulo, SP)

Um outro exemplo de espaço urbano de usufruto coletivo, com características de ambientes restauradores e objeto de reivindicação popular é o Parque Augusta, em São Paulo. Localizado no centro da capital, o terreno em questão é situado na área do Baixo Augusta, a qual tem passado por um processo de valorização imobiliária e gentrificação, nos últimos anos. De propriedade privada, o lote em questão resgata aspectos de proteção ambiental, bem-estar e memória coletiva, defendidos por moradores e organizações sociais, em oposição aos interesses privados de exploração do território.

O Parque Augusta encontra-se em um de dois lotes que constituem um terreno localizado entre as ruas Augusta, Marquês de Paranaguá e Caio Prado, configurando-se como um bosque que representa o último remanescente de mata virgem da região central da cidade, com mais de 800 árvores. O espaço, que chegou a possuir garantia de acesso público prevista pela escritura do terreno, é utilizado e gerido como equipamento público de lazer e descanso pela comunidade local desde a década de 1970, a mesma em que o terreno foi vendido para uma incorporadora imobiliária que planejava a construção de um complexo hoteleiro no local. Desde então, travou-se uma disputa pela sua ocupação, que já recebeu usos como o de estacionamento e realização de shows, mantendo, no entanto, sempre viva a ideia de parque comunitário, através do uso coletivo (HORI, 2018).

Em 1996, a propriedade foi revendida para uma nova incorporadora, com fins especulativos. O objetivo dos investidores, entretanto, era construir um supermercado e um conjunto de três torres comerciais, o que incitou novamente a população local a buscar formas de reivindicar o bosque como equipamento comunitário, em um processo que envolveu o mercado imobiliário e o poder público nas instâncias do executivo, legislativo e judiciário. No entanto, apesar de algumas vitórias por parte da sociedade civil, como a definição do espaço como parque público, em 2002, o tombamento da vegetação e o impedimento da construção dos edifícios previstos, através do esforço de organizações comunitárias locais, em 2013 o terreno foi vendido, novamente, para



Figura 25 - Ocupação do terreno do Parque Augusta, em 2015 Fonte: Página do grupo Aliados do Parque Augusta

uma outra incorporadora (HORI, 2018; SAVAZONI, 2018).

A entrada do novo ente privado no cenário histórico de disputa pelo local representou uma intensificação de medidas austeras em relação ao movimento social de luta pela ocupação do Parque, que, à época, já se consolidava pela união do grupo Aliados do Parque Augusta e a Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do bairro de Cerqueira César (SAMORCC). Além de apresentar um novo projeto de torres comerciais e serviços, que desrespeitava o limite de gabarito previsto na lei de tombamento, a empresa previa também a remoção de árvores e a restrição do uso bosque, aos moldes da concepção neoliberal de vigilância e segurança de espaço privado (HORI, 2018).

A reação dos grupos comunitários foi imediata e se deu através de protestos, que foram respondidos com a construção de muros e o fechamento de portões que davam acesso ao terreno, mesmo após sanção de lei municipal que assegurava a construção de um parque público no local. Novamente, a sociedade civil buscou na união de grupos e entidades coletivas a alternativa para enfrentar de maneira mais efetiva a conduta estabelecida pelos empreendedores (SAVAZONI, 2018; HORI, 2018). É nesse período que surge o Organismo Parque Augusta (OPA), mais precisamente em janeiro de 2014, como

Um movimento contra a especulação imobiliária e contra os projetos urbanos neoliberais. Através de uma organização horizontal e heterogênea, reivindica uma democracia direta para defender o direito à cidade e influenciar a construção de comuns urbanos (HORI, 2014, p. 180).

De maneira geral, o OPA desponta como ente articulador de grupos civis em prol do bem comum – o Parque Augusta – operando em prol da organização do movimento, através da promoção de assembleias, atividades, manifestações e a ocupação do terreno, no ano de 2015, denominada “vigília criativa” (HORI, 2018, p. 182). Por quase três meses, o parque foi ocupado diferentes perfis de cidadãos e ativistas que passaram a acampar e promover novas assembleias de deliberação que garantiam a autogestão coletiva do movimento (HORI, 2018). Ao descrever mais precisamente o movimento de ocupação durante o período, Savazoni cita que

O movimento foi responsável pela realização de festivais independentes, que levaram milhares de pessoas ao “organismo parque”, e por ações diretas permanentes, como piqueniques, hortas comunitárias, atividades culturais e gastronômicas, construção de mobiliário urbano, festas e shows – também produziu uma série de publicações com enfoque no direito à cidade (SAVAZONI, 2018, n.p.)

Para além disso, o OPA mobilizou outros movimentos na cidade, de propósitos semelhantes. Essa condição decorreu na criação da Rede Novos Parques, que se caracteriza como uma plataforma aberta e horizontal de discussão que apoia processos de criação, preservação e conservação de 181 parques, praças e áreas arborizadas de São Paulo (capital), reivindicados pela sociedade civil e alvos de interesse do mercado imobiliário (HORI, 2018).

Após novos imbróglis que envolveram reintegrações de posse, diversas negociações entre a prefeitura e as incorporadoras e até mesmo compreensões diferentes entre os grupos defensores do uso comum do parque, em 2019, após intervenção do Ministério Público Estadual, a prefeitura obteve a transferência de posse da terra, abrindo caminho para a construção do Parque Augusta. Mesmo com o domínio público legal sobre o terreno, é importante ressaltar que a participação ativa dos grupos civis envolvidos permanece na discussão do projeto do parque (QUINTELLA, 2021).

Para além da conquista da garantia espaço de uso comum como equipamento comunitário definitivo, a contribuição do processo de contestação da ocupação do Parque Augusta significou também um precedente inspirador para outros movimentos por áreas verdes da cidade de São Paulo. A repercussão do caso, as formas de protestar e a mobilização através de mídias além dos meios tradicionais de comunicação reforçou contextos de mobilização civil a favor de cidades para pessoas, a favor do bem-estar coletivo e em detrimento da apropriação privativa do espaço urbano (QUINTELLA, 2021).

Revolução dos Baldinhos (Florianópolis, SC)

Estudos recentes sobre comuns urbanos têm apontado os espaços comunitários de cultivo, como jardins, hortas, canteiros, pomares e quintais têm sido ressaltados por conjugarem práticas não-capitalistas de produção, distribuição e consumo agrícola, sob arranjos mais coletivos de uso da terra, “além de contribuírem para romper a dicotomia natureza/cultura ao trazerem de volta à cidade o “verde” expurgado ao campo e às matas” (TONUCCI FILHO, 2017, p. 201). É importante, no entanto, observar a presença dessas práticas e locais de cultivo que têm se fortalecido em espaços de periferias, contextos onde estão associadas a fatores como sobrevivência, informalidade e reprodução social (TONUCCI FILHO, 2017).

De maneira geral, a produção desses espaços de cultivo não tem fins comerciais ou de acumulação, mas, sim, para atendimento de necessidades sociais básicas, no que se destinam a alimentação residentes locais, ou para fundos comunitários de investimento local, obtidos a partir da venda de eventuais excedentes da produção. Nesse âmbito, esses comuns produtivos são também “espaços de cuidado com o outro, de preocupação com questões de saúde e bem-viver, de circulação de saberes e afetos voltados à sustentação da vida, não só humana” (TONUCCI FILHO, 2017, p. 205). Assim, estes podem também ser classificados como ambientes que possibilitam a restauração psicofisiológica, através da atividade ali praticada, segundo a característica de compatibilidade, descrita anteriormente. Sob esse prisma, o exemplo do movimento denominado Revolução dos Baldinhos, em Florianópolis, figura como representativo dos aspectos mencionados.

O projeto teve origem no bairro Monte Cristo, formado por uma conjuntura de movimentos sociais de luta por moradia. Após um processo de crescimento acelerado de ocupação local, que decorreu no não-atendimento de demandas básicas de infraestrutura e saneamento, o bairro enfrentou uma série de problemas relacionados ao descarte impróprio de resíduos, que culminaram em uma infestação de roedores e, conseqüentemente, um surto de leptospirose, em 2008. Por conta disso, uma ação cooperativa criada entre uma frente composta por uma escola pública, uma creche, organizações não governamentais e sociais independentes formaram o movimento, que tem por princípio articular educação ambiental e agricultura urbana, por meio de um



Figura 26 - Horta comunitária instalada no pátio da escola E.E.B. América Dutra Machado (Florianópolis)
Fonte: TV UFSC (2017)

trabalho de gestão comunitária de resíduos orgânicos (LEAL, 2018; ROSA, 2012).

A ação principal do projeto, que dá origem ao seu nome, baseia-se no recolhimento de resíduos orgânicos das moradias para o tratamento em composteiras coletivas, situadas em terrenos cedidos por terceiros – como entidades coletivas ou públicas. Posteriormente, o composto orgânico gerado é distribuído para os moradores para o plantio em hortas caseiras ou coletivas e também vendido em seu excedente, como fonte de renda para os custos de manutenção do coletivo. Iniciado com apenas 5 baldes e alguns moradores, aos poucos o movimento ganhou adesão da comunidade a partir do contato direto e esforço de conscientização operado entre os próprios moradores do bairro, que passaram a usufruir também da horta comunitária localizada no pátio da escola local, onde famílias encontraram a possibilidade de plantar e colher seu próprio alimento de maneira cooperativa (LEAL, 2018; ROSA, 2012).

Rosa (2012) reforça os aspectos da autogestão comunitária e a grande adesão como fundamentais para o andamento do projeto:

[...] a Revolução dos Baldinhos só deu certo porque a comunidade teve uma participação ativa nele, e esta concordância se observa em todas as falas trazidas durante as entrevistas, como por exemplo: Violeta: - “A gente sempre diz que é importante serem pessoas que são da comunidade para estar participando, que se você conhece o seu vizinho é muito mais fácil de dialogar com ele”. Outra coisa importante, e que apareceu em várias entrevistas, é que para elas é essencial gostar do que estão fazendo para poder continuar em frente. Uma das coisas importantes que fez com que a Revolução dos Baldinhos desse certo, segundo Coqueiro, foi que a comunidade como um todo e as instituições locais abraçaram esta ideia (ROSA, 2012, p. 71).

Destaca-se do excerto a menção ao interesse pela atividade, estabelecido pelos atores envolvidos, em acordo com a característica de compatibilidade, compreendida para os ambientes de restauro. Ainda, segundo Leal (2014), o movimento mudou a autoestima das agentes comunitárias, envolvidas diretamente:

[...] em entrevista à equipe Maruim (2017), uma agente relata como se sentia antes e depois de fazer parte do projeto: “Antes eu era só

uma moradora que ficava escondida dentro de casa, e hoje eu tenho a oportunidade de contar um pouquinho do que eu faço aqui e ensinar para outras pessoas fazerem em suas casas ou trabalho” (LEAL, 2014, p. 132).

A revolução dos baldinhos é, portanto, reconhecida pela sua gestão de práticas comuns. O conhecimento repassado pelos agentes envolvidos aos demais moradores, a colaboração entre os mesmos e o usufruto dos produtos obtidos, configuram, sem dúvida um benefício de todos. A noção de ação política e gestão comunitária, com participação ativa e horizontal de todos os cidadãos envolvidos, reforça esses princípios. Ainda que o projeto enfrente questões relativas a restrições de espaços de uso – depois de uma série de imbróglis com desapropriação de material produzido e espaços cedidos e retomados, hoje o movimento encontra-se reduzido pela falta de um local apropriado para a produção de maior escala de composto – a experiência tornou-se modelo de autossustentabilidade e autogestão, motivo pelo qual foi reproduzida e ensinada para conjuntos sociais em vários outros estados do país (LEAL, 2014).

É importante reconhecer, portanto, que muitas dessas experiências, na sua condição de contraconduta da subjetividade generalizada, reproduzida nas instâncias de Estado e mercado, são em maioria passíveis de fragilidades e discontinuidades, que configuram a sua principal limitação (TONUCCI FILHO, 2017). Ainda assim, pode-se reconhecer nas mesmas, desde sua concepção, o seu potencial de respiros e oportunidades de pensar fora dessa lógica neoliberal, reconhecidamente danosa do ponto de vista do bem-estar dos indivíduos e do meio social.

Ocupações Urbanas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) - (São Paulo, SP)

Este exemplo pretende abordar o comum urbano a partir da perspectiva daqueles que o usufruem. Mais especificamente, pretende-se depreender o potencial dessas experiências como promotoras diretas do bem-estar, a partir da dimensão afetiva a eles atribuída. Para isso, toma-se por base o trabalho de Moraes (2018), que parte dos relatos de mulheres participantes e conviventes de acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto na cidade de São Paulo, que descrevem o deslocamento subjetivo da ordem capitalista de produção e reprodução social, possibilitado pelos momentos de construção coletiva da vida cotidiana obtida nesses espaços.

A ocupação de latifúndios urbanos é a ação primordial do MTST. É a partir de acampamentos e ocupações, geralmente dadas em terrenos objeto da especulação imobiliária, que o movimento organiza e convoca trabalhadores periféricos em situação de vulnerabilidade social a lutar pelo direito à moradia e a estabelecer vínculos de proteção social. Nesses espaços, estabelece-se uma distribuição equânime e cooperativa de atividades para os componentes, que passam a cuidar de setores como alimentação, agricultura, proteção coletiva, questões trabalhistas, coordenação política, etc. (GONÇALVES, 2017; MORAES, 2018).

Assim, a partir de um recorte de gênero, a autora transcreve depoimentos e traça reflexões de um trabalho etnográfico que busca compreender as experiências de resistências e lutas urbanas como território de relações de interdependência e constituição/reconstituição de comunidades, compreendidos, assim, como comuns urbanos. Nessa perspectiva, Moraes explica que

Os relatos que nos servem aqui de matéria prima são inundados dessas relações que se produzem no decorrer da luta por moradia em uma ocupação – cozinhar junto, ajudar nos casos de doenças, compartilhar informações sobre as burocracias necessárias para o cadastro de espera pela casa própria; correr o risco de fragilizar os laços familiares domésticos enquanto se produz outros, “na rua”, “na luta”; “passar a noite no acampamento”, escutar o sofrimento de outros e oferecer o seu relato de sofrimento como exercício permanente de



Figura 27 - Acampamento do MTST em São Paulo
Fonte: Frassat (2020)

alteridade (MORAES, 2018, p. 67).

Sem intenção de atenuar ou idealizar o contexto de uma ocupação urbana por moradia e os desafios do contexto político que a envolve, o que a autora observa a partir dos depoimentos das mulheres entrevistadas é o impacto positivo da vivência de “estar junto” (MORAES, 2018, p. 67). Nesse sentido, segundo a autora, os relatos sobre doenças curadas no processo de uma ocupação não são incomuns, o que é defendido também por Boulos (2016). Em ambos os estudos, entrevistas obtidas descrevem quadros de depressão diagnosticados, que foram superados após o contato cotidiano com esses espaços constituídos a partir reprodução de práticas de compartilhamento dos cuidados de si e dos outros, que possibilitam a criação de vínculos sociais. Ainda, segundo Moraes:

O encontro com o movimento, por diversas vezes, nos é relatado como uma possibilidade de “cura” – um momento no qual o sofrimento individual e o desespero, encontram, justamente, uma nova dimensão capaz de produzir implicações e interdependências. A “cura” é produzida por esses diversos deslocamentos. O primeiro tem a ver com o reconhecimento da vulnerabilidade do outro, o segundo com a nova espacialidade vivida para além da casa e do espaço doméstico e uma nova comunalidade radical, o terceiro deslocamento tem a ver com o momento de novas implicações e responsabilidades com a vida coletiva, o “tornar-se alguém que importa” porque se é capaz de “fazer funcionar” as demandas do acampamento (MORAES, 2018, p. 72-73).

Esses deslocamentos e relações produzidas no cotidiano desse espaço comum urbano, caracterizado pela ocupação, permitem a geração de uma infraestrutura capaz de permitir a reprodução da vida material através de cozinhas coletivas, a observação do terreno em períodos noturnos e o compartilhamento dos cuidados das crianças. Dessa forma, as ocupações permitem caminhos de reconexão cotidiana do próprio mundo atomizado, através do cruzamento de trajetórias daqueles que ali convivem. Há, portanto, o esforço de pensar para além do si mesmo, em um terreno comum, capaz de produzir identificações e pertencimento, fatores os quais atribui-se à característica de escopo ou exploração dos ambientes restauradores e que Moraes (2018)

atribui, em sua análise, ao gênero feminino, especialmente: “No caso das mulheres, o ‘se importar’ demais adquire, obviamente, uma dimensão muito mais constitutiva da experiência feminina. Não à toa, quase a totalidade de pessoas que ‘fazem a luta’ para outras pessoas, é composta por mulheres” (MORAES, 2018, p. 66-67).

De forma geral, depreende-se de estudos sobre essas ocupações que o modo de organização, compatível com o modo de produção do comum, possibilita a ação de recuperação do bem-estar e da restauração pelo meio das inter-relações afetivas e vínculos proporcionados por momentos ali vivenciados. A abordagem de acolhimento no momento de chegada, a convivência comunitária nos espaços coletivos, a responsabilidade decorrente da participação ativa em tarefas e o empoderamento pela participação nas mobilizações coletivas do grupo têm, portanto, o potencial de romper com a lógica capitalista de subjetividade, que tende a isolar os indivíduos. Proporciona-se, assim, uma outra vida cotidiana, produzida a partir de sentidos fortes de comunidade, cuidado mútuo e convívio, ao passo que se constrói caminhos alternativos de superação de conflitos sociais (BOULOS 2016; MORAES, 2018).

PARTE II

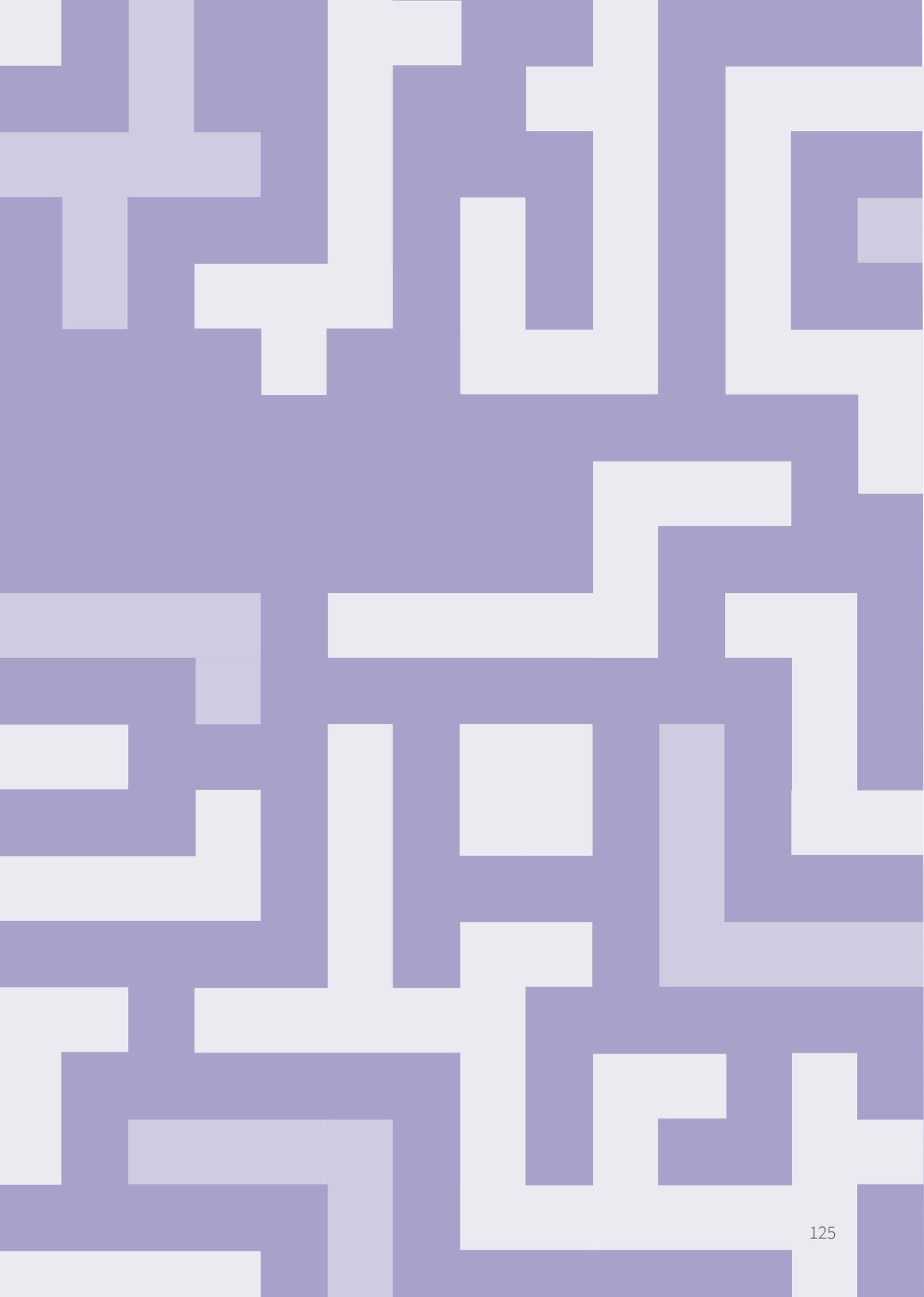
Nesta última etapa, o percurso do trabalho toma como direção a contextualização da discussão anteriormente desenvolvida, com base em análise empírica. Para isso, serão analisados estudos de caso localizados na cidade de Florianópolis, compreendida a partir do seu desenvolvimento urbano recente e com atenção especial ao período de influência do sistema normativo neoliberal.

Como metodologia, pretende-se partir da caracterização histórico-urbano-econômica do município dentro do recorte temporal da última metade do século XX até o momento atual, com objetivo de compreender a sua adequação ao modelo estratégico de planejamento urbano. Posteriormente, descritas as caracterizações principais e peculiaridades pertinentes à dinâmica da cidade, será atribuída atenção especial à área norte, onde está localizado o distrito de Ingleses do Rio Vermelho.

Adotado como recorte de estudo para as análises específicas, o Distrito será, por sua vez, caracterizado e compreendido dentro do seu contexto urbano estabelecido historicamente mas, em especial, considerando o recorte temporal analisado no trabalho. Além disso, serão observadas suas tendências atuais relativas ao modelo contemporâneo de produção e reprodução do espaço urbano, dadas as suas peculiaridades socioeconômicas, territoriais e problemáticas locais.

De forma a aprofundar o tema dos espaços de contraconduta – entendidos como os comuns urbanos e potencialmente restauradores - utilizou-se de ferramentas *online*¹, em específico um formulário e um mapeamento coletivo obtido com a comunidade do distrito acerca das localidades compreendidas como potenciais do ponto de vista da concepção comum de espaços urbanos. Dessa forma, a partir da percepção local, pode-se obter os casos específicos de análise do trabalho. Ao todo, foram selecionados 3 exemplos levantados a partir das ferramentas utilizadas, os quais serão descritos a partir da sua concepção como comuns urbanos e ambientes restauradores, por meio de uma avaliação qualitativa, compreendida por observações e visitas do autor, mas também por testemunhos de moradores, obtidos em conversas. Ainda assim, por apresentar uma maior relevância para os fins de pesquisa deste trabalho, será desenvolvida uma análise aprofundada do caso do Campão do Santinho, terreno que é motivo de disputas sociais entre o usufruto – e o bem-estar - coletivo e o empreendedorismo imobiliário. As próximas seções detalham essas etapas do trabalho.

1 Ferramentas adotadas em razão das restrições impostas pela pandemia de COVID-19





Capítulo 1 - O local sobre o modelo global

Da concepção de Florianópolis como território fértil para os ideais neoliberais de desenvolvimento, planejamento e gestão

O mais recente Índice de Cidades Empreendedoras da Endeavor, numa parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), aponta Florianópolis como a segunda melhor cidade para se empreender no Brasil, atrás somente de São Paulo, a segunda maior metrópole da América Latina. As condições de inovação e capital humano foram os destaques da cidade, que ocupou a primeira posição nos dois pilares, de um total de sete analisados (ENGELMANN, 2021)

Reconhecida internacionalmente pelas suas características naturais e indicadores de qualidade de vida, a capital do estado brasileiro de Santa Catarina teve seu desenvolvimento urbano recente baseado em recursos compatíveis com o discurso político e econômico neoliberal. A urbanização da cidade, efetivamente consolidada a partir de meados do século XX, teve em seu percurso de planejamento urbano aspectos que, desde antes da hegemonização deste sistema recente, já se faziam consoantes com os ditames por ele assentados. A influência de interesses privados nos investimentos públicos¹ e seus direcionamentos, assim como o perfil de atividade econômica de caráter não-industrial são, portanto, características historicamente estabelecidas no município que, sob a lente do neoliberalismo, desenham um território fértil para as novas concepções de espaço urbano (AGUIAR, 2015; ARRUDA, 2019; RIZZO, 2013; SUGAI, 2015). A Figura 28 exibe a localização de Florianópolis:

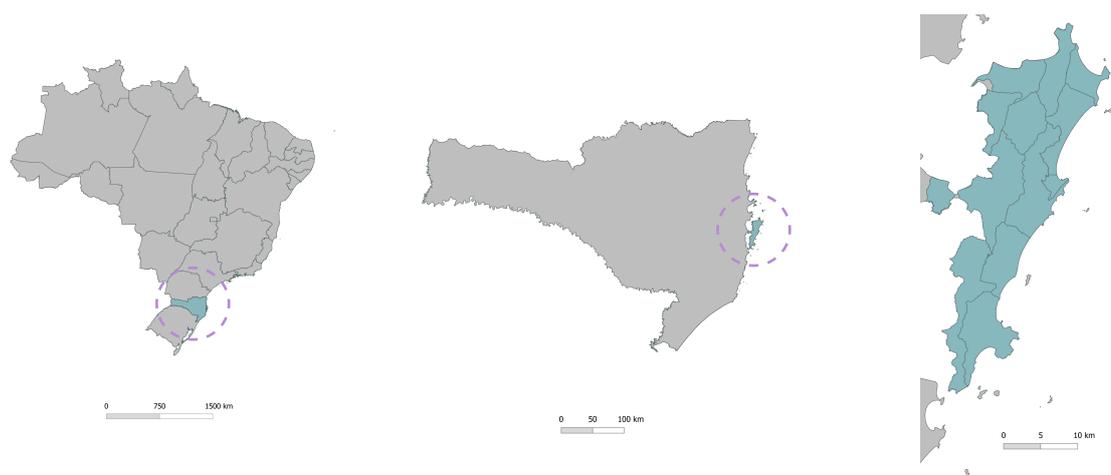


Figura 28 - Localização de Florianópolis. Fonte: Elaboração Própria

1 Como mencionado no primeiro capítulo, cabe também para Florianópolis a prática historicamente consolidada no Brasil da influência de oligarquias sobre as decisões de governo, com o qual mantinham (ou mantêm) alianças.

Os anos 1930 e 1940, em Florianópolis, foram marcados por desdobramentos que influenciariam o desenvolvimento urbano da cidade até o fim desse mesmo século. Segundo Sugai (2015), desde a primeira década mencionada, a reorganização da ocupação da cidade, decorrente de políticas higienistas operadas sobretudo no centro, definiu cursos de periferização de camadas de baixa renda – as quais passaram a ocupar encostas de morros e terras da parte continental da região - e a concentração de grupos de maior poder econômico na porção ao norte da área central da Ilha. Nesse mesmo período, passou-se a despertar o interesse pelas praias situadas no extremo setentrional, por conta do seu potencial turístico e suas características naturais – águas mais quentes e proteção dos ventos –, fator que iria, posteriormente, influenciar na distribuição de investimentos em infraestrutura do município (SUGAI, 2015).

Com base em princípios funcionalistas e na reestruturação viária, em 1955 é finalizado o primeiro plano diretor da cidade, que, dentre outros aspectos, buscava propor ações de redefinição urbana e adequações modernizadoras, sob o compromisso de pensar a cidade em sua totalidade pela primeira vez. Naquele contexto, o plano definia o uso e a ocupação do solo apenas para o núcleo urbano central de Florianópolis, no Continente e na parte insular. Como alavanca do progresso econômico do município, propunha-se a modernização do porto da cidade e a concentração de atividades industriais e comerciais na orla continental. No entanto, da maior parte das premissas estabelecidas pelo instrumento de planejamento, foram implementadas, primordialmente, aquelas que contemplavam o vetor norte, de interesse imobiliário cada vez mais pungente², como a implantação da casa do governador no bairro Agromônica, a construção do aterro da Baía Norte e a Avenida Beira-mar Norte (ARRUDA, 2019; SUGAI, 2015).

Havia, portanto, uma disputa entre frações de elites locais pela destinação de recursos públicos de infraestrutura urbana, tal qual como por novos equipamentos e empreendimentos de valorização de terras, que se opunha às proposições do Plano Diretor de 1955. A exemplo, menciona-se o campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que era previsto pelo dispositivo de planejamento para ser instalado na área central. Sua localização, no entanto, foi alvo de contendas de grupos econômicos

2 Das propostas viárias previstas pelo Plano Diretor de 1955, apenas a implantação da Avenida Beira-Mar Norte foi contemplada de acordo com o que o instrumento definia.

de alto poder aquisitivo, dentre os quais figuravam aqueles interessados em valorizar a área do bairro Trindade, que fazia ligação com os balneários do Norte e Leste da Ilha, como Canasvieiras e Lagoa da Conceição, respectivamente (SUGAI, 2015). A implantação da universidade no bairro mencionado, em 1960, representou, portanto,

[...] não apenas a abertura de uma nova frente para o capital imobiliário, mas, também, um indicador de que a área estava destinada à ocupação e expansão das elites (SUGAI, 2015, p. 92).

Nessa mesma década, passou-se a observar a consolidação do caráter econômico de comércio e serviços na região de Florianópolis, com presença do capital turístico junto ao capital imobiliário e à construção civil despontando como predominantes e geradores das expansões urbanas em direção aos balneários (ARRUDA, 2019; SUGAI, 2015).

Ao fim daquele decênio, teve início a concepção do Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis, que propunha uma reorganização da estrutura viária intraurbana e interurbana dos municípios conurbados da capital (São José, Biguaçu, Palhoça), como parte das políticas desenvolvimentistas e de consolidação do transporte rodoviário no Brasil, processo que se desdobrava desde os anos 1950 (SUGAI, 2015). O Plano, desenvolvido até o início da década de 1970, seguia os moldes tecnocráticos característicos do período da ditadura militar e previa uma série de projetos de grande porte, voltados principalmente à infraestrutura (ARRUDA, 2019; SUGAI, 2015). Como parte de suas propostas, previa-se a concepção de um novo complexo portuário e uma base naval, além de uma ampla rede de integração rodoviária que estabeleceu a ligação rápida da região a nível nacional com a BR-101. No entanto, o Plano de Desenvolvimento, desenvolvido por arquitetos de fora da cidade, privilegiava áreas distintas daquelas compreendidas como de interesse das elites locais, como o Sul da Ilha e o Continente, para os quais desenhava-se vias expressas e contornos de ligação, além de zonas urbanas específicas. Esse princípio foi mantido até 1976, quando aprovado o novo Plano Diretor de Florianópolis, apoiado no Plano Integrado. No entanto, por pressões de grupos hegemônicos locais, sucessivas alterações na legislação urbana foram aplicadas, no sentido de garantir que os investimentos públicos permanecessem na direção norte-leste do município (SUGAI, 2015).

Ainda assim, de maneira geral, a década de 1970 representou um período de uma série de transformações no que diz respeito ao processo de urbanização de Florianópolis e suas tendências de expansão e dinâmicas socioeconômicas. Enquanto as atividades industriais passaram a ser induzidas a se concentrar nos municípios vizinhos, a conclusão da BR-101 contribuiu para o incremento e a solidificação das atividades turísticas que ganhavam força na década de 1960, além de contribuir para o aumento do fluxo migratório rumo à península central (ARRUDA, 2019; SUGAI, 2015).

Segundo Arruda (2019), esse último processo marcou, por um lado, a atração de um grande contingente populacional de camadas de menor renda, que se fixou na porção continental do município e em cidades vizinhas, que apresentaram taxas de crescimento maiores do que a própria capital, na época. Por outro lado, de acordo com Aguiar (2015, p. 112), “a cidade também experimentaria a migração de um contingente populacional com um perfil diferente: o do setor de mais alta renda”, atraído pela instalação de grandes Estatais na cidade como a Companhia de Energia Elétrica Santa Catarina (CELESC), as Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul) e a Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC) e a expansão das universidades públicas como a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a UFSC. Todas essas mencionadas seriam agentes causadores de alterações no contexto urbano da Ilha, mais tarde precursores da sua nova alternativa econômica baseada no setor tecnológico.

Como impactos diretos desse processo, observa-se que aquela nova camada de renda elevada, além de se estabelecer em bairros próximos as estatais, criando um crescimento imobiliário na área central da cidade que perdurou até a década seguinte, também fora atraída pelo discurso propagado por todo o país a respeito da qualidade de vida e as belezas naturais presentes em Florianópolis (AGUIAR, 2015). Esse último fator implicou em novas pressões sobre a expansão urbana e investimentos públicos em direção aos balneários, que passaram a sofrer uma agudização dos processos de desmembramentos de glebas e loteamentos e desmembramentos de vazios urbanos mantidos sob especulação imobiliária, dos quais, em muitos dos casos, feitos de maneira irregular (SUGAI, 2015).

Ressalta-se que desde 1974 e, portanto, antes do Plano Diretor de 1976 ser finalizado, já se havia implantado a SC-401, via de acesso aos balneários do Norte do município e que possibilitou o avanço considerável de ocupação dessa área, de forma

descontrolada. Junto a ela, menciona-se a concepção da Via de Contorno Norte-Ilha, que ganhou infraestrutura robusta e dimensões de até quatro vezes maiores do que as previstas no Plano Diretor devido a pressões de setores hegemônicos locais (ARRUDA; 2019, SUGAI; 2015).

No final da década de 1970, Florianópolis já se estabelecia como uma cidade de economia de comércio e serviços. Com o encerramento das atividades do porto, ocorrido nesse período, a atividade industrial passou a ser mantida primordialmente na área continental da região conurbada, ao passo que se desdobrava ali um processo de periferação e afastamento de camadas de baixa renda da península (SUGAI, 2015). Assim, de acordo com Sugai, a

[...] possibilidade de utilizar mão de obra migrante dos municípios vizinhos, sem necessitar dispor de recursos públicos para melhorar sua condição de vida urbana e, ainda, poder isolar fisicamente e espacialmente essas camadas mais pobres, garantiu que, em 1974, no primeiro levantamento feito no país sobre as condições dos municípios brasileiros, Florianópolis fosse, surpreendentemente, classificada como a melhor capital do país (SUGAI, 2015, p. 114).

Essa configuração, seria, portanto, precursora dos discursos de vocações turísticas e tecnológicas da cidade adotados nas décadas seguintes e que iriam de encontro com as premissas do novo modelo econômico e normativo neoliberal, baseado no setor terciário avançado. A seguir, serão abordados os desdobramentos do planejamento urbano e do desenvolvimento de Florianópolis a partir da década de 1980 sob a ótica dessas duas atividades econômicas, considerando suas influências sobre os direcionamentos e decisões das administrações públicas local.

O turismo como vocação econômica e motor de promoção de investimentos urbanos

A expansão urbana da Ilha, observada a partir da década de 1970, teve como um de seus fatores base as novas obras de infraestrutura urbana – sobretudo viárias -, que permitiram melhores condições de acesso e ocupação aos balneários, formando novos bairros (AGUIAR, 2015; RIZZO, 2013). Esse cenário, por sua vez, permitiu uma

densificação dos núcleos historicamente consolidados nos extremos Norte e Sul do município e também uma maior procura dessas áreas para fins de lazer e veraneio, por visitantes de fora da cidade.

O fortalecimento do discurso do turismo como vocação econômica de Florianópolis ganhou força a partir da década de 1980, em consonância com as influências das relações geopolíticas da época e do próprio crescimento da atividade, que passava a receber turistas do Cone Sul da América Latina. Rizzo (2013) destaca o aumento de visitantes argentinos para o município até o final do decênio, que desfrutavam de flutuações cambiais em favor do país hispanófono. Aos poucos, a atividade econômica passou a ser explorada como vetor fundamental de desenvolvimento para a cidade, sob o discurso de ser uma economia sustentável do ponto de vista ambiental e social (AGUIAR, 2015).

Autores como Arruda (2019), Ouriques (1998 apud AGUIAR, 2015, p. 54) e Rizzo (2013) apontam, no entanto, que essa fonte de capital do município impulsionou profundas mudanças socioespaciais. De acordo com os mesmos, o amplo direcionamento de investimentos para a orla marítima transformou localidades, que passaram a abrigar complexos hoteleiros e restaurantes, entre outros., onde até então predominavam como atividades econômicas aquelas mantidas por comunidades pesqueiras artesanais. Assim, a paisagem das praias rapidamente sofria um processo de alteração, em decorrência da exploração e extração de valor daqueles espaços³.

Como forma de regularizar esse movimento de expansão urbana, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), criado no fim da década de 1970, estabelece diretrizes para a criação da Lei N° 2193 de 1985, que instituiu o chamado Plano Diretor dos Balneários. O instrumento pretendia-se como determinante do zoneamento, uso e ocupação do solo dos balneários da ilha de Santa Catarina, e declarava-os área de especial interesse turístico, em uma expressa sinalização de incentivo à atividade nessas áreas. Ainda que o mesmo mantivesse o padrão de legislações de

3 De acordo com Rizzo (2013) um estudo do IPUF apontou que as áreas de veraneio nas praias passaram de 7,6% de toda a área urbanizada de Florianópolis, em 1976 para 30,8%, em 1994. Por trás desse crescimento, figuram desequilíbrios de investimento entre diferentes áreas da cidade. Nesse sentido, Aguiar (2015, p. 52) reforça que, enquanto o Norte da ilha, despontava como vetor de desenvolvimento e agentes privados reivindicavam – e conquistavam - alterações de legislação para suprir demandas das atividades turísticas, “outras áreas não logravam da mesma ‘urbanidade’”.

zoneamento urbano, focadas em áreas específicas, à analogia de uma “colcha de retalhos” (AGUIAR, 2015 p. 128), com esse Plano pode-se abranger todo o território insular sob regulação legal, em termos de uso e ocupação do solo⁴ (ARRUDA, 2019; FLORIANÓPOLIS, 1985; RIZZO, 2013).

Para Arruda (2019), de maneira geral, o Plano Diretor dos Balneários pode ser considerado como tradução de interesses de grupos econômicos do município, sob articulação direta com a administração pública, dado seu caráter de regularização e zoneamento para ocupações urbanas pré-consolidadas. Ressalta-se que o mesmo Plano sofreu 61 alterações, até 1997, sendo consideráveis as mudanças de zoneamento entre áreas de preservação e verdes de lazer para áreas turísticas e adequações de zoneamento para novas atividades de lazer e serviços. Dessas alterações, salienta-se, ainda, aquela estabelecida pela Lei Nº 3616 de 1991, que institui o zoneamento de Áreas para Parques Tecnológicos (APT), reflexo do avanço do setor tecnológico como um novo potencial econômico para Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 1991).

Para além das influências sobre os direcionamentos da dinâmica e do desenvolvimento da cidade, a partir das décadas de 1980 e 1990, o setor turístico na Ilha passa a ter instrumentos de planejamento próprios, ancorados no planejamento econômico e diretamente relacionados com o planejamento urbano (ARRUDA, 2019). Desde 1981, o município passou a elaborar agendas específicas que buscavam criar um consenso sobre a cidade, aos moldes do planejamento estratégico, mencionados por Harvey (1996) e Vainer (2000). Nesse sentido, Arruda (2019) destaca a exploração das especificidades da cidade, propiciadas pelas suas condições naturais, como fonte de recursos para o empresariamento urbano.

Alinhados com os novos ditames da concepção mercadológica de desenvolvimento das cidades, os planos turísticos de Florianópolis das décadas mencionadas até os anos mais recentes, como 2011 e 2018, apresentam uma consonância cada vez maior dos princípios do modelo estratégico de planejamento. A adoção de marcas, o uso da economia do conhecimento⁵, a aproximação de instituições privadas do setor público

4 Anteriormente, em 1982, havia-se instituído um novo Plano voltado para áreas específicas do Sul da Ilha, da Baía do Itacorubi e do bairro da Trindade. (ARRUDA, 2019; RIZZO, 2013)

5 O conceito de economia do conhecimento é definido na próxima seção deste capítulo, sobre o desenvolvimento do setor de tecnologia e inovação em Florianópolis.

na definição de objetivos, além da identificação de nichos de consumo, potencialidades e eixos econômicos prioritários para exploração, são aspectos presentes nesses planos e que demonstram uma clara influência da concepção neoliberal de cidade como produto e como empresa (ARRUDA, 2019).

Sobre esses últimos fatores, ressalta-se, ainda, a descaracterização das relações culturais mantidas historicamente pelas comunidades tradicionais, para transformarem-se em produto de venda da cidade, além do esforço de estabelecer uma identidade para o município que se afasta dos conflitos e desequilíbrios sociais criados pelo padrão local de investimentos e planejamento voltados a áreas específicas. Nesse sentido, o slogan “Ilha da Magia” é um exemplo desse aspecto de difusão positiva da imagem da cidade (ARRUDA, 2019; AGUIAR; 2015). Lins (2011) aborda esse aspecto ao citar algumas comparações da Ilha com experiências internacionais:

St. Tropez, Cancún, Flórida, “Silicon Island”: associações que inculcam no imaginário uma condição local quase paradisíaca e dissonante do padrão urbano brasileiro. O intenso emprego da expressão “Ilha da Magia” no marketing turístico representa estratégia que aproveita e explora esse “capital simbólico” e contribui para ampliá-lo (LINS, 2011, p. 96).

A concepção do turismo como segmento sustentável e de baixo impacto ambiental, ainda que questionável⁶, é também responsável pela sua articulação com um outro setor considerado de produção limpa, conformado pelas atividades ligadas à tecnologia da informação e comunicação. Ao final da década de 1980, ambos os segmentos passam a buscar apoio entre si, através de suas concepções ressonantes com concepção normativa neoliberal que se fazia cada vez mais influente sobre as instâncias econômicas, de vida e de concepção de cidades (AGUIAR, 2015; ARRUDA, 2019). Assim, esses mercados vão passar a direcionar, juntos, o planejamento público e o desenvolvimento da cidade até os dias de hoje.

6 Aguiar (2015) aponta para aspectos como os impactos na paisagem natural, com a implantação de edificações, além da sobrecarga na produção de rejeitos aos quais pode-se adicionar o aumento de demanda sobre a infraestrutura de saneamento básico e mananciais, além das irregularidades das instalações particulares.

A Tecnologia da Informação e Comunicação como novo agente transformador e segregador do espaço urbano de Florianópolis

A partir da década de 1980, o desenvolvimento econômico de Florianópolis passou a se estabelecer não mais apenas com base no setor turístico, mas também sobre o segmento de alta Tecnologia e Inovação (T&I). Para Lins (2011), ambas as atividades fundamentam-se em princípios territoriais que se entrelaçam: “A trajetória de ambos mostra-se indissociável dos atributos exibidos pela área, tendo contribuído, ao mesmo tempo, para fortalecer a atratividade destes” (LINS, 2011, p. 112). Além disso, o turismo encontra no setor de T&I e empreendedorismo a possibilidade de superar a sua maior fragilidade, a sazonalidade, através da modalidade turística de negócios (AGUIAR, 2015). Dessa maneira, principalmente a partir do período mencionado, ambos os setores irão influenciar políticas de planejamento econômico e urbano junto à administração pública de Florianópolis, de forma a fortalecer ações compartilhadas por interesses mútuos.

A trajetória do ramo de T&I na capital de Santa Catarina tem início ainda na década de 1970, com a implantação das novas estatais e das universidades públicas (UFSC e UDESC) na cidade (ARRUDA, 2019; RIZZO, 2013). Para Rizzo, a história relacionada à tecnologia, em Florianópolis, pode ser dividida a partir de duas fases: “A primeira, até a década de 1980, associada a processos de substituições de importação e a segunda, a partir da década de 1990, associada à internacionalização da economia brasileira” (RIZZO, 2013, p. 182).

Nesse sentido, observa-se o fortalecimento do mercado local, como consequência das políticas protecionistas do governo federal, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. A Eletrosul e a TELESC, empresas ligadas ao setor de tecnologia e processamento de informação e comunicação, firmaram-se como fontes de fomento ao ramo na cidade, ao incentivarem a criação de novas empresas inovadoras ligadas a essas atividades e também através de convênios com as Universidades, por meio de laboratórios e novos cursos de engenharia (RIZZO, 2013).

Desses processos, derivaram-se, em 1984, a Fundação Centros de Referência

em Tecnologias Inovadoras (CERTI) e a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (ACATE), em 1986. A primeira se caracteriza como uma fundação de direito privado instalada no campus da UFSC, gerenciadora de ligações entre universidade e instituições privadas, incubadora de novas pequenas empresas e desenvolvedora de produtos. A segunda, por sua vez caracteriza como uma entidade representativa do grupo de investidores privados, tendo construído no mesmo ano de sua inauguração um condomínio com infraestrutura comum para empresas ligadas à informática, no bairro Trindade, que hoje se instala no bairro Saco Grande, no Norte da Ilha. Esse condomínio abrigou, ainda em 1986, o Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas (CELTA), empresa oriunda da CERTI, considerada a primeira do tipo incubadora de empresas tecnológicas do país (ARRUDA, 2019; RIZZO, 2013). Todas essas entidades tornariam-se agentes influenciadores do planejamento urbano de Florianópolis, mais tarde.

Após o período de consolidação do setor local, baseado em relações econômicas diretas de fortalecimento mútuo entre empresas e entidades educacionais e coletivas, ao final da década de 1980 e durante a década de 1990 ocorreram algumas transformações no que diz respeito à abertura de mercados externos do país (RIZZO, 2013). Esse processo modificou, em primeiro plano, os objetivos e laços comerciais empresariais e, conseqüentemente, gerou impactos na concepção de desenvolvimento da cidade.

Em 1991, influenciado por uma experiência de visita às tecnópolis no Japão, o IPUF opta por criar um plano de implantação de um Polo Tecnológico em Florianópolis, que obteve apoio do governo (ARRUDA, 2019; RIZZO, 2013). Ainda, segundo Rizzo, “a ideia consistia em concentrar as empresas de tecnologia em ambientes agradáveis, com abundantes áreas verdes e, por isso, parques, como em outros países” (RIZZO, 2013, p. 185). Esse princípio alinhava-se a uma tendência da administração pública em planejar a expansão urbana considerando novas áreas de Parques Tecnológicos como concentradores de empregos e geradores de desenvolvimento urbano⁷. Além disso,

7 Segundo Arruda (2019), os esforços governamentais na direção de constituição do polo tecnológico na cidade, após a conformação da Acate, foram expressivos. Como exemplo, cita-se a promulgação da Lei N° 2994/1988 que concedia incentivos fiscais – como isenção de impostos tais como o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) - à implantação de empresas de alta tecnologia no município, instrumento legal que

para Rizzo,

[...] aqueles que idealizaram o Polo Tecnológico tinham em mente um modelo de distritos luxuosos para atrair multinacionais e que as pequenas e médias empresas locais não poderiam custear para se instalarem nos referidos parques (RIZZO, 2013, p. 185).

Nesse sentido, o plano incluía a construção de três parques, denominados PARCTEC 1, ou Parque Alfa, PARCTEC 2 e PARCTEC 3, ou Parque Beta. O primeiro, concretizado em 1993, com localização no bairro João Paulo, próximo aos bairros onde já se concentravam as empresas do setor⁸. Os dois últimos, previstos para São José e para o distrito de Campeche não saíram do papel, devido as resistências de grupos locais e dificuldade na localização de terrenos (ARRUDA, 2019; RIZZO, 2013).

Para o caso do Campeche, destaca-se a ocorrência de um Plano de Urbanização Específica, descrito pela Lei N° 3958 de 1992. Baseado nas experiências japonesas, o plano propunha uma extensa ocupação da planície do distrito, com urbanização intensiva voltada para atividades de turismo e lazer, além de moradia para abrigar uma estimativa de 450 mil habitantes, número que equivale a 87% da população total município, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹ para 2021 (ARRUDA, 2019; RIZZO, 2013). É pertinente ressaltar a peculiaridade do plano que remete a criação de uma identidade própria, alinhada a correntes externas, expressa pelas especificações arquitetônicas estabelecidas. Essas deveriam seguir uma estética hightech (tecnológica) na escolha de seus materiais, compatíveis com os mais atuais disponíveis no mercado, assim como nas suas volumetrias. Frente a essa caracterização, de acordo com Aguiar,

A população percebeu que os interesses que ali estavam sendo materializados não se coadunavam com os seus anseios. As mudanças que propunham negariam a essência do que concebiam como sendo típicos da cidade [...] (AGUIAR, 2015, p. 160).

teria sido consequência de pressões da própria Associação.

8 Aguiar (2015) infere que a escolha da localização do parque tem influência, também, da proximidade com a área de moradia de empresários envolvidos com o setor.

9 IBGE, 20--.

Dessa forma, o plano acabou sendo descartado após pressões populares. No entanto, essa derrota não significou uma extenuação dos interesses de expansão do setor que seguiu, nos anos posteriores, em direção à área norte da cidade, alinhada às atividades do setor turístico. É relevante mencionar que a internacionalização da economia brasileira na década de 1990, apesar de ter resultado em problemas em relação às possibilidades futuras de desenvolvimento da indústria nacional, no caso do setor de tecnologia baseado na oferta de serviços, houve um aquecimento de mercado. Em Florianópolis, observou-se a partir do período um entusiasmo daqueles envolvidos com conhecimento em tecnologia, no que resultou a criação de um ambiente de inovação no município, envolvendo instituições de ensino e empreendimentos do setor¹⁰.

Nesse período, ocorreu também a atualização do Plano Diretor de Florianópolis, que entrou em vigor a partir de 1997. Esse novo documento voltava-se apenas ao Distrito Sede, com delimitações que abrangiam até o bairro Cacupé, ao norte, e o bairro Rio Tavares, no Sul. As demais áreas eram determinadas como Zonas Rurais. Concomitantemente, ainda vigorava o Plano Diretor dos Balneários para a regulação de uso e ocupação do solo das porções da Ilha fora do que era considerado como área urbanizada neste Plano mais recente. Aqui ressalta-se, para o caso deste último, a perpetuação do padrão local de alterações posteriores aos Planos Diretores, prática que nesse período contou com 480 emendas incluídas à lei, além de leis complementares, até a sua revogação com o novo Plano Diretor Participativo Integrado de Florianópolis (PDPI), em 2014 (ARRUDA, 2019).

Ademais, o percurso temporal contado a partir do Plano Diretor de 1997 até o PDPI de 2014 marca o avanço do alinhamento do planejamento e das intervenções urbanas da capital de Santa Catarina rumo aos princípios empresariais e de cidades inteligentes, inovadoras e sustentáveis, ressonante com o discurso do circuito internacional de cidades competitivas do neoliberalismo. Dentre as principais intervenções do período, salienta-se a criação do Sapiens Parque, a partir da Lei Complementar N° 134 de 2004 (ARRUDA; 2019).

10 Como exemplos, pode-se mencionar a ligação da Fundação CERTI com a construção do Sapiens Park em Canasvieiras, no norte da Ilha, e o Centro Sapiens, intervenção urbana e de conversão de uso da área Leste do núcleo fundacional de Florianópolis, voltada ao incentivo de empresas de serviços e tecnologia e idealizada pelo grupo de pesquisa Via, do departamento de Engenharia do Conhecimento da UFSC (SAPIENS PARQUE, c2018; VIA, 20--;).

O projeto, que se caracteriza como um complexo urbano voltado a atividades de alta tecnologia, lazer e moradia – semelhante ao previsto para o distrito do Campeche, em 1992 – dá continuidade à política de implantação de parques tecnológicos como meio de constituição de um polo de tecnologia na capital. O Sapiens é concebido como uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, formado por uma aliança entre entidades privadas, como a CERTI e empresas derivadas, com apoio de entidades públicas¹¹. Na época da promulgação da Lei Complementar, o projeto foi defendido pelo poder público como atrator de investimentos e gerador de empregos para a cidade e previsto em área pertencente ao Governo do Estado (ARRUDA, 2019; RIZZO, 2013). Salienta-se, no entanto, que o Parque pouco se relaciona com o contexto ambiental e socioeconômico do entorno, para o quais se preveem impactos negativos com a sua implantação integral, até hoje não consolidada (SILVA, 2011). Outro aspecto relevante diz respeito aos investimentos públicos no projeto, que são estimados em mais R\$100 milhões, sob justificativa de apoio ao setor (ARRUDA, 2019).

O Sapiens Parque faz parte de uma série de intervenções e desdobramentos do início do século XXI que voltaram a reafirmar a porção Norte da Ilha como vetor de desenvolvimento e que se baseiam no direcionamento de investimentos para áreas determinadas. Dentre esses, é representativa a transferência da ACATE do Parque Alfa para a concepção de sua sede própria, no bairro Saco Grande. O empreendimento, implantado em 2009, é atualmente denominado como Centro de Inovação ACATE Primavera e abriga uma incubadora, uma aceleradora, sedes de empresas, restaurantes e cafeterias de padrão de renda elevado além de espaços de coworking (ARRUDA, 2019), todos esses considerados ambientes inovadoras e propulsores da economia do conhecimento. A essa última, atribui-se como definição geral o acúmulo e o aproveitamento de qualificação profissional, voltada principalmente para o setor terciário avançado – por meio fornecimento de estrutura acadêmica e/ou atração de mão de obra e/ou investimentos públicos – como motor e essência da competitividade da cidade a longo prazo (AGUIAR; 2015, ARRUDA, 2019).

11 Arruda (2019) menciona que a Sociedade Anônima é administrada pela SCPAr e pela CODESC, empresa pública e de economia mista. Além disso, são constituintes da sociedade a Fundação CERTI e o Instituto Sapiencia, fundado a partir de um núcleo da CERTI. Também apoiam o empreendimento o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)

O ACATE Primavera margeia a SC-401, principal via de acesso ao Norte do município e que é, também, a principal componente da Rota da Inovação de Florianópolis, percurso que é também chamado de “Rota do Silício Catarinense” (CAPELAS, 2018, n.p). Esse caminho foi proposto por uma parceria entre Prefeitura Municipal de Florianópolis, ACATE, CERTI e Sapiens Parque e tem como ponto de partida o Aeroporto Internacional de Florianópolis, seguindo rumo ao Norte da Ilha até o Sapiens Parque e interligando “instituições consideradas chaves para o desenvolvimento do empreendedorismo tecnológico local” (SANTA CATARINA, 2014, n.p, apud ARRUDA, 2019, p. 132). No seu decorrer, são perpassadas instituições de ensino, parques tecnológicos, condomínios empresariais, órgãos governamentais e outras entidades consideradas interessantes para a potencialização da produção da economia do conhecimento (ARRUDA, 2019).

Ao analisar o traçado da Rota, no entanto, algumas particularidades consideradas pertinentes de serem citadas para o contexto do trabalho vêm à tona. A primeira delas diz respeito ao considerado ponto de partida, representado pelo aeroporto, que representa a entrada de atores externos – e, preferencialmente, internacionais – para fins laborais e de investimento no contexto da cidade. Outra peculiaridade fica evidente ao cruzar o caminho da Rota da Inovação com o mapeamento de setores censitários de Florianópolis, graduados pelo fator renda domiciliar média do recenseamento do IBGE. Percebe-se que há um acompanhamento de concentração de renda ao longo do percurso, que, ao mesmo tempo, mantém-se quase em totalidade oposto aos setores onde os índices são mais baixos. Ambas as características podem ser observadas na Figura 29 que ilustra o cruzamento entre os pontos chave da Rota da Inovação e a graduação do Censo em termos de renda.

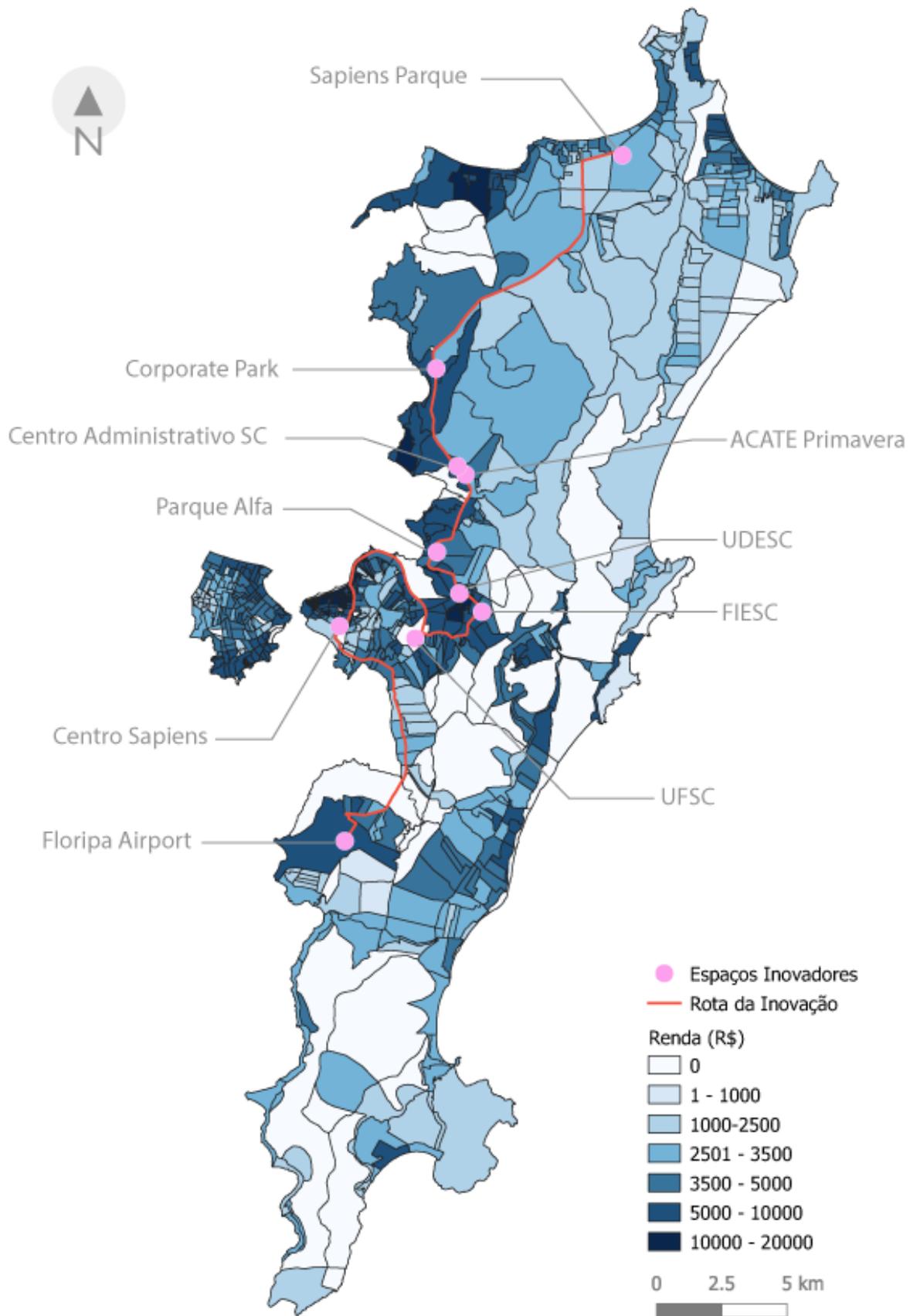


Figura 29 - Rota da Inovação e Renda por Setor Censitário
 Fonte: Arruda (2019); IBGE (2010); Ilog (2018) | Elaboração: Autor

Todos esses desdobramentos ocorridos entre o final do século XX e início do século XXI estiveram ancorados, assim como aqueles ligados ao setor turístico, ao planejamento econômico e urbano de Florianópolis. À medida em que o contexto nacional moldava-se para incluir as novas imposições do sistema normativo neoliberal através de reformas administrativas (FERREIRA, 2003), o setor ligado à tecnologia e à inovação ganhou força como fonte de recursos para os interesses privados e públicos da capital de Santa Catarina. Esse aspecto impactou diretamente na dinâmica migratória do município, que passou a receber um contingente populacional atraído pelo aquecimento desse mercado e por conta da promessa de qualidade de vida da cidade (AGUIAR, 2015 RIZZO, 2013). Nesse ponto, é relevante a observação da evolução da mancha urbana do município ao longo das últimas décadas que aponta uma consolidação de ocupação das áreas de balneário – decorrente principalmente da expansão urbana desordenada – e da área Norte de forma geral. Também é relevante o período dos primeiros anos do século XXI, para essa última área mencionada. A Figura 30 ilustra os aspectos descritos:

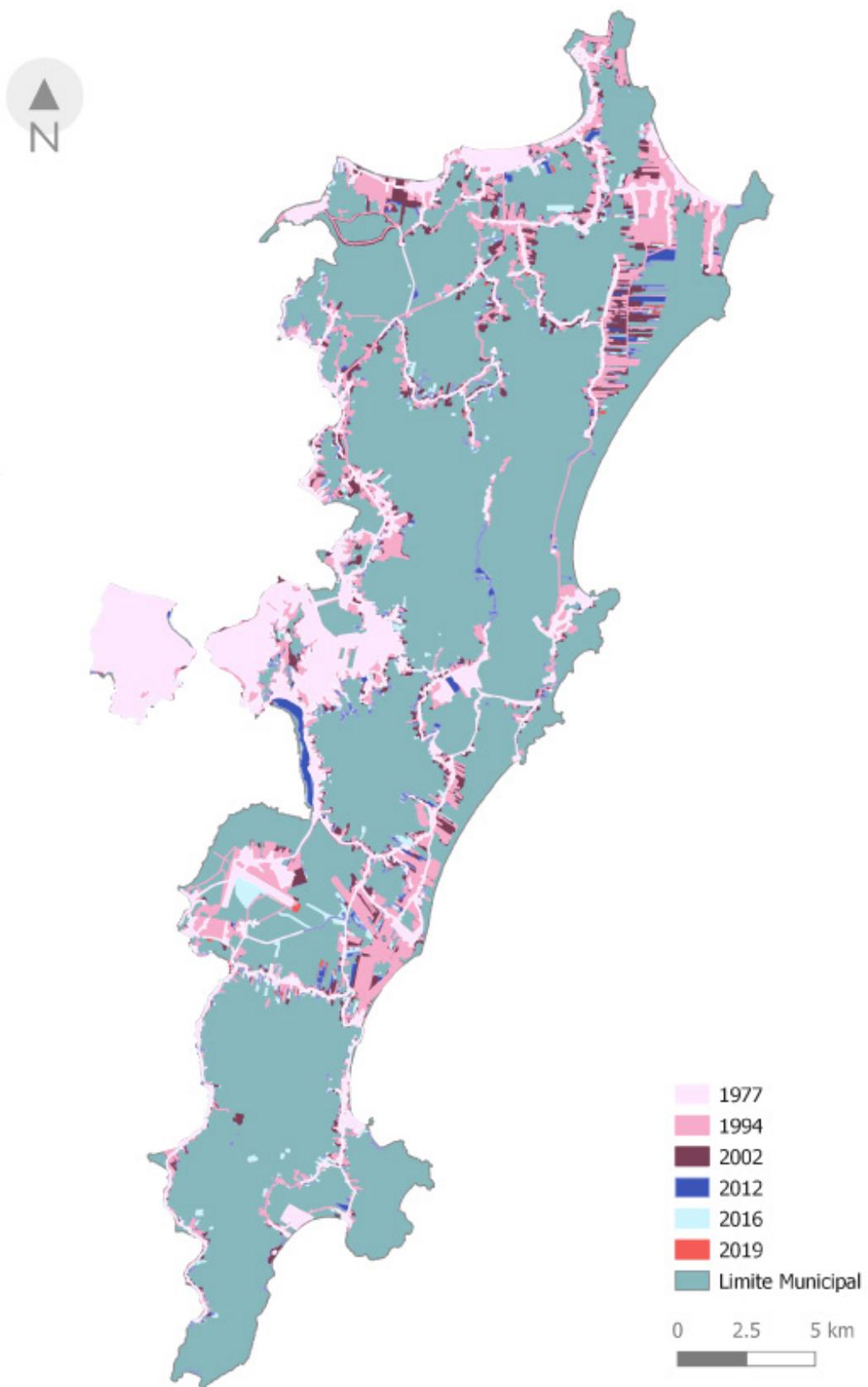


Figura 30 - Evolução da Mancha Urbana de Florianópolis
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo IPUF

Ainda, sobre o os impactos do setor de tecnologia e informação sobre esse cenário, Aguiar aponta que:

[...] por ser um ramo intensivo em conhecimento e não em mão de obra, atrai de outras localidades, ou retém aqui, um contingente que chega a ter faixa salarial média elevada, que busca um padrão de vida elevado – adquire carros e buscam habitação de qualidade, como consequência aumentando o contingente de carros na cidade e contribuindo para a elevação do preço dos imóveis [...] (AGUIAR, 2015, p. 58).

Essa premissa, por sua vez encontrou na cultura política local, de interferências entre os interesses de grupos econômicos sobre o planejamento urbano, espaço para consolidar e reproduzir diretrizes baseadas no discurso competitivo internacional de cidades e atribuir ao Estado a responsabilidade por suprir necessidades geradas por grupos empresariais, o que acaba por se traduzir nos instrumentos de planejamento recentes, como o último Plano Diretor, de 2014.

A concepção estratégica sobre o planejamento local

O processo de concepção final do Plano Diretor Participativo Integrado de Florianópolis (PDPI), em vigor desde 2014 e o primeiro elaborado após a aprovação do Estatuto da Cidade, é marcado por contradições e pela consubstanciação de princípios ligados principalmente ao planejamento estratégico. Arruda (2019), Rizzo (2013) Aguiar (2015) apontam que o desenvolvimento do instrumento regulamentador entre 2006 e 2013 foi marcado por etapas que significaram, no seu decorrer, uma pulverização da participação e da presença de demandas efetivamente populares em detrimento de encaminhamentos tomados de forma unilateral por corpos técnicos que dialogavam com interesses de setores hegemônicos político-econômicos da cidade. Salienta-se que ainda após a promulgação da Lei do Plano, em 2014, o mesmo foi alvo de contendas que envolveram intervenções do Ministério Público Federal e que consolidaram uma visão de desconfiança e insegurança política urbana para o município (SIQUEIRA; CHAVES; GONÇALVES, 2020).

O Plano, que se caracteriza como o primeiro a abranger de forma integral todo

o território insular, é também pioneiro em estabelecer princípios e diretrizes para a cidade, funcionando efetivamente como um plano diretor, diferentemente dos anteriores, que se aproximavam de uma concepção de plano de uso e ocupação do solo. Dessa maneira, o instrumento se compromete a afirmar seu comprometimento com a qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, além de reafirmar as vocações econômicas da cidade, previamente estabelecidas, desde os artigos de disposições preliminares, dos quais destaca-se:

Art. 2º O Plano Diretor do Município de Florianópolis é o pacto que visa organizar a ocupação do território municipal de forma a proporcionar qualidade de vida para o conjunto da população, baseado nos valores sociais e deve garantir o desenvolvimento sustentável, praticado em estreita correlação com o meio ambiente e o patrimônio cultural. [...]

Art. 5º [...]

VII - os serviços ligados ao desenvolvimento tecnológico, educação, assistência social, cultura, turismo e lazer devem ser considerados como atividades estratégicas do desenvolvimento econômico e social de Florianópolis, esse reconhecimento pode ser traduzido no crescimento de taxas de ocupação, adensamento e altura, a depender das áreas em que estejam inseridos [...] (FLORIANÓPOLIS, 2014a, n.p.).

Em relação ao aspecto da sustentabilidade, especificamente, Arruda (2019) e Aguiar (2015) apontam para sua orientação com um discurso que se baseia em conceitos desejáveis. De acordo com os autores, o conceito de desenvolvimento sustentável aproxima-se de uma visão de consenso mundial, altamente aceitável, não apenas do ponto de vista da conservação de recursos naturais, mas também do mercadológico¹².

12 Destaca-se que, no ano de 2007, Florianópolis foi inserida no quadro mundial de modelos de Reserva da Biosfera Urbana, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em um processo com agentes selecionados e pouco claro. Aguiar (2015) e Arruda (2019) indicam que, apesar do aspecto ambiental, esse movimento teve por finalidade a valorização da imagem da cidade, em alinhamento aos moldes do marketing urbano. A frágil adesão do compromisso com o modelo pode ser expressa com as intenções das discussões iniciais Plano Diretor, que ameaça-

Nesse sentido, é capaz de fortalecer uma ideia vendável da cidade, na direção da atração de investimentos externos, e, portanto, articulada com a conjuntura do planejamento estratégico. Aguiar (2015) menciona, ainda, como esse aspecto é relevante do ponto de vista da atividade turística, tida como de baixo impacto, no sentido de incentivá-la. O mesmo pode-se concluir para a atividade ligada ao setor de tecnologia e inovação, considerada atividade de produção limpa e compatível com meios sensíveis do ponto de vista natural. Nesse sentido, destaca-se a menção às duas iniciativas econômicas na seção de diretrizes do documento, relacionadas ao desenvolvimento sustentável:

Art. 10

[...] III - A integração do município de Florianópolis na dinâmica da Região Metropolitana e sua consolidação como centro regional de desenvolvimento sustentável nos setores de turismo, lazer, educação, cultura e inovação tecnológica; [...] (FLORIANÓPOLIS, 2014a, n.p.)

Ainda neste mesmo artigo, o turismo e o setor de T&I são mencionados como setores econômicos a serem incentivados, no que se destaca o suporte ao empreendedorismo nessas áreas:

[...] IV - O incentivo às atividades produtivas locais através do apoio ao empreendedorismo e a mecanismos de geração de emprego e renda, em especial nas áreas de inovação tecnológica, cultura, lazer, pesca, gastronomia, turismo, artesanato, agropecuária, agricultura urbana e aquicultura; [...] (FLORIANÓPOLIS, 2014a, n.p.)

Outros aspecto relevante tido como estruturador do PDPI é a Política de Fortalecimento de Multicentralidade. Essa diz respeito a um modelo de ocupação urbana polinuclear, baseado no fortalecimento de novas centralidades¹³, com previsão de in-

vam porções de Mata Atlântica. Por fim, o Plano Diretor de 2014 abandonou os princípios da RBU por considerá-los restritivos (AGUIAR, 2015).

13 Reforça-se o exemplo do Sapiens Parque, compreendido como uma nova centralidade do Norte da Ilha, a despeito das dinâmicas urbanas historicamente consolidadas da área do município e que, nos processos avaliativos de sua implantação, apontou-se tendências de expulsão da comunidade local devido à valorização imobiliária (SILVA, 2011).

vestimentos em infraestrutura para seus núcleos (FLORIANOPOLIS, 2014a), que segue os moldes de desenvolvimento urbano fragmentado ou pontual do modelo estratégico de planejamento. Ainda que a configuração de ocupação espraiada da cidade seja uma questão histórica, que gera impactos negativos principalmente em relação aos deslocamentos, Aguiar (2015) aponta, no entanto, com base no contexto histórico e político de direcionamentos de interesses no planejamento urbano da Ilha, que esse processo gera intervenções que decorrem em processos gentrificantes, responsáveis, portanto, pela inviabilização da permanência de camadas de baixa renda na Ilha, considerado o território mais valorizado em detrimento da porção continental.

Nesse contexto, é pertinente mencionar também o zoneamento de Áreas Especiais de Intervenção Urbanística (AEIU), as quais sobrepõem-se às zonas existentes e tem como finalidade “servir ao interesse público para viabilizar intervenções de interesse municipal” (FLORIANOPOLIS, 2014a, n.p.). Dentre as divisões das AEIU, ainda, é relevante aquela intitulada Área de Desenvolvimento Incentivado (ADI). Para essa categoria, são previstas concessões de incentivos fiscais, de infraestrutura e de construção para iniciativas que comprovem uma alta geração de empregos destinada a setores econômicos de cunho industrial, científico, de conhecimento e de serviços de base tecnológica. (FLORIANOPOLIS, 2014a, n.p.). Ressalta-se, no entanto, que no mapa de zoneamento disponibilizado pela prefeitura do município não há delimitações de ADI previstas.

Dada a caracterização geral e pontuação dos destaques de proximidades entre o Plano Diretor atual de Florianópolis e o planejamento estratégico, é importante, também, reconhecer discussões paralelas que envolvem atores específicos da cidade e que geram outros instrumentos de planejamento alinhados às mesmas concepções, como é o caso do Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal (PEDEM). Elaborado em 2018, o plano contou com contribuições das lideranças das principais entidades empresariais do município, como parte de uma seleção dos atores envolvidos (ARRUDA, 2019) e tem como objetivo:

Identificar as potencialidades do município e definir por intermédio de ampla participação e discussão dos agentes produtivos locais, os eixos econômicos prioritários, visando, através de um processo de planejamento, o fomento ao desenvolvimento sustentável de Flória-

nópolis (FLORIANÓPOLIS, 2018, n.p.)

O primeiro encontro de discussões do PEDEM ocorreu no Parque Alfa em 2018 e em 2019 foram apresentados os seus eixos estratégicos, definidos como Turismo, Comércio, Economia Criativa e do Mar; Tecnologia da Informação e Comunicação; Tecnologia em Saúde e Bem-Estar; Nanotecnologia e Novos Materiais; e Energia (ARRUDA, 2019). Arruda (2019) aponta, ainda, que é possível depreender que tanto os atores envolvidos, quanto os fundamentos demarcados para o plano indicam a associação do setor de T&I com o setor turístico no planejamento de desenvolvimento posto em prática em Florianópolis pelo poder público. Nesse sentido, a autora assinala a associação do empreendedorismo aos dois ramos econômicos entre si e com o poder público, através de instituições e indivíduos específicos, rumo aos benefícios usufruídos a partir do planejamento estratégico, com ênfase no city marketing e no empresariamento urbano.

Por fim, é relevante mencionar a construção do discurso relacionado à qualidade de vida e o bem-estar no que diz respeito a concepção da imagem da cidade a ser conduzida no cenário nacional e internacional. A construção de um ideário de cidade objeto de desejo, baseado em uma visão mítica em torno do seu povo, sua cultura e, principalmente de suas características naturais e a sua relação estreita com o espaço natural (AGUIAR, 2015). Nesse sentido, são consideradas influenciadoras as cartilhas de boas práticas de agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e os ranqueamentos de cidades quanto a indicadores e índices de aspectos relacionados às oportunidades para o empresariamento e ao desenvolvimento humano, com parâmetros pouco claros e que, geralmente, não levam em conta os desequilíbrios sociais presentes no município (SIQUEIRA, 2016). Sob esse contexto, não são incomuns as matérias e notícias locais que repercutem os discursos a ele relativos, como os exemplos citados: “Pesquisa comprova que qualidade de vida é o diferencial de Florianópolis” (NSC TOTAL, 2019, n.p.); “Florianópolis, uma cidade de muitos valores e a 5ª melhor do Brasil para se viver” (DALCIN, 2021, n.p) e “Índice de Cidades Empreendedoras: Florianópolis lidera em inovação e capital humano no ranking da Endeavor e ENAP” (SC INOVA, 2021, n.p.).

Diante do exposto, o que se observa, com a inserção da capital de Santa Catarina na direção do modelo estratégico de planejamento e do alinhamento ao circuito

mundial de cidades neoliberais, é, inicialmente, a perpetuação de práticas políticas locais. Desde antes de o sistema normativo imperar sobre as maneiras de administrar governos e cidades, através da difusão do planejamento estratégico - a qual pode ser considerada a partir da década de 1980 (HARVEY, 1996) - Florianópolis já apresentava, na sua conjuntura local, aspectos de concentração territorial de investimentos e fragmentação do planejamento e da urbanização, com foco em áreas já valorizadas, decorrentes da aproximação de interesses privados junto ao setor público. Nesse sentido, traz-se à luz a passagem de Aguiar (2015) que resume esse processo local:

Assim é engendrado o ciclo: investimentos do Estado em infraestrutura favorecendo a acumulação de poucos proprietários de terra, constituindo uma rede que proporciona uma aparente qualidade de vida para a cidade. Proporciona a difusão de uma imagem de cidade livre das contradições típicas dos grandes centros e atrai um fluxo migratório de população de mais alta renda. “Por fim” este fluxo migratório obriga o Estado a reverter novos recursos para atender às novas demandas geradas por este segmento que vem para a cidade a busca daquela qualidade propalada. E assim o processo reinicia [...]. (AGUIAR, 2015, p. 82).

Ao longo das últimas décadas do século XX, até os últimos anos, portanto, a valorização dos setores de serviços, principalmente aqueles relativos ao turismo e aos setores de comunicação e informação, tornou Florianópolis um terreno fértil para as concepções estratégicas – e neoliberais – de planejamento e gestão de cidade. Dessa forma, além da manutenção dos padrões de associativismo entre entes privados e públicos na tomada de decisões sobre o desenvolvimento urbano local, observa-se a consolidação de uma série de outros aspectos mencionados por Harvey (1996) e Vainer (2000) e expressos nos próprios instrumentos de planejamento da cidade. A exploração de potencialidades, como as características naturais para fins de turismo e a hegemonia do setor tecnológico, que serve de aspecto propulsor da criação de uma condição de cidade informação; o marketing urbano, igualmente baseado nos aspectos físicos da cidade e em avaliações de qualidade de vida; assim como a criação de espaços valorizados, baseados na divisão espacial do consumo, que atendam fatores de

inovação cultural e renovação urbana, além, novamente da qualidade de vida, como é observado para o exemplo do Sapiens Parque, além de outros presentes na cidade.

Todos esses elementos, por sua vez, pretendem inscrever o nome de Florianópolis no quadro internacional de cidades competitivas, no sentido de atrair os desejados investidores e perpetuar a canalização de recursos para áreas específicas do município, sejam elas econômicas ou espaciais, considerando agora, além das pressões de grupos de elites, o aporte ideológico do sistema normativo. Ao mesmo tempo, mantêm-se, também o padrão territorial segregador da Ilha, consolidado desde o início da sua urbanização e que, agora, em nome da homogeneização do espaço urbano e do diálogo com os cenários externos, pouco corresponde às demandas reais – e urgentes – da população por condições dignas e ameaça características sociais e culturais de grande parte das comunidades que compõem o município.



Capítulo 2 - Territorializando Conceitos

O distrito de Ingleses do Rio Vermelho entre as tendências de desenvolvimento urbano e os refúgios de descompressão

A revisão apresentada no capítulo anterior expõe a tendência histórica de priorização de investimentos na área ao Norte do núcleo central de Florianópolis. Primordialmente, esse processo esteve vinculado aos interesses de oligarquias locais, interessadas na ocupação de áreas próximas aos balneários para usufruto próprio e, posteriormente, com finalidade de extrair valor do espaço, através da atividade turística e imobiliária. Nesse sentido, é consistente mencionar que o percurso de valorização dessa porção da Ilha contou com a participação ativa do Estado, que direcionou investimentos em infraestrutura urbana e atraiu novos contingentes externos de moradores, através da disseminação nacional e internacional de uma imagem da Capital de Santa Catarina como cidade da qualidade de vida e bem-estar (RIZZO, 2013; SUGAI, 2015).

No entanto, as consequências efetivas observadas foram as de crescimento desordenado, agravamento da concentração de renda territorial e prejuízos ambientais, as quais desvelam novos contrastes socioeconômicos e a fragmentação entre a paisagem iconográfica dos balneários setentrionais de Florianópolis e o espaço real, composto por diversidades e adversidades. Nesse cenário, desponta o distrito de Ingleses do Rio Vermelho como recorte de estudo deste trabalho e como representação última dos aspectos acima mencionados, no que se destacam o crescimento expressivo e as disparidades sociais, provenientes, principalmente, da exploração da atividade turística, que acarreta em valorização e consequente segregação territorial (LINS, 2011; RIZZO, 2013; SCHONS, 2019; SUGAI, 2015).

Ingleses do Rio Vermelho: da comunidade rural ao distrito turístico

Localizado no extremo nordeste da Capital de Santa Catarina, o “bairro dos Ingleses”, como é popularmente conhecido, foi formalizado no ano de 1943 como distrito Praia dos Ingleses, em substituição ao distrito do Rio Vermelho, que anos mais tarde seria desmembrado e nomeado distrito São João do Rio Vermelho, situado ao Sul de Ingleses (COUTO, 2011). Ainda, no que diz respeito a situação geográfica, o distrito estudado faz fronteira com o distrito de Cachoeira do Bom Jesus a Oeste e com o oceano Atlântico a Norte e a Leste, onde encontram-se a praia dos Ingleses e a praia do Santinho respectivamente. A Figura 31 ilustra a contextualização situacional descrita:



Cachoeira do Bom Jesus

São João do Rio Vermelho

Praia dos Ingleses

Praia do Santinho

Distritos Administrativos
Distrito de Ingleses do R.V.

0 1 2 km

A ocupação de Ingleses, até meados do século XX, remonta a uma população restrita e isolada, remanescente dos imigrantes açorianos, instalados no território florianopolitano nos séculos anteriores. A distribuição das moradias, erigidas em casebres simples, dava-se ao longo da orla da praia, em direção ao costão, por conta da relação com os ventos e a navegação, e ligada diretamente com o sustento que vinha da pesca. Os ranchos de embarcações, em grande parte, ocupavam as terras chamadas devolutas, que tinham por característica o usufruto coletivo e a não classificação como propriedade particular (SCHONS, 2019). De acordo com Sadowski (2017), a distribuição do uso dessas terras entre os pescadores dava-se através de acordos verbais.

Nesse contexto, Schons (2019) destaca, também, a agricultura familiar como fonte de subsistência das famílias que habitavam o território de Ingleses. Até antes da expansão urbana começar nos balneários, eram comuns as chácaras e pequenas glebas com produções agrícolas, além das terras de usufruto comum, ou terras comunais¹⁴, utilizadas para extração de lenha, manutenção de roças e como pasto, sob o mesmo regime de uso coletivo das terras devolutas. No caso de Ingleses, esses espaços faziam-se presentes principalmente sobre as dunas, morros e encostas das praias do Santinho e Ingleses, onde mantinha-se o gado (CAMPOS, 1989; SCHONS, 2019).

A essência rural do distrito e a relação comunal de uso da terra, no entanto, passam a perder lugar a partir da década de 1970. Com o aumento do interesse de grupos econômicos e classes de alta renda sobre a ocupação das áreas de balneário para fins de veraneio, dá-se início a um processo de venda e divisão em lotes das áreas anteriormente ocupadas por grandes propriedades agrícolas familiares e pelas terras de usufruto comum. Após a construção das novas vias de ligação do núcleo central com a porção Norte da Ilha - a SC-401 e, no caso de Ingleses, SC-403, ambas concluídas em 1974¹⁵ (SUGAI, 2015) – o mercado de construção civil encontra, naquela área, um terri-

14 De acordo com Campos (1989), as terras comunais ou comuns caracterizam-se como áreas abertas, “livres”, terras “sem dono”, que margeiam as propriedades individuais e que não são propriedade comum, mas sim objeto de usufruto comum. Por essa razão, comunidades utilizavam-nas sem restrições e preocupação com qualquer regime jurídico de propriedade. Nesse sentido, as terras de uso comum constituíam-se em um componente indispensável à sobrevivência econômica de camadas mais pobres da população rural e também da população urbana, desempenhando importante papel em sua subsistência e na complementação da atividade básica.

15 Reforça-se que, segundo Souza (2005 apud SCHONS, 2019, p. 50) a construção dessas rodovias

tório frutífero para a extração de valor e para a especulação imobiliária que se baseava, também, na demanda por infraestrutura urbana, como energia elétrica e saneamento básico, até então escassos (SADOWSKI, 2017; SCHONS, 2019)

Na década de 1980, com o fortalecimento do setor turístico, de serviço e comércio, observa-se o agravamento da transformação espacial do Distrito e da sua população. A cessão e a venda de terras de pescadores e agricultores para veranistas turistas e investidores, acarretou em consequências relacionadas a impactos no meio ambiente, na economia e no perfil socioeconômico de Ingleses. A construção de complexos hoteleiros, incentivados pelo Plano Diretor dos Balneários de 1985, e de condomínios horizontais de veraneio marcaram o decurso da segregação e da privatização dos locais considerados mais privilegiados e valorizados de Ingleses, próximos a orla e, portanto, dotados de paisagens marítimas exuberantes (SADOWSKI, 2017). Nesse sentido, Schons (2019) reconhece que

[...] o aumento do turismo descaracterizou a antiga colônia de pescadores e agricultores e teve um papel significativo no que chama de “destruição criativa” da paisagem natural: durante esse período acontece o processo de construções no entorno da orla marítima, cercanda-a, em sua maior parte, com construções de maior porte (hotéis e condomínios residenciais), o que é o ponta pé inicial de um processo de verticalização que perdura até os dias de hoje (SCHONS, 2019, p. 50).

Ainda dentro desse contexto, Sugai (2015) destaca a localização de investimentos públicos no período próxima a grandes empreendimentos imobiliários privados na Avenida das Gaivotas, na porção Norte do Distrito, e que foi predominantemente ocupada por residências de veraneio ou segundas residências. A partir disso, somados aos danos ambientais, representados pelo desmatamento e ocupação de áreas naturais frágeis de restinga e pela extração de areia das dunas locais para venda e abertura de loteamentos de classe média, despontam os processos de segregação territorial por

estaduais de acesso às praias nos 1970, somada às diretrizes de incentivo a atividades de hotelaria denotam o esforço do poder público em fomentar o setor turístico, e, portanto, confirmam o comprometimento das esferas municipais e estaduais com os agentes econômicos.

perfil econômico, ocasionados pela valorização das terras próximas à orla e o consequente afastamento das famílias originárias do distrito para áreas mais afastadas do mar e menos valorizadas (SADOWSKI, 2017; SCHONS, 2019).

A ocupação das áreas rurais remanescentes de Ingleses, localizadas principalmente ao Sul do distrito, acompanhou também o seu crescimento irrefreado e desordenado, produto da imigração de contingentes populacionais para a Ilha, dentre os quais destaca-se a faixa de baixa renda. Oriunda de áreas rurais, esses novos moradores vinham em busca de empregos relacionados a trabalhos braçais e de baixa qualificação, principalmente na área da construção civil, e acabava encontrando espaço para morar em loteamentos irregulares, onde era possível obter propriedades em regime de posse e onde a prefeitura passou arrecadar tributações sem necessariamente regularizar essas ocupações (SUGAI, 2015; SCHONS, 2019; RIZZO, 2013). Esse processo acompanhou o crescimento populacional do fim do século XX em Florianópolis, para o qual Ingleses despontou como distrito com maiores índices de aumento de moradores. Segundo Sadowski (2017):

Na década de 80, enquanto a população do município crescia a uma taxa de 2,8% ao ano, Ingleses alcançava impressionantes 7,2%, passando de 2695 para 5809 habitantes. Ao analisamos o cadastro de edificações do Instituto municipal de planejamento, referente às construções ainda existentes no distrito, percebe-se que na década em questão a quantidade de edificações no distrito passa de 152 para impressionantes 1104 unidades. No que tange aos anos 90, esses números são ainda mais expressivos: a população do município crescia a uma porcentagem de 3,3% ao ano, contra os 12,3% do distrito, ritmo este que faz com que Ingleses atinja os 16.439 habitantes; as edificações, por sua vez, totalizam 3518 unidades, número três vezes maior do que aquele apresentado na virada da década anterior (SADOWSKI, 2017, p. 97)

Ressalta-se que, de acordo com Schons (2019), o plano diretor vigente para a área no período não previa o ritmo de expansão de ocupação observado, tendo entrado em vigor já com desatualizações quanto a extensão de ruas e espaços ocupados .

Tal incremento, que irrompe a partir do final da década de 1980, é observado para as décadas seguintes como uma tendência permanente, que adentra os primeiros anos do século XXI e aponta Ingleses como um dos distritos que mais absorve demandas de novos moradores da cidade, o que rendeu ao mesmo uma população de aproximadamente 35.000 habitantes, em 2012 (RIZZO, 2013; SADOWSKI, 2017). Essa nova configuração marca não apenas a transformação desse distrito quanto ao seu papel no contexto geral da cidade, mas também quanto à sua dinâmica interna onde passam-se a consolidar os contrastes sociais, territorialmente demarcados. Na Figura 32, pode-se observar a expansão da ocupação urbana de Ingleses entre 1977 e 2021:



1977



1994

2002



2021



O Distrito entre os interesses econômicos e o realmente existente

Dado o desenvolvimento da revisão anterior, depreende-se que a problemática presente no espaço urbano contemporâneo de Ingleses diz respeito, portanto, às contradições internas ao distrito. É possível dizer que o impacto gerado pelos rumos de desenvolvimento do distrito, através da sua vocação econômica, voltada para o turismo sazonal, erigida pelos interesses privados em fins do século XX, consolidou também consequências negativas diretas – e, de certa forma, veladas – na reprodução social e espacial do distrito. Rosseto e Sadowski resumem bem esse processo, ao afirmarem que:

O espaço urbano resultante do rápido crescimento de um distrito há pouco basicamente rural, aliado à falta de fiscalização, planejamentos condizentes e desconhecimentos diversos, fazem-se sentir na atual configuração do seu tecido urbano e na sua relação com a paisagem local. Vias de até mil metros sem conexões intermediárias, condomínios e loteamentos desarticulados do restante da malha, escassez de espaços públicos interessantes, degradação de áreas ambientalmente sensíveis, grandes áreas com usos pouco diversificados [e] insegurança generalizada são alguns dos problemas vivenciados pela população local [, os quais são] observados, também, na porção mais abastada da localidade (ROSSETO; SADOWSKI, 2018, p. 106)

A configuração espacial atual de Ingleses, assim como a distribuição da ocupação de seu território de acordo com as atividades econômicas e o perfil de renda são aspectos intrínsecos ao processo de expansão ocorrido a partir da década de 1980, que transformou a área de caráter rural local em expoente turístico frequentado e ocupado por pessoas de vários lugares do Brasil e mesmo do exterior. Hoje, o distrito é dividido em cinco unidades territoriais pelo IPUF, nomeadas Unidades Espaciais de Planejamento (UEPs). As Unidades em questão são exibidas na Figura 33:

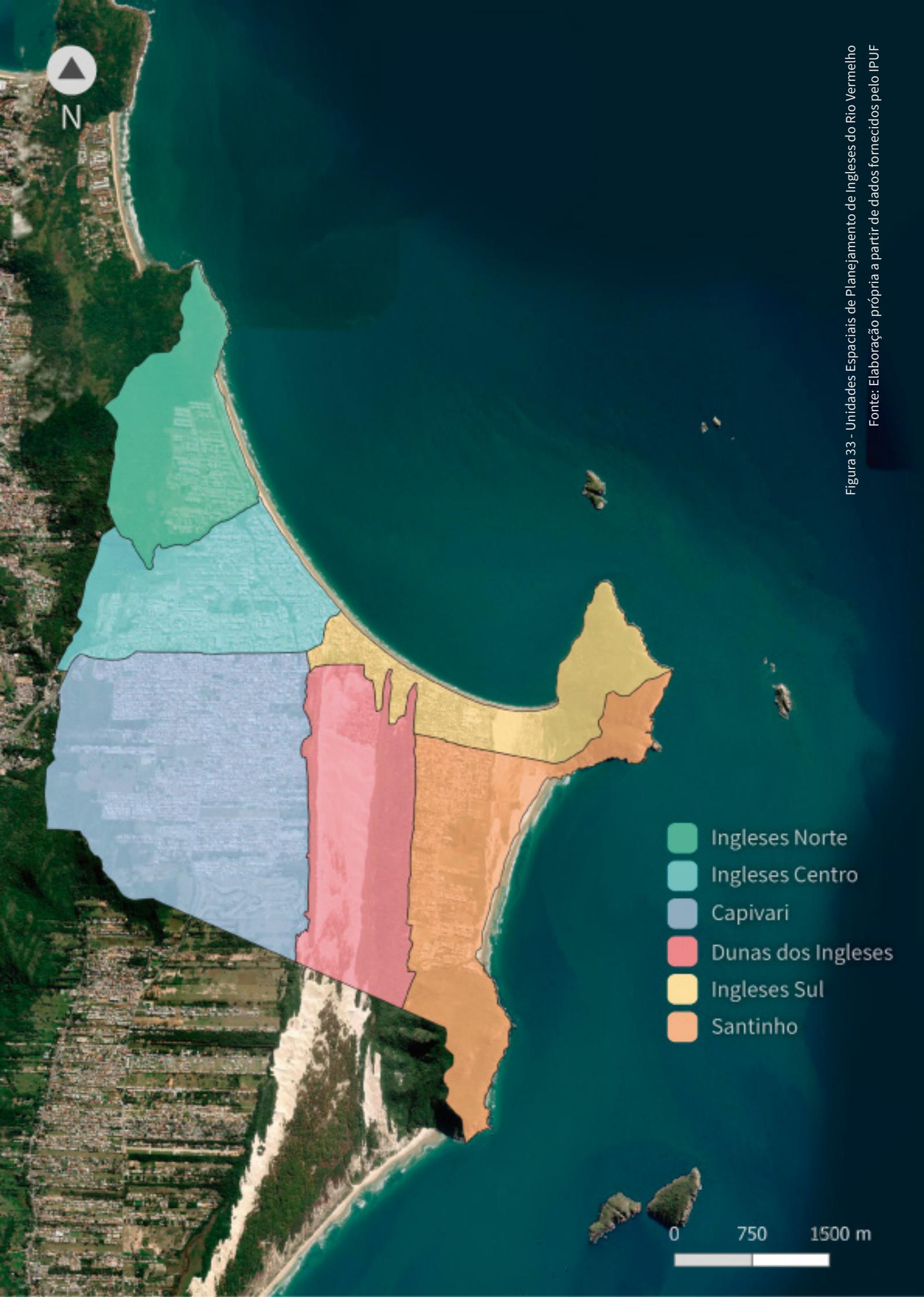


Figura 33 - Unidades Espaciais de Planejamento de Ingleses do Rio Vermelho
Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo IPUF

A partir dessa divisão em UEPs, para além da divisão territorial institucional, foi possível identificar diferentes configurações socioespaciais internamente ao distrito e, assim, seus contrastes em espacialidades produzidas e ainda reproduzidas de acordo com o período de início da transição de sua ocupação de rural para urbano. A base inicial tomada para a constatação desses aspectos deu-se a partir dos dados levantados pelo recenseamento do IBGE de 2010, para os quais destaca-se os valores de renda média e densidade populacional por setor censitário. Os cruzamentos dessas informações com os traçados das UEPs são ilustrados, respectivamente, pelas Figuras 34 e 35, a seguir:

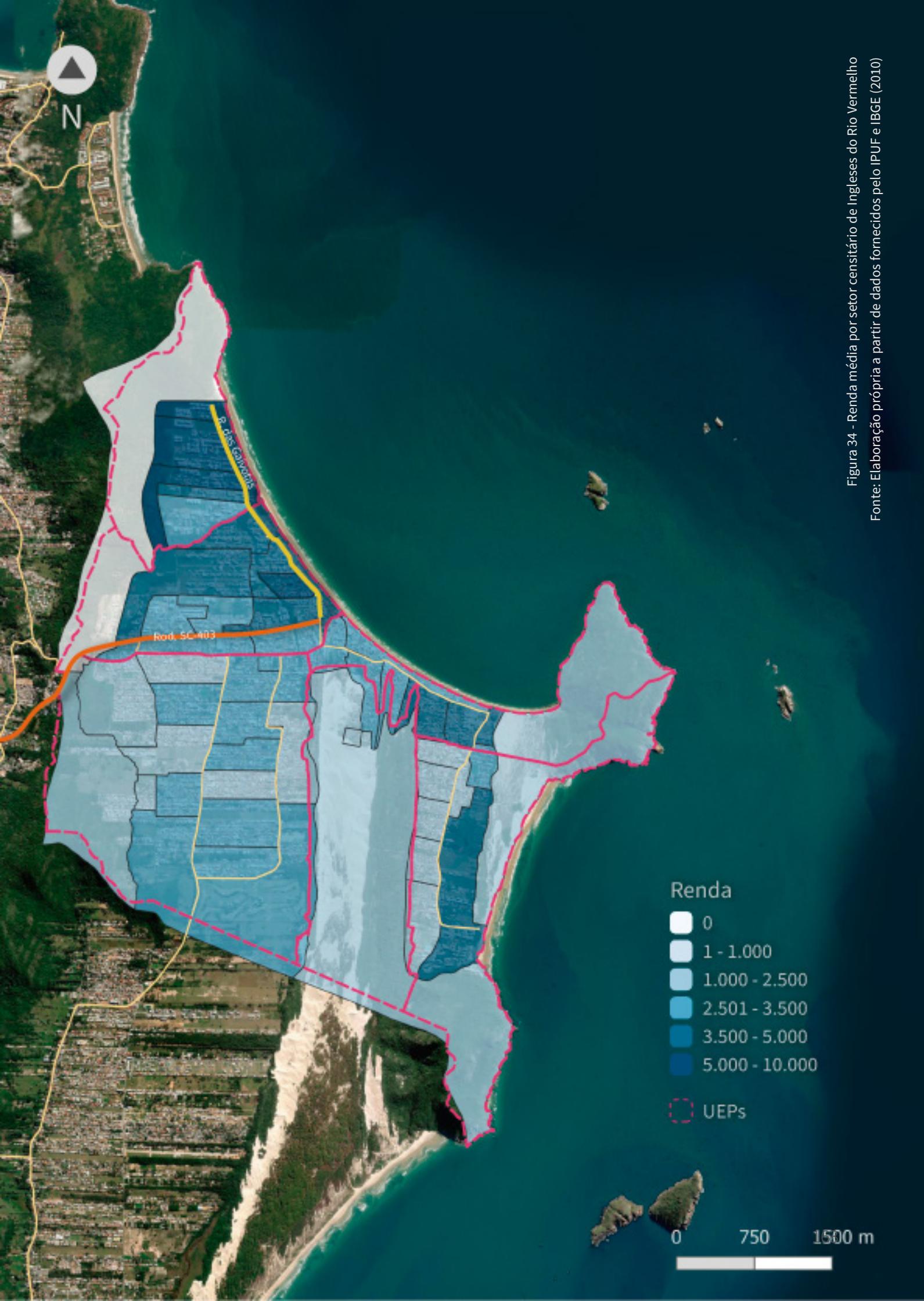


Figura 34 - Renda média por setor censitário de Ingleses do Rio Vermelho
Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo IPUF e IBGE (2010)

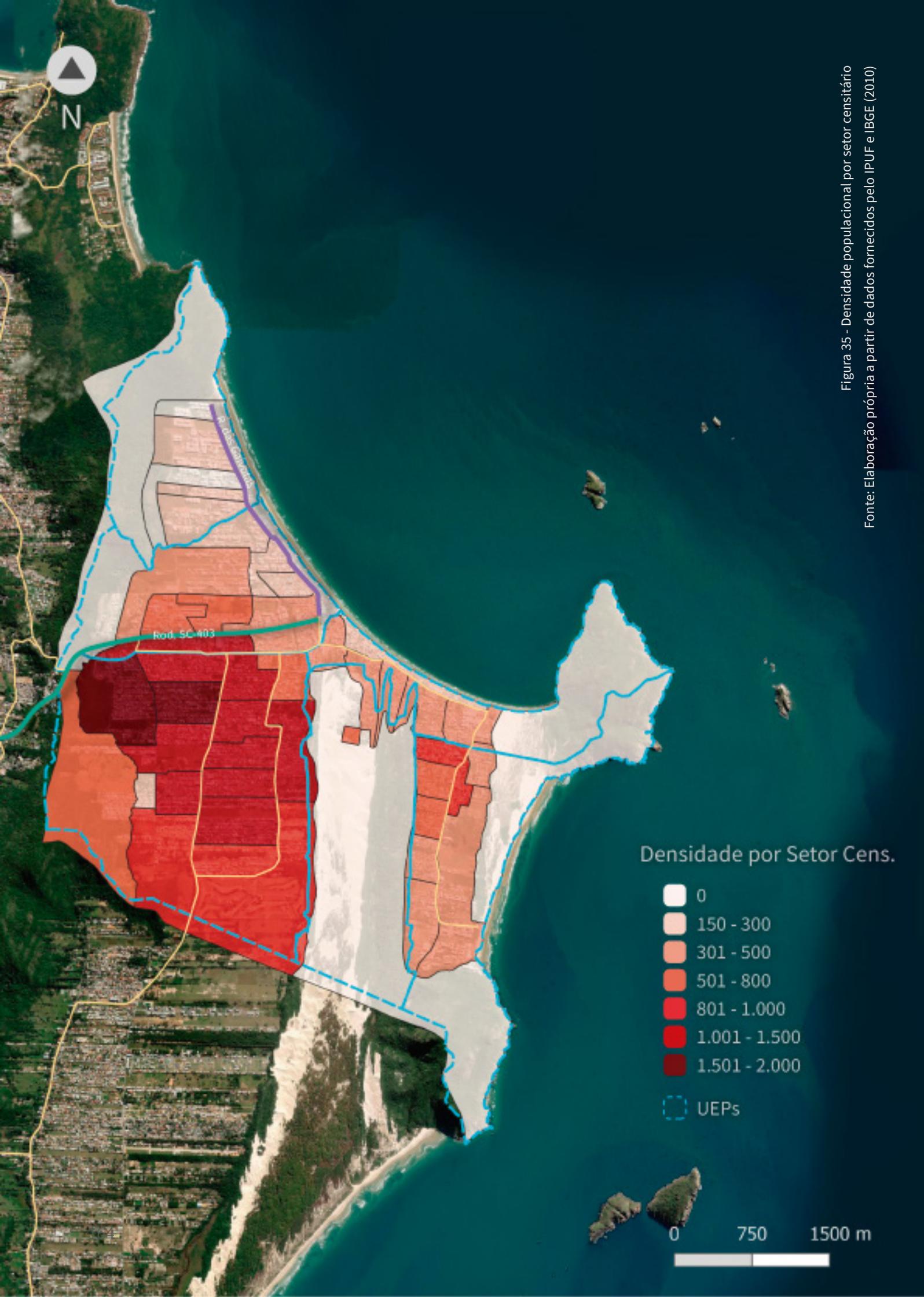


Figura 35 - Densidade populacional por setor censitário
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo IPUF e IBGE (2010)

A partir da observação dos mapas resultantes, é relevante a conclusão da existência de um contraste direto entre densidade e a concentração de renda, localizada sobretudo nas UEPs Ingleses Norte e Ingleses Centro. Nessas últimas, encontram-se as baixas densidades das residências de veraneio e os condomínios residenciais de grande porte e alto padrão, como aqueles construídos na Avenida das Gaivotas. Por outro lado, ao tomar a UEP Capivari, ao Sul, observa-se que o quadro se inverte: enquanto a concentração populacional é maior, o nível de renda decai. A esse aspecto, relaciona-se o processo de ocupação dessa UEP, onde estão presentes as propriedades decorrentes do crescimento desordenado do bairro a partir do final da década de 1980, através de loteamentos irregulares mencionados anteriormente. Aqui, salienta-se ainda, outro contraste: enquanto a infraestrutura urbana no caso das duas primeiras UEPs mencionadas foi estabelecida antes das construções imobiliárias, através de incentivos do Estado, para o caso dessa última, a carência desses recursos básicos permaneceu por décadas após o estabelecimento da população em seu território (SADOWSKI, 2017; SCHONS, 2019). Ainda, com base nos mapas anteriores, pode-se afirmar que a mesma oposição é observada nas demais áreas do distrito, seguindo a mesma lógica em que a concentração populacional é inversamente proporcional à concentração de renda.

Há, no entanto, outras maneiras de interpretar a distribuição e ocupação socioespacial de Ingleses, que corroboram o que é apontado pelos dados do recenseamento de 2010 do IBGE, mas que apresentam outras características que compõem as diferentes configurações espaciais urbanas do distrito. A mais expressiva é divisão do bairro em duas zonas opostas, a partir da Rodovia Armando Calil Bulos (SC-403), que corta o bairro, e funciona, ao mesmo tempo, como um elemento estruturador e, amortecedor de diferenças socioeconômicas. Esse aspecto é observado pelo autor do trabalho, residente do bairro e corroborado por Rosseto e Sadowski (2018), os quais afirmam que a rodovia

[...] serve como divisor de águas: ao norte da supracitada via, e mais próximo ao mar, temos a cidade formal, fortificada em seus condomínios e prédios. A cidade informal, por sua vez, encontra-se ao sul da SC e, portanto, mais distante do mar (ROSSETO, SADOWSKI, 2018, p. 105).

A SC-403 é uma via arterial que concentra os principais comércios e serviços de Ingleses, além de fazer a conexão direta do distrito com a SC-401, que liga o Norte da Ilha ao centro da cidade, e, portanto, acesso aos balneários. A mesma se caracteriza por ser a mais larga do bairro, contando com quatro pistas, canteiro central, ciclovias e calçadas nas duas margens. Por ser a principal rodovia de acesso ao distrito, a mesma é utilizada para acessar diretamente as áreas de Ingleses Norte, Ingleses Centro, Ingleses Sul e Capivari. A Figura 36 ilustra a via referida:

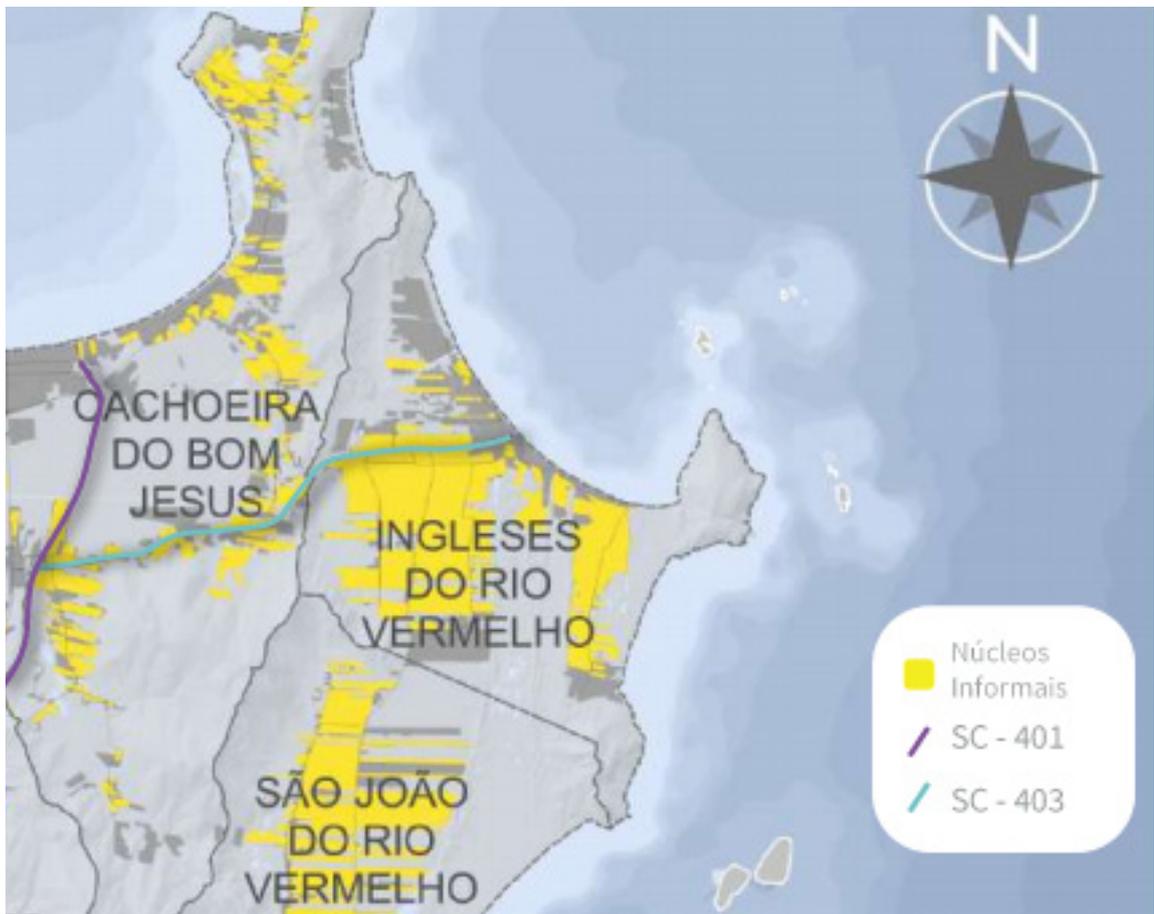
Figura 36 - Rodovia Armando Calil Bulos (SC-403)

Fonte: Google (2020)



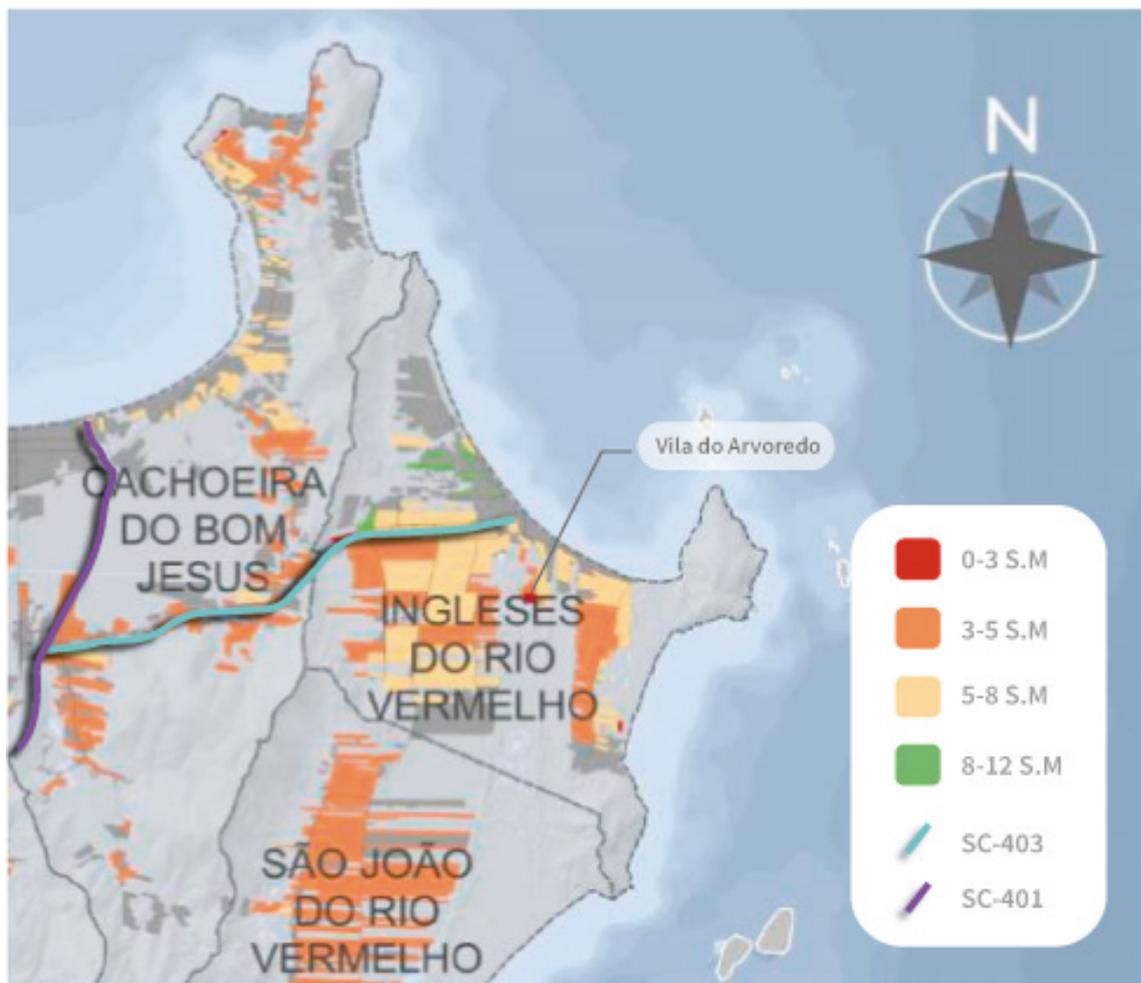
A leitura de Ingleses baseada na Rodovia Armando Calil Bulos como divisora de diferentes configurações socioespaciais pode ser também depreendida a partir de levantamento obtido pelos órgãos de planejamento municipais em atividade, o qual demarca os núcleos urbanos informais de Florianópolis. Dessa análise, pode-se observar a tendência de função limitadora da SC-403 entre as propriedades formais e as propriedades informais em Ingleses no mapa extraído do relatório, adaptado na Figura 37:

Figura 37 - Ocupações Irregulares em Florianópolis
Fonte: Florianópolis (2020). Adaptado pelo autor.



O mesmo documento também classifica os núcleos informais a partir de diferentes níveis de renda. Nesse sentido, é possível notar que há, a princípio, propriedades irregulares em nas áreas mais abastadas do distrito com rendas entre 8 e 12 salários mínimos. Ainda, assim é na área ao Sul da Rodovia onde ocorre a maior concentração dos casos, os quais abarcam faixas entre 0 e 8 salários mínimos. Sobre esse aspecto, depreende-se que a ocupação informal do território não diz respeito apenas às camadas menos abastadas da população de Ingleses, o que denota um processo de urbanização baseado em fragilidades jurídicas comuns a todos os grupos econômicos. A Figura 38 ilustra essa configuração:

Figura 38 - Faixas de Renda das Ocupações Irregulares em Florianópolis
Fonte: Florianópolis (2020). Adaptado pelo autor.



Dentre essas áreas, é relevante o caso da Vila do Arvoredo, ou Comunidade do Siri, situada sobre a área de dunas do distrito. Nessa conformação habitacional, estão presentes ocupações distintas, em termos de classes sociais. Segundo Schons (2019), coabitam no espaço ambientalmente frágil e tombado¹⁶, cercado pelas dunas fixas e móveis de Ingleses, grupos de classe média e camadas mais pobres, classificadas pela faixa mais baixa de renda do distrito, segundo o mapa anterior. Ali, estão presentes, há mais de 30 anos, moradores estabelecidos após a extração ilegal de areia das du-

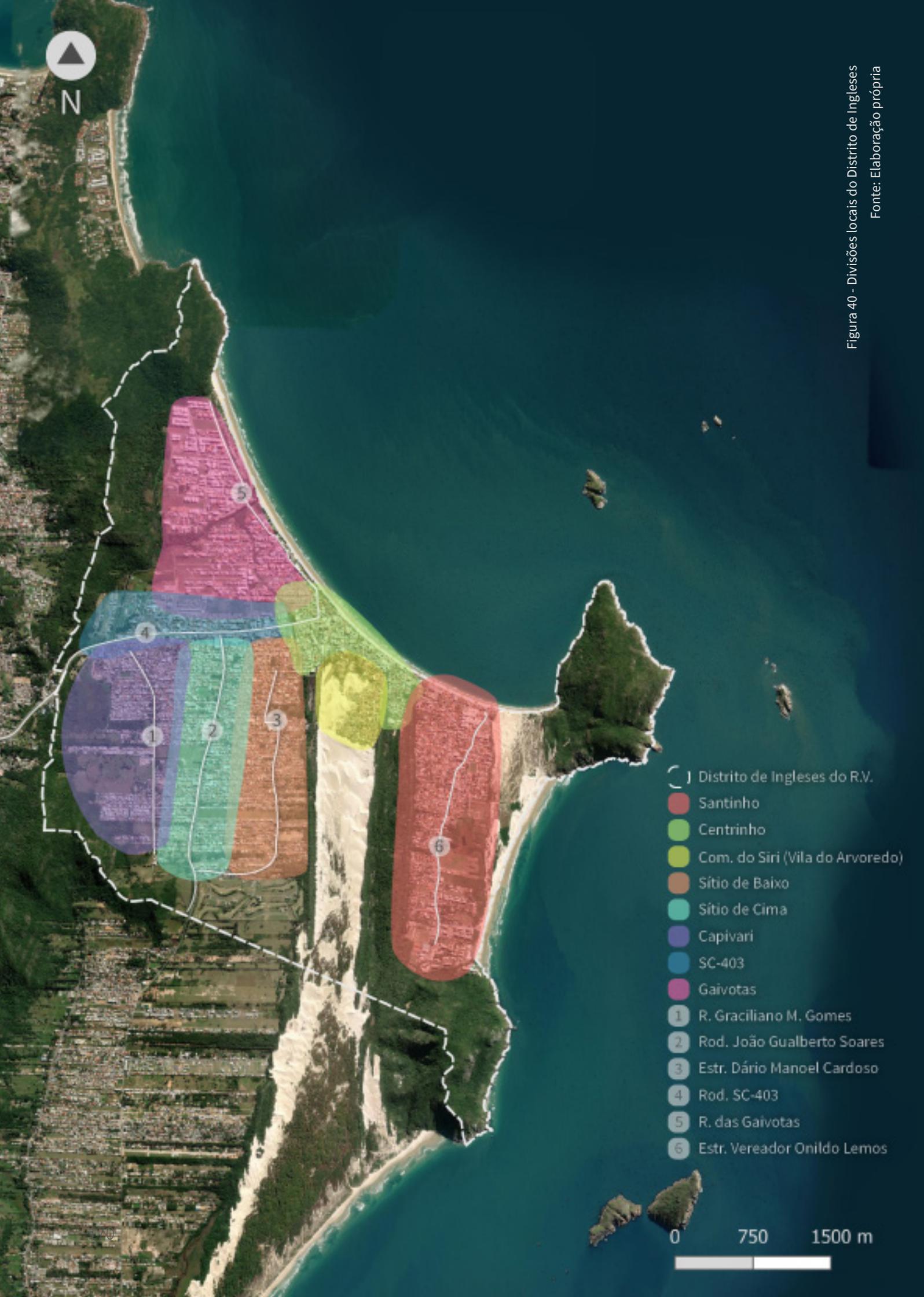
¹⁶ Os campos de Dunas dos Ingleses são tombados como patrimônio natural e paisagístico do Município de Florianópolis, através do Decreto Nº 112 de 31 de maio de 1985, o qual proíbe quaisquer atividades ou edificações na área (FLORIANÓPOLIS, 1985). Além disso, o atual Plano Diretor de Florianópolis (Lei Complementar Nº 482/2014) delimita o espaço das dunas como Área de Preservação Permanente (FLORIANÓPOLIS, 2014b).

nas e posteriores loteamentos irregulares, com saneamento básico e energia elétrica, e também aqueles instalados sobre as dunas, sem qualquer infraestrutura urbana, que vieram em busca de empregos oferecidos pelo turismo e pela construção civil. Ainda assim, apesar de ambos os grupos estarem situados sobre Área de Preservação Permanente (APP), apenas o menos favorecido é ameaçado constantemente de desapropriações e carece de políticas públicas do Estado que garantam condições de vida digna e salubridade (SCHONS, 2019). A Figura 39 exibe a visão de satélite atual da comunidade mencionada:

Figura 39 - Área da Vila do Arvoredo
Fonte: Google (2021)



Pode-se considerar a Vila do Arvoredo como um caso emblemático dos diversos contrastes sociais presentes no distrito de Ingleses. A comunidade, no entanto, mesmo que não identificada entre as Unidades Espaciais de Planejamento dos órgãos municipais, é reconhecida entre os moradores do distrito como uma das divisões compreendidas localmente pelos mesmos. Essas, por sua vez conformam uma interpretação coletivamente consolidada – ainda que não seja de forma regular ou precisa - das distribuições espaciais de Ingleses. São representações do espaço e divisões territoriais criadas pela própria comunidade e representadas na Figura 40, elaborada a partir da reunião de opiniões de moradores e da vivência do autor.



- ⌋ Distrito de Ingleses do R.V.
- Santinho
- Centrinho
- Com. do Siri (Vila do Arvoredo)
- Sítio de Baixo
- Sítio de Cima
- Capivari
- SC-403
- Gaivotas
- ① R. Graciliano M. Gomes
- ② Rod. João Gualberto Soares
- ③ Estr. Dário Manoel Cardoso
- ④ Rod. SC-403
- ⑤ R. das Gaivotas
- ⑥ Estr. Vereador Onildo Lemos

Figura 40 - Divisões locais do Distrito de Ingleses
 Fonte: Elaboração própria

Apesar de não serem documentadas oficialmente, as divisões informais locais baseiam-se em características socioespaciais particulares que as definem¹⁷. No caso de Sítio de Cima, Sítio de Baixo e Capivari, inseridas na área da UEP Capivari, essas divisões são estruturadas pelas vias Rodovia João Gualberto Soares (SC-406), Rua Graciliano Manoel Gomes e Estrada Dário Manoel Cardoso, respectivamente, as quais funcionam como centralidades para as vias derivadas¹⁸, de menor porte e uso predominantemente residencial. Nas demais divisões, com exceção da SC-403, estruturada pela via de mesmo nome, e da Vila do Arvoredo, mencionada anteriormente, todas as outras são classificadas, sobretudo, por conta do caráter de uso e atividades predominantes. As Figuras 41, 42 e 43 apresentam as vias mencionadas:

Figura 41 - Rod. João Gualberto Soares, centralidade de Sítio de Cima.

Fonte: Google (2020).



17 Para algumas dessas divisões, a legitimação da sua popularização ocorre através dos itinerários de transporte público, presentes no distrito de Ingleses. É o caso das linhas 268 - Sítio de Baixo; 261 - Capivari Via Graciliano Gomes; e 263 - Gaivotas (CONSÓRCIO FÊNIX, c2021). Havia, ainda, uma linha já desativada nomeada Capivari via Sítio de Cima (Rod. João Gualberto Soares).

18 As três vias mencionadas podem ser caracterizadas como centralidades devido à oferta de comércios, serviços e equipamentos comunitários, além do acesso ao transporte público. Destas vias, destaca-se a Rodovia João Gualberto Soares, que apresenta um nível de consolidação maior em termos de infraestrutura e variedade de comércios e serviços, além de receber um volume de tráfego maior, por conta de sua função de principal via de ligação entre o Distrito de Ingleses e o Distrito do Rio Vermelho.

Figura 42 - R. Graciliano Manoel Gomes, centralidade de Capivari.
Fonte: Google (2020).



Figura 43 - Estr. Dário Manoel Cardoso, centralidade de Sítio de Baixo
Fonte: Google (2020).



A divisão conhecida como Gaivotas abrange as UEPs Ingleses Norte e Ingleses Centro e diz respeito à área do distrito onde há casas e condomínios de veraneio com padrão de renda predominantemente elevado, como já mencionado anteriormente. Essa localidade apresenta uma variação de população ao longo do ano, de acordo com a sazonalidade turística, e tem sua denominação derivada da Avenida das Gaivotas, construída no fim do século XX e hoje a única via de Ingleses que margeia a praia. A localidade reconhecida como Centrinho diz respeito ao centro turístico e de atividades de comércio e serviços do distrito. Ali, estão localizados os principais hotéis e restaurantes, assim como a maior concentração de eventos e visitantes, por ser o espaço mais popular de acesso à Praia dos Ingleses. Por fim, a divisão Santinho diz respeito a uma localidade quase isolada, por conta da sua situação geográfica em relação ao restante do distrito, separada pela extensão dos campos de dunas e por conta da sua configuração viária. Sua via principal de acesso e centralidade local, Estrada Vereador Onildo Lemos, termina sem ligação com as áreas vizinhas. Além disso, Santinho é diferenciada pelos populares a partir da sua praia vizinha à Praia dos Ingleses e por conta do seu uso, predominantemente residencial, em que coabitam famílias tradicionais de pescadores, grandes condomínios e hotéis. As Figuras 44, 45 e 46 ilustram as localidades descritas:

Figura 44 - Rua das Gaivotas, em Gaivotas.

Fonte: Google (2020).

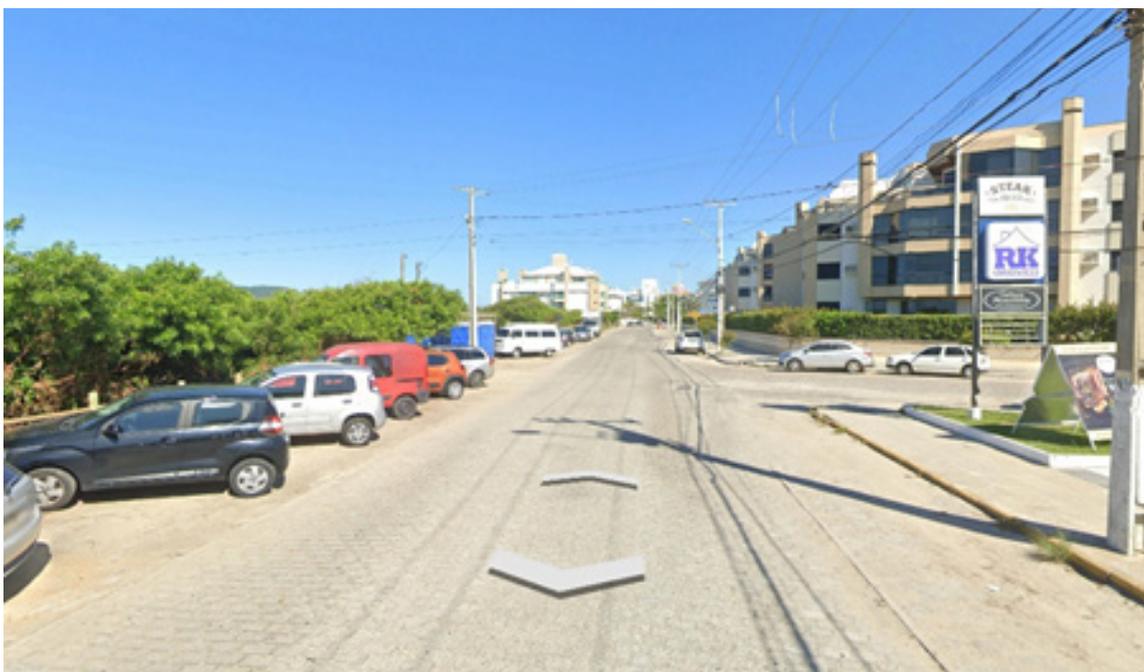


Figura 45 - Centrinho de Ingleses.
Fonte: Google (2020).



Figura 46 - Estrada Vereador Onildo Lemos, em Santinho.
Fonte: Google (2020).



O distrito de Ingleses do Rio Vermelho possui, hoje, uma população estimada em 50.000 habitantes e um aporte de comércio e serviços que tendem a torná-lo independente do núcleo do município para essas atividades (PORTAL NORTE DA ILHA, 2020). Ainda assim, algumas das problemáticas presentes hoje são reverberantes de seu processo de urbanização. Além da atividade turística e de comércios, são relevantes os avanços do setor imobiliário, principalmente na última década¹⁹. A intensificação do uso do solo, a partir da construção de prédios de apartamentos em substituição a residências unifamiliares deflagra uma tendência ao agravamento da densificação do bairro, que demanda ainda mais infraestrutura urbana (RIZZO, 2013). Essa dinâmica, no entanto, tem sido alvo de ações do poder público municipal, que tem operado fiscalizações sobre obras e parcelamentos de solo irregulares e demolições de edificações multifamiliares e estruturas iniciais de construções sem alvará e habite-se obtidos junto à Prefeitura de Florianópolis (NDMAIS, 2021).

Outras questões presentes no distrito dizem respeito à interface urbano-ambiental. Destas, a principal é dada pelos impactos de ocupação antrópica sobre o Rio Capivari, corpo d'água que corta Ingleses na direção sul à norte/noroeste, desaguardo, por uma ramificação, no mar da altura de Ingleses Norte (ROSETTO, SADOWSKI, 2018). O rio há anos é objeto de denúncias de poluição ambiental decorrentes de despejo irregular de efluentes e lixo, presentes em toda a sua extensão, ao longo do distrito. Nesse sentido, desde 2019 a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) opera um programa específico denominado “Trato Pelo Capivari”, que fiscaliza ligações de esgoto, buscando regularizar situações de imóveis (SANTA CATARINA, 2019). Além disso, são comuns os alagamentos decorrentes da progressiva impermeabilização gerada pela ocupação do solo irregular, sem respaldo de infraestrutura urbana.

Também é possível observar em Ingleses, no período recente, um avanço da lógica do espaço coletivo privado e semi-privado, gerido por atores dominantes da construção civil no distrito, alinhados aos aspectos segregadores, discutidos no Capítulo 2. Está em curso, atualmente, a construção de um complexo de grande porte que

19 Sobre as atividades desse setor, Lopes (2011 apud SADOWSKI, 2017, p. 128) aponta que em Ingleses atuam grupos privados de empreendimentos turísticos, hoteleiros e de construção civil que possuem um grande volume de terrenos na área e são favorecidos por legislações que não lhes restringem o uso e a ocupação do solo, o que contribui para aspectos de segregação urbana, além de gerar outros danos sociais e ambientais.

abriga shopping center, hotel²⁰ e espaços de *coworking*. Denominado “Ingleses Beach Square” o empreendimento ocupará uma área de 53.868,93 m² em Ingleses Sul, na área localmente reconhecida como Centrinho dos Ingleses (INGLESES BEACH SQUARE, 201-). Além desse, outros empreendimentos que reproduzem a lógica da segregação espacial tomam destaque, como o “Mirante Home Club”, condomínio de alto padrão e grande porte, com “a maior piscina de borda infinita de Florianópolis”²¹ e que abriga um espaço de *coworking* e inovação. Por fim, o mesmo grupo de investimentos imobiliários lançou, recentemente, o projeto “Boulevard”, de caráter misto, com lojas e um conceito arquitetônico que se propõe a reproduzir a ambiência da França, no núcleo de Ingleses Norte (BOULEVARD, 2021). É importante observar que em praticamente todos os meios de divulgação desses projetos, o discurso apoia-se na construção imagética do local, valorizando os aspectos paisagísticos e a riqueza natural, reconhecidos, sobretudo na Praia dos Ingleses. As Figuras 47 e 48 exibem o empreendimento “Ingleses Beach Square” - em maquete eletrônica - e a sua fachada construída:

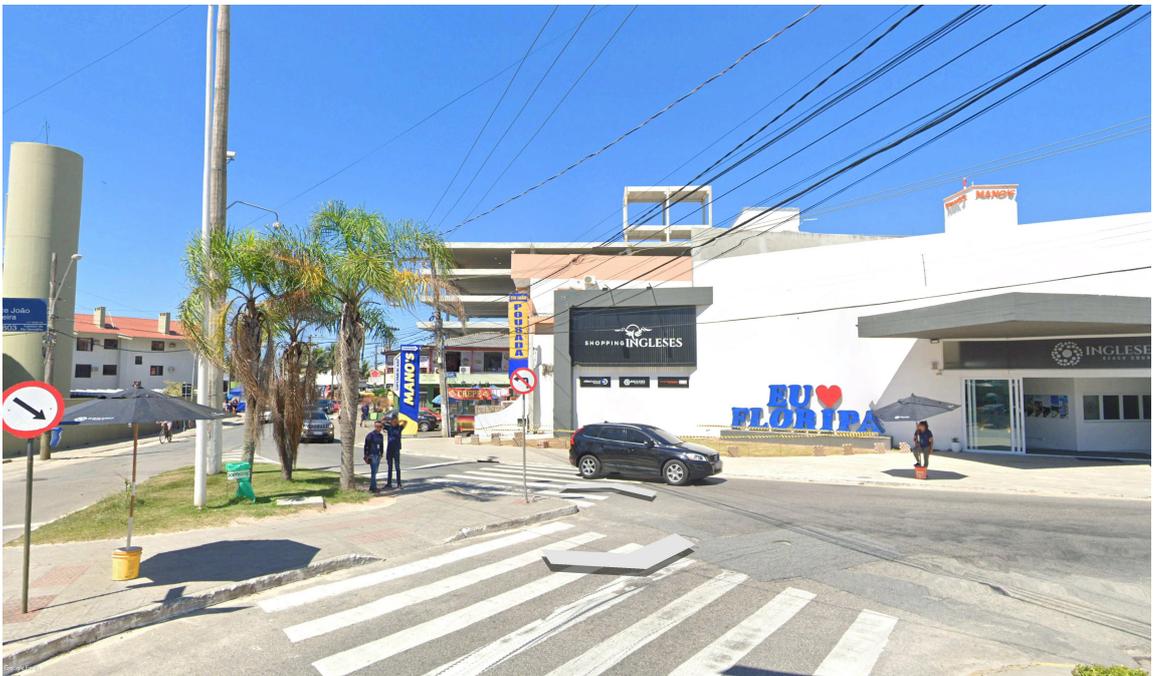
20 É relevante o modelo de compra de apartamentos do empreendimento. O regime, denominado “pool hoteleiro” dá-se pela aquisição de imóveis através de contrato com uma administradora privada. Essa, por sua vez, mantém a propriedade pela gestão de locação para visitantes e turistas durante o ano, enquanto o comprador, intitulado sócio proprietário tem direito de usufruir do imóvel por um período determinado no ano. O apartamento funciona, na verdade, como um investimento próprio de exploração de serviços (SEAZONE, 2021)

21 Fonte: Divulgação: página do instagram do empreendedor.

Figura 47 - Maquete Eletrônica do projeto "Ingleses Beach Square", no Centrinho de Ingleses
Fonte: Ingleses Beach Square (201-)



Figura 48 - Fachada Ingleses Beach Square
Fonte: Google (2020)



A Figura 49 exibe a fachada principal do empreendimento "Mirante Home Club":

Figura 49 - Fachada principal do empreendimento Mirante Home Club
Fonte: Google (2020)



Nesse contexto, importa destacar que a ascensão desses empreendimentos se dá em oposição à escassez de espaços efetivamente públicos e de lazer em Ingleses. De acordo com levantamento efetuado no distrito e a base de dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis, há hoje somente três equipamentos comunitários de lazer na localidade, todos configurados por praças públicas. Dentre estas, duas foram construídas nos últimos cinco anos ²² e uma delas é mantida por entes privados, desde 2011 (FLORIANÓPOLIS, 201-). Salienta-se que todas elas estão localizadas próximas às áreas mais valorizadas do distrito e, ainda assim, a qualidade dos espaços oferecidos é questionável. Proximidade com vias de trânsito rápido, tamanho restrito e sombreamento insuficiente são alguns dos aspectos negativos que podem ser relacionados a esses

22 A última praça construída no distrito, na área da SC-403 e UEP Ingleses Centro, foi concebida a partir de projeto executado sem consulta à população. Denominada Parque Linear do Rio Capivari, a mesma é restrita a um terreno que margeia o corpo d'água e é uma resposta a demandas de 20 anos da comunidade local (SOARES, 2019). Apesar do caráter pouco participativo da sua implantação, é possível constatar a apropriação do local pela comunidade, que ocupa o espaço durante os períodos de fins de semana, principalmente.

equipamentos. As 4 praças de Ingleses podem ser observadas nas Figuras 50, 51, 52, e 53, a seguir:

Figura 50 - Praça em Capivari

Fonte: Google (2020)



Figura 51 - Praça em Ingleses Norte

Fonte: Google (2020)



Figura 52 - Praça em Ingleses Sul

Fonte: Google (2020)



Figura 53 - Praça "Parque Linear" na SC-403, recentemente adotada por iniciativa privada

Fonte: Acervo do autor



Também existem no distrito demarcações de áreas destinadas ao lazer não equipadas, que são espaços ou lotes com vegetação e sem suporte efetivo a atividades. Estas, por sua vez, são oriundas de parcelamentos urbanos formalizados e estão majoritariamente situadas nas áreas de Ingleses Centro e Ingleses Norte (FLORIANÓPOLIS, 201-). A Figura 54 ilustra a localização dos espaços públicos de lazer mencionados:



Figura 54 - Divisões locais do Distrito de Ingleses
Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo IPUF

O cenário de carência constatado para as áreas de lazer caracterizadas como espaços efetivamente públicos e para atividades ao ar livre no distrito de Ingleses contrasta com a concentração de equipamentos desse caráter em outras áreas de Florianópolis, com destaque para o distrito Sede Insular, que é a principal centralidade do município. Ali, onde se verifica maiores concentrações de renda e também um contingente maior de pessoas, estão também presentes os principais espaços abertos de lazer da cidade, como o Horto Florestal do Córrego Grande, o Jardim Botânico de Florianópolis, o Campus da UFSC, o Parque da Luz, a Orla da Av. Beira-mar e diversas praças, dentre as quais figuram as maiores da Ilha, como a Praça Celso Ramos, a Praça Tancredo Neves, a Praça Getúlio Vargas e a Praça XV de Novembro, no núcleo fundacional da cidade (DE OLHO NA ILHA, 2011). A mesma lógica ocorre para os equipamentos culturais em Florianópolis²³ geridos pelo Estado, na cidade, os quais são encontrados em maioria no distrito Sede Insular, ao passo que no distrito de Ingleses, apesar de figurar entre os maiores do município, ainda não há nenhum. A seguir, a Figura 55 exhibe o mapa de localização dos principais equipamentos públicos de lazer²⁴ e culturais no distrito Sede Insular e no distrito de Ingleses, relacionando-os à distribuição de renda por setor censitário:

23 Adota-se a definição de Coelho (1997) que define equipamentos culturais edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus).

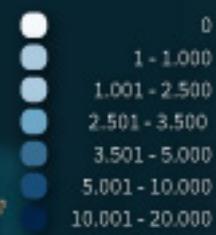
24 Considerados os parques, praças, quadras polivalentes, jardins e outros espaços públicos abertos de apoio a atividades esportivas, de atividades físicas e recreativas (SCHÄFER, OLIVEIRA, 2012).



Distrito de Ingleses do R.V

Distrito Sede Insular

Renda



Distritos Administrativos

Praças do Distrito de Ingleses do R.V.

Equipamentos do Distrito Sede Insular

Cultura

- 4 - Centro Integrado de Cultura
- 5 - Museu de Arte de SC
- 10 - Fundação Cultural BADESC
- 11 - Teatro Álvaro de Carvalho
- 12 - Teatro da UBRO
- 13 - Museu Palácio Cruz e Sousa
- 15 - Museu Victor Meirelles
- 16 - Museu da Escola Catarinense
- 18 - Fundação Franklin Cascaes

Equipamentos de lazer ao ar livre

- 1 - Jardim Botânico de Florianópolis
- 2 - Parque Municipal do Córrego Grande
- 3 - Campus aberto da UFSC
- 6 - Praça Celso Ramos
- 7 - Orla Avenida Beira-mar Norte
- 8 - Parque da Luz
- 9 - Praça Getúlio Vargas
- 17 - Praça Tancredo Neves
- 14 - Praça XV de Novembro



Portanto, fica claro que os equipamentos comunitários localizados no distrito Sede também atendem ao público de outros distritos como Ingleses, onde esses tipos de espaços são notadamente escassos, apesar do seu grande número de moradores. Assim, além do desequilíbrio em alternativas de lazer, gera-se uma pressão sobre a mobilidade urbana, ao considerar os deslocamentos – extensos, observando-se a distância entre Ingleses e a área central da cidade - efetuados por essas pessoas até essa localidade, em busca de seu usufruto. Aqui, salienta-se ainda os custos desse transporte individual e a dependência, para muitos, das condições e limitações impostas pelo transporte coletivo. De acordo com levantamento elaborado pelo autor, em 2019 – portanto, antes das alterações temporárias decorrentes do período de pandemia - a oferta de horários de linhas de ônibus nos finais de semana e em feriados apresentava um decréscimo considerável, dificultando o acesso aos destinos de lazer localizados na área central da Ilha nos períodos não-comerciais ou de trabalho. Ressalta-se que para as linhas 264 (Ingleses) e 277 (Balneário Ingleses) havia ainda um acréscimo nos períodos de veraneio para atendimento do aumento da demanda por conta da presença de turistas. Esse aspecto, por sua vez, contribui para a compreensão do planejamento e da administração local que prioriza as atividades relacionadas aos fatores externos e competitivos – nesse caso, visitantes – em detrimento das demandas de moradores locais. Os Gráficos 1, e 2, a seguir ilustram os levantamentos obtidos no período:

Gráfico 1: Saídas de Linhas alimentadoras do Distrito Ingleses, em 2019
 Fonte: Consórcio Fênix (c2019). Elaboração própria.

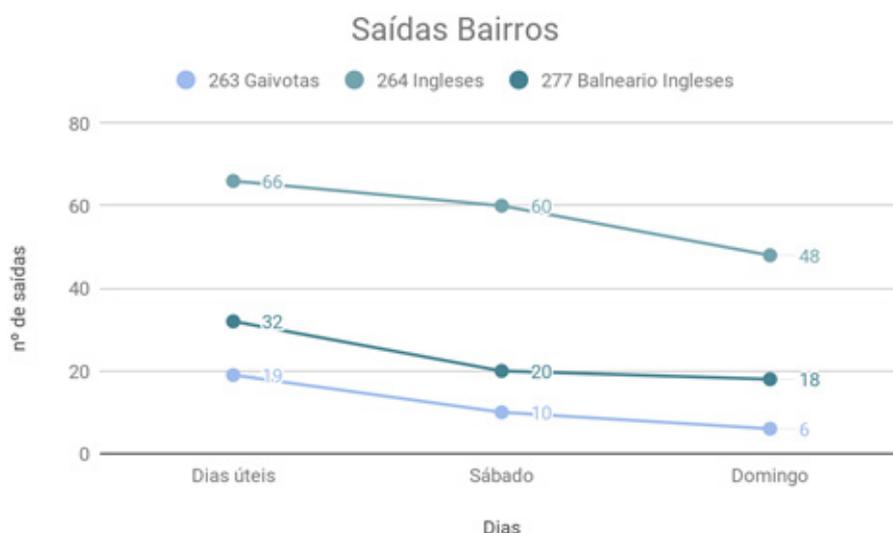
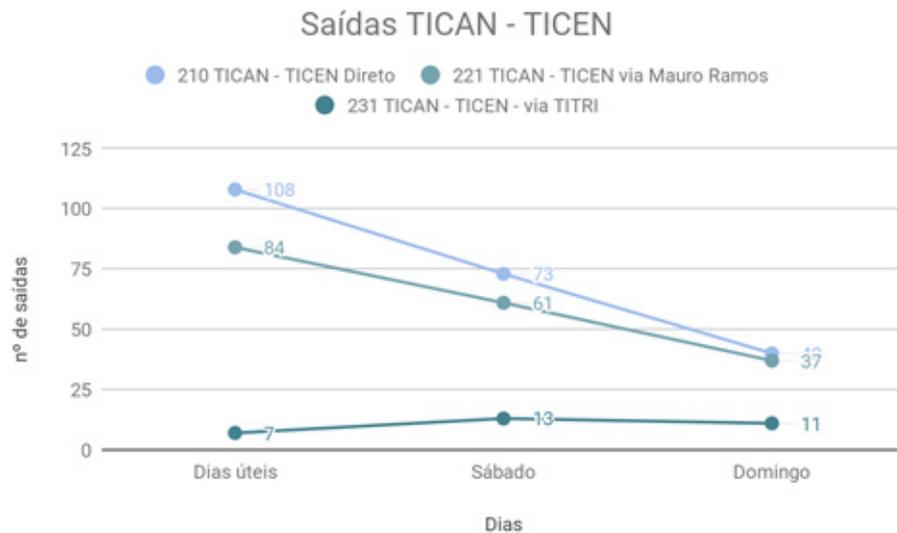


Gráfico 2: Saídas de Linhas Troncais do Norte da Ilha sentido Centro, em 2019
 Fonte: Consórcio Fênix (c2019). Elaboração própria.



O cenário apresentado, de dependência e ausência de espaços de lazer e cultura efetivamente públicos em Ingleses, em detrimento do despoite de locais de caráter privativo voltados a essas funções, como shoppings e centros comerciais, além de condomínios com áreas de lazer próprias, expõe, primordialmente, a ocorrência do processo de decadência do espaço público, promotor de encontros de indivíduos diversos, componentes da comunidade local. No lugar disso, observa-se a pretensão de substituir a falta desse tipo de estrutura, pouco fornecida pelo Estado, com intervenções e estratégias de ocupação do território que reproduzem o comportamento urbano individualizado e segregador, relacionado aos espaços privados e semi-privados. A concepção de um shopping center de grande porte, instalado no centro turístico do distrito, escancara a intenção de transformar a área mais valorizada de Ingleses em um reduto homogeneizado, segundo os princípios de grandes centros urbanos, voltados a atrair contingentes externos de indivíduos, assim como camadas específicas locais, detentoras de um nível de renda compatível. O objetivo de internacionalização fica reforçado a partir do projeto mais recente mencionado, que tem como conceito principal reproduzir as características urbanas da França, em um projeto voltado ao comércio e serviços. Essas iniciativas, indicam, portanto, o estabelecimento de um processo de ocupação territorial que incentiva os comportamentos individualistas e desenraizados

tratados anteriormente na Parte I, os quais ameaçam sentidos de coletividade e denotam a importância da garantia e defesa de espaços que afirmem valores de comunidade e cooperação como promotores de relações sociais e, sobretudo, do bem estar social.

Refúgios de desconpressão em Ingleses

O contexto apresentado na seção anterior deflagra os desafios do desenvolvimento urbano de Ingleses, baseado em atividades econômicas de extração de valor do território, como a construção civil e o turismo. Nesse sentido, a busca por locais que possam ser compreendidos como refúgios de desconpressão, isto é, espaços comuns e restauradores, se apresenta como um esforço em localizar experiências de contraconduta à tendência usual de reprodução espacial do distrito, que tem se direcionado rumo à individualização e a segregação alinhada ao ideal cosmopolita, como explorado na parte 1 deste trabalho, a partir de autores como Bauman (2003).

Com esse objetivo e de acordo com a metodologia adotada pelo presente trabalho, o primeiro passo tomado foi o de buscar construir um mapeamento coletivo junto à comunidade. Para isso, foi proposto um mapa de identificação²⁵ de possíveis espaços que pudessem ser compreendidos como produtos de contraconduta do modo formal vigente de concepção do espaço urbano, baseado em princípios mercadológicos. Assim, elaborou-se um formulário através da plataforma “Formulários Google” que foi distribuído através de redes sociais para integrantes da Associação de Moradores Renovação Ingleses e Santinho (AMORIS) e outros moradores do distrito, que desejasse contribuir de forma espontânea. Nesse formulário, apresentou-se a conceitualização dos espaços comuns²⁶ como espaços coletivos comunitários e perguntou-se pelo reconhecimento de exemplos em Ingleses que pudessem atender às características,

25 Criado a partir da plataforma My Maps, o qual pode ser acessado a partir do link: bit.ly/espacos-comunsingleses

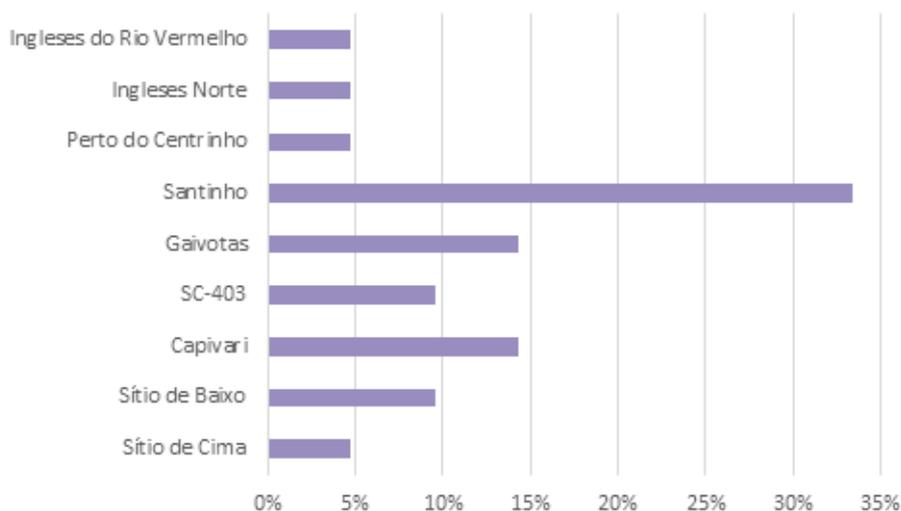
26 Optou-se por realizar a análise dos espaços comuns apontados enquanto ambientes restauradores, posteriormente ao levantamento. A escolha se deu pela compreensão, para o estudo, de que a concepção de comuns urbanos está relacionada à prática de construção, reivindicação e legitimação do espaço, enquanto a concepção dos ambientes restauradores está relacionada ao usufruto propriamente dito e características particulares específicas, a serem estudados para cada caso levantado.

solicitando a inserção no mapa ou indicação textual. Para além disso, foram perguntados o local de moradia dos respondentes, se os mesmos mantinham envolvimento com o espaço reconhecido e/ou se teriam interesse em manter. Foi obtido um total de 27 respostas. Pela sua representatividade, não se infere que as respostas sejam significativas da população total do Distrito de Ingleses. A metodologia de pesquisa não buscava uma amostragem nesse sentido. A distribuição nas redes das associações de moradores, como mencionado acima, tinha como objetivo alcançar participantes que conhecessem o distrito e a vida comunitária local.

Sobre a localidade do distrito em que as pessoas abordadas moravam, foram disponibilizadas como opções as divisões reconhecidas pelos moradores do bairro: “Sítio de Cima”, “Sítio de Baixo”, “Capivari”, “Gaivotas”, “SC-403”, “Santinho” e “Arvoredo” (ou Comunidade do Siri). Também foi disponibilizada uma caixa de texto livre para respostas que não encontradas dentre as opções. O Gráfico 3 exibe as respostas obtidas para essa pergunta, para moradores de Ingleses:

Gráfico 3 - Localidade de moradia em Ingleses.

Fonte: Elaboração própria.



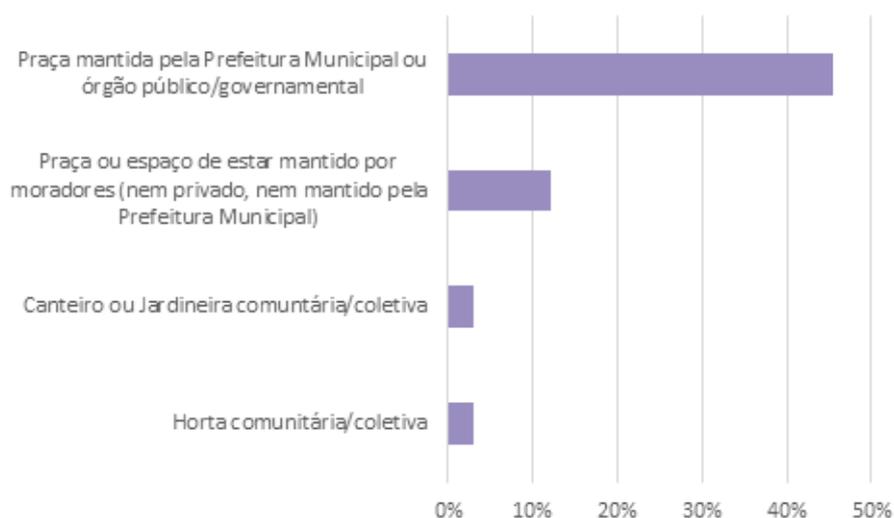
Desse gráfico, sobretudo, depreende-se a compreensão dos moradores de Ingleses acerca das divisões locais do distrito, assim como as suas nuances de compreensão, como a resposta “Perto do Centrinho” e respostas utilizando as definições do setor de planejamento municipal mencionadas anteriormente e que estão presentes no aplicativo Google Maps, popular em celulares. Destaca-se ainda a presença de res-

pondentes moradores de Santinho, com número maior que o dobro das outras duas localidades mais indicadas, Capivari e Gaivotas. Salienta-se que nem todas as pessoas responderam onde moravam e outras duas informaram residência fora de Ingleses. Não houve indicação de respostas da Comunidade do Arvoredo.

Sobre o reconhecimento de espaços entendidos como enquadrados na lógica de espaços comuns, foram apresentadas as seguintes opções: “horta comunitária/coletiva”; “canteiro ou jardineira comunitária/coletiva; praça ou espaço de estar mantido por moradores (nem privado, nem mantido pela Prefeitura Municipal)”; “praça mantida pela Prefeitura Municipal ou órgão público/governamental”; “não conheço”. Também foi disponibilizada uma caixa de texto livre para respostas que não encontradas dentre as opções. O Gráfico 4 apresenta as respostas obtidas dentre as opções oferecidas:

Gráfico 4 - Espaços coletivos públicos de Ingleses.

Fonte: Elaboração própria.

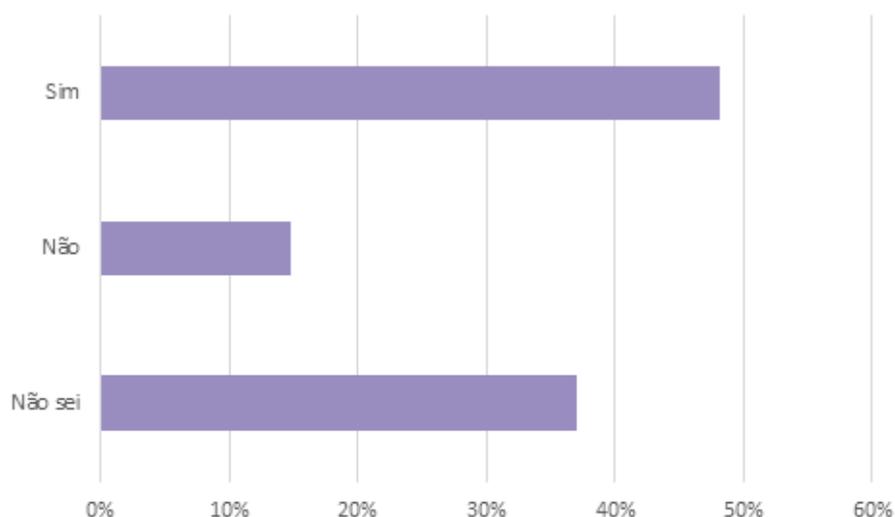


Nota-se, pelas respostas obtidas, a predominância da indicação de espaços públicos formais sobre aqueles mantidos coletivamente. Ainda assim, é relevante observar o reconhecimento de espaços classificados como coletivos, comunitários e mantidos por moradores, que posteriormente serão apontados no mapa colaborativo. Além disso, foram recebidas duas respostas na caixa aberta de contribuições. Uma, indica um parquinho para crianças, mantido em parceria com um clube de futebol local de Santinho. A outra descreve que desconhece espaços comunitários públicos em Ingleses, por conta do tamanho reduzido das praças existentes, mas acharia ótimo tê-los.

Essa segunda resposta expõe também a demanda da população local por esse tipo de uso no Distrito.

Acerca do envolvimento com o espaço e o tipo de envolvimento, como visita-ção, manutenção, segurança, etc. desses espaços comunitários, 92,7% afirmou não manter qualquer tipo relação de uso ou manutenção enquanto 7,4% responderam po-sitivamente. Além disso, para o questionamento sobre o interesse em manter algum tipo de vínculo com esses espaços ou possíveis espaços desse caráter foram obtidas as seguintes respostas, exibidas pelo Gráfico 5:

Gráfico 5 - Interesse no envolvimento com espaços comunitários em Ingleses
Fonte: Elaboração própria.



O cenário obtido aponta que, ainda que haja um grupo relevante de respostas indecisas, são predominantes as respostas positivas, o que indica uma tendência de interesse em participar e manter locais que sejam construídos coletivamente.

A seguir, é apresentado, o mapa final colaborativo, constituído das contribui-ções dos respondentes da pesquisa e de levantamentos do autor a partir de visitas a campo. Para a construção desse mapa foram considerados todos os locais indicados pelos participantes e que, posteriormente, foram avaliados segundo a adequação ao conceito de espaços de contraconduta pela concepção de comum urbano como defini-do na primeira parte do trabalho. A Figura 56 ilustra o mapa completo:

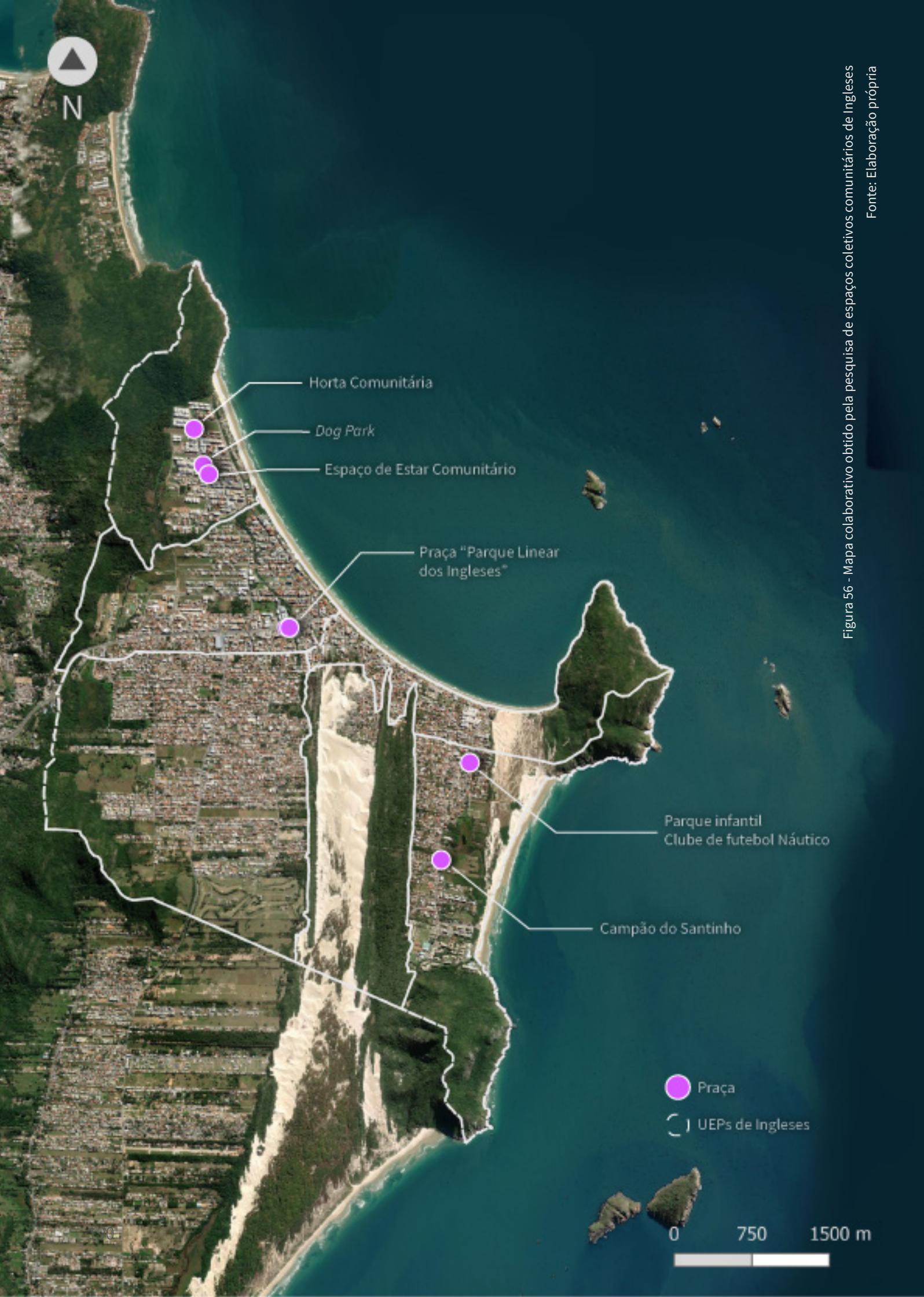


Figura 56 - Mapa colaborativo obtido pela pesquisa de espaços coletivos comunitários de Ingleses
 Fonte: Elaboração própria

Dos espaços apontados pelo mapa, após análise, compreende-se que nem todos enquadram-se como espaços comuns. Dessa forma, não foram aprofundados pelo presente trabalho aqueles espaços que não podem ser considerados precursores de práticas de contraconduta na sua concepção por conta da sua manutenção pelo Estado ou por intervenções privadas, assim como por concepções outras que não dizem respeito necessariamente ao livre acesso e a manutenção de práticas cooperativas a partir de recursos obtidos pela ação conjunta da comunidade. Assim, após avaliação de cada caso e considerando os princípios mencionados²⁷, três dos espaços foram selecionados para a análise: a Horta Comunitária e o Espaço de Estar Comunitário em Ingleses Norte, e, mais aprofundadamente, o caso do Campão do Santinho, tendo em vista o seu papel, consolidação histórica e o engajamento comunitário atual, que enfrenta uma contenda travada contra o mercado imobiliário pela reivindicação do espaço como comunitário. O estudo dos casos tem por base visitas do autor, observações e outras avaliações qualitativas, além de conversas com moradores envolvidos com os espaços.

Horta Comunitária e Espaço de estar comunitário

Rua Lázaro de Oliveira Souza

Os dois espaços levantados pelo mapa coletivo e situados na área de Ingleses Norte possuem, além da localização próxima, características semelhantes na sua origem e nas práticas que são realizadas de forma coletiva pelos seus frequentadores. Baseados em atividades de cultivo e contato com a natureza, esses locais são tidos como refúgios do contexto construído e do isolamento imposto pelos condomínios do entorno. As figuras 57 e 58 ilustram a configuração dos terrenos desses espaços:

27 Para a seleção, foram considerados aspectos físicos, como o livre acesso e cercamentos, o caráter de uso espontâneo, as práticas envolvidas e o benefício comum, a construção coletiva do espaço e a necessidade da sua garantia como local público, promotor de bem-estar e com função social, isto é, passível de acolher e gerar retornos e benefícios para a comunidade e a sociedade em geral.

Figura 57 - Terreno Horta Comunitária

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Geoprocessamento da PMF

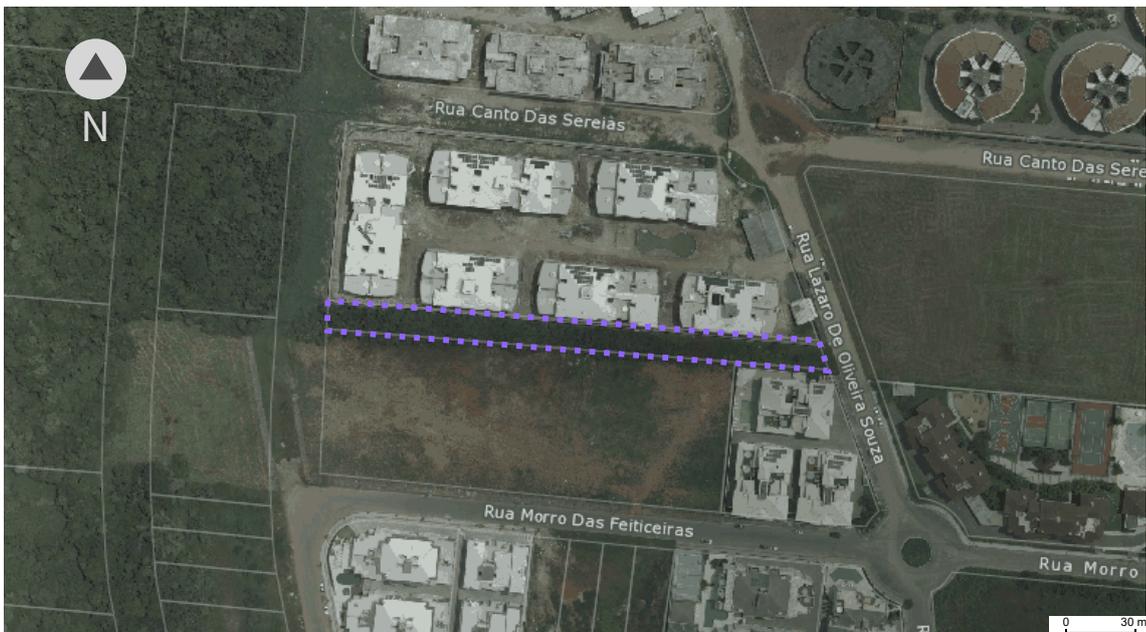


Figura 58 - Terreno Espaço de Estar

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Geoprocessamento da PMF



Como mencionado anteriormente, a área de Ingleses Norte, reconhecida pelos moradores de Ingleses como Gaivotas, concentra os maiores índices de renda média por domicílio do distrito. Ali estão presentes grandes condomínios, de alto e médio padrão, em um território valorizado por conta da proximidade com a praia, que é tida como pedra fundamental da economia turística de Ingleses. Em Ingleses Norte, ocorre uma das maiores concentrações de parcelamentos formalizados do distrito, no que decorrem alguns espaços públicos livres resultantes de compensações e doações de áreas verdes e livres para o poder municipal. Nesse sentido, enquadram-se ambos os terrenos dos espaços aqui analisados.

Tanto a Horta, quanto Espaço de Estar encontram-se em terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal, os quais, de acordo com o zoneamento previsto pela Lei Nº 484/2014, que define o Plano Diretor de Florianópolis, estão zoneados como Área Verde de Lazer (AVL) e Área Comunitária Institucional (ACI). O primeiro zoneamento citado é definido pela Lei do Plano Diretor como "[...] espaços urbanos ao ar livre de uso e domínio público, que se destinam à prática de atividades de lazer e recreação, privilegiando quando seja possível a criação ou a preservação da cobertura vegetal" (FLORIANÓPOLIS, 2014a, n.p.). O segundo, por sua vez tem como definição a caracterização de áreas "destinadas a todos os equipamentos comunitários ou aos usos institucionais, necessários à garantia do funcionamento satisfatório dos demais usos urbanos e ao bem-estar da população" (FLORIANÓPOLIS, 2014a, n.p.). Ainda assim, de acordo com os moradores, apesar da demanda, não há, para os locais, previsão de projetos que tenham solicitado a participação ou a colaboração dos mesmos para a sua elaboração. Dessa maneira, os dois terrenos, vazios, acabaram por ser apropriados por perfis de sujeitos semelhantes e para finalidades semelhantes.

No caso da Horta Comunitária, a origem da manutenção deu-se a partir de uma moradora idosa do condomínio situado ao lado do terreno baldio, de posse da prefeitura. De acordo com moradores do prédio, foi iniciativa da mesma a prática de cultivo no local, como distração e ocupação para fora do espaço isolado e enclausurado do prédio e do apartamento. Assim, aos poucos, outros moradores do mesmo condomínio e do condomínio ao lado passaram a usufruir do mesmo espaço, contribuindo com mudas, e móveis improvisados, constituindo assim uma prática comum, ainda que as construções lindeiras, cercadas e vigiadas por mecanismos de segurança, demarquem

a busca por uma proteção e pelo distanciamento de seus residentes daquilo, ou daqueles que habitam o lado externo. No terreno, estão plantados vegetais e leguminosas, além de flores e plantas medicinais, disponíveis para quem desejar ou precisar de algumas folhas ou ramas.



Figura 59 - Horta
Fonte: Acervo do autor



Figura 60 - Planta Medicinal
Fonte: Acervo do autor



Figura 61 - Terreno da Horta Comunitária

Fonte: Acervo do autor

Origem semelhante tem a prática comum mantida no terreno do Espaço de Estar, a duas quadras de distância do terreno da Horta Comunitária. Nesse local, de acordo com moradores do entorno e frequentadores do espaço, a iniciativa partiu de dois idosos residentes de condomínios vizinhos. A configuração do lote, em esquina, junto à vegetação preexistente, com uma aroeira próxima à extrema com a via, fez com que se estabelecesse, inicialmente, um uso de estacionamento informal abaixo da árvore, que fora demarcado com um solo arenoso. No entanto, insatisfeito com essa ocupação, um dos moradores idosos decidiu ocupar o espaço com móveis produzidos por ele mesmo. Assim, conjuntamente a outro vizinho, ele passou a coletar materiais em obras locais e montar bancos e viveiros de passarinhos, como forma de transformar o ambiente de sombra abaixo da aroeira em um recinto de descanso e estar, semelhante a uma pequena praça.

Aos poucos, outros residentes dos condomínios do entorno passaram a contribuir com a construção do local, trazendo vasos de plantas e objetos ornamentais em um processo cooperativo de apropriação e cuidado coletivo com o espaço, que funciona como local de espera, de descanso e de refúgio do ambiente isolado dos condomínios, típico da área de Ingleses Norte. No entanto, o usufruto do terreno extrapola a área de estar embaixo da aroeira. Isso porque, para além dessa ambientação, há também, no restante do terreno, uma série de canteiros e plantações de vegetais e árvores frutíferas, mantidas pelos moradores locais.

Em uma das visitas, três frequentadoras do lote, moradoras de condomínios do entorno, relataram a existência de pequenas hortas cultivadas coletivamente por elas e outras pessoas, além de uma plantação de mandioca, mantida pelo mesmo morador que criou os móveis do banco do espaço sob a árvore. Ainda, segundo uma das moradoras, o local é uma "terapia diária". Para ela, estar praticando jardinagem, plantando ou cuidando da vegetação do espaço são atividades de relaxamento e esquecimento dos problemas de saúde e do cotidiano, que melhoram com as trocas obtidas com outros frequentadores. Relato semelhante é obtido para o morador mantenedor do plantio de mandioca: segundo ele, após passar o dia cuidando a cultura do vegetal, em vez de cansado, ele se sente aliviado e relaxado.

Ainda, de acordo com uma das frequentadoras do terreno, o objetivo coletivo é construir ali uma floresta frutífera, ou um pomar, onde seja possível colher frutas e



Figura 62 - Espaço de Estar sob Árvore
Fonte: Acervo do autor

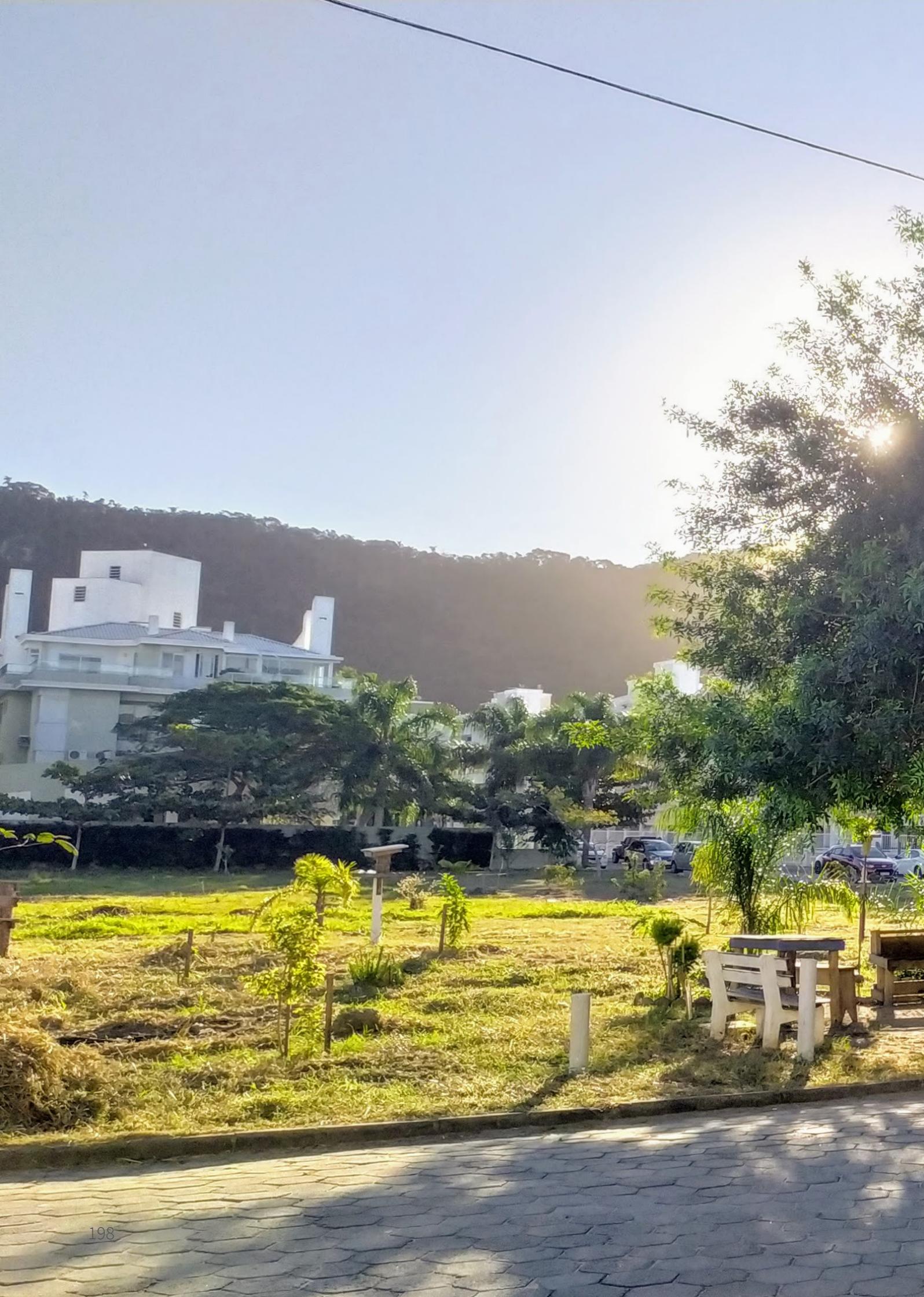




Figura 63 - Terreno do Espólio de Estar. São Paulo, SP.
Fonte: Acervo do autor





Figura 64 - Plantação no Espaço de Estar sob Árvore
Fonte: Acervo do autor

caminhar no espaço sob árvores. Hoje, estão plantados de maneira dispersa no terreno diversas qualidades de plantas, como ervas medicinais, flores ornamentais, vegetais e árvores frutíferas, como um limoeiro, nos fundos do lote. No entanto, de acordo com informações das moradoras, há discussões entre representantes políticos sobre a elaboração de um projeto de praça para o local, que pretende ser equipado com áreas esportivas, mas não contempla áreas de plantio.

Apesar das configurações não necessariamente iguais entre os lotes dos dois casos apresentados, ambos propõem-se a finalidades equivalentes e possuem a mesma importância para os seus frequentadores. A concepção dos espaços, concebidos de maneira espontaneamente coletiva e a sua manutenção permanente reforçam relações de afeição e de aproximação, em contraposição aos ideais repercutidos pelo contexto normativo do padrão de subjetividade imposto aos sujeitos, de repulsão e desconfiança do outro. Os contatos interpessoais ocorridos através da prática do cultivo conjunto de plantas e dos encontros ali promovidos, entre moradores até então desconhecidos entre si, propõe reconexões e novos laços entre indivíduos isolados pelas edificações multifamiliares, isoladas por trás de muros e guaritas. A ocupação de terrenos baldios, sem um uso previsto, com atividades dissociadas de aspectos econômicos e com usufruto comum demarcam um processo implícito que foge à lógica normativa cotidiana vigente.

Da mesma forma, é interessante observar o contexto em que se dão esses espaços e sua função para os sujeitos envolvidos. Considerando os levantamentos obtidos por conversas com moradores, denota-se que a área de Ingleses Norte, predominantemente ocupada por condomínios fechados multifamiliares, é habitada por pessoas que querem distanciar-se do meio intensamente urbanizado, em busca de um bem-estar providenciado pela proximidade com a natureza - a praia, o mar e as áreas verdes do entorno -, como é o caso de algumas pessoas idosas que se mudam para a localidade. Ainda assim, o conforto pretendido pelos complexos de habitação, com caráter privativo e áreas de lazer próprias à disposição, projetadas pelas construtoras, parece não suprir o objetivo procurado.

O potencial restaurador dos dois ambientes abordados, que se confirma pela presença de características mencionadas nas teorias apresentadas anteriormente, parece cumprir, portanto, um papel de refúgio dentro do refúgio. Nesse sentido, da Teoria da Restauração da Atenção, toma-se para esses ambientes os aspectos de escape e compa-

tibilidade. Escape, pois funcionam, segundo os frequentadores, como locais de desassociação das preocupações e demandas diárias, permitindo-se o afastamento de distrações indesejadas, através do direcionamento da atenção para as práticas mantidas no local. É possível também, considerar a promoção da reflexão sobre formas alternativas de pensar e lidar com o meio e com o outro que promovem um bem-estar, em detrimento dos padrões subjetivos decorrentes do indivíduo inserido no contexto normativo neoliberal. Do mesmo modo, a compatibilidade é uma característica dessa teoria que está presente nesse locais, dada a propensão dos terrenos desocupados a funcionarem como base para canteiros e hortas, atividades que suprem o desejo de ocupação e fuga de ambientes estressores, buscado pelos moradores locais. Ainda, considerando a avaliação subjetiva, é possível reconhecer-se também outros aspectos componentes da restauração da atenção, como a fascinação e o escopo, em intensidades relativamente menos relevantes.

Sobretudo, desponta a configuração natural desses ambientes, como qualidade promotora de restauração. A presença evidente de vegetação, com atenção a gramados e árvores, aproxima a Horta e o Espaço de Estar dos princípios da Teoria Psicoevolucionista, que retoma a busca do ser humano por espaços que oportunizam acesso a locais que forneçam proteção e acesso a alimentos - que pode ser relacionado com o objetivo das frequentadoras do segundo caso, que afirmam o desejo de encontrar um lugar "onde se possa colher frutas do pé". Além disso, o convívio mútuo e cooperativo nesses espaços pode ser considerado antagônico aos aspectos desencadeadores do estresse, onde se reage à circunstâncias consideradas ameaçadoras com afastamento e repulsão, ou combate.

Assim, é possível considerar que, nesses locais, há um contexto favorável a ocupação com essas práticas que podem ser consideradas rompantes com a lógica hegemônica de produção e reprodução do espaço, que vem avançando no distrito. O encontro dos moradores de Ingleses Norte com esses refúgios de descompressão desse raciocínio aponta para os benefícios de contextos que não reverberam princípios de uma lógica segregadora e competitiva, o que é compatível com esses terrenos. No entanto, nem sempre as reivindicações de espaços comuns ou refúgios de descompressão são processos que contam com uma harmonia de interesses envolvidos em prol do bem estar coletivo.

Campão do Santinho

Estrada Vereador Onildo Lemos, Santinho





Figura 65 - Evento comunitário no Campão
Fonte: Acervo do autor

Localizado em uma área de alto valor agregado do ponto de vista imobiliário, o Campão ou Terrenão do Santinho comporta também outros valores, que dizem respeito à proteção do meio ambiente e do espaço de usufruto público. Como promotor de relações comunitárias de cooperação, convívio diversificado e apropriação baseada na função social propriedade, o terreno de grande extensão, até então desocupado, possui um potencial paisagístico natural que tem se tornado raro em toda a cidade e que o atribui características de ambiente restaurador. Nesse contexto, a propriedade é há anos objeto de contendas entre o interesse privado de extração de valor do território e o interesse coletivo, que reivindica a sua garantia como espaço público de lazer, finalidade para a qual o Campão tem servido até hoje.

A área ou a UEP do Santinho - as quais possuem definições semelhantes de delimitação - é caracterizada pela disposição dentro do distrito de Ingleses, como um apêndice das demais áreas, isolado pelo acesso rodoviário, que se dá unicamente pela Estrada Vereador Onildo Lemos, que termina sem conexões viárias, e pela extensão da faixa das Dunas dos Ingleses, que a separa da UEP Capivari. Essa particularidade decorre na concepção do Santinho como um reduto que destoa do ritmo e da dinâmica presentes no restante do distrito. Dessa forma, convivem no Santinho antigos habitantes, descendentes de pescadores historicamente instalados na área, que se classificam em um padrão de renda de classe média, e também os habitantes de grandes condomínios e frequentadores de hotéis de alto padrão, construções que buscam extração de valor do espaço a partir do seu perfil de distanciamento e pela paisagem natural, encontrada na orla e costões da Praia do Santinho que apresenta riquezas ambientais, além de trilhas ecológicas, parques arqueológicos e uma faixa de areia extensa. A Figura 66 ilustra a situação da UEP Santinho e do Terrenão:



Figura 65 - UEP Santinho e Campão
Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo IPUF



Figura 66 - Santinho
Fonte: Pausada dos Chás (2018)

Nesse sentido, apesar do caráter isolado das outras áreas do distrito, o Santinho também lida com a pressão imobiliária pela sua ocupação desenfreada, baseada, sobretudo na extração de valor proveniente da atividade turística, que transforma o espaço da paisagem local em produto, agrega impactos ambientais e contribui para a descaracterização da área. De acordo com moradores, especialmente na última década, são crescentes os problemas relacionados à falta de saneamento no Santinho, decorrente da infraestrutura insuficiente frente ao avanço da ocupação. Assim, espaços ambientalmente sensíveis e protegidos são colocados em risco, em detrimento dessa dinâmica (DESACATO, 2021).

Desse contexto, desponta o caso do Campão do Santinho como exemplo emblemático. O terreno privado, pertencente a uma empreiteira, de caráter pastoril e 7,8 hectares, é um dos últimos da localidade a ligar diretamente a via principal à praia é palco de uma contenda que há décadas opõe o interesse privado no avanço das construções imobiliárias e a reivindicação do espaço como parque público, em acordo com o seu entorno. Hoje, segundo consta do zonamento do Plano Diretor de Florianópolis, o local é delimitado como Área Turística Residencial (ATR), definida pelo instrumento de planejamento como:

[...] áreas de especial interesse turístico cujo uso deverá priorizar o usufruto por parte de visitantes e residentes. Áreas que se caracterizam por serem dotadas de singularidades e atributos, tais como os naturais e culturais, dentre outros, e que deverão ser preferencialmente apropriadas para uso misto, predominando moradias, pequenos negócios e atividades de suporte ao turismo. (FLORIANÓPOLIS, 2014a, n.p.).

Além desta, também estão demarcados, no terreno, espaços de Área de Preservação com Uso Limitado de Encosta (APL-E), caracterizadas como áreas com declividades de transição para Áreas de Preservação Permanente (APP), tipo de zona também presente no Campão. A Figura 66 ilustra a contextualização de zoneamentos mencionados na área de estudo:

caso estudado, através da promoção de atividades culturais coletivas gratuitas e espontâneas e da sensibilização da população em geral, através de blitzes de conscientização e coleta de assinaturas para abaixo-assinados em prol da destinação do seu uso como praça e parque para o bairro, além de mutirões de limpeza do entorno natural, como a orla da praia, e projetos de educação ambiental, com as escolas da área (BONES, 2021). O esforço desses ativistas garantiu a criação de uma liminar de ação civil pública que impedia, durante a primeiras décadas dos anos 2000, o a prefeitura municipal de liberar alvarás e licenças para a construção de novos empreendimentos sobre áreas consideradas de preservação permanente (BRASIL, 2013; DESACATO, 2021).

Além disso, em 2016, após soma de esforços dos movimentos locais, com autoridades e a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), delimitou-se, através da Lei Ordinária 9948/2016 uma Unidade de Conservação (UC) ao lado do lote do Campão, denominada Parque Natural Municipal da Lagoa do Jacaré das Dunas do Santinho (PNMLJDS) - ilustrada na Figura 58. A UC, que era um desejo de grupos organizados locais desde a década de 1990, tomou como princípio a união de zonas de APP, sobre mata de restinga e sobre o corpo d'água que dá nome ao Parque. Nesse sentido, de acordo com técnico da FLORAM, decidiu-se por não acrescentar a área do Campão na UC por conta de seu zoneamento distinto. Ainda, de acordo com uma integrante do ISAS, para a decisão, levou-se em conta os possíveis embargos do processo decorrentes dos proprietários do terreno, o que preferiu-se evitar. Dentre as diretrizes do PNMLJDS, destaca-se a proteção de recursos naturais compatíveis com atividades de comunidades tradicionais, representadas pela Associação de Pescadores do Canto Sul da Praia dos Ingleses, que inclui também pescadores do Santinho (FLORIANÓPOLIS, 2019).

Apesar dessas conquistas, em 2019 a comunidade local foi surpreendida com a convocação de uma audiência pública para a apreciação de um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) referente ao projeto de condomínio a ser instalado no terreno do Campão. De acordo com uma representante do ISAS e do Jacaré Poiô, o documento fora disponibilizado a uma semana da reunião e compunha-se de 600 páginas, de modo que não era possível que os moradores conseguissem lê-lo. A decisão tomada à época, pelo movimento foi a de não aceitar as discussões propostas e manifestar-se contra o empreendimento. Assim, a audiência precisou ser cancelada. No entanto, o



Figura 67 - PLNMLJDS e Santinho

Fonte: Elaboração própria com base em dados fornecidos pela FLORAM

IPIUF considerou a reunião como efetivada, mesmo com as reações da população e sem ter havido apresentação do projeto. O EIV, elaborado em 2018, não mencionava a existência do PNMLJDS e minimizava a ocorrência de áreas alagáveis do entorno do empreendimento e o impacto sobre a paisagem (DESACATO, 2021).

Figura 69 - Cartaz de convocação de moradores para audiência pública

Fonte: Página do Facebook Praia do Santinho



O projeto de condomínio multifamiliar prevê 87.108,08 m² de área construída, distribuída entre 11 blocos residenciais (totalizando 200 unidades habitacionais) e 1 bloco comercial, todos de 4 pavimentos. Além disso, estão previstas também 800 vagas de estacionamento para motos e automóveis, áreas, áreas de lazer privativo e área comunitária de 2.706,95 m², com uso não especificado (SANTA CATARINA, 2020). É previsto, para o empreendimento, um total de 1356 habitantes número que também preocupa os moradores locais do Santinho, que possui cerca de 4000 moradores (BONES, 2021).

Desde a audiência pública que foi cancelada, a comunidade do Santinho pas-

sou a promover novos eventos locais, situados no Campão, como forma de reforçar a ocupação coletiva do espaço e sensibilizar autoridades e aguardava uma nova possível reunião de consulta. Nesse meio tempo, foi movida uma ação civil pública junto ao Ministério Público em 2020, a qual buscava embargar a continuidade do processo de implantação da obra. No entanto, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região concedeu parecer parcialmente favorável à construção. Com base nessa decisão, meses depois o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) concedeu Licença Ambiental de Instalação (LAI) para o empreendimento, considerando como medidas compensatórias uma passarela de acesso à praia e um programa de revitalização da vegetação das dunas do entorno. Desde então, buscou-se intensificar os atos no local, com o objetivo de mobilizar um contingente maior de pessoas. Em 2020 e 2021, foram promovidos diversos eventos em prol da visibilidade do caso e da proteção dos espaços do Campão, da Lagoa do Jacaré²⁸ e do Santinho em geral, dadas as implicações socioeconômicas e urbanas que devem ser causadas pela construção do empreendimento. Os eventos contam apresentações culturais como rodas de capoeira, teatro, números musicais, além de aulas de yoga, atividades lúdicas infantis e esportivas, todas promovidas por moradores locais de forma gratuita e aberta.

Apesar de alguns desdobramentos recentes, como a operação de atividades de sondagem no início de 2021 e a colocação de um portão e aumento de cercas no entorno do lote, a construção do empreendimento ainda é um mistério para a comunidade. Ainda assim, é praticamente unânime a resposta quando questionados os frequentadores sobre a sensação experienciada no local: paz e tranquilidade. A composição natural do local, que é conformada por um terreno de vegetação rasteira, localizado frente à orla da praia do Santinho, sem interferências construídas na paisagem, demarcam o potencial de ambiente restaurador do local. Ali, estão presentes as características de

28 Ainda em 2020, de acordo com uma representante do ISAS e um técnico da FLORAM, a CASAN apresentou um projeto de canalização de esgoto e estações elevatórias para o Santinho. A infraestrutura, no entanto, é prevista para ser instalada sobre a Lagoa do Jacaré e sobre áreas inundáveis, representando riscos para o ecossistema local, no caso de acidentes. Mesmo com perícias realizadas no local apontando para as ameaças ao meio ambiente trazidas pelo projeto e projetos alternativos apresentados pela comunidade, o Ministério Público decidiu manter a sua construção, por considerar que a falta de saneamento básico para o local é um mal maior do que a possibilidade de um acidente ambiental. Salienta-se, de acordo com a integrante do ISAS, que a proposta, não contempla a escola pública localizada em frente a Lagoa.



DOMINGO 30 MAIO 2021

05 anos no PARQUE

- 7h** CAMINHADA observação de AVES
- 9h** prática de YOGA no canto esquerdo
- 10h** visitação INSCRIÇÕES RUPESTRES
- 11h** MUTIRÃO de limpeza
- 7h às 19h** 1ª MARATONA FOTOGRÁFICA DAS ARANHAS

I.S.A.S **PARTICIPE!** de máscara e distanciamento seguro!

PARQUE NATURAL MUNICIPAL LAGOA DO JACARÉ

PONTO de REFERÊNCIA JACARÉ do PARQUE

DAS DUNAS DO SANTINHO

Campão Vivo dia de Santo Antônio

13/06/2021



Local:
Geral do santinho, esquina
Servidão Marciano Pedro Severino

Venha de mascarã
Tome bastante água
Preserve a natureza



Em caso de chuva o evento será adiado

programação:

- Início 14h00**
Bora soltar Pipa no céu!
Feira de artesanato.
Brincadeiras para as crian
- 15h00**
Dinâmica percussiva ritmo
percussionistas e simpatia
vindos!!
- 15h30**
Casamento no Campão, r
amores e acordos bem su
convidados pra festa!!
- 16h00**
Oficina de Dança com a p
Andreia Zaida, ritmos bra
percussão ao vivo.
- 17h00**
Roda de capoeira aberta
queiram participar.



encontro de
Bendeiras

30/05

PRÓXIMO DOMINGO
Às 14:00

VOCÊ ESTÁ CONVIDADO PARA SOLTAR PIPA NO CAMPÃO DO SANTINHO!!



Traga sua família e

1ª MARATONA FOTOGRÁFICA DAS ARANHAS . SANTINHO

5 anos do Parque Natural
LAGOA DO JACARÉ



DOMINGO DIA 30 DE MAIO, NO SANTINHO PONTO DE REFERÊNCIA CAMPÃO

programação:

- 14h** Bora soltar Pipa!!!
- 15h** dinâmica percussiva (traga seu instrumento)
- 16h** Dança com a professora Andreia Zaida, ritmos brasileiros, percussão ao vivo.
- 17h** roda de capoeira

vamos cuidar da vida, portanto:

- venha de mascarã
- Leve sua água e lanche.
- se puder trazer álcool em gel
- evite aglomerações
- mantenha o espaço limpo

vamos preservar a natureza!



DOMINGO 30 DE MAIO DAS 7 ÀS 19 HS
NO PARQUE . NA PRAIA . NAS DUNAS ... PELO BAIRRO

Figura 71- Portão e cercado instalados no terreno do Campão em meados de 2021.

Fonte: Acervo do autor



escape, extensão, fascinação e compatibilidade, mencionadas pela Teoria da Restauração da Atenção.

O escape, por conta do distanciamento possibilitado pela extensão do terreno. Assim como mencionado pelos frequentadores, a configuração do local, proporciona um afastamento da realidade cotidiana, dos ruídos da cidade e dos ambientes estressores do cotidiano, por apresentar-se como um espaço predominantemente sem interferências. Além disso, as atividades ali promovidas e possibilidades permitidas pela extensão do campo aberto, são facilitadas pelas áreas do terreno de vegetação baixa, assim como pelas diferentes cotas de elevação, que geram áreas de declividade e áreas predominantemente planas, onde os moradores soltam pipa, brincam com bola e ocorre também treino de voo de paraquedas, conferindo flexibilidade em compatibilidades para o local. A fascinação e a extensão ficam por conta da contemplação da extensão da paisagem, que apresenta elementos naturais bem demarcados como o mar, montanhas, o campo, a lagoa e a linha do horizonte, ao fundo do oceano. Ao parar ou sentar-se no Campão, para observar o cenário disposto à frente, é possível entreter-se com animais, o som de pássaros e outros elementos que ocorrem na paisagem, de



Figura 72 - Evento no Campão do Santinho
Fonte: Acervo do autor





Figura 73 - Vista do Campão do Santinho
Fonte: Acervo do autor

modo que a concentração em um ou mais aspectos acontece naturalmente. Todos esses aspectos contribuem para o estado de "despreocupação" experienciado e relatado pelos frequentadores do Campão. Dessa forma, a busca de contato com a natureza, contemplação do mar e uma paz interior, encontrada na observação e permanência no espaço, são algumas das motivações que levam pessoas a estarem ali e que são relatáveis com a Teoria Psicoevolucionista, que indica a ocorrência de respostas afetiva positivas a percepção visual e estética de ambientes de configuração predominantemente natural. Assim, os aspectos de superfície pisoteável e relativamente suave, a moderada complexidade de elementos na paisagem, tal como a alta profundidade e a evidente presença de vegetação, contribuem para a redução psicofisiológica do estresse, que pode ser relacionada com a sensação de leveza, paz e tranquilidade mencionada pelos frequentadores do espaço. Além disso, pode se considerar ainda as aproximações proporcionadas pelas atividades promovidas no Campão como aspectos geradores de benefícios da restauração psicofisiológica, dadas as construções de vínculos de proximidade e afeto entre a comunidade e para com o espaço físico, no sentido da construção da apropriação coletiva.

Esta última, reforça o caráter de experiência reprodutora de um comum urbano e de contraconduta à subjetividade neoliberal, isto é, um local onde são mantidas práticas de cooperação pelo benefício comum, através da manutenção, gestão e contestação da lógica privatizadora e individualizante, através de ambientes usufruídos coletivamente e do resgate de laços entre uma comunidade. Diferentemente dos casos de Ingleses Norte, que ocorrem em terrenos públicos em desuso, aqui há o enfrentamento direto da estrutura neoliberal, que compreende o território como um produto voltado, nesse caso a atividades turísticas e fatores externos e competitivos. No Campão do Santinho, a luta e a reivindicação da comunidade se dá pelo direito ao meio ambiente e a natureza, como um comum, e como um refúgio possibilitador de um reencontro com o bem-estar que é constantemente afastado do cotidiano geral, pelas imposições do sistema normativo vigente.



Figura 74 - Treino de Paraguedista no Campão do Santinho
Fonte: Aceiro do autor

Considerações finais

O percurso exploratório desta pesquisa propôs-se a construir uma visão integral da concepção individual e coletiva sobre os modos de produção e reprodução social contemporâneas, desencadeadoras de processos psíquicos negativos cumulativos, que instauram o que hoje pode-se considerar uma crise psicológica universal. Com vistas à compreender esse contexto do ponto de vista das interações sociais urbanas, sob a luz do entendimento lefebvriano do meio urbano como um intermediário entre o global e individual, um achado fundamental foi compreender como o convívio mútuo, nas cidades, é afetado pela forma como elas são produzidas e como elas reproduzem aspectos que dificultam a manutenção das relações interindividuais, que são essenciais para o bem-estar humano.

A cidade, ao longo da história pós-capitalista desdobrou-se como um reduto de produção e reprodução de modos de vida e subjetividades cada vez mais íntimos e submetidos a teorias econômicas, no que decorreu um processo intrínseco de atrofia das relações de proximidade entre os indivíduos. A "atitude *blasé*" de Simmel (1973), que é compreendida como consequência de uma proteção instintiva do sistema psicológico humano aos fatores componentes da alta densificação provocada pela rápida urbanização dos centros urbanos do início do século XX, encontra continuidade na subjetividade neoliberal, que incentiva o desenraizamento do local e o afastamento entre os sujeitos, em prol dos princípios de individualismo, liberdade (compulsória) de escolha e competitividade generalizada.

Se a cidade é portanto, um reflexo do período em que se vive e da sua população, é possível dizer que as regras impostas para os sujeitos são semelhantes às entendidas para a sua concepção. Assim como o planejamento estratégico urbano, que se compreende como um quadro de regras de gestão de cidades para a sua inserção em um mercado externo competitivo, que visa a elaboração de uma imagem positiva e investimentos em áreas de retorno econômico, pode-se arriscar uma analogia em comparação à imposição da visão do Outro como eterno oponente, que alimenta uma autocoerção pela superação constante de si mesmo e pela construção de um capital humano próprio, colocadas para cada indivíduo como condições pela garantia de sua sobrevivência. No entanto, se para a urbe do mercado mundial as consequências são a concentração de investimentos, a gentrificação e a fragmentação do planejamento, para os indivíduos do contexto mercadológico generalizado e isolados em suas res-

ponsabilidades, os resultados são, além do agravamento de disparidades financeiras, o desencadeamento de patologias psicológicas, que surgem como sintomas sociais de um sistema normativo incorporado desde o início da vida.

Assim, ao constatar-se a realidade de um contexto em que essas instâncias de mercado minam não apenas o próprio meio econômico, mas também o Estado, que seria o mentor e regulador social pela garantia do bem-estar público, em um primeiro momento, a reação é de desalento. Afinal, mudanças políticas pontuais e com o prazo de mandatos determinados parecem incapazes de promover a mudança necessária para resgatar essa sociedade de um abismo psíquico que parece ameaçar a todos e todas. No entanto, as esperanças são retomadas quando se reconhece nessa mesma sociedade os meios para recuperar aqueles princípios que nos fazem humanos. Seguindo o proposto por Dardot e Laval (2016), se o sistema normativo neoliberal impõe uma subjetividade resultante de uma conduta generalizada e absorvida em todas as instâncias de vida, uma saída pode ser a aplicação de contracondutas, ou seja, atitudes que enfrentam os pressupostos dessa lógica normativa e, para o caso específico, retomam os sentidos de coletividade e de comunidade, indispensáveis para a sobrevivência dos indivíduos ao longo de toda a história e cada vez mais deteriorados.

Nesse sentido, a concepção dos refúgios de descompressão, a partir das teorias comuns urbanos e dos ambientes restauradores parte da compreensão, para ambas, de possibilidades de visões alternativas de espaços do meio urbano e de reflexões que o mesmo pode possibilitar. Assim, esses refúgios funcionam não somente pela prática concreta ali ocorrida - que é indispensável - mas, principalmente quando convidam o sujeito a refletir sobre outras formas de conhecer e se reconhecer no espaço, que rompam com a lógica autocoerciva, competitiva, de aceleração do tempo e fragilização dos contatos sociais as quais estão colocadas a "24/7". Os comuns urbanos não existem sem a cooperação mútua e a compreensão de um desejo de reivindicação de um direito coletivo, a ser conquistado através do grupo. Assim, o primeiro passo rumo ao bem-estar social e a superação dos males psicológicos decorrentes da visão competitiva interindividual, que transforma o Outro em ameaça, e da banalização do sofrimento alheio é o entendimento de que é preciso resgatar laços de proximidade e empatia entre aqueles que são afligidos pelas mesmas dificuldades sociais.

Para além disso, é necessário que se garanta a existência de espaços que pro-

movam momentos de reflexão, para fora da lógica neoliberal, reproduzida em todas as instâncias da vida, através de meios de comunicação e convívio cotidianos, de trabalho, estudo e até mesmo de lazer. Nesse sentido, os ambientes restauradores, podem ser compreendidos como recintos promotores de momentos de afastamento das demandas cotidianas e recuperadores da consciência dirigida de si mesmo, onde o alívio das pressões e autocoerções constantemente presentes no contexto normativo neoliberal, convida o indivíduo a ter um momento para retomar a direção das suas próprias escolhas.

Dessa forma, a análise dos estudos de caso confere uma ratificação dos aspectos teóricos abordados. Para Florianópolis, a concepção como cidade neoliberal encontra, primeiramente, fundamento no contexto local de urbanização anterior a hegemonização do neoliberalismo, que seguia os interesses de oligarquias locais, da mesma forma como o planejamento urbano estratégico prega que deve-se seguir as tendências de mercado e associar-se a entes privados através de parcerias econômicas para a definição de investimentos. Ademais, o alinhamento econômico da cidade, focado no setor terciário de serviços e turismo, baseado na extração de valor econômico do território natural, atende aos requisitos desse modelo político-econômico, que supera as relações industriais de produção. Junto a isso, o desponte do setor tecnológico na Ilha abre espaço para um novo modo de intervenção e planejamento na cidade, que prioriza os espaços internacionalizados e voltados a nichos específicos de padrão de renda elevado, de onde partem os novos apelidos do município, como "a Ilha do Silício". Esses aspectos, ao longo das últimas décadas, moldaram os instrumentos de planejamento territorial e a visão da cultura local, que veem-se ameaçados pela descharacterização em prol da hegemonização do espaço e das manifestações tradicionais, trabalhados para atender ao meio externo e competitivo.

No caso específico do distrito de Ingleses, o processo de urbanização, inserido no contexto da exploração do território pelo uso turístico modificou características das relações sociais de um espaço até então de aspecto rural, onde os indivíduos locais conviviam com terras compartilhadas de uso agropastoril, que serviam de fonte de subsistência. A venda de glebas próximas as praias para a construção de edificações particulares, multifamiliares e complexos hoteleiros, desencadeou um processo de concentração de renda e repulsão das famílias tradicionais para áreas com pouca infra-

estrutura dentro do distrito, que passaram a ser intensamente ocupadas também por famílias recém chegadas na cidade, processo que se agravou durante o final do século XX. Assim, Ingleses é hoje marcado por uma série de contrastes sociais e espaciais dentro da sua delimitação, que se refletem tanto no nível de renda, quanto no acesso a infraestrutura. Para além disso, o distrito começa a apresentar hoje iniciativas da hegemonização neoliberal do espaço, através do avanço de grandes empreendimentos que reproduzem a lógica de privatização do território. *Shoppings* e condomínios de luxo de grande porte com diversos equipamentos de lazer e atividades dentro de sua área delimitada surgem para "suprir" demandas locais, não atendidas pelo Estado, e, portanto pretendem atender apenas a uma parcela determinada da população.

Estabelece-se, portanto um novo contraste interno ao distrito, caracterizado pela escassez de espaços de lazer e cultura efetivamente públicos, que promovam encontros de perfis diversificados de pessoas. No entanto, através do levantamento obtido com os moradores, foi possível encontrar locais que resgatam aqueles princípios de cooperatividade e comunidade, de forma oposta ao desenraizamento proposto pelos novos espaços privados, focados na reprodução de cenários internacionais.

Os três casos de ambientes compreendidos como comuns urbanos e restauradores, funcionam como descompressores do contexto de crise psicológica e da reprodução da lógica normativa neoliberal, através da recuperação de sentidos de coletividade e pela reivindicação de espaços não utilizados, invocando também a sua função social. Ainda assim, os dois primeiros espaços diferem-se do último pelo caráter de defrontação dessa normativa imposta para os padrões de subjetividade e de exploração territorial. Enquanto a Horta Comunitária e o Espaço de Estar ocorrem em terrenos públicos de Ingleses Norte, onde há um certo nível de hegemonia de renda - mais elevado - e o objetivo se dá em torno da prática de cultivo coletivo como promotor de estabelecimento de laços comunitários e bem-estar próprio, no Campão do Santinho as demandas são por uma infraestrutura mínima de bem-estar social não provida, até então, pelo Estado.

Ali, onde a ocupação ocorre há décadas e por muitos anos tenta-se obter das autoridades um respaldo pela garantia do espaço como um local público, que já é apropriado pela comunidade e que promove benefícios a todos que o frequentam, o engajamento e a gestão comunitária funcionam como promotores de uma justiça es-

pacial, em prol do atendimento de demandas reais locais. Para além do terreno do Campão, existe a compreensão dos moradores de que a inserção de que novas ocupações na área, caracterizadas como grandes empreendimentos imobiliários privativos significam não apenas uma descaracterização local, como uma pressão sobre os recursos naturais, que são ameaçados pela falta de infraestrutura urbana há décadas não resolvida. Ainda assim, mesmo sem apoio das autoridades de Estado, os movimentos envolvidos com o espaço são capazes de proporcionar a conscientização da população e garantir a adesão de novos participantes, ao promover práticas de inclusão coletiva, como atividades abertas lúdicas, esportivas e de lazer em geral. Dessa forma, mostra-se que aquele local pode oferecer muito mais benefícios a muito mais pessoas de uma forma integradora e que seja favorável ao meio-ambiente, contrária ao isolamento e à repulsão promovida pelos muros, cercados e grandes blocos de um condomínio fechado, onde nem mesmo os seus moradores conhecem-se entre si.

Para profissionais arquitetos e urbanistas, talvez a função, nesses casos, seja, inicialmente, a de oferecer o apoio de conhecimento técnico para o avanço e a legitimação das solicitações desses movimentos, de forma a colaborar com aqueles que, como mencionava Jacobs (1961) são os que melhor compreendem as problemáticas do espaço, pois convivem com elas diariamente. Considerando que a concepção do uso comum parte de práticas coletivas apoiadas em espaços que propiciam a sua ocorrência, depreende-se o papel indispensável de uniões comunitárias conformadas pela garantia do direito ao espaço físico. Nesses locais, está presente a diversidade de pessoas, que contribui para a pluralidade de trocas e arrefecimento de condutas de discriminação, tão disseminadas nos últimos tempos. Parece importante também, compreender essas trocas sociais presentes nesses ambientes como promotoras de restauração, alinhadas aos estudos mais recentes sobre a temática. Assim, estudos interdisciplinares que assimilem os conhecimentos dos campos da psicologia ambiental e social, teoria e sociologia e urbana, podem traçar caminhos que levem a compreensão, a classificação ou até mesmo a concepção de espaços que promovam um bem-estar psicológico individual e coletivo.x

Referências

AGUIAR, André Ruas de. **Analisando o Floripa 2030**: um modelo hegemônico de cidade. Florianópolis, 2015. 190 p Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160655>. Acesso em: 20 set. 2021.

AGÊNCIA BRASIL (Brasília). Empresa Brasil de Comunicação. **Patrimônio dos 26 mais ricos do mundo equivale ao da metade mais pobre**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/patrimonio-dos-26-mais-ricos-do-mundo-e-igual-ao-da-metade-mais-pobre#>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ALFAGEME, Ana. O sonho do 'home office' vira pesadelo na pandemia. **El País**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-08-09/o-teletrabalho-nao-era-isto.html>. Acesso em: 18 jun. 2021.

ALVES, Susana Martins. Ambientes restauradores. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice Azambuja (Orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 44-52.

ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. *Geo-Usp*: **Espaço e tempo**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 133-142, 30 ago. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74258>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ARRUDA, Maria Eduarda lesbich. **Intenções, instituições e território**: a trama da espacialização do setor de tecnologia e inovação em Florianópolis. Florianópolis, 2019. 238 p Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215704>. Acesso em: 20 set. 2021.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atua. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

BONES, Elmar. **Movimento de moradores tenta barrar megaprojeto na Praia do Santinho**. *Jornal JA*. 2021. Disponível em: <https://www.jornalja.com.br/ambiente/movimento-de-moradores-tenta-barrar-mega-projeto-na-praia-do-santinho/>. Acesso em:

24 set. 2021.

BOULEVARD (Florianópolis). Grupo Júlio de David. **A beleza e o glamour da França, agora na Praia dos Ingleses!** Disponível em: <https://www.boulevardingleses.com.br/>. Acesso em: 22 set. 2021.

BOULOS, Guilherme Castro. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo**. 124 f. Dissertação - Curso de Programa de Psiquiatria, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-06062017-084608/pt-br.php>. Acesso em: 04 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm Acesso em: 14 dez. 2020

BRASIL. Tribunal Regional Federal (4. Região). **Apelação cível AC 5017643-74.2014.4.04.7200 SC 5017643-74.2014.4.04.7200**. Apelante: Ministério Público Federal. Apelado: Costaoville - Empreendimentos Imobiliários S/A. Relator: Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4. Região. Justiça Federal. **Justiça mantém proibição de construções na Praia do Santinho (SC)**. 2013. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=8902. Acesso em: 24 set. 2021.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Após a neoliberalização? **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 27, n. 14, p. 15-39, jan. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14779>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. Cities and the Geographies of. **Antipode**, v. 34, n. 3, p. 349-379, jun. 2002. Wiley. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-8330.00246>. Acesso em: 14 dez. 2020

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção na Ilha de Santa Catarina**. 1989. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

CAPELAS, Bruno . 'Rota do Silício', SC-401 mostra evolução das startups de Florianópolis. **Estado de São Paulo**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,rota-do-silicio-sc-401-mostra-evolucao-das-startups-de-florianopolis,70002413938>. Acesso em: 20 set. 2021.

CARDOSO, Felipe Saluti. Formas alienadas da produção: destruição criativa e produção destrutiva. **Geosp Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, p. 572-590, 12 dez. 2018. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/138601>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

CARVALHO, Mônica; Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito. In: **SP em Perspectiva**, Revista da Fundação SEADE, janeiro de 2001, São Paulo, Vol.14, no.4, out.dez 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200000400008. Acesso em 14 dez. 2020

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1965.

CINCOTTO JUNIOR, Sydney; CESAR, Vivian Aparecida Blaso Souza Soares. Cidades Afetivas: vias convivialistas para o futuro de uma vida em comum. **Espiral**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 107-115, 30 dez. 2020. Disponível em: <http://www.iecomplex.com.br/revista2/index.php/espiral/article/view/56>. Acesso em: 04 jul. 2021.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CONSÓRCIO FÊNIX (Florianópolis). **Buscar horário ou itinerário da linha**. c2021. Disponível em: <https://www.consorciopenix.com.br/horarios>. Acesso em: 22 set. 2021.

CONSÓRCIO FÊNIX. **Horários**. c2019. Disponível em: <http://www.consorciopenix.com>.

br/horarios. Acesso em: 09 jun. 2019.

CONUBE (Taboão da Serra). **O que é Coworking e como funciona este modelo de trabalho?** 2021. Disponível em: <https://conube.com.br/blog/o-que-e-coworking/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

CORAZZA, Gentil. Estado e Liberalismo em Adam Smith. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 75-94, 1984. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/460/692>. Acesso em: 14 dez. 2020.

COSTA, Julie Hanna de Souza Cruz e. Itinerários de uma intervenção urbana: o movimento #ocupeestelita e a luta pelo direito à cidade no Recife. **Percursos**, Marília, v. 2, n. 1, p. 76-89, 16 set. 2016. Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/pe/article/view/6291>. Acesso em: 04 jul. 2021.

COUTINHO, Sonia Maria Viggiani; VASCONCELLOS, Maria da Penha; ABÍLIO, Carolina Cássia Conceição; ALVARENGA NETO, Clóvis Armando. Indicadores para cidades inteligentes: a emergência de um novo clichê. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 2, p. 389-405, 23 ago. 2019. University Nove de Julho. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/13574>. Acesso em: 08 jul. 2021.

COUTO, Marcelo Machado. **Ingleses do Rio Vermelho (Florianópolis/SC):** um distrito, duas realidades. Questões históricas e outros determinantes acerca do desenvolvimento urbano da região nos últimos vinte anos (1991-2010). 2011. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121444/298991.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 set. 2021.

CUNHA, Paulo Roberto Ferreira da. **American way of life:** representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950. 2017. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Práticas de Consumo, Programa de Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing – Espm-Sp, São Paulo, 2017. p. 20. Disponível em: <https://tede2.espm.br/bitstream/tede/277/2/PPGCOM%20Tese%20Paulo%20RF%20Cunha.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020

DALCIN, Cristiano Rigo. **Florianópolis, uma cidade de muitos valores e a 5ª melhor do Brasil para se viver**. Grupo ND. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/florianopolis-uma-cidade-de-muitos-valores-e-a-5a-melhor-do-brasil-para-se-viver/>. Acesso em: 20 set. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. Ebook Kindle.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Boitempo Editorial: São Paulo, dez. 2017.

DE OLHO DA ILHA (Florianópolis). **A cidade de Florianópolis possui 95 Praças Públicas**. 2011. Disponível em: https://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/florianopolis_possui_95_pracas_publicas/. Acesso em: 22 set. 2021.

DERIVI, Carolina. Como a cidade mora em você. **Página 22**, São Paulo, n. 28, p.22-26, mar. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/pagina22/article/view/33130>. Acesso em: 07 jun. 2021

DESACATO. **Comunidade do Santinho, em Florianópolis, mobilizada em defesa do meio-ambiente**. DESACATO. Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://desacato.info/comunidade-do-santinho-em-florianopolis-mobilizada-em-defesa-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 24 set. 2021.

DUNKER, Christian. A hipótese depressiva. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 162-197

DUNKER, Christian et al. Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 199-238

ENGELMANN, Iomani. **Como o setor de tecnologia ajudou a colocar três cidades de SC entre as mais atrativas para novos negócios**. Diário Catarinense. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/como-o-setor-de-tecnologia-ajudou-a-colocar-tres-cidades-catarinenses-entre-as-mais>. Acesso em: 20 set.

2021.

FACEBOOK. **Praia do Santinho Floripa**. Facebook: praiadosantinho.floripa.5. Vários acessos. Disponível em: <https://www.facebook.com/praiadosantinho.floripa.5>

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consenso. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fauusp, [S.L.], n. 8, p. 250-251, 19 dez. 2000. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319916778_A_Cidade_do_Pensamento_Unico_Desmanchando_Consenso. Acesso em: 14 dez. 2020.

_____. **São Paulo**: o mito da cidade global. 2003. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: https://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/ferreira_doutorado_mitocidglobal.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2006.

FLORIANÓPOLIS. **Anexo D02 da Lei Complementar Nº 482 de 2014 - Plano Diretor de Florianópolis**. Florianópolis, 2014b

FLORIANÓPOLIS. Conselho da Cidade. **Texto Base da 6ª Conferência da Cidade de Florianópolis**. Florianópolis: Ipuf, 2020. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/10_02_2020_19.21.17.85464cd0cdcd2c205db7f392e208f00a.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

FLORIANÓPOLIS. Decreto Nº 112 de 31 de maio de 1985. **Tomba as Dunas de Ingleses, Santinho, Campeche, Armação do Pântano do Sul e Pântano do Sul, no município de Florianópolis**. Florianópolis, 1985

FLORIANÓPOLIS. **Florianópolis realiza Plano de Desenvolvimento Econômico Mu-**

nicipal. Florianópolis, 4 jun. 2018. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=19687>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIANÓPOLIS. IPUF. **Mapas da rede.** 201-. Disponível em: <http://espacospublicos.pmf.sc.gov.br/acoes-programas/mapasdarede.html>. Acesso em: 22 set. 2021.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014a. **Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão.** Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 17 jan. 2014. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 3616/91. **Cria áreas de parques tecnológicos e dá outras providências.** Florianópolis: Leis Municipais, 1991. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1991/361/3616/leiordinaria-n-3616-1991-cria-areas-de-parques-tecnologicos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 set. 2021.

FLORIANÓPOLIS. **Parque Natural Municipal da Lagoa do Jacaré das Dunas do Santinho.** Ficha técnica. FLORAM, 2019. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/imagens/18_12_2019_19_10_81f502dbac7a0134dd8362cfce69ce60.jpg. Acesso em: 24 set. 2021.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANCO, Fábio et al. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 37-65.

FRASSAT, Zanone. **MTST, de Boulos, tem 'vidraça ambiental' com acampamentos em áreas de proteção.** 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/po>

der/2020/11/mtst-de-boulos-tem-vidraca-ambiental-com-acampamentos-em-areas-de-protecao.shtml. Acesso em: 04 jun. 2021.

FUKS, Betty Bernardo. **Gozo, um conceito lacaniano**. c2011. Disponível em: http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=202&ori=autor&letra=F. Acesso em: 07 jun. 2021.

GONZÁLEZ, Jaime. Nootrópicos, as 'drogas inteligentes' que são moda no Vale do Si-
lício. **BBC News Brasil**. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150726_nootropicos_ab. Acesso em: 07 jun. 2021.

GONÇALVES, Antônio Vinícius Oliveira. **Contra-hegemonia, mediação e apropriação social: um estudo sobre o MTST e a ocupação urbana como meio de comunicação**. 2017. 105 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

GOOGLE EARTH. 2020-2021. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Vários acessos.

GRESSLER, Sandra Christina; GÜNTHER, Isolda de Araújo. Ambientes restauradores: definição, histórico, abordagens e pesquisas. **Estudos de Psicologia** (Natal), Brasília, v. 18, n. 3, p. 487-495, set. 2013. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/28897>. Acesso em: 26 jun. 2021.

GUARDA, Adriana. **Depois do Ocupe Estelita, primeiros apartamentos do Novo Recife, de até R\$ 3,1 milhões, ganham forma e vista. Veja imagens**. JC. 2021. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2021/05/12125173-depois-do-ocupe-estelita-primeiros-apartamentos-do-novo-recife-de-ate-rs-31-milhoes-ganham-forma-e-vista-veja-imagens.html>. Acesso em: 04 jul. 2021.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaço & Debates**: revista de estudos Regionais e Urbanos, Ano XVI, nº 39, 1996, pp. 48-64. Disponível em: <https://edisciplinas.usp>.

br/mod/resource/view.php?id=1053379. Acesso em 14 dez. 2020

_____. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **O Neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século xx 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HORI, Paula. **Práticas Urbanas Transformadoras:** o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo. 2018. 236 f. Dissertação - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-18102018-105115/pt-br.php>. Acesso em: 08 jul. 2021.

ILOG TECNOLOGIA. **Ilog na Rota da Inovação.** Estado de São Paulo. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.ilog.com.br/blog/novidades/ilog-na-rota-da-inovacao/>. Acesso em: 20 set. 2021.

INGLESES BEACH SQUARE (Florianópolis). **O maior complexo do Norte da Ilha.** 201-. Disponível em: <https://inglesesbeachsquare.com/>. Acesso em: 22 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados:** Florianópolis. Florianópolis. 20---. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>. Acesso em: 22 set. 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

KAPP, Silke. De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana. **Cadernos Metrópole,** São Paulo, v. 13, n. 26, p. 439-450, jul. 2011. Disponível em: <https://www.observatorio-dasmetrosoles.net.br/cadernos-metropole-estudos-sobre-sociabilidade-metropolitana/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

KAYSER, Erick. Neoliberalismo e temporalidade. **XXX Simpósio Nacional de História**

, Recife: Associação Nacional de História, 2019. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564756249_ARQUIVO_Neoliberalismoetemporalidade\(Anpuh2019\).pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564756249_ARQUIVO_Neoliberalismoetemporalidade(Anpuh2019).pdf). Acesso em: 14 dez. 2020

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: FARRET, Ricardo L. O espaço da cidade. São Paulo: Projeto, 1985.

LEAL, Mayana Lacerda. **A formação para educação ambiental dos agentes comunitários do projeto revolução dos baldinhos**: uma análise a partir da perspectiva crítico transformador. 2018. 217 f. Dissertação - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193496>. Acesso em: 04 jul. 2021.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. São Paulo HUCITEC/Edusp, 1986

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes**: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LINS, H. N. Cidades Fractais: A Ilha da Magia e seus alquimistas. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 95-117, 2011.

MARICATO, Ermínia. "Planejamento urbano no Brasil: As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias". In ARANTES, Otília B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. **O Pensamento Único das Cidades**: desmanchando consensos, Petrópolis: Ed. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000

MATTOS, Amana Rocha. Liberdade e individualidade nas grandes cidades: contribuições de georg simmel para o debate contemporâneo. **Redescrições**, Rio de Janeiro, v.

5, n. 2, p. 9-21, jan. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescricoes/article/view/15206>. Acesso em: 07 jun. 2021.

MORAES, Alana. Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de são paulo. **Arq.Urb**, v. 23, n. 1, p. 64-81, 05 dez. 2019. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/39>. Acesso em: 04 jul. 2021.

NAÇÕES UNIDAS (Nova Iorque) (org.). **68% of the world population projected to live in urban areas by 2050, says UN**. 2018. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/en/news/population/2018-revision-of-world-urbanization-prospects.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

NDMAIS (Florianópolis). **FOTOS: construções irregulares são demolidas no norte da ilha**. Construções irregulares são demolidas no Norte da Ilha. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/fotos-construcoes-irregulares-sao-demolidas-no-norte-da-ilha/>. Acesso em: 22 set. 2021

NEVES et al. A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 112-161

NSC. **Pesquisa comprova que qualidade de vida é o diferencial de Florianópolis**. NSC TOTAL. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/pesquisa-comprova-que-qualidade-de-vida-e-o-diferencial-de-florianopolis>. Acesso em: 20 set. 2021.

OLIVEIRA, Thais Reis. Disputa pelo cais Estelita ganha novo capítulo, mas está longe do fim. **Carta Capital**. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/disputa-pelo-cais-estelita-ganha-novo-capitulo-mas-esta-longe-do-fim/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

PORTAL NORTE DA ILHA (Florianópolis). **Ingleses completa 189 anos de história - Portal Norte da Ilha**. 2020. Disponível em: <https://portalnortedailha.com.br/noticia/1493/ingleses-completa-189-anos-de-historia-portal-norte-da-ilha.html>. Acesso em: 22 set.

2021.

POUSADA DOS CHÁS. **Praia do Santinho**: trilha, arqueologia e praia paradisíaca. 2018. Disponível em: <https://www.pousadadoschas.com.br/blog/praiado-santinho-trilha-arqueologia-e-praia-paradisiaca/>. Acesso em: 24 set. 2021.

QUINTELLA, Sérgio. Prometido para julho, Parque Augusta agora tem discórdia por arquiabancada. **Veja São Paulo**. 2021. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/capa-parque-augusta/>. Acesso em: 08 jul. 2021.

RABELAIS, Giselle Wendling. **A devastação na relação mãe e filha como efeito do gozo feminino**. 2012. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia da Puc-Rio, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=29070@1>. Acesso em: 07 jun. 2021.

REIS, Tiago. **Como o Acordo de Bretton Woods organizou a economia mundial no pós-guerra**. 2018. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/bretton-woods/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **O planejamento urbano no contexto da globalização: caso do plano diretor do campeche em Florianópolis, sc**. 2013. 327 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/101054/317524.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 dez. 2020.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **O planejamento urbano no contexto da globalização: Caso do Plano Diretor do Campeche em Florianópolis, SC**. 2013. 327 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/101054>. Acesso em: 20 set. 2021.

ROLNIK, R. "Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implemen-

tação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil". In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.11, n. 2, p. 31-50, nov. 2009

ROLNIK, Raquel. Dez anos do Estatuto da cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da. **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro. Letra Capital. 2013. p. 87-104

ROSA, Giseli Ramos da. **A prevenção como princípio, a promoção como meio e a revolução como fim**: uma história sobre a revolução dos baldinhos. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100580>. Acesso em: 04 jul. 2021.

SADOWSKI, David. **Inglezes do Rio Vermelho**: Forma urbana, espaços públicos e natureza. Florianópolis, 2017. 189 p Dissertação (Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188701>. Acesso em: 22 set. 2021.

SADOWSKI, David; ROSSETTO, Adriana Marques. **Inglezes e o Rio Capivari**: forma urbana, espaços públicos, natureza e urbanidade. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 100-112, 17 dez. 2018. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/145805>. Acesso em: 22 set. 2021

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 11-36.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTA CATARINA. CASAN (COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO). **CASAN e Prefeitura de Florianópolis lançam Trato Pelo Capivari**. 2019. Disponível em:

<https://www.casan.com.br/noticia/index/url/casan-e-prefeitura-de-florianopolis-lan-cam-trato-pelo-rio-capivari#0>. Acesso em: 22 set. 2021.

SANTA CATARINA. Instituto do Meio Ambiente (IMA). **Licença ambiental de instalação N° 3734/2020**. Florianópolis: IMA, 2020.

SANTOS, Aretha de Azevedo Claudiano dos; PINTO, Bernardo Marques Azevedo de Souza; NUNES, Thiago Calsa. Cais em Disputa: estudo comparado do estelita e mauá à luz da legislação urbanística e municipal. **Anais do XVII Enanpur**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-20, maio 2019. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1751>. Acesso em: 04 jul. 2021.

SANTOS, Eduardo Altheman Camargo. **Por uma teoria crítica do neoliberalismo: marcuse no século xxi**. 2018. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-21022019-101602/publico/2018_EduardoAlthemanCamargoSantos_VOrig.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020

SAPIENS PARQUE. **Sobre o Sapiens**. Sapiens Parque. Florianópolis, c2018. Disponível em: <http://sapiensparque.sc.gov.br/sobre/>. Acesso em: 20 set. 2021.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998

SCHONS, Adrieli Roberta . **Contradições de conflitos na ocupação e urbanização em áreas de app: O caso das Dunas dos Ingleses, Florianópolis**. Florianópolis, 2019. 120 p Dissertação (Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215055>. Acesso em: 22 set. 2021.

SCHÄFER, Karine Lise; OLIVEIRA, Lisete Assen de. **Manual de Equipamentos Comunitários**. Florianópolis: Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - UFSC, 2012.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. Cultura e urbanidade: da metrópole de simmel à cidade fragmentada e desterritorializada. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 395-41, jul. 2011. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles>.

net.br/cadernos-metropole-estudos-sobre-sociabilidade-metropolitana/. Acesso em: 07 jun. 2021.

SEAZONE (Florianópolis). **Pool de locação**: o que é e como aproveitar para alugar mais quartos. O que é e como aproveitar para alugar mais quartos. 2021. Disponível em: <https://seazone.com.br/pool-de-locacao/>. Acesso em: 22 set. 2021.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Record, 1974.

SILVA, Beatriz Francalacci da. O Projeto Sapiens Parque: impactos socioeconômicos e ambientais em florianópolis. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 163-184, jan. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5986>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, Felipe Matheus Ferreira da. Gestão democrática da cidade: Jacobs x Moses. **Revista Estética e Semiótica**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 101-111, 01 jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/view/35939>. Acesso em: 07 jun. 2021

SILVA JUNIOR, Nelson da. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico, pacto social”, de Hélio Pelegrino, ao “E daí?”, de Jair Bolsonaro. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 239-267

SILVEIRA, Bettieli Barboza da; FELIPPE, Maíra Longhinotti; SCHÜTZ, Natanna Taynara. Ambientes restauradores: conceitos e definições. In: SILVA JUNIOR, Nelson da; FELIPPE, Maíra Longhinotti (org.). **Ambientes restauradores**: conceitos e pesquisas em contextos de saúde. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. p. 9-22.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.

SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre manezinhos e haules: velhos e novos conflitos na identidade socioespacial florianopolitana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 18, p. 40-56, 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/>

article/download/5076/4715/12532. Acesso em: 20 set. 2021.

SIQUEIRA, Marina Toneli; CHAVES, Siqueira Larissa; GONÇALVES, Ana Letícia Saquete. O desafio da participação popular no planejamento urbano brasileiro: o caso do Plano Diretor de Florianópolis. **Revista brasileira de direito urbanístico**, v. 06, p. 37-61, 2020.

SOARES, Emanuel. **Praça dos Ingleses já tem previsão de início das obras de construção**. 2019. Disponível em: <https://jornalconexao.com.br/2019/05/16/tbt-praca-dos-ingleses-ja-tem-previsao-de-inicio-das-obras-de-construcao/>. Acesso em: 12 set. 2021.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: Editora UFSC, 2015. 254 p.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 209-229, 06 jan. 2014.

TOKARSKI, Jéssica. **Trabalhar de casa durante a pandemia tem causado sobrecarga nos trabalhadores, revela pesquisa da UFPR**. Universidade Federal do Paraná. 2020. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/trabalhar-de-casa-durante-a-pandemia-tem-causado-sobrecarga-nos-trabalhadores-revela-pesquisa-da-ufpr/>. Acesso em: 18 jun. 2021

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Comum Urbano**: a cidade além do público e do privado. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCC-B9BM6M>. Acesso em: 04 jul. 2021.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 1, p. 370-404, mar. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48273>. Acesso em: 04 jul. 2021.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura. O comum urbano em

debate: dos comuns na cidade a cidade como comum?. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 3, p. 487, 19 jul. 2019. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5929>. Acesso em: 21 jun. 2021.

TV UFSC. **Revolução dos Baldinhos**. 2017. (10m03s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cjEF0LUWXiE&t=416s>. Acesso em: 04 jul. 2021

UMPIERRES, Fabrício . **Índice de Cidades Empreendedoras**: Florianópolis lidera em inovação e capital humano no ranking da Endeavor e ENAP. SC Inova. Florianópolis, 2021. Disponível em: [https://scinova.com.br/indice-de-cidades-empreendedoras-florianopolis-lidera-em-inovacao-e-capital-humano/#:~:text=Entre%20as%20100%20maiores%20cidades,de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20\(ENAP\)..](https://scinova.com.br/indice-de-cidades-empreendedoras-florianopolis-lidera-em-inovacao-e-capital-humano/#:~:text=Entre%20as%20100%20maiores%20cidades,de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20(ENAP)..) Acesso em: 20 set. 2021.

VAINER, C. “Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico”. In ARANTES, Otília B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. **O Pensamento Único das Cidades**: desmanchando consensos, Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000.

VERTZMAN, Julio; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. **MANIA**: um bairro pouco visitado. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 87-98, abr. 2019.

VIA. **Centro Sapiens**. VIA Estação Conhecimento. Florianópolis, 20---. Disponível em: <http://sapiensparque.sc.gov.br/sobre/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ZUFFO, Élide Regina. **Pioneiros modernos**: verticalização residencial em higienópolis. 2009. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2572/1/Elida%20Zuffo1.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

Apêndices

Apêndice 1 - Estrutura do Questionário

Você mora no bairro Ingleses? *

- Sim
- Não

Caso more nos Ingleses, em qual localidade do distrito? (Em caso de dúvida, pode-se marcar mais de uma opção)

- Sítio de Cima
- Sítio de Baixo
- Capivari
- Gaivotas
- Santinho
- Arvoredo
- SC 403
- Não sei
- Outros...

⋮

Você conhece algum espaço dos seguintes tipos, nesse distrito? (Caso não conheça quem mantém o espaço, favor responder no espaço Outro) *

- Horta comunitária/coletiva
- Canteiro ou jardineira comunitária/coletiva
- Praça ou espaço de estar mantido por moradores (nem privado, nem mantido pela PMF)
- Praça mantida pela PMF ou Órgão público/governamental
- Não conheço
- Outros...

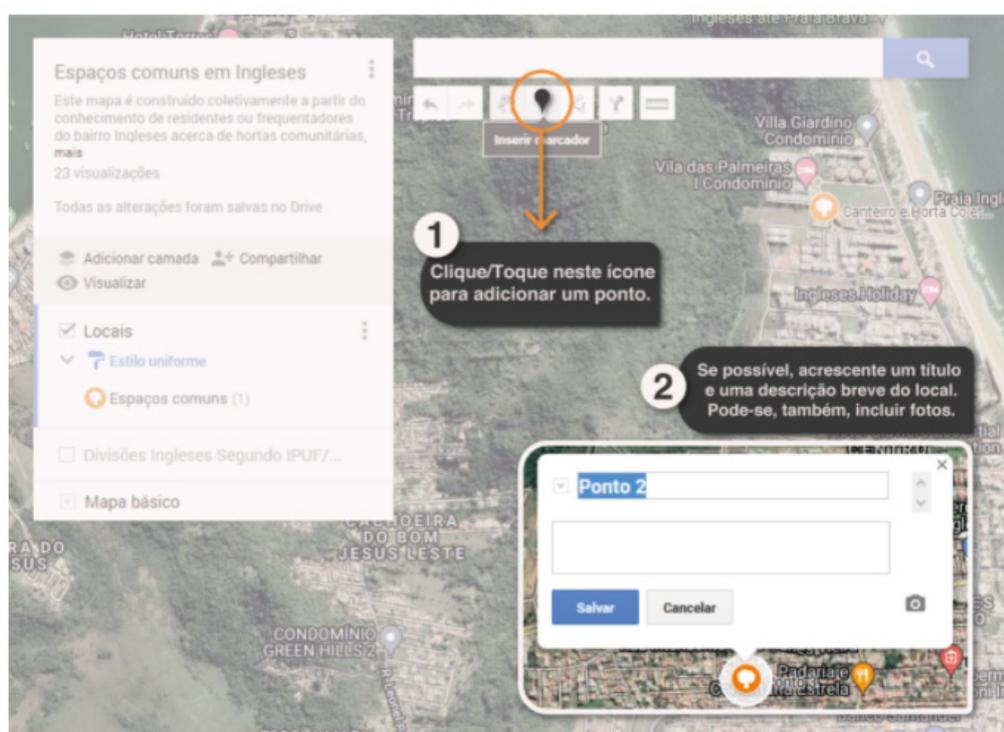
Onde fica(m) este(s) espaço(s)?

Opção 1 - Indicar no mapa colaborativo (instruções a seguir), a partir do link:

<https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1N3f-0IAOriQBfn7DKaNuTnPniE3213sS&usp=sharing>

Opção 2 - Indicar nome da rua ou ponto de referência em resposta na caixa abaixo da imagem a seguir

Instruções de inserção de ponto no mapa colaborativo



Onde fica(m) este(s) espaço(s)?

Texto de resposta curta

Você tem envolvimento com o espaço? *

Sim

Não

Se sim, qual o tipo de envolvimento? (Ex.: visitação, manutenção, segurança, ...)

Texto de resposta curta



Você teria interesse em manter envolvimento com um espaço coletivo desse caráter? *

- Sim
- Não
- Não sei





